



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 021 QUINTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p align="center">Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p align="center">Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p align="center">Líder</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Morais (97,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p align="center">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p>	<p align="center">Governo</p> <p align="center">Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p align="center">SDD - 1</p> <p align="center">Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p> <p align="center">PROS - 1</p> <p align="center">Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 21ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MARÇO DE 2014	6
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – EXPEDIENTE.....	6
1.2.1 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, em 28 de fevereiro último, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 52/2014.....	6
Término do prazo, em 28 de fevereiro último, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 243/2010; 47, 247, 409 e 431/2013.	6
1.2.2 – Leitura de requerimentos	
Nº 156/2014, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar nos dias 12 e 13 do corrente.	6
Nº 157/2014, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar nos dias 13 e 14 do corrente.	7
1.2.3 – Mensagens da Presidente da República	
Nº 10/2014 (nº 24/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª KATIA GODINHO GILABERTE, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.	7
Nº 11/2014 (nº 25/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos.	31
Nº 12/2014 (nº 26/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO ELIAS COURI, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Santa Lúcia.....	151
Nº 13/2014 (nº 27/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.....	177
Nº 14/2014 (nº 28/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Burkina Faso.	208
Nº 15/2014 (nº 29/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.....	242
Nº 16/2014 (nº 30/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Tonga.	289
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR ALVARO DIAS – Destaque à importância da Polícia Federal e críticas ao Governo pela não liberação de verba de emenda apresentada pela bancada do Paraná que visava à modernização de equipamentos das forças de segurança pública na tríplice fronteira; e outros assuntos.	312
SENADOR PAULO PAIM – Defesa de maiores investimentos em mobilidade urbana no País; e outros assuntos.	315
SENADORA ANA AMÉLIA – Cobrança de uma solução para o caso do Fundo Aerus, dos aposentados e pensionistas da Varig e Transbrasil; e outros assuntos.	319
1.2.5 – Leitura de requerimento	
Nº 158/2014, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de repúdio ao Governo Venezuelano.	323

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR VALDIR RAUPP – Preocupação com as enchentes que têm atingido o Estado de Rondônia.....	323
1.2.7 – Apreciação de matérias	
Requerimento nº 156/2014, de autoria do Senador Inácio Arruda. Deferido	325
Requerimento nº 157/2014, de autoria do Senador Inácio Arruda. Deferido	325
1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Críticas à Mesa do Senado Federal pelo tratamento conferido a requerimentos de informações protocolados por S. Ex ^ª ; e outro assunto.....	326
1.2.9 – Fala da Presidência (Senador Alvaro Dias)	
Esclarecimentos acerca de requerimentos apresentados pelo Senador Roberto Requião.....	334
1.3 – ENCERRAMENTO.....	335
2 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO	
2.1 – Secretaria-Geral da Mesa	
2.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 28 de fevereiro de 2014 (Publicada em Suplemento)	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação.....	336
Bancadas dos Partidos.....	337
Por ordem alfabética.....	338
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	339
5 – LIDERANÇAS	340
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	344
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	347
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.....	356
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	365
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	368
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	375
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	381
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	391
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	399
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	408
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	416
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	422
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.....	426
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	430
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	431
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993).....	432
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995).....	433
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	434
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	434
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	435
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	437
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010).....	439
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010).....	441
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	443
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	445
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013).....	447
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006).....	449
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	456
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	460
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	461
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	462

CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	463
Comissões Mistas Especiais.....	464
11 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	468
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	469
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	473

Ata da 21ª Sessão, Não Deliberativa, em 5 de março de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Alvaro Dias.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 16 horas e 6 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Encerrou-se no dia 28 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2014**, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que *altera a Lei nº 8.723, de 8 de outubro de 1993, para instituir a etiquetagem veicular.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esgotou-se no dia 28 de fevereiro o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2010**, do Senador Alfredo Nascimento, que *altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de exploração sexual de criança ou adolescente;*

– **Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2013**, do Senador Ruben Figueiró, que *acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% (quatro por cento) sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial;*

– **Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2013**, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que *denomina Viaduto Frei Galvão o viaduto situado no km 58 da BR-116, no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013**, do Senador Armando Monteiro, que *denomina Rodovia Mestre Dominginhos o trecho da rodovia BR-423, compreendido entre os municípios de São Caetano e Garanhuns, situado no Estado do Pernambuco;* e

– **Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2013**, do Senador Acir Gurgacz e outros, que *denomina Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby o trecho da BR-425, com aproximadamente 135 quilômetros de extensão, que começa no entroncamento da BR-364/RO no distrito de Abunã e termina no início da travessia do Rio Mamoré no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.*

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sobre a mesa requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 156, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno desta Casa, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, nos dias 12 e 13 de março do corrente ano, quando estarei representando a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, em diligência com administradores, especialistas e parlamentares do Rio Grande do Norte, sobre “Os desafios da reforma Urbana”, que se realizará em 13 de março do corrente, na cidade de Natal/RN.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

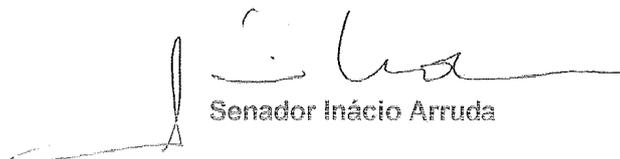

Senador Inácio Arruda

REQUERIMENTO Nº 157, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno desta Casa, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, nos dias 13 e 14 de março do corrente ano, quando estarei representando a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, no seminário "O fortalecimento da SUDENE no contexto do Desenvolvimento Regional", que se realizará em 14 de março do corrente, em Recife/PE.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.



Senador Inácio Arruda

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

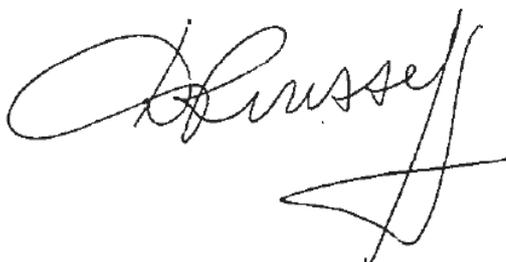
MENSAGEM
Nº 10, DE 2014
(Nº 24/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora KATIA GODINHO GILABERTE, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia.

Os méritos da Senhora Katia Godinho Gilaberte que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.



EM Nº 00427/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

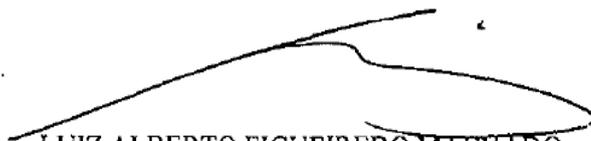
Brasília, 31 de outubro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **KATIA GODINHO GILABERTE**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **KATIA GODINHO GILABERTE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

00001.004163/2013-84

EM nº 00427/2013 MRE

Brasília, 1 de Novembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **KATIA GODINHO GILABERTE**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **KATIA GODINHO GILABERTE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE KATIA GODINHO GILABERTE**

CPF.: 149.964.211-34

ID.: 6535 MRE

1954 Filha de Sívio Gilaberte e Terezinha Godinho Gilaberte, nasce em 3 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1976 CPCD, IRBr

1982 Direito pela Associação de Ensino Universitário do Distrito Federal, Brasília/DF

1995 CAE, IRBr, Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos - Posição Brasileira: Evolução e Perspectivas

Cargos:

1977 Terceira-Secretária

1979 Segunda-Secretária

1986 Primeira-Secretária, por merecimento

1992 Conselheira, por merecimento

1997 Ministra de Segunda Classe, merecimento

2006 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1977-1982 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente

1982-1983 Divisão de Organismos Internacionais, assistente

1983-1987 Embaixada em Tóquio, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária

1987-1990 Embaixada em Bonn, Primeira-Secretária

1990-1993 Divisão de Ciência e Tecnologia, assessora e Chefe, substituta

1990 II Reunião da Subcomissão Especializada para Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-CEE, Chefe de delegação

1992-1995 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, Chefe, substituta e Chefe

1992 Reuniões Ordinárias da Comissão sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, Subgrupo 4 do Mercosul, Montevideu, Chefe de delegação

1995-1996 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Chefe de Gabinete

1996-1997 Embaixada em La Paz, Conselheira em missão transitória

1997-1999 Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe

1999 Ministério Extraordinário de Projetos Especiais, Assessora Especial

1999-2001 Ministério da Ciência e Tecnologia, Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Chefe

2001-2005 Embaixada em Moscou, Ministra-Conselheira e Encarregada de Negócios

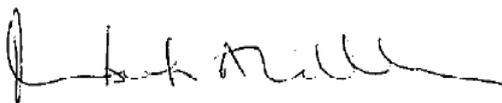
2005-2010 Embaixada em Dacar, Embaixadora

2006 Embaixada junto à República da Gâmbia, Embaixadora, cumulativa

2010- Consulado-Geral em Bruxelas, Côsul-Geral

Condecorações:

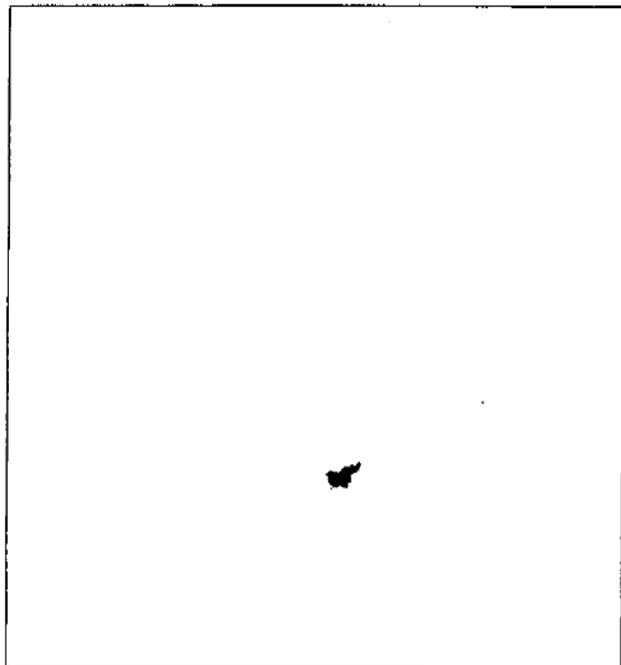
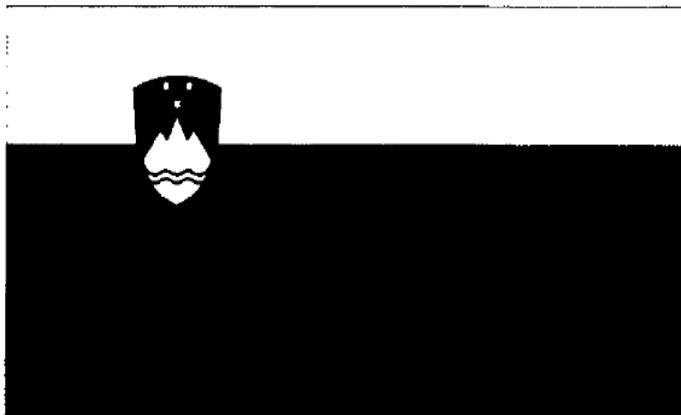
2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

**ROBERTO ABDALLA**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESLOVÊNIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Eslovênia
CAPITAL	Liubliana
ÁREA	20.273 km ²
POPULAÇÃO (2012)	2.055.496
IDIOMA OFICIAL	Esloveno
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (57,8%); muçulmanos (2,4%); ortodoxos (2,3%); outros (37,5%).
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Conselho Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Borut Pahor
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Alenka <u>Bratušek</u>
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Karl Erjavec
PIB NOMINAL (2012)	US\$ 45.617 bilhões Brasil: (US\$ 2,39 trilhões)
PIB PPP (2012)	US\$ 57.955 bilhões (Brasil: US\$ 2,35 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2012)	US\$ 22,192 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP PER CAPITA (2012)	US\$ 28,195 (Brasil: US\$ 11.769)
IDH	0,892 /21º (Brasil: 0,730/85º)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,5 anos (Brasil: 73,8 anos)
TAXA ALFABETIZAÇÃO	99,7% (Brasil: 90,3%)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR NO BRASIL	Milena Šmit
COMUNIDADE BRASILEIRA	74 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC / AliceWeb

BRASIL → ESLOVÊNIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 jan-ago
Intercâmbio	79,9	100,5	151	149,3	201,6	270,0	354,5	324,4	345,8	391,2	423,7	271,72
Exportações	67,9	86,9	132,3	128,6	174,0	231,9	296,5	281,8	284,3	315,5	346,2	218,15
Importações	12,0	13,6	18,7	20,6	27,6	38,1	58,0	42,5	61,5	75,7	77,5	53,57
Saldo	55,9	73,3	113,6	107,9	146,4	193,7	238,5	239,3	222,8	239,8	268,7	164,58

PERFIS BIOGRÁFICOS



Borut Pahor
Presidente da República da Eslovênia

Nascido em 2 de novembro de 1963, em Postojna, no oeste esloveno, Borut Pahor graduou-se em 1987 em Ciência Política pela Universidade de Liubliana.

Em 1988, defendeu, no seio da Liga Comunista da Eslovênia, o pluralismo político, e emergiu, durante o período da independência do país, como líder da ala reformista do partido. Em 1993, fundou o Partido Social-Democrata da Eslovênia (SD), que presidiria de 1997 até 2012. O político, cujo carisma e desenvoltura com os meios de comunicações são notáveis, foi, por muitos anos, a face da oposição eslovena. De 2000 a 2004, presidiu a Assembleia Nacional. Em 2004, elegeu-se eurodeputado, no ano em que a Eslovênia ingressara na União Europeia.

Alçado ao cargo de Primeiro-Ministro em 2008, após a vitória dos sociais-democratas nas eleições parlamentares daquele mesmo ano, Borut Pahor não lograria, contudo, permanecer na chefia do Governo até o fim de seu mandato. Como muitos da Europa, seu gabinete seria derrubado pela crise no continente, quando a perda de voto de confiança na Assembleia Nacional, no outono de 2011, obrigou o social-democrata a renunciar.

Aos quarenta e nove anos de idade, Borut Pahor é o mais jovem Presidente da República eleito da Eslovênia. A imprensa tem também destacado ser o social-democrata o único político a ter desempenhado as três funções mais altas da administração pública do país: a de Presidente da Assembleia Nacional (2000-2004), a de Primeiro-Ministro (2004-2012) e, agora, a de Chefe de Estado (2012-2017). O papel do Chefe de Estado na condução da política externa tem sido realçado pela atenção outorgada pela Chefe de Governo à resolução de questões domésticas.



Alenka Bratušek
Primeira-Ministra da República da Eslovênia

Alenka Bratušek, de 42 anos, é formada pela Universidade de Liubliana, onde obteve Mestrado em Administração. Sua carreira pública anterior ao ingresso na Assembleia Nacional foi inteiramente dedicada à área financeira e econômica. Atuou como Conselheira para Pequenas Empresas no Ministério da Economia (1995-1999), Diretora do Departamento para Agricultura, Finanças e Serviços Governamentais no Setor de Orçamento do Ministério das Finanças (1999-2003), em seguida, Chefe daquele mesmo Setor (2003-2005) e, finalmente, Diretora-Geral de Orçamento do referido Ministério das Finanças.

Seu envolvimento com a política ocorreu somente em setembro de 2011, quando se afiliou ao Partido Eslovênia Positiva (PS), agremiação criada a poucas semanas das eleições parlamentares de 4 de dezembro daquele ano com vistas a atender ao anseio da sociedade local pela renovação de seus quadros políticos. Ingressou no Parlamento por aquela sigla, a mais votada no mencionado pleito.

Alçada à direção, interina, do PS após o afastamento de seu líder original, o Prefeito de Liubliana, Zoran Jankovič, acusado de enriquecimento ilícito, Bratušek logrou coordenar longas negociações que a levaram a substituir o ex-Primeiro-Ministro Janez Janša, também alegadamente envolvido em atos de corrupção.

O anseio renovador que levou a Primeira-Ministra à política reflete-se na escolha de uma equipe jovem, com pouca experiência anterior no cenário político esloveno. Apesar da pressão decorrente das crescentes especulações acerca de a Eslovênia ser o próximo país europeu a necessitar de apoio dos fundos comunitários, a Chefe de Governo busca reorientar a política econômica de austeridade fiscal, defendendo a preservação do sistema de bem-estar social em seu país.



Karl Erjavec

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Eslovênia

Karl Erjavec nasceu em 21 de junho de 1960 em Aiseau, na Bélgica, de pais eslovenos emigrados, mas retornou ao país aos 12 anos de idade. Formou-se em Direito pela Universidade de Liubliana e, em 1990, ingressou no serviço público, ao assumir cargo na administração municipal de Kranj, terceira maior cidade da Eslovênia.

Inicia sua carreira política já após a independência do país, tendo se filiado, em 1993, ao Partido Cristão-Democrata. Em 1995, Erjavec é designado assessor do Escritório do Ombudsman para Direitos Humanos da República da Eslovênia, função que viria a exercer até 2000. No ano seguinte é nomeado Secretário de Estado do Ministério da Justiça esloveno, função que lhe outorga certa popularidade devido a ações contra a corrupção.

As vésperas das eleições de 2004, Erjavec filia-se ao Partido dos Aposentados da Eslovênia (DeSuS), grupo que tem logrado conquistar crescente apoio popular, particularmente após a crise de 2008. Depois das referidas eleições, o DeSuS passa a integrar a coalizão responsável pela posse de Janez Janša como Primeiro-Ministro. Desde 2005, preside aquele partido.

Em 2004, Erjavec é empossado Ministro da Defesa, função que ocuparia durante todo o primeiro mandato de Janša, até 2008. Gere aquela pasta em momento muito especial, quando seu país torna-se membro da OTAN (2004).

Ao fim do Governo Janša, o DeSuS ingressa na coalizão de centro-esquerda que levou o ex-Primeiro-Ministro Borut Pahor à chefia do Governo. Até 2010, exerce, durante aquela administração, o cargo de Ministro do Meio Ambiente e Planejamento Espacial.

Reeleito deputado nas eleições gerais de 4 de dezembro de 2011, é nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros por Janez Janša, cargo ao qual é reconduzido pela Primeira-Ministra Alenka Bratusek.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2012, foram celebrados os vinte anos do reconhecimento, pelo Brasil, da independência da Eslovênia e do estabelecimento de relações diplomáticas com o país. A abertura da Embaixada do Brasil em Liubliana, em 2008, e da Missão Diplomática eslovena em Brasília, em 2010, outorgaram novo dinamismo às relações bilaterais.

Os dois países já possuem enquadramento institucional que rege dinâmica cooperação na área acadêmica e de ciência e tecnologia. A Eslovênia demonstra potencial e abertura para ampliar o intercâmbio de pesquisadores em setores chaves como a biotecnologia, a matemática aplicada ou a geologia, em que o país possui reconhecida excelência acadêmica. É importante ressaltar o interesse do país em participar do Programa Ciências sem Fronteiras, tema tratado quando do encontro, em Roma, no mês de março de 2013, da Senhora Presidenta da República com seu homólogo esloveno, Borut Pahor. Tal encontro coroou um período de intensos contatos de alto nível, iniciado pela Visita de Estado do então Presidente Danilo Türk a Brasília, em 2008. Esta foi sucedida pelas visitas a Liubliana do então Chanceler Celso Amorim, também em 2008, e do então Ministro da Defesa Nelson Jobim, em 2009.

No campo econômico, estuda-se, desde 2008, a conveniência de, através do Porto de Koper, exportar produtos brasileiros à Europa Central e do Leste pelo país. Ademais, a falta de capital doméstico para executar grandes obras de expansão e reforma da infraestrutura deste país poderia atrair investidores brasileiros. Contudo, os esforços de adensamento das relações econômicas têm destacado, com maior vigor, empresas eslovenas, com alto grau de desenvolvimento tecnológico, interessam-se, cada vez mais, pelo mercado brasileiro, dispondo-se a estabelecer “joint-ventures” com companhias nacionais, assegurando transferência de tecnologia. Ademais, a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Eslovênia de assuntos econômicos deve ocorrer no primeiro semestre de 2014.

A convergência de visões em vários pontos da agenda internacional, mormente o compromisso comum com a reforma das instituições de governança global ou a crença em uma visão mais horizontalizada dos temas securitários, aproxima os dois países em fóruns multilaterais. É frequente, nessas instâncias, a conclusão de acordos de apoio mútuo em várias eleições. A Eslovênia foi um dos poucos países europeus a endossar a eleição, em 2011, do novo Diretor Geral da FAO. Ademais, apoiaram, recentemente, a eleição do Brasil à Comissão de Direitos Humanos. Destaque-se, igualmente, o respaldo outorgado à eleição do Embaixador Azevêdo ao comando da Organização Mundial do Comércio.

Esta percepção comum em temas sensíveis embasa a busca por cooperação na área da defesa, setor no qual está em negociação, desde 2011, Acordo-Quadro de Cooperação. Ademais, encontra-se em análise modalidade de uma participação brasileira em projeto esloveno de instalação de uma rede de telemedicina em Cabo Verde. Autoridades eslovenas mencionam regularmente a possibilidade de, a partir da experiência no Arquipélago africano, desenvolva-se a atuação triangular do Brasil e da Eslovênia em outros países.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira na Eslovênia limita-se a 74 nacionais. Não há consulados honorários no país.

Empréstimos oficiais

Não há registro de empréstimos oficiais recebidos da Eslovênia ou concedidos ao país.

POLÍTICA INTERNA

A Eslovênia foi a primeira das seis repúblicas da ex-Iugoslávia (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia) a se separar daquela Federação. Passado curto período de conflito, a chamada “Guerra dos Dez Dias”, em julho de 1991, durante os quais o Exército Popular Iugoslavo tentou evitar a secessão da Eslovênia, o país logrou manter sua plena integralidade territorial e a nação eslovena, após séculos sob o domínio habsburgo e décadas sob o controle de Belgrado, finalmente alcançara sua almejada independência.

O processo democrático esloveno fora marcadamente estável, não tendo havido qualquer ruptura do regime parlamentarista estabelecido pela constituição do país, adotada em dezembro de 1991. Desde 2004, a Eslovênia passa a integrar a União Europeia, e, em 2007, torna-se o primeiro dos países do antigo bloco socialista a entrar para a Zona do Euro.

Não obstante, a crise econômica afetaria profundamente o país, cujo PIB decresceu em 8% no ano de 2009. O prolongamento da recessão refletiu-se em instabilidade política, que levou à queda, no outono de 2011, do Governo do Primeiro-Ministro, e agora Presidente da República, Borut Pahor, e, em seguida, em fevereiro de 2013, do Governo de Janez Janša, atual líder da oposição.

O principal foco do atual debate público no país diz respeito à adoção de controversas medidas de reequilíbrio fiscal, de saneamento dos bancos e

de novas privatizações, propostas pelo Governo do ex-Primeiro-Ministro Janez Janša, desde o início identificado como uma Administração anti-crise. Em decorrência da política de austeridade e de vários escândalos de corrupção, em novembro de 2012, emergiu movimento de contestação popular que motivou a organização de manifestações por todo o país contra a “elite política”.

A derrocada da administração Janša foi precipitada pela publicação de relatório apontando para indícios de corrupção do então Chefe de Governo. Afastado do cargo pela Assembleia Nacional, foi substituído por Alenka Bratušek, que reuniu o apoio dos parlamentares receosos de convocar novas eleições antecipadas, esperadas, a princípio, para maio de 2014, quando a Primeira-Ministra comprometeu-se a submeter-se a voto de confiança dos Deputados. O êxito de Bratušek em relançar a economia eslovena e evitar o “bailout” do país poderá garantir a sua permanência no Governo e evitar um novo sufrágio nacional.

O Legislativo esloveno é bicameral, com seus poderes divididos entre a Assembleia Nacional e o Conselho Nacional. A primeira, constituída por 92 representantes eleitos por voto direto para mandatos de quatro (dois dos quais representam as minorias italiana e húngara), é a voz dos interesses da população em geral. Já o Conselho Nacional, constituído por 40 representantes eleitos por voto indireto para mandatos de cinco anos, dá espaço para a representação de interesses setoriais (fazendeiros, trabalhadores, patronais, artesão, profissionais liberais, representantes locais, etc.). As eleições para o Conselho ocorrem nas agremiações que congregam os interesses setoriais.

POLÍTICA EXTERNA

A Eslovênia logrou, nos anos de 2000, marcante êxito em sua plena integração às estruturas euro-atlânticas de poder: ingressou na União Europeia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2004, e, em 2007, tornou-se o primeiro dos novos membros da União Europeia a integrar a Zona do Euro e a Área Schengen. Em julho de 2010, ingressou na OCDE. Desde que cumprira, com êxito, sua meta prioritária de pertencer àquelas estruturas, a Chancelaria tem buscado redefinir as prioridades de sua política externa.

Sendo, ainda, o primeiro membro da ex-Iugoslávia na União Europeia, a Eslovênia busca exercer papel ativo na construção da paz e estabilidade nos Balcãs Ocidentais, onde concentra, na província secessionista do Kosovo, maior parte de suas tropas destacadas no exterior. Em 2010, lançou o chamado “Processo de Brdo”, com vistas ao

adensamento dos laços entre os países outrora federados à República Socialista, revigorado, em 25 de julho de 2013, quando da I Cúpula de Chefes de Estado dos Bálcãs Ocidentais, da qual participou igualmente o Presidente francês, François Hollande. Liubliana advoga, outrossim, a contínua ampliação da União Europeia, para integrar todos os Estados da região, bem como a Turquia. Liubliana, entusiasta do aprofundamento, geográfico e substantivo, da comunidade europeia - otimismo compartilhado pelo Governo e pela opinião pública, mesmo em meio à crise - enxerga a União Europeia como eixo de desenvolvimento para os países ainda excluídos do bloco.

Ao mesmo tempo, a Eslovênia procura destacar-se no âmbito multilateral, defendendo a reforma da Organização das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, além de defender o aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção ao genocídio. É também muito ativa nas agendas ambiental e de Direitos Humanos.

Nos últimos anos, o país tem envidado esforços para diversificar suas parcerias internacionais, mormente com os países emergentes, e tem reforçado sua diplomacia econômica. É frequente a organização, por Liubliana, de expressivas missões empresariais a países como a Turquia, a Rússia, o Azerbaijão, a Índia, o Japão, entre outros.

A abertura da Embaixada em Brasília e de Escritório Comercial em São Paulo em 2010 resulta desta nova estratégia da Chancelaria local. O Brasil é tido por Liubliana como seu principal parceiro no subcontinente sul-americano. Em junho de 2012, expressiva missão empresarial e de ciência, tecnologia e inovação eslovena visitou São Paulo, onde consolidou contatos com empresários e instituições de pesquisa paulistanas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Eslovênia sempre foi a república mais próspera da Federação iugoslava, graças a sua desenvolvida e diversificada indústria, que inclui tradicional polo automobilístico, produção de eletrodomésticos, além de inovador segmento farmacêutico e aeronáutico. Sua população é altamente qualificada e com bom nível de renda. O país ocupa a 21ª posição – logo após a França – em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o mais elevado dentre todos os países ex-socialistas. Além de investir em alta tecnologia, o país busca firmar-se como ponto de entrada para o mercado da União Europeia, possuindo o estratégico porto de Koper, ademais de desenvolvido sistema rodoviário por onde transitam grande parte do comércio entre a Europa do Leste e a Europa Ocidental (quinto corredor pan-europeu). Nos anos de 2000, após a adaptação ao novo sistema econômico e à perda do mercado iugoslavo, a Eslovênia viveu uma

década de significativo crescimento. Projetos de transformar o país em um centro de alta tecnologia e de logística, no coração da Europa, que então prosperavam, foram sustados, contudo, pela crise de 2008.

Muito dependente do comércio exterior, limitado a parceiros europeus, a Eslovênia foi severamente afetada pela crise de 2008. Atravessou, ao longo de 2009, grave período de recessão, durante o qual o PIB nacional decresceu em 8,1 pontos percentuais, segundo dados oficiais. Em 2011, o PIB sofreu queda de em torno de -0,2%. Dados oficiais apontam para percentual de -2,3% do PIB em 2012 e a continuação desta tendência negativa para o ano em curso. Estima-se que a recessão deverá se estender até 2015.

Além da mencionada dependência em relação aos parceiros comerciais tradicionais, a crise expôs as deficiências estruturais da economia eslovena. O constrangimento da oferta de crédito e o frágil sistema bancário concentram os cuidados dos analistas. Afetado pelo acúmulo de dívidas tóxicas, resultantes de empréstimos generosamente concedidos nos anos de 2000, os bancos anunciaram perdas seguidas nos últimos anos. A forte presença estatal na economia e a resistência à privatização e ao capital estrangeiro são características da economia eslovena.

Apesar de o mercado a princípio reagir de forma positiva às medidas implementadas pelo Governo de Janez Janša (reforma do sistema previdenciário, emendas à legislação trabalhista, adoção de orçamento público austero, estabelecimento de mecanismo para o saneamento do sistema bancário, promoção de novas privatizações), dúvidas sobre a sua continuidade no Governo de Alenka Bratušek motivaram fortes especulações acerca do futuro da Eslovênia e a possibilidade do país recorrer a fundos europeus e sofrer a interferência da troika (União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). Nesse contexto, a Primeira-Ministra se viu impelida a dar continuidade aos esforços de consolidação fiscal, de custoso saneamento do setor bancário e de alienação do patrimônio público.

A crise também levou o Governo de Liubliana a buscar adensar suas parcerias extra-europeias, tendo envidado esforços para abrir-se ao capital estrangeiro e ampliar suas relações econômicas com economias emergentes, e os países do BRICS, em especial.

Parece haver, atualmente, forte consenso entre a classe política no tocante à necessidade de reforma. Já se encontra em funcionamento o mecanismo para absorção dos ativos tóxicos dos bancos (o chamado "bad bank") e 15 empresas já foram selecionadas para a primeira rodada de privatizações.

O comércio exterior da Eslovênia apresentou, em 2012, diminuição de 12,7% em relação a 2008, de US\$ 63,2 bilhões para US\$ 55,2 bilhões.

Em 2012, a Eslovênia figurou como o 70º mercado mundial, sendo o 64º exportador e o 66º importador.

As exportações são destinadas em grande parte aos países vizinhos da União Europeia, que consumiram 90,2% das vendas da Eslovênia em 2012. Individualmente, a Alemanha foi o principal comprador, com 21,3% do total seguida da Itália (11,4%); Áustria (8,3%); Croácia (6,4%) e França (5,6%). O Brasil obteve o 44º lugar entre os compradores em 2012, participando com 0,2% do total.

Os europeus também foram os principais fornecedores de bens à Eslovênia, com 79,4% do total importado. Individualmente, a Itália foi o principal fornecedor, com 17,1% do total em 2012. Seguiram-se: Alemanha (16,1%); Áustria (8,1%); China (5,4%); e Croácia (4,3%). O Brasil obteve a 29ª posição entre os vendedores, com 0,6% do total.

A pauta das exportações da Eslovênia é composta em grande parte por bens com alto valor agregado. Máquinas elétricas representaram 12,2% do total em 2012. Seguiram-se: automóveis (11,6%); máquinas mecânicas (11,2%); e farmacêuticos (9,9%).

A pauta das importações eslovena tem como principal produto os combustíveis (óleos de petróleo refinado), que representaram 16,9% das compras do país em 2012. Seguiram-se: máquinas mecânicas (9,2%); automóveis (9%); máquinas elétricas (8,5%); e plásticos (5,1%).

No ranking do comércio brasileiro em 2012, a Eslovênia posicionou-se como 74º parceiro comercial, sendo o 69º na exportação e o 75º na importação. Entre 2005 e 2012, o intercâmbio comercial entre os países cresceu 183,7%, passando de US\$ 149 milhões para US\$ 424 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 169,1%, e as importações, 274,7%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, apresentou superávit de US\$ 269 milhões em 2012.

As exportações brasileiras para a Eslovênia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 95,7% do total em 2012, com destaque para bagaços da extração do óleo de soja. Os produtos manufaturados classificaram-se em seguida, com 3,6% do total e os semimanufaturados com 0,8%.

Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram quase a totalidade da pauta, com participação de 98,7% no total, com destaque para máquinas, seguidos de semimanufaturados com 1,3%.

A pauta de exportação de produtos brasileiros para a Eslovênia é bastante concentrada. Resíduos das indústrias alimentares (bagaços de extração do óleo de soja) representaram 61% e café (café não torrado, não descafeinado, em grãos) correspondeu a 33,9% da pauta em 2012.

As importações brasileiras originárias da Eslovênia apresentaram concentração em produtos com alto valor agregado. Máquinas elétricas

representaram 39,7% do total em 2012. Ademais, destacaram-se máquinas mecânicas (19,1%); farmacêuticos (10,5%) e automóveis (5,4%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1809	Invasão das tropas napoleônicas e formação das Províncias Ilírias, com capital em Liubliana
1813	Retirada das Tropas napoleônicas e absorção da Eslovênia pelos domínios da dinastia Habsburgo
1848	“Eslovênia Unificada”, primeiro programa político esloveno, lançado por grupo de intelectuais nacionalistas
1918	Fundado o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos
1929	Proclamado o Reino da Iugoslávia
1941	Invasão da Iugoslávia pela Alemanha nazista
1944	Libertação de Belgrado
1945	Início da ditadura do Marechal Josip Broz Tito
1946	Formação da República Federal Popular da Iugoslávia
1963	Formação da República Federal Socialista da Iugoslávia
1974	Constituição estabelecendo nova divisão administrativa da Iugoslávia, com seis repúblicas (Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia) e duas províncias autônomas (Vojvodina e Kossovo)
1980	Morte do Marechal Tito
1990	Plebiscito sobre independência da Eslovênia
1991	Declaração de Independência, em 25 de Junho
2004	Acesso à União Europeia e à OTAN
2007	Adoção do Euro
2008	Assume a Presidência do Conselho da União Europeia
Fevereiro de 2012	Gabinete de centro-direita do Primeiro-Ministro Janez Jansa assume o governo
Março de 2013	Governo de Jansa perde maioria, no contexto dos protestos e de suspeitas de corrupção. Alenka Bratusek, de centro-esquerda, torna-se Primeira Ministra

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1992	Brasil reconhece independência da Eslovênia. Estabelecimento de relações diplomáticas
1994	Criação da Embaixada do Brasil junto à Eslovênia (residente

	em Viena)
1998	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Boris Frlec a Brasília
2007	Criação da Embaixada residente do Brasil em Liubliana
2008	Abertura da Embaixada do Brasil em Liubliana. Visita de Estado do Presidente Danilo Türk. Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Liubliana
2009	Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a Liubliana
2010	Realização de Missão Empresarial da APEX à Eslovênia. Abertura da Embaixada residente da Eslovênia em Brasília
2013	Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Borut Pahor em Roma, à margem da cerimônia de posse do Papa Francisco.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	30/07/1996	30/08/1996
Acordo de Comércio e Cooperação Econômica	16/06/1997	09/02/2000
Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica	29/07/1998	18/04/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	10/12/2009	09/02/2012

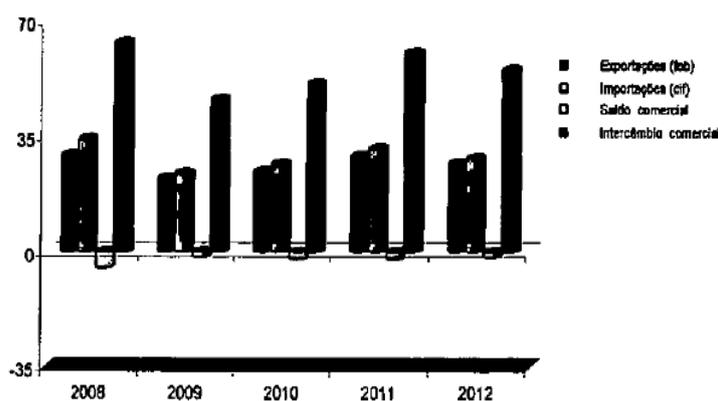
<p style="text-align: center;">Acordo Quadro de Cooperação no Domínio Educativo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia</p>	<p>20/09/2011</p>	<p style="text-align: center;">Em tramitação no Executivo; só poderá vigorar após ser aprovado pelo Congresso Nacional</p>
---	-------------------	--

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

ESLOVÊNIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mar)	2013 (jan-mar)
Exportações (fob)	29,3	22,4	24,4	29,0	26,9	8,12	8,23
Importações (cif)	34,0	23,9	26,6	31,2	28,3	8,31	8,20
Saldo comercial	-4,7	-1,5	-2,2	-2,3	-1,5	-0,19	0,03
Intercâmbio comercial	63,2	46,3	51,0	60,2	55,2	16,43	16,43

Elaborado pelo MRL/DP/CDIC - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, September 2013.

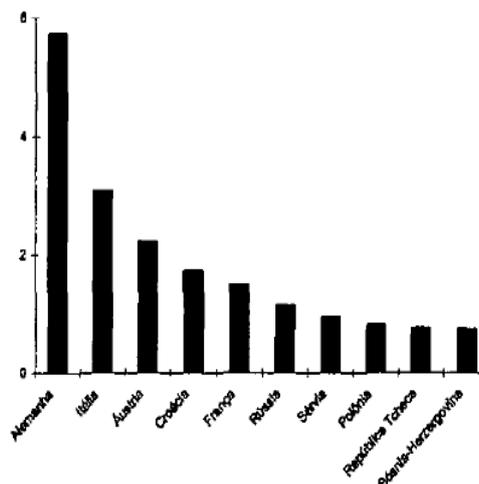


O comércio exterior da Eslovênia, em 2012, apresentou diminuição de 12,7% em relação a 2008, de US\$ 63,2 bilhões para US\$ 55,2 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Eslovênia figurou como o 70º mercado mundial, sendo o 64º exportador e o 66º importador.

ESLOVÊNIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Alemanha	5,73	21,3%
Itália	3,07	11,4%
Áustria	2,23	8,3%
Croácia	1,73	6,4%
França	1,49	5,6%
Rússia	1,13	4,2%
Sérvia	0,94	3,5%
Polônia	0,80	3,0%
República Tcheca	0,75	2,8%
Bósnia-Herzegovina	0,74	2,8%
...		
Brasil	0,05	0,2%
Subtotal	18,60	69,3%
Outros países	8,25	30,7%
Total	26,85	100,0%



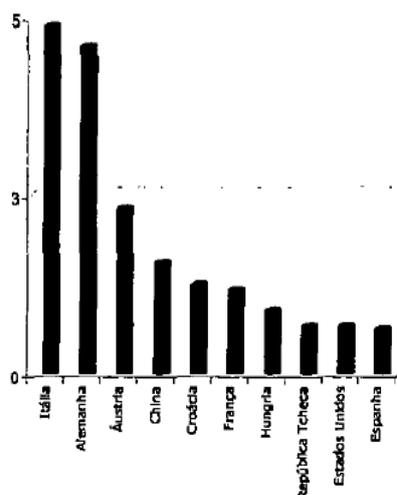
Elaborado pelo MRE-DPR-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trazenaço, September 2013.

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países vizinhos da União Européia, que consumiram 90,2% das vendas da Eslovênia em 2012. Individualmente, a Alemanha foi o principal comprador, com 21,3% do total, seguida da Itália (11,4%); Áustria (8,3%); Croácia (6,4%) e França (5,6%). O Brasil obteve o 44º lugar entre os compradores em 2012, participando com 0,2% do total.

ESLOVÊNIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Itália	4,85	17,1%
Alemanha	4,57	16,1%
Áustria	2,29	8,1%
China	1,54	5,4%
Croácia	1,22	4,3%
França	1,15	4,0%
Hungria	0,87	3,1%
República Tcheca	0,65	2,3%
Estados Unidos	0,65	2,3%
Espanha	0,62	2,2%
...		
Brasil	0,16	0,6%
Subtotal	18,57	65,5%
Outros países	9,78	34,5%
Total	28,35	100,0%



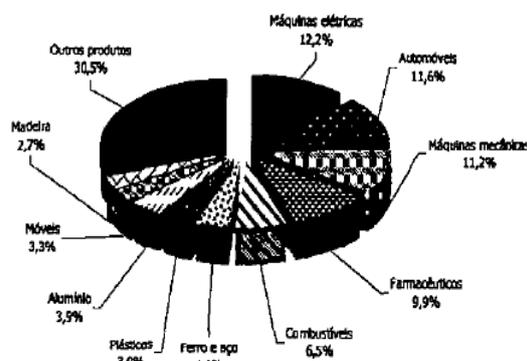
Elaborado pelo MRE-DPR-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trazenaço, September 2013.

Os países da Europa também foram os principais fornecedores de bens à Eslovênia, com 79,4% do total importado. Individualmente, a Itália foi o principal fornecedor com 17,1% do total em 2012. Seguiram-se: Alemanha (16,1%); Áustria (8,1%); China (5,4%); e Croácia (4,3%). O Brasil obteve a 29ª posição entre os vendedores, com 0,6% do total.

ESLOVÊNIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Máquinas elétricas	3,28	12,2%
Automóveis	3,13	11,6%
Máquinas mecânicas	3,01	11,2%
Farmacêuticos	2,66	9,9%
Combustíveis	1,74	6,5%
Ferro e aço	1,11	4,1%
Plásticos	1,06	3,9%
Alumínio	1,05	3,9%
Móveis	0,88	3,3%
Madeira	0,73	2,7%
Subtotal	18,66	69,5%
Outros produtos	8,20	30,5%
Total	26,85	100,0%



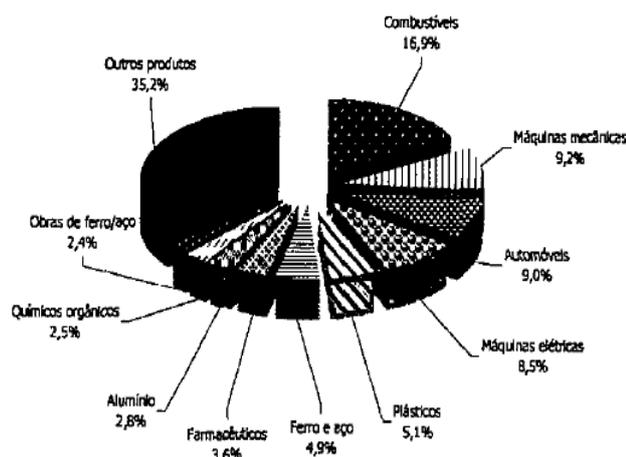
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, Setembro 2013.

A pauta de exportações da Eslovênia é composta em grande parte por bens com alto valor agregado. Máquinas elétricas representaram 12,2% do total em 2012. Seguiram-se: automóveis (11,6%); máquinas mecânicas (11,2%); e farmacêuticos (9,9%).

ESLOVÊNIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	4,79	16,9%
Máquinas mecânicas	2,60	9,2%
Automóveis	2,55	9,0%
Máquinas elétricas	2,40	8,5%
Plásticos	1,45	5,1%
Ferro e aço	1,39	4,9%
Farmacêuticos	1,01	3,6%
Alumínio	0,78	2,8%
Químicos orgânicos	0,72	2,5%
Obras de ferro/aço	0,67	2,4%
Subtotal	18,37	64,8%
Outros produtos	9,98	35,2%
Total	28,35	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, Setembro 2013.

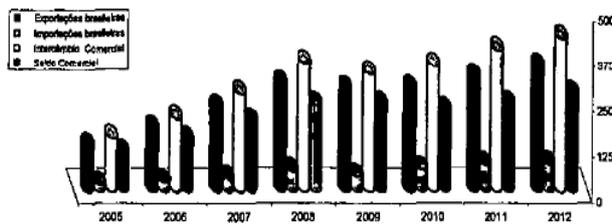
A pauta das importações austríacas é composta, em grande parte, por bens de alto valor agregado. Tem como principal produto combustíveis (óleos de petróleo refinado) que representou 16,9% das compras do país em 2012. Seguiram-se: máquinas mecânicas (9,2%); automóveis (9%); máquinas elétricas (8,5%); e plásticos (5,1%).

BRASIL-ESLOVÊNIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	VAR. % 2005-2012
Exportações brasileiras	128,7	174,0	231,9	296,5	281,9	284,4	315,5	346,2	206,8	232,6	169,1%
Varição em relação ao ano anterior	-2,9%	35,2%	33,3%	27,9%	-4,9%	0,9%	10,9%	9,7%	4,2%	12,4%	
Importações brasileiras	20,7	27,6	38,2	58,0	42,6	61,5	75,7	77,5	52,4	60,4	274,7%
Varição em relação ao ano anterior	10,2%	33,4%	38,3%	52,1%	-26,7%	44,5%	23,1%	2,4%	3,2%	15,4%	
Intercâmbio Comercial	149,4	201,6	270,1	354,6	324,4	345,9	391,2	423,7	259,2	293,0	183,7%
Varição em relação ao ano anterior	-1,3%	35,0%	33,9%	31,3%	-8,5%	6,6%	13,1%	8,3%	4,0%	13,0%	
Saldo Comercial	108,0	146,4	193,7	238,5	239,3	222,9	239,8	268,7	154,5	172,2	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MFC, 2012 e 2013 (atualizado em 11/03/2014). Dados não lançados.

No ranking do comércio brasileiro em 2012, a Eslovênia posicionou-se como 74º parceiro comercial, sendo o 69º na exportação e o 75º na importação. Entre 2005 e 2012, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 183,7%, passando de US\$ 149 milhões para US\$ 424 milhões. Nesse período as exportações cresceram 169,1% e as importações 274,7%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, apresentou superávit de US\$ 269 milhões em 2012.



BRASIL-ESLOVÊNIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	331	95,7%
Semimanufaturados	2,7	0,8%
Manufaturados	12	3,6%
Transações especiais	0,0	0,0%
Total	346,2	100,0%

As exportações brasileiras para a Eslovênia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 95,7% do total em 2012, com destaque para bagaços da extração do óleo de soja. Os produtos manufaturados classificaram-se em seguida, com 3,6% do total e os semimanufaturados com 0,8%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MFC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	0,0	0,0%
Semimanufaturados	1,0	1,3%
Manufaturados	76,5	98,7%
Total	77,5	100,0%

Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram quase a totalidade da pauta, com participação de 98,7% no total, com destaque para máquinas, seguidos dos semimanufaturados com 1,3%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MFC.

BRASIL-ESLOVÊNIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Eslovênia, 2012
			Valor	% no total	
Resíduos inds. Alimentares	163,4	198,1	211,3	61,0%	Resíduos inds. Alimentares 211,3
Café/chá	105,3	96,7	117,3	33,9%	Café/chá 117,3
Borracha	2,9	5,3	4,8	1,4%	Borracha 4,8
Subtotal	271,5	300,0	333,4	96,3%	
Outros produtos	12,9	15,5	12,8	3,7%	
Total	284,4	315,5	346,2	100,0%	

Elaborado pelo MRL/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Arcweb.

A pauta de exportação de produtos brasileiros para a Eslovênia é bastante concentrada. Resíduos das indústrias alimentares (bagaços da extração do óleo de soja) representou 61% e café (café não torrado, não descafeinado, em grãos) com 33,9% da pauta de 2012.

BRASIL-ESLOVÊNIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações bras. originárias da Eslovênia, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas elétricas	27,6	30,5	30,8	39,7%	Máquinas elétricas 30,8
Máquinas mecânicas	9,4	13,3	14,8	19,1%	Máquinas mecânicas 14,8
Farmacêuticos	6,7	9,0	8,1	10,5%	Farmacêuticos 8,1
Automóveis	4,0	4,9	4,2	5,4%	Automóveis 4,2
Ferro e aço	2,9	3,9	3,3	4,3%	Ferro e aço 3,3
Instrumentos de precisão	1,5	2,2	3,1	4,0%	Instrumentos de precisão 3,1
Alumínio	1,9	1,1	2,3	3,0%	Alumínio 2,3
Plásticos	1,2	1,5	1,9	2,5%	Plásticos 1,9
Papel	0,6	2,0	1,8	2,3%	Papel 1,8
Borracha	0,7	1,1	1,3	1,7%	Borracha 1,3
Subtotal	56,4	69,7	71,6	92,4%	
Outros produtos	5,1	6,0	5,9	7,6%	
Total	61,5	75,7	77,5	100,0%	

Elaborado pelo MRL/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Arcweb.

As importações brasileiras originárias da Eslovênia apresentaram concentração em produtos com alto valor agregado. Máquinas elétricas representou 39,7% do total em 2012. Destacaram-se, também, máquinas mecânicas (19,1%); farmacêuticos (10,5%) e automóveis (5,4%).

BRASIL-ESLOVÊNIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-ago)	% do total	2 0 1 3 (jan-ago)	% do total	Exportações bras. para a Eslovênia em 2013 (jan-ago)
Exportações					
Resíduos inds. alimentares	135,6	65,6%	170,9	73,5%	
Café/chá	58,8	28,4%	54,1	23,2%	
Peles e couros	0,9	0,4%	2,4	1,0%	
Borracha	4,1	2,0%	2,2	1,0%	
Subtotal	199,4	96,4%	229,6	98,7%	
Outros produtos	7,4	3,6%	3,0	1,3%	
Total	206,8	100,0%	232,6	100,0%	

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-ago)	% do total	2 0 1 3 (jan-ago)	% do total	Importações bras. originárias da Eslovênia em 2013(jan-ago)
Importações					
Máquinas elétricas	20,3	38,8%	21,7	36,0%	
Máquinas mecânicas	11,3	21,6%	12,9	21,3%	
Farmacêuticos	5,7	10,9%	9,9	16,4%	
Automóveis	2,8	5,3%	3,6	6,0%	
Ferro e aço	2,1	3,9%	2,5	4,1%	
Instrumentos de precisão	1,7	3,2%	2,0	3,3%	
Borracha	0,8	1,5%	1,4	2,4%	
Plástico	1,2	2,4%	1,2	2,0%	
Alumínio	0,9	1,7%	0,8	1,4%	
Matérias albuminóides	0,6	1,2%	0,6	1,0%	
Subtotal	47,4	90,3%	56,7	93,9%	
Outros produtos	5,0	9,5%	3,7	6,1%	
Total	52,4	100,0%	60,4	100,0%	

Elaborado pelo IPEA/OPR/DIC - Divisão de Intelectuais e Comerciais - com base em dados do MDIC/SECEX/Alcega.

Aviso nº 52 - C. Civil.

Em 27 de fevereiro de 2014.

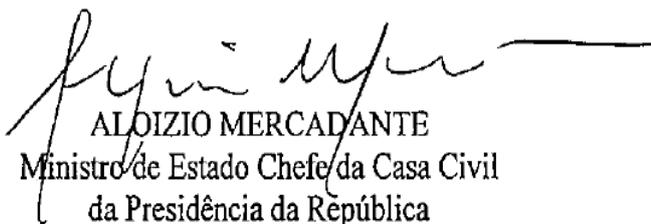
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora KATIA GODINHO GILABERTE, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

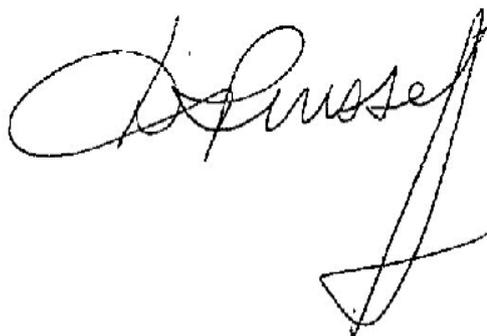
MENSAGEM
Nº 11, DE 2014
(Nº 25/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

Os méritos do Senhor Gilberto Fonseca Guimarães de Moura que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.



EM Nº 00433/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

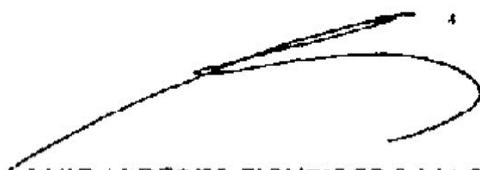
Brasília, 1º de novembro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

EM nº 00433/2013 MRE

Brasília, 1 de Novembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**

CPF.: 343.860.847-20

ID.: 5706 MRE

1952 Filho de Ivo Coutinho de Moura e Alcina Fonseca Guimarães de Moura, nasce em 12 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1981 CAD - IRBr
1990 História pelo Centro Universitário de Brasília/DF
1996 CAE - IRBr, A Polônia em Transição e a Configuração de um Novo Quadro Político-Econômico para o Relacionamento com o Brasil

Cargos:

1974 CPCD - IRBr
1975 Terceiro-Secretário
1978 Segundo-Secretário
1984 Primeiro-Secretário, por merecimento
1992 Conselheiro, por merecimento
1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1975 Departamento da África, assistente
1976 Embaixada em Berlim Oriental, Terceiro e Segundo-Secretário
1980 Embaixada em Ottawa, Segundo-Secretário
1984 Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário
1985 Consulado-Geral de Santa Cruz de la Sierra, Cônsul-Adjunto em missão transitória
1985 Departamento do Pessoal, assessor
1986 Divisão de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, Chefe
1986 Departamento de Pessoal, assessor
1987 Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Chefe
1988 Embaixada em Cingapura, Encarregado de Negócios em missão transitória
1989 Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Adjunto em missão transitória
1992 Departamento do Serviço Exterior, Coordenador Executivo
1992 Embaixada em Paris, Conselheiro
1995 Reunião Ordinária da Comissão Internacional de Pesos e Medidas, Chefe de delegação
1996 Embaixada em Varsóvia, Conselheiro
1998 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe
1999 Departamento de Organismos Internacionais, Diretor-Geral, substituto
2000 Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro e Delegado Permanente Adjunto
2003 Embaixada em Berlim, Ministro-Conselheiro
2007 Coordenação-Geral de Seguimento da Cúpula África-América do Sul e de Temas Multilaterais Africanos, Coordenador-Geral
2007 Coordenação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, Coordenador-Geral
2007 Coordenação-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes (Coordenador-Geral)
2009 Departamento da Ásia e Oceania, Diretor

- 2011 Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais
2012 Embaixada em Liubliana, Embaixador

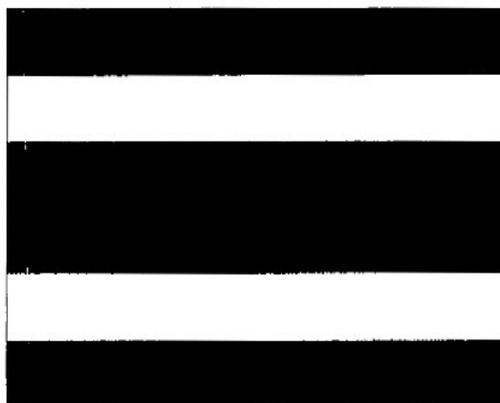
Condecorações:

- 1991 Medalha do Mérito Santos Dumont
1992 Cruz Pro Ecclesia et Pontificia, Vaticano
2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TAILÂNDIA



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2013**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Tailândia
CAPITAL	Bangkok
ÁREA	514 mil km ²
POPULAÇÃO (2012)	64,4 milhões
IDIOMA OFICIAL	Tailandês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (95%), islamismo (4%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Casa de Representantes)
CHEFE DE ESTADO	Rei Bhumibol Adulyadej (desde 1946)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra e Ministra da Defesa Yingluck Shinawatra (desde 2011)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vice-Primeiro-Ministro Surapong Tovichakchaikul (desde 2011)
PIB nominal (2012)	US\$ 365,6 bilhões
PIB PPP (2012)	US\$ 651,9 bilhões
PIB nominal per capita (2012)	US\$ 5.679
PIB PPP per capita (2012)	US\$ 10.126
IDH	0,690/103º de 187 (Brasil: 0,730/85º; mundo: 0,694)
EXPECTATIVA DE VIDA (anos)²	74,3 (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ALFABETIZAÇÃO	93,5%
DESEMPREGO	0,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Baht
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sr. Tharit Charungvat deixou o Posto em outubro de 2013. Aguarda-se novo Embaixador
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	500 indivíduos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → TAILÂNDIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-set)	2013 (jan-set)
Intercâmbio	677,1	1.087,6	1.409,2	1.468,8	1.972,7	2.986,0	2.402,7	3.325,3	4.217,4	4.575,2	3.466,9	3.130,2
Exportações	416,2	647,5	887,2	732,0	967,5	1.565,7	1.132,0	1.486,4	1.818,1	2.071,3	1.574,7	1.267,8
Importações	260,9	440,1	522,0	736,8	1.005,2	1.420,3	1.270,7	1.838,8	2.399,3	2.503,9	1.892,1	1.862,4
Saldo	155,2	207,5	365,2	-4,8	-37,7	145,4	-138,7	-352,4	-581,3	-432,6	-317,4	-594,7

PERFIS BIOGRÁFICOS**BHUMIBOL ADULYADEJ**

(pronúncia: Pumipon Aduniadet)

Rei da Tailândia

Também conhecido como Rama IX, nasceu em 5 de dezembro de 1927, em Cambridge, Massachussets, EUA (quando seu pai cursava programa na Universidade Harvard). É graduado em Ciência Política pela Universidade de Lausanne, Suíça. Professa o Budismo, religião oficial da Tailândia.

Iniciou seu reinado em 1946, aos 18 anos, após misteriosa morte a tiro de seu irmão mais velho, Rei Ananda Mahidol, aos 20 anos. É o Chefe de Estado há mais tempo no cargo atualmente, e em toda a história da Tailândia. É casado com a Rainha Sirikit, com quem tem um filho (o Príncipe-Herdeiro Vajiralongkorn) e três filhas. É o nono monarca da Dinastia Chakri, iniciada em 1782.

É muito reverenciado pelo povo tailandês, que por ele nutre enorme simpatia e respeito (a Tailândia possui severa lei de "lesa majestade").

YINGLUCK SHINAWATRA*(pronúncia: Inglak Tchinauát)**Primeira-Ministra e Ministra da Defesa*

Nascida em 21 de junho de 1967, em Chiang Mai, principal cidade do norte da Tailândia, é casada e tem um filho. De ascendência chinesa, é irmã do ex-Primeiro Ministro Thaksin Shinawatra (2001-2006), deposto por golpe militar quando participava da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2006, e que se encontra no exterior, foragido da Justiça.

Yingluck é bacharel em Administração Pública pela Universidade de Chiang Mai e Mestre pela Universidade de Kentucky, na mesma área.

Construiu carreira profissional no ramo dos negócios (especialmente na área de telecomunicações) e ingressou na vida política no final de 2010, pelo partido Pheu Thai (pró-Thaksin). Com maioria no parlamento e coalizões com mais cinco partidos, foi empossada como Primeira-Ministra em agosto de 2011 (a primeira mulher a ocupar o cargo na Tailândia). Em junho de 2013, assumiu também a Pasta da Defesa, o que pode indicar boa sintonia sua com os estamentos militares.

SURAPONG TOVICHAKCHAIKUL
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 1953. É formado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Khon-Kaen, Tailândia, e tem Mestrado em Engenharia Mecânica pela Youngstown State University, em Ohio. Tem Ph.D. em Engenharia Mecânica pela Universidade de Akron, Ohio.

Entre 1996 e 2000, foi membro da Câmara dos Representantes e Vice-Presidente do Comitê Permanente da Agricultura e Cooperativas da Câmara dos Deputados. Ocupou também o cargo de Presidente da Comissão Permanente sobre assuntos monetários e instituições financeiras da Câmara dos Deputados, de 2007 a 2011.

Exerce a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros desde agosto de 2011, quando tomou posse o Gabinete de Yingluck Shinawatra.

Em outubro de 2012, foi nomeado um dos cinco Vice-Primeiros-Ministros da Tailândia.

Surapong visitou o Brasil em agosto de 2012, quando manteve encontro com o então Chanceler Antonio Patriota.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 1959. A Embaixada do Brasil em Bangkok foi aberta no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia em Brasília, em 1964.

O relacionamento é especialmente promissor nas áreas de comércio e investimentos; energia (sobretudo biocombustíveis); ciência e tecnologia; pesquisa agrícola; saúde; e turismo. Em 2012, a Tailândia manteve-se como o principal parceiro comercial do Brasil na Associação dos Países do Leste Asiático (ASEAN), posição que ocupa desde 2009. O Brasil também é o principal parceiro comercial da Tailândia na América Latina. Durante a realização da II Comissão Mista, em Brasília, em 29 de junho de 2012, a Parte tailandesa anunciou a meta de US\$ 12 bilhões para as trocas comerciais até 2016. Entre 2006 e 2011, a intensificação das relações foi prejudicada pela instabilidade política do país (cinco gabinetes no período, situação que mostra sinais positivos de mudanças, desde a posse da atual Primeira-Ministra). A troca de visitas entre os Chanceleres em dois anos seguidos e a possibilidade de visita da Primeira Ministra ao Brasil são sinais animadores para o futuro das relações.

Visitas e reuniões

Brasil e Tailândia mantêm dois mecanismos de interlocução política regular: Comissão Mista (II reunião ocorrida em junho de 2012) e Consultas Políticas (instrumento assinado em 2012, ainda não se reuniu). Existe a possibilidade de criação de Grupo de Amizade Parlamentar (a seção tailandesa já existe e visitou o Brasil em dezembro de 2012).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia (e, atualmente, também Vice-Primeiro-Ministro), Surapong Tovichakchaikul, visitou o Brasil em agosto de 2012, quando se encontrou com o então Chanceler Antonio Patriota e com a Secretária de Agricultura de São Paulo, Mônica Bergamaschi. No Itamaraty, propôs a elevação das relações ao status de parceria estratégica. Em São Paulo, tratou especialmente da cooperação na área de biocombustíveis.

A Princesa Chulabhorn visitou o Rio de Janeiro, em junho de 2012, para participar da Rio+20. Em seguida, realizou-se, em Brasília, em 29 de junho de 2012, a II Comissão Mista (a primeira teve lugar em Bangkok, em 2008), conduzida, do lado tailandês, pelo Vice-Secretário Permanente dos Negócios Estrangeiros, Chalernpol Thanchitt, e pela Senhora Subsecretária-Geral Política II do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, do lado brasileiro.

Já visitaram o Brasil três Primeiros-Ministros e vários Ministros tailandeses, entre eles três Ministros dos Negócios Estrangeiros, em 2006 (Kantathi Suphamongkhon); 2008 (Sompong Amornvivat, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN); e 2012, como mencionado. Em outubro de 2009, o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Panich

Vikitsreth, esteve no País, acompanhado de delegação empresarial, e manteve encontro com o então Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Antonio Patriota. Em abril de 2011, ocorreu a visita de missão técnica da "National Science and Technology Development Agency" (NSTDA), entidade ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia da Tailândia.

O Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Tailândia e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros tailandês (de 2008 a 2011), Deputado Kasit Piromya (de partido de oposição), visitou o Brasil em dezembro de 2012, com vistas a conhecer a experiência do País nas áreas de redução de desigualdades econômicas e sociais (em especial entre as cidades e a zona rural), redemocratização e manejo florestal. Posteriormente, em reunião com o Embaixador do Brasil, em fevereiro de 2013, informou ter constatado grande potencial de cooperação em agricultura e cooperação trilateral em medicina tropical; e disse estar empenhado em levar à Tailândia especialistas brasileiros em abate *halal*.

A Princesa Sirindhorn (segunda filha do Rei Bhumibol, e que desfruta de grande estima junto à população) demonstrou interesse em conhecer os programas brasileiros de transferência de renda e desenvolvimento rural, após conversa com o Professor Graziano (Diretor-Geral da Organização para Alimentação e Agricultura - FAO), em agosto de 2011, em Bangkok. Considera-se a possibilidade de futura visita ao País.

Ademais, a Primeira-Ministra Yingluck teria interesse em realizar visita ao Brasil, em 2014.

No campo da cooperação técnica, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visitou Bangkok em agosto de 2013, para identificar projetos de atuação conjunta em terceiros países (até o momento, a cooperação técnica limita-se à esfera bilateral). Além disso, missão do Arranjo Produtivo Local do Alcool - APLA (entidade que congrega empresas e entidades públicas do setor sucroalcooleiro) participou na Tailândia, em maio de 2013, do evento *Sugar Asia 2013*, e cumpriu agenda bilateral. Durante os contatos mantidos, foram identificadas oportunidades de vendas de usinas de etanol e de cooperação científica no setor.

Além da recente visita do Diretor da ABC (ago/13), visitaram também a Tailândia a Sra. Subsecretária-Geral Política II do MRE (mar/12 e nov/10); o então Diretor da ABC (mar/11); o então Ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende (nov/10); e o então Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin (jun/10). Uma segunda missão da ABC, com foco na área ambiental, visitou Bangkok em julho de 2011. As visitas brasileiras de mais alto nível foram as dos ex-Chanceleres Lampreia, em 1996, e Celso Amorim, em 1994.

Temas de cooperação

Diálogo ABC- Thailand International Development Agency (TICA)

A ampliação do escopo da cooperação técnica para terceiros países cria oportunidades relevantes de atuação conjunta entre a ABC e a TICA. Em 2012, o Brasil recebeu duas missões tailandesas de estudos, no âmbito da parceria entre as duas instituições: uma sobre controle da mosca da fruta, em março, e outra sobre produção mecanizada de cana de açúcar para produção de energia alternativa, em julho.

Em agosto de 2013, o Diretor da ABC visitou Bangkok e manteve reunião com o Diretor da TICA. Na ocasião, a Tailândia apresentou propostas de cooperação nas áreas de monitoramento da mosca da fruta (continuação do projeto); mecanização da lavoura da cana-de-açúcar para produção de etanol (continuação); uso de inimigos naturais contra pragas; e aplicação sustentável de biocombustíveis. Foi discutida também a viabilidade de iniciativa trilateral em prol de Myanmar, possivelmente nas áreas de agricultura e segurança alimentar, tendo a Parte tailandesa entregue "concept paper" a respeito.

Energia e biocombustíveis

Os entendimentos bilaterais sobre a cooperação no campo do etanol remontam a 2004, quando o então Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues visitou a Tailândia, para participar da Conferência sobre biocombustíveis ASEAN+3, que foi seguida por novo evento na área ("Workshop on Thailand/Brazil Alternative Energy Cooperation"). Em 2008, a Tailândia enviou três missões ao Brasil, na área energética, uma delas chefiada por autoridade de nível ministerial.

A Tailândia é o segundo maior exportador e o quarto maior produtor de açúcar do mundo, mas, ainda assim, o setor de etanol é incipiente. Em maio de 2013, foi realizada missão do Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA) à Tailândia, chefiada pelo Diretor-Executivo Flavio Castelar.

Foram identificadas oportunidades para a venda de usinas de etanol completas, no contexto da política de adoção gradual de biocombustíveis, prevista pelo "Plano de Desenvolvimento de Energias Renováveis e Alternativas 2012-2021", do Ministério da Energia tailandês. Segundo o mencionado Plano, o consumo de etanol no país deverá subir dos atuais 2,3 milhões de barris/dia para 9 milhões em 2021. A produção de etanol no país é crescente, tendo atingido 1,2 bilhão de litros em 2012. A política de mistura de etanol à gasolina começou a ser obrigatória em janeiro de 2013.

Durante a visita, a Vice-Diretora da National Science and Technological Development Agency (NSTDA) manifestou a disposição de oferecer a empresas

brasileiras espaço físico dentro do complexo da instituição. No que tange ao etanol, as pesquisas da NSTDA estão mais focadas no desenvolvimento de novas fontes (uso de celulose, resto de esgoto e algas) do que no melhor aproveitamento industrial das fontes já existentes - cana e mandioca.

Durante visita a Bangkok do Diretor da ABC, em agosto de 2013, a Parte tailandesa solicitou a continuidade de projeto sobre mecanização da produção de cana-de-açúcar para geração de etanol e projeto, na área de aplicação de biocombustíveis.

Em agosto de 2012, durante encontro entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros Surapong Tovichakchaikul e a Secretária de Agricultura de São Paulo, Mônica Bergamaschi, foi discutida a possibilidade de a Tailândia e aquele estado estabelecerem cooperação na área de biocombustíveis, com a possível assinatura de acordo, com vistas à transferência de conhecimento e tecnologia (a Tailândia poderia, por exemplo, compartilhar sua experiência de produção de etanol à base de mandioca). Durante a visita, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Surapong informou que o Ministro da Energia da Tailândia pretende visitar o Brasil.

A exemplo de manifestações anteriores, a delegação tailandesa à II Comissão Mista demonstrou especial interesse na área de energia, tendo mantido encontros em Brasília, no Rio de Janeiro e em Campinas, com representantes das seguintes instituições: Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE); Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Petrobras; e Eletrobras. A Parte tailandesa suscitou a possibilidade de assinar-se Memorando de Entendimento interinstitucional na área de energia (entre as respectivas Pastas nacionais), tendo enviado proposta posteriormente (ora em consideração no MME).

Em 2011, a matriz energética tailandesa teve a seguinte composição: petróleo 48,25%, gás natural 35,20%, carvão e lignita 14,22%, hidrelétrica 1,53%, importação direta de eletricidade de países vizinhos 0,80%. As fontes térmicas respondem, juntas, por mais de 97% da energia consumida no país, o que possui desdobramentos ambientais e geopolíticos. A Tailândia é fortemente dependente da importação de petróleo, particularmente dos Emirados Árabes Unidos (38,4% das importações), Arábia Saudita (17,5%), Rússia (7,9%), Omã (7,1%) e Malásia (6,6%). No total, as importações correspondem a mais de dois terços de todo o petróleo consumido no país, seja para geração de energia elétrica, uso automotivo, industrial e outros. A Tailândia já utilizou mais de 70% de suas reservas de gás natural, as quais se esgotarão nos próximos dez anos.

O Ministério da Energia do país estabeleceu, em 2009, um plano para a adoção do etanol misturado à gasolina, na proporção de 20% (E20). Desde então, todos os automóveis fabricados no país têm sido preparados para tal uso. Os motores são os mesmos que equipam os automóveis a gasolina no Brasil há muitos anos, uma vez que a adição de etanol em nosso combustível em

proporções similares ocorre desde 1975. A disponibilização do etanol como combustível nos postos é um desejo das autoridades locais, ainda longe de ser uma realidade: em Bangkok, a estatal de petróleo PTT possui apenas 20 postos de combustíveis com disponibilidade de álcool E85 em suas bombas. Os planos da PTT preveem a disponibilidade da mistura E20 em mil postos em toda a Tailândia até o fim de 2013.

A mandioca é a principal fonte, uma vez que, devido ao terreno pantanoso na maior parte da planície central do país, a produção de cana-de-açúcar só pode ser feita ao longo de quatro meses ao ano, metade do tempo observado no Brasil. Empresas brasileiras estão envolvidas com a venda de equipamentos especializados na produção de etanol para agroindústrias tailandesas.

Há estudos em curso, no âmbito do Ministério da Energia, para a construção de usinas nucleares no país, em particular desde o anúncio de que o Vietnã estará construindo duas usinas desse tipo, de 1400 megawatts cada. Os periódicos de negócios têm aventado que empresas japonesas estariam envolvidas.

Além de aumentar sua produção doméstica de etanol, a Tailândia tenciona converter-se em centro regional de distribuição do insumo.

Educação

Em 2011, foi estabelecido Leitorado de Língua Portuguesa na Universidade Chulalongkorn (a mais prestigiosa da Tailândia), com aulas conduzidas por professora brasileira. No mesmo ano, a FUNAG, em cooperação com o Governo tailandês, lançou edição sobre a Tailândia, na série "O Livro na Rua", para divulgação do país no Brasil. Em 2012, havia 55 estudantes tailandeses do ensino médio no Brasil, em intercâmbio cultural privado promovido pelo "American Field Service".

A Tailândia está habilitada a enviar estudantes no âmbito dos programas PEC-G e PEC-PG, com base no Acordo de Cooperação Técnica e Científica. Entretanto, o fato de a prova do CELPE-BRAS (proficiência em língua portuguesa) não ser aplicada no país tem dificultado a participação de estudantes tailandeses (o local mais próximo de aplicação do CELPE-BRAS é Macau). Ainda assim, em 2012, foi selecionada a primeira estudante tailandesa no âmbito do programa, que deverá cursar Relações Internacionais na USP (antes de iniciar seu curso, porém, ela passará um ano estudando português no Brasil). Existem laços da Universidade da Câmara de Comércio Tailandesa (que mantém um Centro de Comércio do Sudeste Asiático e da América Latina) com a Fundação Getúlio Vargas e a USP. Por sua vez, a Universidade Burapha mantém laços com o SEBRAE.

Em fevereiro de 2013, foi lançado o livro "Português para Tailandeses", de autoria da leitora brasileira Laura Ferreira, na Faculdade de Artes da Universidade de Chulalongkorn, em Bangkok.

Esportes

Há potencial para maior cooperação na área desportiva, em particular em futebol e Muay Thai (boxe tailandês). O Brasil é o país que tem mais centros de estudo e prática (academias) de Muay Thai do mundo – número que cresce aceleradamente –, superando inclusive a Tailândia.

Ajuda humanitária

Em dezembro de 2011, o Brasil doou US\$ 50 mil à Tailândia, a título de ajuda humanitária, em razão das fortes enchentes que afetaram a região no segundo semestre daquele ano.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros na Tailândia é prestada pela Embaixada em Bangkok. Há Consulado honorário subordinado à Embaixada, na cidade de Phuket, que tem jurisdição sobre as províncias tailandesas de Phuket, Krabi, Phang Nga e Ranong. Há 500 brasileiros na Tailândia.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano da Tailândia.

POLÍTICA INTERNA

A monarquia constitucional foi instaurada na Tailândia em 1932. O atual monarca, Bhumibol Adulyadej, que assumiu o trono em 1946, é alvo de grande veneração e exerce papel de união nacional, motivo pelo qual sua frágil saúde suscita grande preocupação. Registraram-se frequentes golpes militares no país até 1992; seguiu-se período de relativa estabilidade, até o golpe militar de 2006, que destituiu Thaksin Shinawatra, e que deu início a novo ciclo de instabilidade que se estendeu até 2011. Desde então, o país vive período de relativa normalidade.

A trajetória de Thaksin Shinawatra, que foi Primeiro-Ministro de 2001 a 2006 (com uma reeleição em 2005) é o grande divisor de águas da evolução política recente da Tailândia. Apesar de não ser oriundo da elite nacional, Thaksin é dono de grande fortuna e tem grande poder de mobilização sobre os segmentos mais pobres, em especial camponeses das regiões central e norte do país. Entre sua deposição, em 2006, e 2011, sucederam-se cinco Gabinetes. Apesar dos resultados econômicos positivos durante o Gabinete de Abhisit Vejjajiva, opositor a Thaksin (2008 a 2011), a irmã de Thaksin, Yingluck Shinawatra, assumiu o cargo de Primeira-Ministra, em agosto de 2011, após seu partido haver conquistado 265 das 500 cadeiras da Câmara Baixa.

De acordo com a *Freedom House*, a Tailândia é um país parcialmente livre, no que diz respeito aos direitos civis e à liberdade política, equiparada à Malásia e a Cingapura. Segundo a ONG Transparência Internacional, o índice de corrupção percebida na Tailândia foi o 83º mais alto do mundo, entre 176 países, em 2012 (o Brasil ficou na 68ª posição). Na avaliação da ONG Repórteres sem Fronteira, é o segundo país da ASEAN com maior liberdade de imprensa (atrás de Brunei), em 2013, ocupando a 135ª posição no mundo, entre 179 países.

O Poder Legislativo do país é a Assembleia Nacional bicameral, composta pelo Senado e pela Câmara Baixa. A atual composição do Senado conta com 150 membros, sendo 75 eleitos pelas províncias, 1 por Bangkok e os outros 74 por uma Comissão Especial do Senado. Entretanto, em outubro de 2013, foi aprovada emenda constitucional segundo a qual o Senado passará a ter 200 membros, todos eleitos diretamente. A duração do mandato dos senadores é de 6 anos, e a instituição não pode ser dissolvida. Já a Câmara Baixa possui 500 membros, sendo 375 eleitos diretamente e 125 com base em sistema proporcional de listas partidárias. O mandato dos deputados é de quatro anos, com a possibilidade de haver dissolução da Câmara antes do término da legislatura. Além disso, a Câmara tem o poder de destituir o Primeiro-Ministro e o Gabinete de Ministros, por meio de voto de confiança.

Breve histórico

A formação da Tailândia remonta ao século XIII, quando o Reino Budista de Sukhothai foi fundado. No século XIV, Rama Tibodi fundou um novo reino tai, nas planícies do Rio Chao Phraya, com capital em Ayutthaya (hoje, importante cidade turística do país). Já no século XVIII, os birmaneses invadem a sede do Reino. O general Pya Taksin os expulsa e reinstala a capital em Thonburi, que sediou o Estado por quinze anos. Por fim, quando o general é deposto, Bangkok é escolhida como capital pela dinastia Chakri (atualmente no trono), em 1782. A Tailândia foi o único país do sudeste asiático que não sofreu colonização europeia. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, o território tailandês foi utilizado pelo Japão – ao qual chegou a aliar-se – em apoio às atividades militares japonesas no Sudeste Asiático.

Em 1932, foi instaurado no país, por meio pacífico, o regime de monarquia constitucional. Em 1946, após a morte misteriosa a tiro de seu irmão mais velho, o Rei Ananda Mahidol, assume o trono o Rei Bhumibol Adulyadej, iniciando reinado que se estende até hoje (o mais longo atualmente no mundo). Na segunda metade do século XX, a Tailândia viveu período de rápido crescimento econômico, sobretudo em função dos investimentos industriais de Japão e Estados Unidos. Ao longo do século XX, a Tailândia sofreu mais de uma dezena de golpes militares, os dois mais recentes sendo em 1992 e em 2006.

Conjuntura

Os dois anos de mandato exercido até o momento pela Primeira-Ministra Yingluck Shinawatra são o período de maior estabilidade da Tailândia na última década. Desde sua posse, em agosto de 2011, nota-se relativa calma política, sem, até o momento, as intensas manifestações populares que antagonizavam “camisas vermelhas” (que tendem a apoiar o Partido Pheu Thai, a que pertence a Primeira-Ministra) e “camisas amarelas” (a que se filiam as forças de oposição, contrárias a Thaksin) nas administrações anteriores. Entretanto, na esfera política, persiste o conflito entre os partidários do ex-Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra (que formam o atual governo) e seus opositores (que ocuparam o governo de 2008 a 2011).

Em abril de 2012, Thaksin visitou o Camboja e o Laos, onde discursou para tailandeses que se deslocaram àqueles países para encontrá-lo. Na ocasião, declarou a seus partidários que desejava regressar à Tailândia ainda em 2012, mencionando como possível data a de seu aniversário, em 26 de julho. Pouco depois, em maio de 2012, realizou pronunciamento por vídeo-conferência, em que conclamou os “camisas-vermelhas” a se absterem de conflitos, e “put unity before justice”, referindo-se às reivindicações dos camisas-vermelhas de

punição aos que perpetraram a violenta contenção dos protestos durante o governo de Abhisit Vejjajiva (2008-2011).

No final de 2012, o Gabinete de Yingluck Shinawatra voltou atrás em iniciativa de conceder perdão real a cidadãos condenados por tráfico de drogas, corrupção ou foragidos da justiça (Thaksin enquadra-se nas duas últimas condições). A medida seria anunciada em 5 de dezembro de 2011, data de aniversário do Rei.

Em janeiro de 2012, a Primeira-Ministra Yingluck empreendeu reforma em seu gabinete ministerial. Foram substituídos um Vice-Primeiro-Ministro, quatro Ministros e três Vice-Ministros, e houve seis trocas de titulares de Pastas. Destaca-se a substituição dos Ministros da Defesa e das Finanças e a nomeação de líder "camisa vermelha" Natthawut Saikua, como Vice-Ministro da Agricultura.

Em 13 de julho de 2012, o Partido da Primeira-Ministra Yingluck Shinawatra conquistou importante vitória na Corte Constitucional Tailandesa, que rejeitou cinco demandas de partidos de oposição contra o Pheu Thai, que pediam sua dissolução e a cassação (por cinco anos) dos direitos políticos de todos os membros de sua executiva, em razão de sua proposta de lei de criação de Assembleia Constituinte para realizar emendas à Constituição de 2007. As demandas à Corte alegavam, inclusive, que a proposta incluiria intenção de derrubar a monarquia. A decisão da Corte permite que o Pheu Thai reforme partes da Constituição, formulada pelo regime militar que depôs Thaksin Shinawatra, em 2006. A criação de Assembleia Constituinte, contudo, deverá passar por referendo popular. Na ausência de aprovação prévia em referendo, o parlamento poderia emendar a constituição, artigo por artigo.

De acordo com analistas tailandeses, partidos de oposição e setores oposicionistas (em particular, os militares) veem com ceticismo as propostas de mudança constitucional do Pheu Thai, que visariam, segundo eles, à anulação da condenação de Thaksin e o seu retorno ao país (a seção 309 da Carta de 2007 legaliza a remoção de Thaksin do poder e sua condenação pelos militares).

Em novembro de 2012, grande manifestação em Bangkok, com 17 mil participantes, organizada pelo movimento "Pitak Siam" em protesto contra o governo, gerou enfrentamento com a polícia. O governo agiu com presteza para evitar a anarquia. O movimento "Pitak Siam" tinha como objetivo declarado a derrubada do governo da Primeira-Ministra Yingluck pelas forças armadas, substituindo-o por um congelamento da democracia na Tailândia durante cinco anos.

A Primeira-Ministra Yingluck tem conseguido manter altos os índices de aprovação ao governo (acima de 70%).

Como mencionado, o frágil estado de saúde do Rei Bhumibol Adulyadej suscita muitas preocupações em relação ao futuro político da Tailândia.

A lei de Lesa Majestade é bastante severa no país, o que gera controvérsias. O jornalista tailandês Somyot Prueksakasemsuk foi condenado

em março de 2013 a dez anos de prisão por lesa-majestade, por ter publicado, em 2010, dois artigos que foram considerados insultuosos à família real. A condenação foi objeto de críticas de diversas autoridades e entidades da área de direitos humanos, como a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a "Human Rights Watch", a "Freedom House", e a Anistia Internacional.

Insurreição no Sul da Tailândia

A Tailândia enfrenta movimento de insurreição de inspiração islâmica nas províncias do extremo sul, onde há importante comunidade de etnia malaia.

Em março de 2013, pela primeira vez na história da insurreição, foram realizadas conversações formais entre o governo tailandês e um grupo rebelde (BRN- Frente Revolucionária Nacional), na Malásia, país facilitador. Os insurgentes pediram anistia e o governo a cessação de ataques contra civis. Ficou acertada a realização de encontros mensais. Os desenvolvimentos recentes na região, apesar de lentos, têm sido recebidos positivamente na Organização de Cooperação Islâmica, da qual a Tailândia é observadora.

Por outro lado, o governo dos EUA classificou a Tailândia, em abril de 2013, como o país da Ásia com a maior probabilidade de sofrer um ataque terrorista. No mundo, estaria em quinto lugar.

Há denúncias de violações dos direitos humanos na região, cometidas alegadamente pelas forças armadas, que têm papel preponderante nas províncias mais instáveis. A inexistência, há anos, de punição a militares ou paramilitares por infrações aos direitos humanos alimenta ressentimentos contra o governo e o exército tailandeses.

POLÍTICA EXTERNA

A Tailândia ocupa papel de destaque no Sudeste Asiático, pela combinação de sua dimensão territorial (superfície equivalente à da Bahia); expressão populacional (67 milhões de habitantes); e relativa pujança econômica (2º maior PIB da ASEAN e corrente de comércio exterior equivalente à brasileira, apesar de ter um PIB de cerca de 1/5 do nosso). Além de membro-fundador e participante ativo nos trabalhos da ASEAN, é tradicional aliado dos EUA na região, tendo enviado tropas para as Guerras na Coreia, no Vietnã e no Iraque.

A relativa estabilidade interna do Governo Yingluck tem levado, no último ano, a um maior dinamismo da Tailândia nos âmbitos bilateral, regional e multilateral. Destaca-se, nesse aspecto, que a Primeira-Ministra Yingluck já fez 52 viagens ao exterior em seus 2 anos no cargo, e que o país se empenha em candidatura a assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU, biênio 2017-2018. O histórico conflito com o Camboja está, por hora, controlado, e o comércio bilateral entre os dois países cresceu de forma acelerada no último ano. Novos postos de fronteiras foram abertos e recente acordo migratório tem facilitado intenso fluxo de nacionais na zona de fronteira.

Mais recentemente, em setembro de 2013, Yingluck tornou-se a segunda mandatária tailandesa a visitar oficialmente o Vaticano, quando manteve encontro com o Papa Francisco (Tailândia, de religião oficial budista, mantém relações diplomáticas com a Santa Sé há 390 anos). No mesmo mês, realizou controversa visita a Montenegro, país que concedeu passaporte a seu irmão, Thaksin Shinawatra, quando o governo de Abhisit Vejjajiva revogou-lhe o documento em 2009. O único continente no qual ainda não esteve é a América do Sul. Como mencionado, há planos de visita ao Brasil e, possivelmente, Peru e Chile, no próximo ano. A oposição, por outro lado, aponta os altos gastos envolvidos e descreve as frequentes viagens como subterfúgios para poupar a mandatária dos acirrados debates políticos no Parlamento.

Outro exemplo do renovado ativismo tailandês é a "Iniciativa Tailândia-África", lançada no início de 2013, que envolve projetos comuns com diversos países africanos em setores como desenvolvimento sustentável, saúde pública, direitos humanos e segurança alimentar e energética. Em fevereiro de 2014, Bangkok deve sediar o "1st Thai-Africa High Level Dialogue", que poderá reunir expressiva quantidade de chefes de estado africanos.

A estratégia diplomática tailandesa, em anos recentes, consiste em substituir a influência direta – que antes exercia sobre as antigas Indochina francesa e Birmânia – por um papel de centro irradiador, em termos de comércio e investimentos. O país destaca-se, por exemplo, como principal investidor no

Laos, a despeito da proximidade da China. Em Myanmar, a Tailândia está investindo mais de US\$ 10 bilhões, no megaprojeto do porto de Dawei.

Temas multilaterais

Como mencionado, a Tailândia é candidata, com apoio do Brasil, a um assento não-permanente no CSNU no biênio 2017-2018. O país apoia a expansão do número de assentos permanentes e não-permanentes do Conselho, mas é contrária à extensão do direito de veto a eventuais novos membros permanentes. Sobre o pleito brasileiro a um assento permanente, autoridades tailandesas têm demonstrado simpatia, sem, no entanto, haverem assumido compromisso conosco. A Tailândia, no entanto, apoia o pleito do Japão, e a Primeira-Ministra Yingluck deu indícios de apoio à Índia, em fevereiro de 2012, durante visita ao país (o que não foi confirmado pela Chancelaria tailandesa).

Na OMC, a Tailândia apoiou a candidatura do Embaixador Roberto Azevedo. Foi nosso aliado nas negociações sobre patentes de retrovirais na OMC e integra o G-20 comercial. Participamos juntos da Iniciativa Política Externa e Saúde Global (7 países) e da Rede Internacional de Cooperação Tecnológica em HIV/AIDS (8 países). Ainda no âmbito da OMC, Brasil e Tailândia mantiveram estreita colaboração nos contenciosos do açúcar e de carne de frango. Como o Brasil, a Tailândia é membro do Grupo de Cairns e considera estratégicas as negociações para liberalização do comércio de bens agrícolas.

Foi criado, em setembro de 2012, o "Asian Peace and Reconciliation Council" (APRC), com sede em Bangkok. O conselho, com 22 integrantes, será inicialmente presidido por um ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia (durante o governo do ex-Primeiro-Ministro Thaksin), Surakiart Sathirathai, que articulou a criação do órgão. Entre seus membros estão os ex-Presidentes Ricardo Lagos e Ramos Horta e o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia Hassan Wirajuda. O APRC agirá somente com o consentimento de todas as partes envolvidas em um conflito, e terá como princípio básico atuar por meio de uma "silent and quiet diplomacy".

Principais relações bilaterais

Estados Unidos

A Tailândia é um dos cinco países da Ásia-Pacífico que têm tratado de aliança com os EUA (os outros são Japão, Coreia do Sul, Austrália e Filipinas). Desde 1982, é realizado anualmente, na Tailândia, exercício militar conjunto denominado "Cobra Gold 2012", liderado pelos EUA e com a participação direta de seis outros países. A edição de 2012 foi o maior exercício militar multinacional já executado na região da Ásia-Pacífico, com a atuação de 13.180

militares, dos EUA; Tailândia; Coreia do Sul; Malásia; Japão; Indonésia; e Cingapura.

O Presidente Barack Obama visitou a Tailândia em novembro de 2012 (sua primeira viagem internacional após a reeleição). Obama declarou que os temas prioritários em suas conversações com as autoridades tailandesas foram segurança, comércio e investimentos.

Durante a Cúpula da ASEAN de novembro de 2011, a Primeira-Ministra Yingluck Shinawatra defendeu o engajamento ativo dos EUA junto à ASEAN, em particular, e à Ásia, em geral, assim como a elevação das relações ASEAN-EUA ao nível de parceria estratégica. Durante encontro com o Presidente Obama, na ocasião, Yingluck externou também apoio à "Proliferation Security Initiative" (PSI) – que conta com a oposição da Indonésia e da Malásia – e mostrou-se receptiva à Parceria Transpacífica, apesar de não haver comprometido oficialmente seu apoio.

China

As relações com a China, historicamente marcadas pelo grande contingente de população de origem chinesa que vive no país, passam por momento de grande intensificação, especialmente nas áreas de comércio e investimentos. Ressalte-se, nesse ponto, que, em julho de 2012, a Tailândia assumiu a coordenação do diálogo da ASEAN com a China, até 2015.

Logo após visita do Presidente dos EUA, Barack Obama, o então Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao visitou Bangkok, em novembro de 2012. A visita de Wen Jiabao propiciou iniciativas como (i) a decisão chinesa de adquirir 260 milhões de toneladas de arroz tailandês; (ii) o interesse chinês em investir no projeto de conexão ferroviária de alta velocidade entre os dois países; (iii) a "Declaração conjunta sobre o estabelecimento de uma parceria estratégica".

A "coincidência" das visitas de Obama e Wen a Bangkok trouxe à tona o debate sobre a posição ocupada pela Tailândia no jogo de forças e influências da China e dos EUA no Sudeste Asiático. Apesar da relação que mantém com Washington e dos fortes vínculos econômicos com o Japão (importante investidor), Bangkok vem intensificando sobremaneira seus vínculos econômicos com a China.

Japão

O Japão permanece como principal parceiro comercial e investidor externo (40% de todo o IED na Tailândia, entre 2005 e 2009), o que está associado ao fato de a Tailândia ser o hub das indústrias automobilística e de informática do Sudeste Asiático. Os laços entre as monarquias são fortes e incluem componente demográfica importante, uma vez que a Tailândia é o lar

da maior comunidade imigrante japonesa na Ásia. Entretanto, nota-se possível tendência de emigração dos investimentos japoneses para outros países da região, como o Vietnã e a Indonésia, em busca de redução de custos de produção.

Myanmar

O Presidente de Myanmar visitou a Tailândia em julho de 2012. O principal tema da visita de Thein Sein foi o megaprojeto do porto de Dawei, em Myanmar, com investimentos iniciais tailandesas orçados em US\$ 10 bilhões.

O desenvolvimento da Zona Econômica Especial de Dawei, em Myanmar, tem importância estratégica, uma vez que, quando finalizada, facilitará o acesso terrestre entre o Oceano Índico e o Pacífico, reduzindo a dependência do Estreito de Málaca. O projeto inclui a construção de porto, estaleiro, rodovias, ferrovias e oleodutos, com destino à região da Baía de Bangkok.

Ao longo da fronteira com Myanmar, há nove campos de refugiados de minorias étnicas myanmarenses, que deixaram seu país ao longo das últimas décadas, fugindo ao conflito entre o governo central de Myanmar e tropas rebeldes das minorias. Tais campos abrigam ao todo uma população de 120 mil pessoas, de acordo com consórcio de ONGs que atua nessa área.

Malásia

É crescente a cooperação em curso com a Malásia. O vizinho foi chamado a intermediar as negociações com os grupos muçulmanos insurgentes que atuam nas províncias do extremo sul tailandês. Iniciativas conjuntas para supervisão de fronteiras, controle do contrabando e combate do tráfico de drogas e de pessoas também têm sido implementadas.

Camboja

As relações com o Camboja são conturbadas, em função de litígio fronteiriço na região do templo Preah Vihear. Ainda que reconheça que o templo é cambojano (conforme decisão da Corte Internacional de Justiça, de 1962), a Tailândia reclama área de 4,6 km² adjacente. A questão tornou-se ainda mais delicada em julho de 2008, quando a UNESCO reconheceu o templo como Patrimônio Mundial da Humanidade. Desde então, registraram-se choques armados em duas ocasiões (em outubro de 2008 e em fevereiro de 2011). Em abril de 2012, houve breve troca de tiros na região, sem deixar feridos.

A Tailândia sustenta que a melhor forma de encaminhar a questão é pela via bilateral. Por outro lado, o Camboja defende a via multilateral e argumenta que o Parlamento tailandês não tem aprovado as resoluções emanadas da Comissão Mista de Fronteiras, o que a torna estéril.

Em julho de 2011, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) emitiu decisão requerendo a implementação de medidas cautelares, que incluem a desmilitarização da zona (em área de 17 km²) e a presença de observadores da ASEAN na região. A implementação da decisão, entretanto, depende de acerto entre as partes, no âmbito da Comissão Mista de Fronteiras.

Houve avanços em reunião bilateral do Grupo de Trabalho Conjunto, em fins de junho de 2012. Na ocasião, os dois países concordaram na remoção e desativação das minas terrestres localizadas na área em litígio; e, trinta dias após o término dessa operação, retirariam suas tropas, em cumprimento das medidas cautelares da CIJ. Com efeito, em julho de 2012, foi realizada cerimônia de retirada parcial das tropas de ambos os países, nas redondezas do templo Preah Vihear. Entretanto, a questão do envio de missão de observadores indonésios à área – como consta da referida decisão da CIJ – não foi tratada durante a reunião de junho.

O governo de Yingluck Shinawatra (cujo irmão, o ex-Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra, mantém laços estreitos com o Governo cambojano), iniciado em agosto de 2011, tem dado sinais de distensão no relacionamento bilateral. Em 15 de setembro de 2011, a visita de Yingluck ao Camboja teve alto perfil, tendo sido recebida pelo Primeiro-Ministro Hun Sen e pelo Rei Norodom Sihamoni. Na ocasião, ambos os lados concordaram em cumprir a referida decisão da CIJ.

Entretanto, o Comandante do Exército tailandês, General Prayuth Chamocha, declarou em janeiro de 2013 que, independentemente do que seja decidido na Haia, as Forças Armadas "estão preparadas para lutar caso o território do país seja invadido".

Em março de 2013, foi desmentida pelo Camboja declaração do Ministro da Defesa da Tailândia, no sentido de que teria chegado a entendimento com seu homólogo cambojano para uma substituição por forças policiais das tropas em áreas adjacentes ao templo de Preah Vihear, na zona desmilitarizada determinada pela CIJ em 2011. O Camboja também protestou contra alegadas 45 mortes, em 2012, de madeireiros cambojanos por tropas tailandesas.

No quadro amplo das relações entre o Camboja e a Tailândia, vale ainda registrar a ausência de demarcação também na fronteira marítima no Golfo da Tailândia, em área com potencial para a exploração de gás e petróleo; e o período, de 4 de novembro de 2009 a 23 de agosto de 2010, em que o ex-Primeiro-Ministro tailandês Thaksin Shinawatra, condenado pela justiça de seu país, foi assessor econômico do Primeiro-Ministro Hun Sen (o que provocou, na época, a retirada do embaixador tailandês em Phnom Penh e, em reação, do embaixador cambojano em Bangkok).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Características econômicas gerais

A economia tailandesa é a segunda maior da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN (após a Indonésia); apresenta alto grau de abertura (em 2012, o comércio exterior equivaleu a 117% do PIB nominal); e possui mercado interno de grande relevância (67 milhões de habitantes). Ainda que razoavelmente imune aos efeitos da instabilidade política, o crescimento econômico em 2011 foi seriamente afetado pelos prejuízos causados pelas enchentes que afligiram o país no segundo semestre daquele ano, registrando variação do PIB de apenas 0,1%. Como sinal de recuperação, a economia cresceu 6,4% em 2012, com previsão de 5,88% de expansão em 2013 (FMI).

Em 2009, a economia do país foi seriamente afetada pela crise global, tendo o PIB apresentado queda de 2,3%, refletindo sobretudo a redução do nível de investimento fixo (-9,2%, em 2009). Durante o ano de 2009, o país chegou a enfrentar deflação de 0,9%. A recuperação econômica, entretanto, foi rápida, com a grande expansão dos gastos públicos, resultando em crescimento de 7,8% em 2010. Ao longo do período de crise e recuperação, o nível de desemprego manteve-se baixo (0,7% em 2011 e 2012, uma das taxas mais baixas do mundo).

A economia tailandesa registrou contração de 0,3% no segundo trimestre de 2013, em comparação com o trimestre anterior. O governo reduziu a projeção de crescimento do PIB no conjunto do ano corrente para o intervalo de 3,8% a 4,3%. As principais causas da contração foram a redução do crescimento das exportações, o enfraquecimento da demanda doméstica e do investimento total, neste caso devido principalmente a atrasos na implementação de grandes projetos de infraestrutura, em razão de lenta tramitação no Parlamento.

Apesar de mais da metade da população tailandesa ser rural, o setor primário tem baixa participação no PIB tailandês, que possui a seguinte composição: agricultura, com 8,4%; indústria, com 39,2%; e serviços, com 52,4% (2012). No setor industrial, destacam-se os investimentos externos (sobretudo japoneses) nos setores automotivo e de hardware. Na agricultura, em 2012, estima-se que a Tailândia tenha perdido para o Vietnã a primeira posição entre os exportadores mundiais de arroz. Uma das explicações aponta para os efeitos negativos sobre a produtividade causados pela atual política de subsídios aos agricultores e à garantia de preços. Ainda assim, o país exporta cerca de 25% do arroz comercializado no mundo.

Em 2012, o investimento estrangeiro total na Tailândia foi de aproximadamente US\$ 19 bilhões. Os países com maiores aportes foram Japão, Cingapura, Países Baixos, e Estados Unidos. No que se refere ao estoque de

investimentos da Tailândia no exterior, os dados da International Trade Centre (de 2008) revelam os seguintes países como principais receptores de capitais tailandeses (total de US\$ 9,1 bilhões): Myanmar, com US\$ 2,3 bilhões (26,2%), Cingapura com US\$ 1,2 bilhão (13,9%), China com US\$ 0,9 bilhão (10,2%) e EUA com US\$ 0,7 bilhão (8,3%). Esses investimentos estão concentrados principalmente nos setores financeiro, mineração e comércio (atacadista e varejista).

A Tailândia tem adotado importantes políticas sociais desde a administração do ex-Primeiro-Ministro Thaksin. O conjunto de medidas ficou conhecido como "Thaksinomics", e mantiveram-se, em grande medida, nos governos posteriores. Atualmente, são adotadas políticas como aumento expressivo do salário mínimo (a Administração Yingluck anunciou a intenção de elevá-lo a 300 bahts/dia, ou US\$ 10), conjugado com redução de imposto de renda corporativa; garantia sobre o preço mínimo do arroz; e subsídios ao diesel e à eletricidade. O Governo também tem empreendido políticas de controle de preços, particularmente no setor de energia. Em junho de 2012, anunciou congelamento dos preços de gás natural e de petróleo.

A Tailândia tem adotado postura favorável à negociação de acordos de livre comércio. Em março de 2013, a Tailândia iniciou negociações de um Acordo de Livre Comércio com a União Europeia. Em outubro de 2013, durante visita do Presidente Sebastián Piñera a Bangkok, foi assinado "Acordo de Livre Comércio Chile-Tailândia", primeiro do gênero firmado pela Tailândia com um país da América do Sul, e que prevê a eliminação das tarifas de importação de 90% dos produtos exportados pelos dois países. Durante visita a Bangkok do Presidente do Peru, Ollanta Humala, foram concluídas as negociações para Tratado de Livre Comércio bilateral. Em evento organizado pela US-APEC Business Coalition, em Bali, em outubro de 2013, paralelo à Reunião de Cúpula do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, a Primeira-Ministra da Tailândia, Yingluck Shinawatra, declarou que o governo tailandês está se preparando para negociar a entrada em diversas áreas de livre comércio. Ainda em outubro, autoridade tailandesa informou à Embaixada do Brasil que o governo está consultando o setor privado sobre a eventual entrada da Tailândia nas negociações da Parceria Trans-Pacífica (TPP).

Foi aprovado em "primeira leitura" pelo Parlamento tailandês, em abril de 2013, o Plano Estratégico de Infraestrutura. O projeto é da ordem de US\$ 70 bilhões, análogo ao PAC brasileiro, e busca realizar obras de logística e transportes. Estão previstas construções de trens de alta velocidade; de um corredor norte-sul que se conectará às redes ferroviárias chinesa e malásia; e de corredores transoceânicos, que ligariam o país de Myanmar ao Vietnã e possibilitaria o acesso ao Oceano Índico sem a necessidade de passar pelo Estreito de Málaca. O tema tem sido objeto de crítica pela oposição, que argumenta que as condições de financiamento não estão claras.

Comércio e investimentos bilaterais

A Tailândia constitui o nosso principal parceiro comercial na ASEAN, com um intercâmbio, em 2012, de US\$ 4,6 bilhões, superior ao registrado pelo Brasil com vizinhos, como o Paraguai e a Colômbia. Durante a II Comissão Mista (Brasília, 29 de junho de 2012), a Tailândia sugeriu a meta de US\$ 12 bilhões para o comércio bilateral (o triplo do valor de 2011), até 2016. O comércio bilateral tem apresentado expressivo crescimento (576% entre 2003 e 2012, ante 283% do comércio global brasileiro).

A pauta de exportações brasileiras apresenta grande concentração em produtos básicos (soja, ferro e resíduos alimentares e derivados representaram mais de 70%, em 2012), enquanto as importações se concentram em bens de maior valor agregado (máquinas, borracha, aparelhos elétricos e veículos responderam por 80%, em 2012).

É importante lembrar que, nas categorias mais relevantes de comércio para ambos os lados - soja para o Brasil, e autopeças para a Tailândia - o comércio é majoritariamente entre filiais de empresas multinacionais, cujas matrizes não estão sediadas em nenhum dos dois países.

Em março de 2013, funcionários da Embaixada brasileira em Bangkok participaram do "Thailand's Trade and Investment Opportunities in Brazil", seminário organizado pela Chancelaria tailandesa. O evento contou com a presença de 120 representantes dos setores governamental e, sobretudo, privado da Tailândia.

De acordo com dados de 2012 do FMI, Brasil (6º lugar) e Tailândia (12º) estão entre os 20 países com maior nível de reservas internacionais. Essa condição reforça sua capacidade de enfrentar efeitos recessivos da atual crise econômica internacional e promover níveis ampliados de investimento de parte a parte.

Mecanismo comercial

Durante a I Comissão Mista, em outubro de 2008, a Tailândia manifestou interesse na realização de revisões periódicas das relações comerciais bilaterais, tendo o lado brasileiro suscitado a possibilidade de criação de mecanismo bilateral, em razão do expressivo aumento do intercâmbio bilateral.

Com esse objetivo, em agosto de 2012, o então Chanceler Antonio Patriota propôs ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Surapong Tovichakchaikul, durante sua visita a Brasília, a criação de Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos, que poderia tratar de temas como promoção das relações comerciais, novas iniciativas, defesa comercial e harmonização estatística.

EMBRAER e AVIBRAS

Em agosto de 2009, confirmou-se venda de aeronave da EMBRAER à Marinha da Tailândia, no valor de US\$ 27 milhões. Essa foi a quarta venda de aeronaves da EMBRAER para as Forças Armadas daquele país, desde 2006. Também em agosto de 2009, o Vice-Ministro do Comércio da Tailândia, Veerasak Jinarat, liderou missão comercial a São Paulo, tendo demonstrado interesse na compra de aviões de pequeno porte. A EMBRAER considera que a Tailândia oferece boas perspectivas de mercado, tanto para aeronaves civis quanto militares. Em julho de 2012, a empresa realizou demonstração do E-190 às empresas "Thai Airways" e "Nok Air".

Existe, ademais, a possibilidade de fornecimento do sistema ASTROS II, da AVIBRAS, às Forças Armadas tailandesas, em operação da ordem de US\$ 70 milhões. A AVIBRAS aguarda o relançamento de concorrência para fornecimento de equipamento dessa natureza, paralisada desde 2005.

Produtos cárneos

Desde 2006, o Brasil não exporta carne à Tailândia, por razões sanitárias. No setor de aves, os requisitos tailandeses estão em análise pelo Brasil, para a apresentação de garantias sanitárias. No setor de carne bovina, a Parte tailandesa aguarda, desde 2012, o envio de questionários técnicos preenchidos pelos exportadores brasileiros, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para liberar as exportações. As autoridades tailandesas não impõem restrição a estados reconhecidos como livres de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), desde que concluídos os procedimentos técnicos para habilitação, ora em andamento.

Defesa comercial

No momento, a CAMEX aplica medidas antidumping para os seguintes produtos tailandeses: fibras de viscose (até abril de 2014); fios de viscose (até dezembro de 2014); e resina de policarbonato (até junho de 2018).

Oportunidades de ampliação do comércio bilateral

Durante a II Comissão Mista, também foram identificados setores prioritários de comércio bilateral, que poderão contribuir para alavancar as trocas, no sentido da referida meta de US\$ 12 bilhões até 2016. Do lado brasileiro, apontaram-se oportunidades de expansão das exportações nas seguintes áreas: indústria aeroespacial; automóveis e autopeças; materiais eletroeletrônicos (telefones, compressores, bombas mecânicas etc.); produtos metalomecânicos; cárneos; pescado; suco de laranja; e cosméticos. Durante sua

visita, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Surapong Tovichakchaikul citou os setores de energias renováveis e alternativas, biotecnologia, energia verde e agroindústria e mencionou haver interesse em joint-venture na área de exploração de petróleo em águas profundas.

O então Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, realizou visita ao Brasil, em outubro de 2009, com o objetivo de identificar parceiros para importações e exportações tailandesas e explorar oportunidades de investimentos no País. A comitiva demonstrou interesse em ampliar as importações tailandesas nos seguintes setores: alimentos enlatados (em particular peixes) e embutidos (presuntos e salsichas), joias, ferro fundido, autopeças e maquinaria agrícola.

Investimentos

Conforme discutido na II Comissão Mista (Brasília, junho de 2012), as prioridades tailandesas para recepção de investimentos brasileiros são energias renováveis; petróleo e gás natural; biotecnologia; e indústria agroalimentar; entre outras, as quais seriam passíveis de receber incentivos oficiais (como isenção de impostos sobre receitas e lucros; isenção de impostos/tarifas na importação de insumos; deduções nas contas fixas operacionais de empresas de produção; entre outros). Algumas áreas no Brasil que poderiam receber investimentos tailandeses são indústria automobilística; energias renováveis; petróleo e gás natural; construção e infraestrutura; agropecuária; e processamento de alimentos; entre outras.

Em 2009, iniciaram-se as operações da primeira e única empresa brasileira instalada na Tailândia (Empresa Jacto, na cidade de Rayong, ao sul de Bangkok), com aporte inicial de US\$ 5 milhões. A sucursal tailandesa fabrica pulverizadores agrícolas. A VALE possui escritório de vendas e suporte técnico em Bangkok.

Segundo matéria jornalística de maio de 2013, a empresa Thai Summit Harness deverá instalar fábrica de autopeças no Brasil, ainda em 2013.

Um dos principais grupos empresariais da Tailândia, Charoen Pokphand, demonstrou interesse em investir US\$ 16 milhões no setor agrícola brasileiro, através da aquisição de uma fazenda de 100 acres no Estado da Bahia, para produzir soja, algodão e carne suína e de frango, entre outros itens. Há, ainda, interesse tailandês em investir em restaurantes e spas no Brasil, conforme mencionado durante a visita ao Brasil do então Representante de Comércio, Vachara Phanchet, em outubro de 2009.

Pelo lado brasileiro, a empresa Corona Cadinhos e Ferratários também manifestou interesse em abrir uma fábrica de cadinhos na Tailândia, em parceria com a empresa local T.H.L. Engineering.

Cronologia histórica da Tailândia

1945	A Tailândia devolve territórios tomados do Laos, Camboja e Malásia. O exilado Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) retorna ao país.
1946	O Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) é assassinado. Assume seu irmão, o Rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX).
	A Tailândia torna-se o 55º membro da Organização das Nações Unidas.
1947	Golpe Militar liderado pelo líder pró-japonês do período da Segunda Guerra Mundial, Phibun Songkhram. Os militantes retêm o poder até 1973.
1965-75	Instalação de bases militares americanas na Tailândia durante a Guerra do Vietnã. Tropas tailandesas lutam no Vietnã do Sul.
1973	Movimentos estudantis e civis precipitam a queda do regime militar, após massacre de manifestantes. Eleições livres são realizadas.
1976	Os militares retomam o poder.
1978	Promulgada nova Constituição.
1980	O moderado General Prem Tinsulanonda assume o poder.
1983	O General Prem Tinsulanonda instala um Governo Civil, sendo eleito em 1986.
1988	O General Chatichai Choonhaven substitui o General Prem após a realização de eleições.
1991	Golpe militar (o 17º desde 1932). Um civil, Anand Panyarachum, é instalado como Primeiro-Ministro.
1992	Novas eleições substituem Anand pelo General Suchind Kaprayoon, que renuncia após demonstrações populares. Chuan Leekpai, líder do Partido Democrático, vence as eleições e torna-se Primeiro-Ministro.
1995	Banharn Silpa-archa, do Partido da Nação Tailandesa, é eleito Primeiro-Ministro.
1996	Banharn Silpa-archa renuncia, acusado de corrupção. Chavalit Yongchaiyudh, do Partido da Nova Aspiração, vence as eleições.
1997	Crise financeira asiática causa falências. Chuan Leekpai torna-se Primeiro-Ministro.
1998	Dezenas de milhares de imigrantes ilegais são deportados. Chuan Leekpai envolve a oposição em seu Governo para realizar reformas econômicas.
1999	Retomada do crescimento econômico.
2001	Eleições vencidas pelo Partido Thai Rak Thai, de Thaksin Shinawatra, que se torna Primeiro-Ministro.
2004	Atividade de movimentos separatistas agrava a situação no Sul.
	85 militantes islâmicos morrem sufocados em caminhões enquanto detidos pela polícia.
	Milhares de pessoas são mortas em consequência de uma grande <i>tsunami</i> .
2005	Thaksin Shinawatra assume o cargo de Primeiro-Ministro pela segunda vez.
2006	A atual Constituição é promulgada.
	Thaksin é deposto por golpe militar, quando se preparava para participar da AGNU.
	Uma Junta Militar, chefiada pelo General Sonthi Boonyaratglin, governa o país e indica o General Surayud Chulanont para o cargo de Primeiro-Ministro, até 2007.
2008	Samak Sundaravej, líder do Partido do Poder do Povo, é eleito Primeiro-Ministro em dezembro de 2007, assumindo no dia 29 de janeiro de 2008.
	Somchai Wongsawat, membro do Partido do Poder do Povo (PPP), é eleito Primeiro-Ministro em 9 de setembro.
	Abhisit Vejjajiva, líder do Partido Democrático, torna-se Primeiro-Ministro, em 17 de dezembro.
2009	Manifestações contrárias ao governo levam ao cancelamento de reunião de cúpula da ASEAN, que ocorreria em Pattaya, e ao decreto de estado de emergência (abril).
2010	Confisco de US\$ 1,4 bilhão que pertencia ao ex-PM Thaksin Shinawatra (fevereiro).
	Confrontos entre manifestantes pró-Thaksin e o exército causam grande tumulto em Bangkok e a morte de cerca de 80 pessoas (março e abril).
	Corta relações diplomáticas com o Camboja após Phnom Penh nomear o PM tailandês deposto, Thaksin

	Shinawatra, como assessor econômico do Camboja (agosto).
2011	A tensão com Camboja aumenta com a condenação e prisão, por parte do Camboja, de dois cidadãos tailandeses, por cruzarem a fronteira (janeiro). Disputas eclodem na fronteira com o Camboja pela posse de templos de origem hindu (abril). Eleições gerais e posse de Yingluck Shinawatra como Primeira-Ministra (julho e agosto).
2012	Bomba explode em Bangkok, em tentativa de atingir diplomatas israelenses (fevereiro). Polícia reprime protestos em Bangkok pela deposição da PM Yingluck Shinawatra (novembro). Ex-PM Abhisit Vejjajiva é condenado responsável pela morte de um taxista morto por tropas do governo durante protestos antigoverno em 2010.

Cronologia das relações bilaterais

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas
	Abertura da Embaixada do Brasil em Bangkok
1964	Abertura da Embaixada da Tailândia no Brasil
1967	Visita oficial à Tailândia do Presidente-eleito Artur da Costa e Silva
1968	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Thanom Kittikachorn (abril)
1984	Visita ao Brasil do Sub-Tenente Prapas Limpabandhu, Vice Ministro das Relações Exteriores (março).
	Visita ao Brasil do Marechal das Forças Aéreas Siddhi Savetsila, Ministro das Relações Exteriores (setembro).
	Visita à Tailândia do Vice-Presidente do Senado Federal, Lomanto Júnior (outubro).
1985	Visita privada do Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães (dezembro).
1986	Visita ao Brasil do Capitão de Polícia Surat Osathanugrah, Ministro do Comércio (março).
1992	Visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) como chefe de Delegação (junho).
1993	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Maha Vajiralongkorn (março).
	Visita à Tailândia do Senhor Mario Amato, Primeiro Vice-Presidente da Confederação Nacional Brasileira de Indústria e representantes do setor privado (novembro).
	Prisão e transferência de Paulo César Farias da Tailândia para o Brasil (dezembro)
1994	Visita ao Brasil do Líder de Esquadra Prasong Soonsiri, Ministro dos Negócios Estrangeiros (janeiro).
	Visita informal do Chanceler Celso Amorim
1995	Visita ao Brasil do Vice-Ministro da Saúde Pública, Tuanjai Nupala (abril).
1996	Visita à Tailândia do Ministro Luiz Felipe Lampreia (abril)
1997	Visita ao Brasil do Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, Pitak Intrawityanunt (junho).
1998	Visita ao Brasil do Vice-Ministro de NE, Sukhumbhand Paribatra (maio).
	Visita à Tailândia do Secretário de assuntos Estratégicos Embaixador Ronaldo Sardenberg (maio).
	Abertura do Thai Trade Center em São Paulo (junho).
	Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Comércio, Supachai Panitchpakdi (novembro).
1999	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Chuan Leekpai (maio/junho)
2000	Visita ao Brasil da Princesa Chulabhorn Mahidol (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança em São Paulo) (março).
	Visita ao Brasil do Ministro de Transporte e Comunicações, Suthep Thaugsuban (junho).
2001	Visita ao Brasil do General Surayud Chulanont, Comandante-em-chefe do Exército, para a "Latin America Defentech 2001" (abril).
2003	Visita ao Brasil do Primeiro Vice Orador da Casa de Representantes, Somsak Prisananuntagul (janeiro).
	Visita ao Brasil do senhor Udon Tantisunthorn e outros 11 senadores do Comitê de Administração Interna do Senado (fevereiro).
2004	Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional, Uthai Pimchaichon (abril).
	Visita à Tailândia do Secretário-Executivo do Ministério da Comunicação, Dr. Paulo Lustosa, acompanhado de representantes do MCTI e do MPOG (maio).
	Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra (junho)
	Assinatura do MdE criando a Comissão Mista, em Brasília (junho).
	Visita à Tailândia de delegação do Ministério da Saúde (julho)
	Visita a Bangkok do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (agosto)
	Visita ao Brasil do Comissário Eleitoral Charupat Ruangsuwan (setembro).
	Visita ao Brasil da "Plataforma de Cana e Açúcar" (novembro).
	Visita ao Brasil do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Tailândia-Brasil, Arkom Tulardilok (dezembro).

2005	Missão Comercial a Bangkok liderada pelo Diretor do DPR (maio).
	Visita a Bangkok do Emb. Luiz Augusto de Araujo Castro, na qualidade de Enviado Especial do Senhor PR (junho).
2006	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon (agosto)
2007	Visita ao Brasil do General Boonsrang Niumpradit, Comandante Supremo das Forças Armadas (maio).
	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sawanit Kongsiri (agosto).
	Visita a Bangkok do Secretário-Executivo do MDIC (outubro)
2008	Visita ao Brasil do Instituto do Petróleo da Tailândia, com interesse em etanol (março)
	Visita ao Brasil de delegação da Escola Nacional de Defesa da Tailândia (maio)
	Visita ao Brasil da então Ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop, com interesse em etanol (junho)
	Visita ao Brasil de delegação chefiada pelo Subsecretário Permanente do Ministério da Energia, Dr. Kurujit Nakornthap, com interesse em biocombustíveis (setembro)
	Visita à Tailândia do Diretor-Executivo da Embrapa, com interesse em intercâmbio em diversas áreas de pesquisa agrícola (setembro)
	Visita à Tailândia do SGAP II, Emb. Roberto Jaguaribe, para chefiar a delegação brasileira à Primeira Reunião da Comissão Mista bilateral (outubro)
	Visita a Brasília do Vice-PM e Ministro dos Negócios Estrangeiros Sompong Amornvivat, para copresidir a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN (novembro)
2009	Celebração do cinquentenário das relações bilaterais inclui o lançamento de selo postal e a organização de livro, lançado em 2012
	Visita a Bangkok dos Senadores Eduardo Azeredo (Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal), Flexa Ribeiro e Neuto de Conto.
	Visita a São Paulo do Vice-Ministro do Comércio, Veerasak Jinarat (agosto)
	Visita ao Brasil do Vice-MRE Panich Vikitsreth e do Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, encabeçando missão empresarial (outubro)
2010	Visita à Tailândia do Ministro da Pesca e Aquicultura (junho)
	Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente, Suwit Khunkitti, para chefiar a delegação tailandesa à 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (julho)
	Visita ao Brasil da Princesa Chulaborn, para participar de conferências científicas, sem programação oficial (setembro)
	Visita do Ministro de Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende (novembro)
	Visita da Sra. Subsecretária-Geral Política II do MRE, Emb. Maria Edileuza Fontenele Reis (novembro)
2011	Visita do Diretor da ABC (março)
	Missão da Agência Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Tailândia (NSTDA) (abril)
	Missão da ABC na área ambiental (julho)
2012	Visita da Senhora Subsecretária-Geral Política II do MRE a Bangkok (março)
	Visita da Princesa Chulaborn, por ocasião da Rio+20 (junho)
	Realização da II Comissão Mista, em Brasília (junho)
	Visita ao Brasil do MNE Surapong Tovichakchaikul (agosto)
	Visita ao Brasil do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Tailândia, presidido pelo ex-MNE (2008-2011) Deputado Kasit Piromya (dezembro)
2013	Lançamento do livro "Português para Tailandeses", de autoria da Leitora brasileira Laura Ferreira (fevereiro)
	Realização do Seminário "Thailand's Trade and Investment Opportunities in Brazil", em Bangkok (março)
	Missão a Bangkok do Arranjo Produtivo Local do Alcool (APLA) (maio)
	Visita do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (agosto)

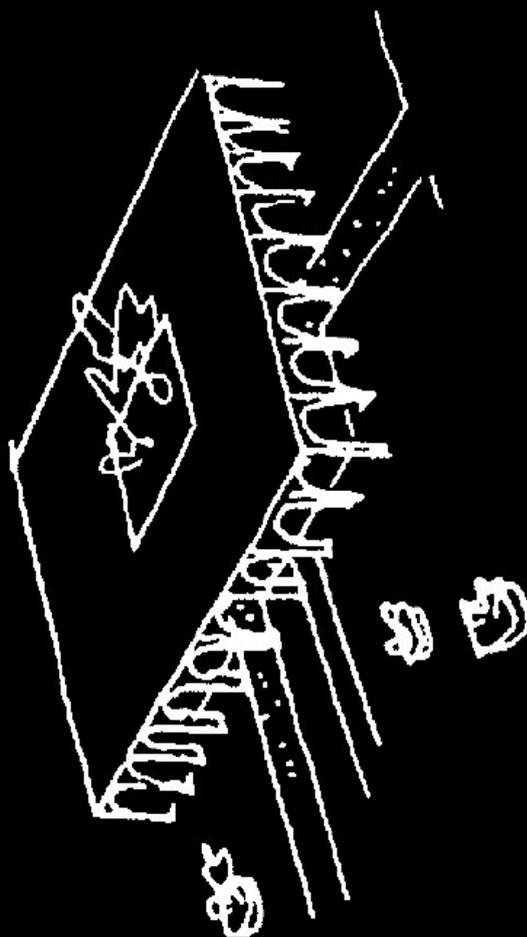
Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Comércio	12/09/1984	26/12/1991
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	12/09/1984	07/12/1987
Acordo sobre Serviços Aéreos	21/03/1991	18/03/1994
Acordo para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	24/01/1994	27/10/1999
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	21/07/1997	27/10/1999
Acordo de Cooperação Esportiva	16/06/2004	16/06/2004
Acordo sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	16/06/2004	16/06/2004



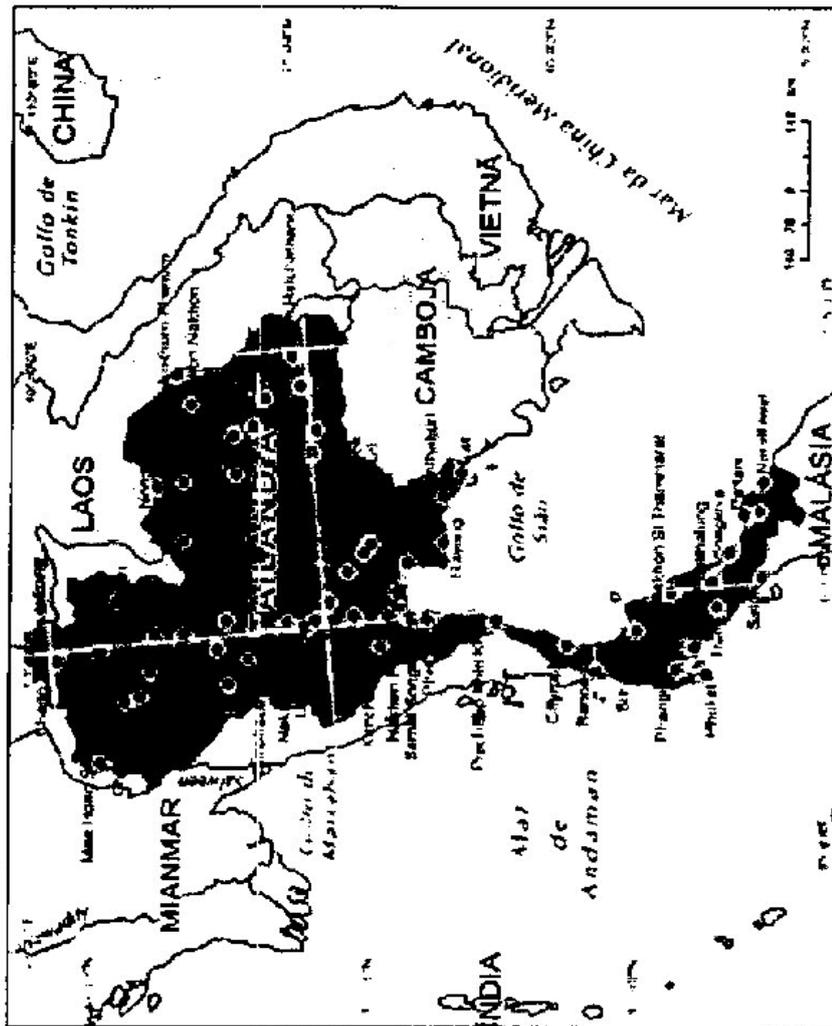
Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

Tailândia: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS



OUTUBRO/2013

TAILÂNDIA



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

TAILÂNDIA: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Reino da Tailândia
Superfície	514 mil Km ²
Localização	Ásia
Capital	Bangkok
Principais cidades	Bangkok, Chiang Mai, Nakhon Katchasima, Udorn Thani, Ubon Ratchathani, Nakorn Srihammarat
Idioma oficial	Thai
Moeda	Baht (Bt)

A Tailândia está localizada no sudeste da Ásia, situada entre o Mar de Andaman e o Golfo de Sião, ambos no Oceano Índico. Os países fronteiriços são: Myanmar, Camboja, Laos e Malásia. É o 51º país em extensão, comparável ao tamanho do Estado da Bahia. É rico em recursos naturais, como: estanho, borracha, gás natural e terra arável

Elaborado pelo IUPERJ/DIC - Divisão de Indicadores Econômicos e Sociais, com base nas seguintes publicações: (1) FMI, *Economic Intelligence Unit, Country Report September 2012 e 12/11F*; World Economic Outlook Database, April 2013

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS (2012)

PIB nominal	US\$ 365,6 bilhões
Crescimento real do PIB	6,4%
PIB nominal "per capita"	US\$ 5.679
PIB PPP	US\$ 651,9 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 10.126
Inflação (fim do período)	3,6%
Saldo em transações correntes	US\$ 2,73 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 181,6 bilhões
Dívida externa	US\$ 88,2 bilhões
Câmbio (Bt / US\$)	30,63
População	64,4 milhões de habitantes
Taxa de desemprego	0,5%
Taxa de alfabetização	93,5%
Expectativa de vida	74,3 anos
Ranking IDH	103º

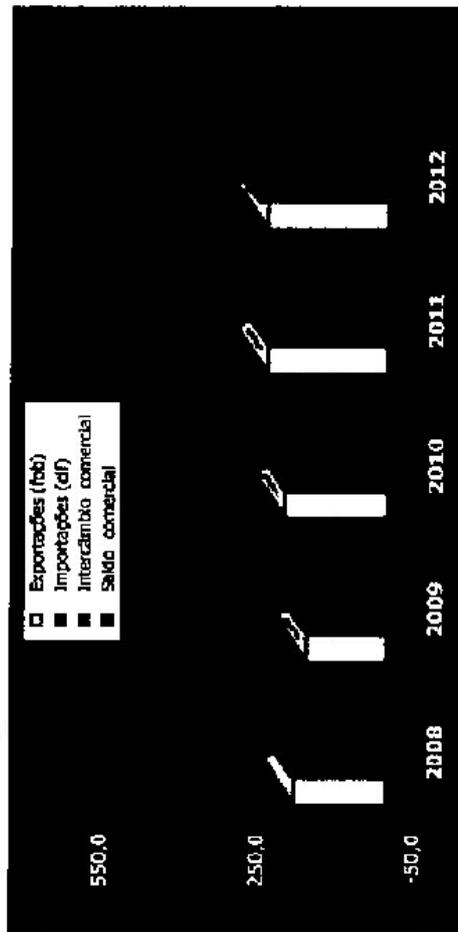
Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 366 bilhões e crescimento de 6,4% em 2012, segundo estimativas do FMI, a Tailândia destacou-se como a 32ª principal economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e representa cerca de 44% do PIB, seguido da indústria, também com 44%, e da agricultura, com 12%. A população de 64,4 milhões de habitantes é 93,5% alfabetizada e possui expectativa de vida de 74,3 anos. No ranking do IDH de 2013 o país posicionou-se no 103º lugar.

Elaborado pelo IUPERJ/DIC - Divisão de Indicadores Econômicos e Sociais, com base nas seguintes publicações: (1) FMI, *Economic Intelligence Unit, Country Report September 2012 e 12/11F*; World Economic Outlook Database, April 2013 e (2) UNDP, *Human Development Indicators, 2013*

TAILÂNDIA: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jun)	2013 (jan-jun)	Var.% 2008-2012
Exportações (fob)	175,9	152,5	195,3	228,8	229,5	112,16	112,13	30,5%
Importações (cif)	178,6	133,8	182,4	228,5	247,6	123,89	129,45	38,6%
Intercâmbio comercial	354,5	286,3	377,7	457,3	477,1	236,0	241,6	34,6%
Saldo comercial	-2,7	18,7	12,9	0,3	-18,0	-11,7	-17,3	n.c.

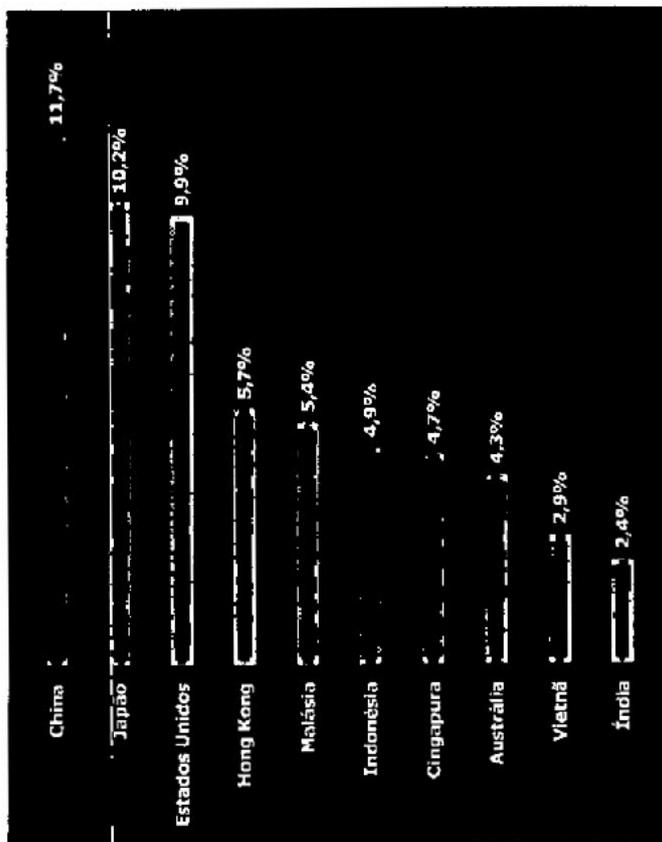
Elaborado pelo INEP/DPR/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD, TIC, COMTRADE e TradeNav. (Outubro 2013)
(n.c.) Dados não disponíveis



Entre 2008 e 2012, o comércio exterior do país cresceu 34,6%, de US\$ 354,5 bilhões para US\$ 477,1 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 21º principal mercado mundial, sendo o 22º exportador e o 20º importador. O saldo da balança comercial, superavitário no período entre 2009 e 2011, apresentou saldo deficitário de US\$ 18 bilhões em 2012.

TAILÂNDIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	Part. % no total
China	26,9	11,7%
Japão	23,5	10,2%
Estados Unidos	22,8	9,9%
Hong Kong	13,1	5,7%
Malásia	12,4	5,4%
Indonésia	11,2	4,9%
Cingapura	10,8	4,7%
Austrália	9,8	4,3%
Vietnã	6,7	2,9%
Índia	5,5	2,4%
...		
Brasil	2,23	0,97%
Subtotal	144,9	63,1%
Outros países	84,6	36,9%
Total	229,5	100,0%

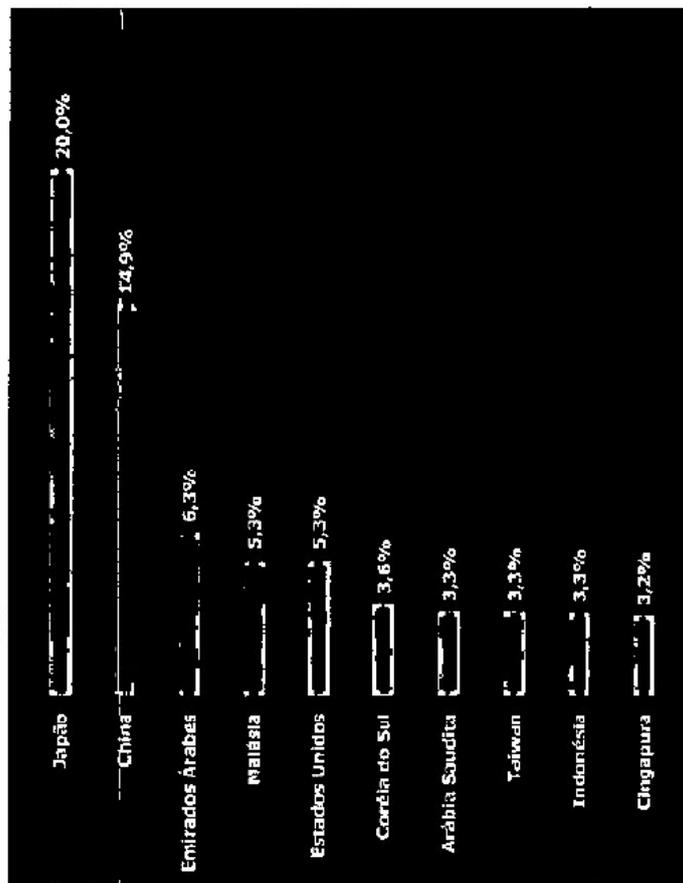


Elaborado pelo MERC/DEP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, Outubro 2013.

Os países vizinhos da Ásia foram os principais destinos das exportações tailandesas em 2012, absorvendo 64,5% do total em 2012. Individualmente, a **China** foi o principal destino das vendas da Tailândia em 2012, com participação de **11,7%** do total da pauta, seguida de **Japão (10,2%)**, **Estados Unidos (9,9%)** e **Hong Kong (5,7%)**. O **Brasil** foi o 25º destino das vendas do país em 2012, participando com **0,97%** do total exportado.

TAILÂNDIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	Part. % no total
Japão	49,6	20,0%
China	37,0	14,9%
Emirados Árabes	15,6	6,3%
Malásia	13,1	5,3%
Estados Unidos	13,0	5,3%
Coréia do Sul	9,0	3,6%
Arábia Saudita	8,2	3,3%
Taiwan	8,2	3,3%
Indonésia	8,1	3,3%
Cingapura	7,8	3,2%
...		
Brasil	2,45	0,99%
Subtotal	172,1	69,5%
Outros países	75,5	30,5%
Total	247,6	100,0%

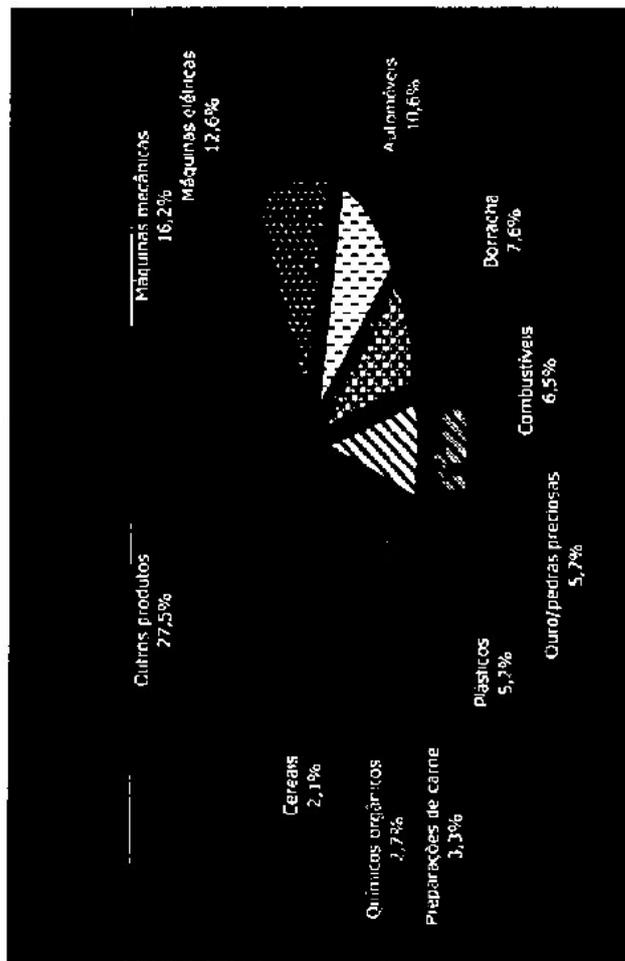


Elaborado pelo MRE/DP/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/CONTRADE/Tadsmmap, Outubro 2013.

A exemplo das exportações, as importações tailandesas são provenientes dos países vizinhos da Ásia, que supriram 74,8% do total das aquisições do país em 2012. Individualmente, o **Japão** posicionou-se como o principal abastecedor do mercado tailandês, com **20%** da demanda em 2012, seguido de **China (14,9%)**; dos **Emirados Árabes (6,3%)** e da **Malásia (5,3%)**. O **Brasil** foi o 23º colocado, suprimindo **0,99%** da demanda do país.

TAILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	Part. % no total
Máquinas mecânicas	37,2	16,2%
Máquinas elétricas	29,0	12,6%
Automóveis	24,3	10,6%
Borracha	17,4	7,6%
Combustíveis	14,9	6,5%
Ouro/pedras preciosas	13,1	5,7%
Plásticos	11,9	5,2%
Preparações de carne	7,5	3,3%
Químicos orgânicos	6,3	2,7%
Cereais	4,7	2,1%
Subtotal	166,4	72,5%
Outros produtos	63,2	27,5%
Total	229,5	100,0%

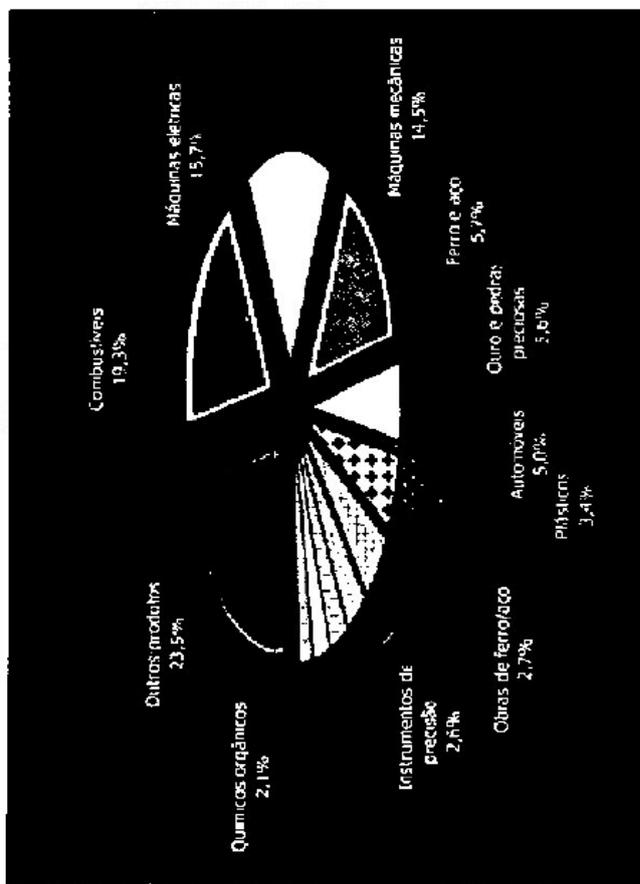


Elaborado pelo MRE/DEPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, October 2013.

As exportações tailandesas são concentradas em produtos com alto valor agregado. **Máquinas mecânicas** (máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada) foram os principais produtos exportados em 2012, representando **16,2%** do total. Seguiram-se: **máquinas elétricas** (circuitos integrados eletrônicos) com **12,6%**; **automóveis** (**10,6%**); **borracha** (**7,6%**); **combustíveis** (**6,5%**); **ouro e pedras preciosas** (**5,7%**) e **plásticos** (**5,2%**).

**TAILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões**

DESCRIÇÃO	2012	Part. % no total
Combustíveis	47,9	19,3%
Máquinas elétricas	38,8	15,7%
Máquinas mecânicas	36,0	14,5%
Ferro e aço	14,0	5,7%
Ouro e pedras preciosas	13,8	5,6%
Automóveis	12,4	5,0%
Plásticos	8,5	3,4%
Obras de ferro/aço	6,7	2,7%
Instrumentos de precisão	6,4	2,6%
Químicos orgânicos	5,1	2,1%
Subtotal	189,5	76,5%
Outros produtos	58,1	23,5%
Total	247,6	100,0%



Fóbrato pelo FINECOP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/COMTRADE/ITC/COMTRADE/TradeMap, October 2013.

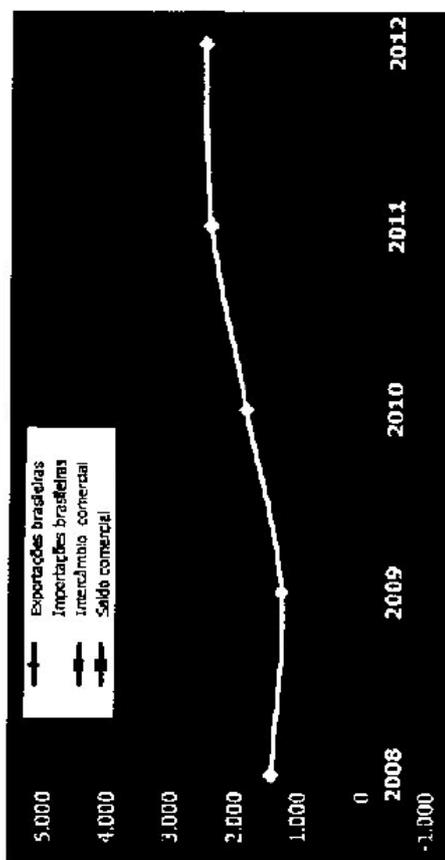
A exemplo das exportações, a pauta de importações da Tailândia é composta em grande parte por bens com alto valor agregado. **Combustíveis** (óleos brutos e refinados de petróleo e gases de petróleo, dentre outros) representaram **19,3%** do total das compras em 2012. Seguiram-se **máquinas elétricas** (circuitos integrados eletrônicos, aparelhos telefônicos, incluídos os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio, dentre outros) com **15,7%**; **máquinas mecânicas** (máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada, dentre outros) com **14,5%**; **ferro e aço** (**5,7%**), **ouro/pedras** (**5,6%**) e **automóveis** (**5%**).

BRASIL- TAILÂNDIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	VAR. % 2008-2012
Exportações brasileiras	1.566	1.132	1.486	1.818	2.071	1.427	1.137	32,3%
Varição em relação ao ano anterior	61,7%	-27,7%	31,3%	22,3%	13,9%	41,2%	-20,4%	
Importações brasileiras	1.420	1.271	1.839	2.399	2.504	1.699	1.661	76,3%
Varição em relação ao ano anterior	41,3%	-10,5%	44,7%	30,5%	4,4%	5,3%	-2,2%	
Intercâmbio comercial	2.986	2.403	3.325	4.217	4.575	3.126	2.798	53,2%
Varição em relação ao ano anterior	51,3%	-19,5%	38,4%	26,8%	8,5%	19,1%	-10,5%	
Saldo comercial	145	-139	-352	-581	-433	-272	-525	n.c.

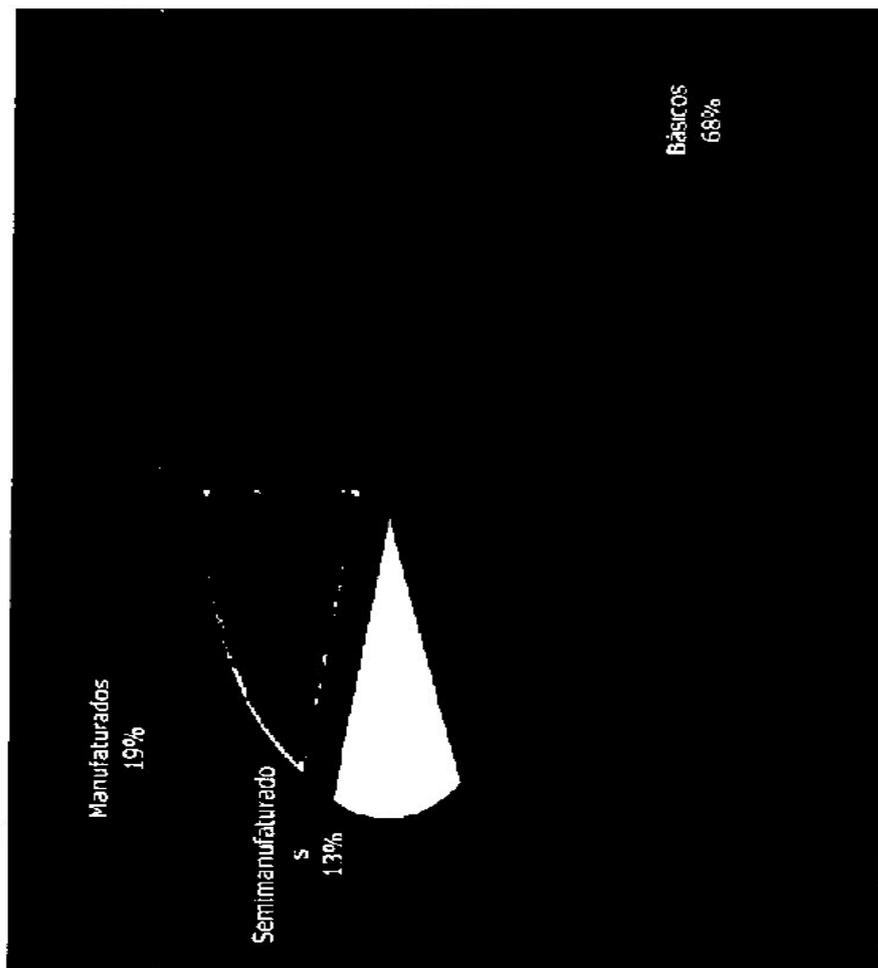
Elaborado pelo MEF/OPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MD/SECEX/ALICEWEB (n.c.) Dados não calculados

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, a Tailândia figurou como o 23º principal parceiro comercial, com participação de 0,98% do total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 53,2%, pelo aumento das exportações brasileiras da ordem de 32,3% e das importações de 76,3%. Em valores absolutos, cresceu de US\$ 3 bilhões, em 2008, para US\$ 4,6 bilhões, em 2012. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil apenas no ano de 2008, registrou déficit de US\$ 433 milhões em 2012.



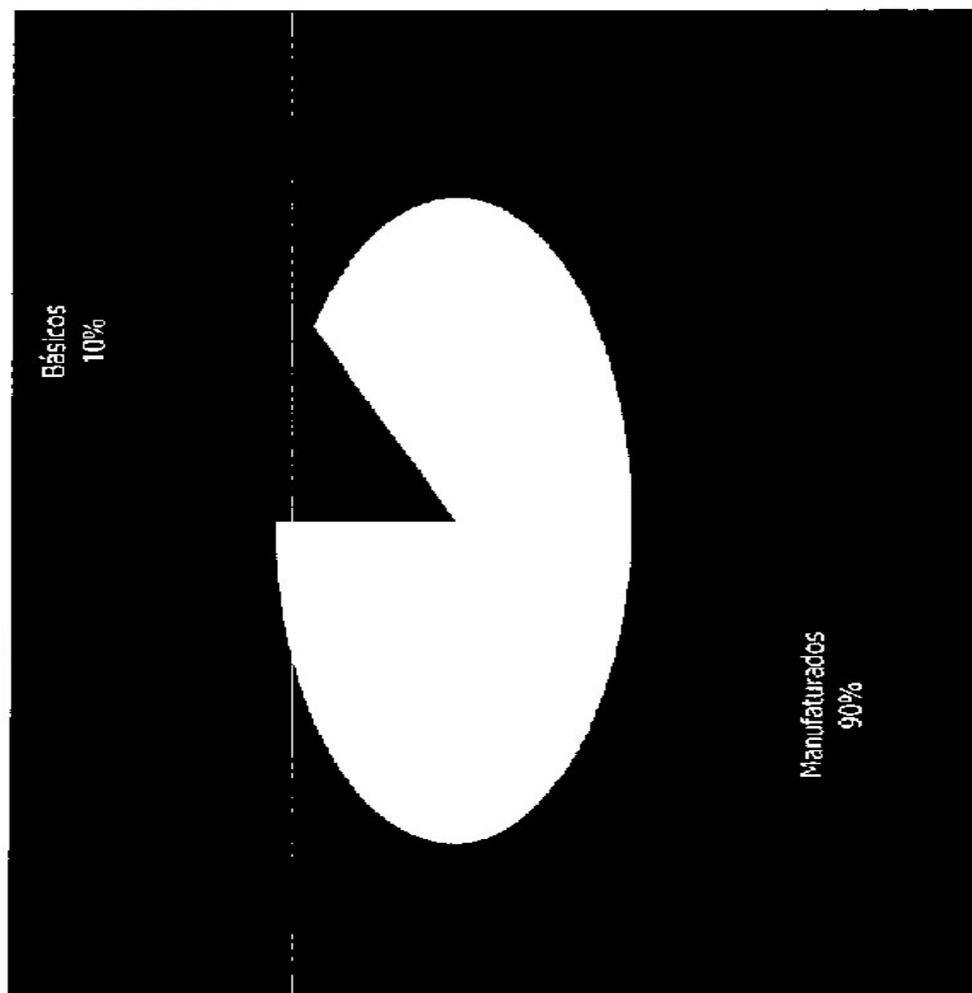
**BRASIL-TAILÂNDIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2012**

Exportações



As exportações brasileiras para a Tailândia são compostas em sua maior parte por **produtos básicos**, que representaram **68%** do total em 2012, com destaque para milho, carnes e farelo de soja. Os **produtos manufaturados** classificaram-se em seguida, com **19%** do total, e os **semimanufaturados**, com **13%**.

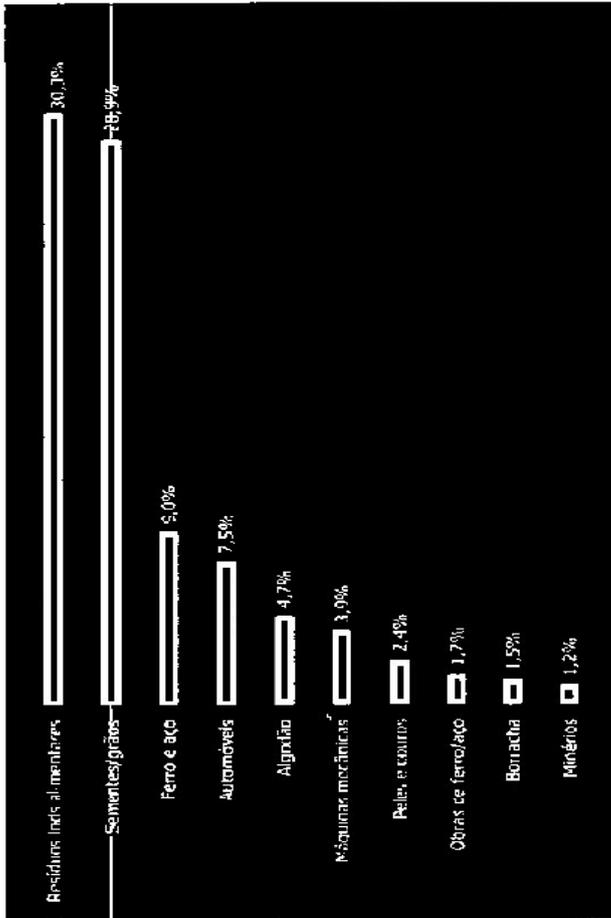
Importações



Nas importações, observa-se que os **produtos manufaturados** representaram quase a totalidade da pauta, com **90%**, com destaque para máquinas mecânicas. Os **produtos básicos** classificaram-se em seguida, com **10%**.

BRASIL-TAILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010		2011		2012	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Resíduos inds alimentares	470	30,3%	566	30,3%	627	30,3%
Sementes/grãos	445	28,9%	578	28,9%	598	28,9%
Ferro e aço	247	9,0%	292	9,0%	186	9,0%
Automóveis	36	7,5%	50	7,5%	154	7,5%
Algodão	54	4,7%	48	4,7%	97	4,7%
Máquinas mecânicas	33	3,9%	59	3,9%	81	3,9%
Peles e couros	29	2,4%	34	2,4%	49	2,4%
Obras de ferro/aço	5	1,7%	12	1,7%	35	1,7%
Borracha	11	1,5%	22	1,5%	30	1,5%
Minérios	7	1,2%	3	1,2%	25	1,2%
Subtotal	1.338	90,9%	1.664	90,9%	1.882	90,9%
Outros produtos	149	9,1%	154	9,1%	189	9,1%
Total	1.486	100,0%	1.818	100,0%	2.071	100,0%



Elaborado pelo MRE/OPRODIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AICEWEB.

As exportações brasileiras destinadas a Tailândia concentraram-se nos produtos básicos. Em 2012, resíduos das indústrias alimentares (tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja) representaram 30,3% do total das vendas brasileiras para o país. Seguiram-se sementes/grãos (soja, mesmo triturada, exceto para sementeira) com 28,9%; ferro e aço (9%); automóveis (7,5%); e algodão (4,7%).

BRASIL-TAILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010		2011		2012	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Máquinas mecânicas	505	618	619	24,7%		
Automóveis	290	387	564	22,5%		
Borracha	406	546	399	15,9%		
Máquinas elétricas	318	356	353	14,1%		
Plásticos	56	129	111	4,4%		
Instrumentos de precisão	48	62	72	2,9%		
Fibras sintéticas/artificiais	50	57	56	2,2%		
Obras de ferro/aço	18	27	50	2,0%		
Móveis	8	17	42	1,7%		
Preparações de carne	11	12	29	1,2%		
Subtotal	1.711	2.213	2.295	91,7%		
Outros produtos	128	186	209	8,3%		
Total	1.839	2.399	2.504	100,0%		

Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

As importações brasileiras originárias da Tailândia concentraram-se nos produtos manufaturados. As **máquinas mecânicas** (unidades de memória, motores de pistão de ignição por compressão, diesel ou semidiesel e outros aparelhos para filtrar ou depurar gases) representaram 24,7% das compras brasileiras originárias da Tailândia, em 2012. Seguiram-se **automóveis** (outros partes e acessórios de carroçarias e outras partes e acessórios, para veículos automóveis) com 22,5%; **borracha** (15,9%); e **máquinas elétricas** (14,1%).

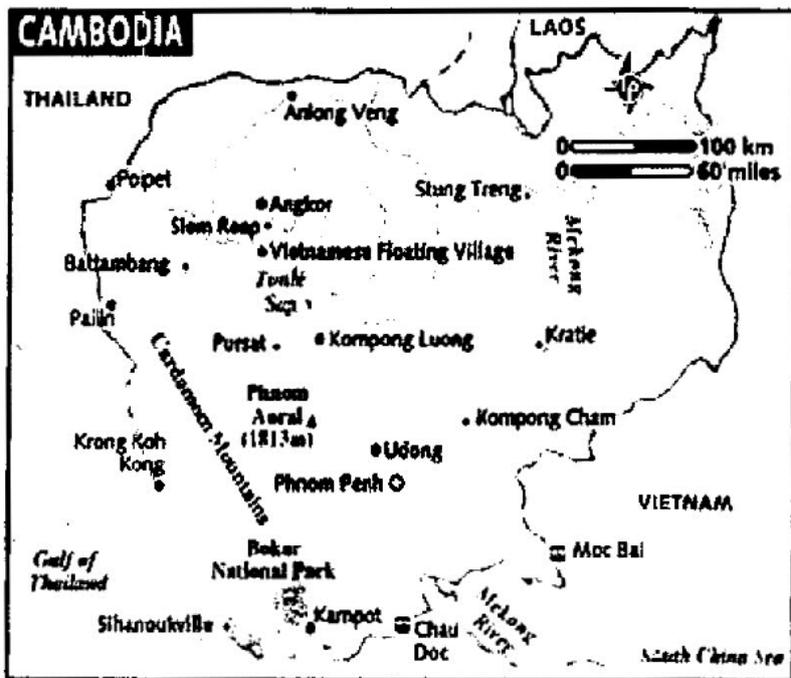
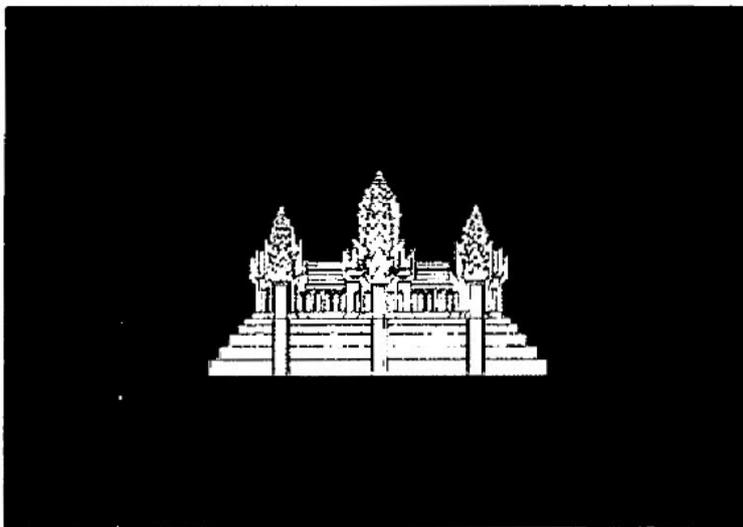
BRASIL-TAILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-ago)	Part. % no total	2 0 1 3 (jan-ago)	Part. % no total
Exportações				
Sementes/grãos	473	33,1%	351	30,9%
Resíduos inds alimentares	365	25,5%	324	28,5%
Pele e couros	31	2,2%	57	5,0%
Máquinas mecânicas	47	3,3%	47	4,1%
Ferro e aço	173	12,1%	45	4,0%
Automóveis	101	7,1%	43	3,8%
Pérolas/ouro/pedras	3	0,2%	34	3,0%
Algodão	55	3,8%	33	2,9%
Obras de ferro/aço	24	1,7%	25	2,2%
Borracha	19	1,3%	19	1,7%
Subtotal	1.290	90,4%	979	86,1%
Outros produtos	137	9,6%	158	13,9%
Total	1.427	100,0%	1.137	100,0%
Exportações brasileiras para a Tailândia em 2013 (Jan-ago)				
Sementes/grãos	351	30,9%		
Resíduos inds alimentares	324	28,5%		
Pele e couros	57	5,0%		
Máquinas mecânicas	47	4,1%		
Ferro e aço	45	4,0%		
Automóveis	43	3,8%		
Pérolas/ouro/pedras	34	3,0%		
Algodão	33	2,9%		
Obras de ferro/aço	25	2,2%		
Borracha	19	1,7%		
Imports. brasileiras originárias da Tailândia em 2013 (Jan-ago)				
Automóveis	382	23,0%		
Máquinas mecânicas	358	21,5%		
Máquinas elétricas	276	16,6%		
Borracha	249	15,0%		
Plásticos	88	5,3%		
Instrumentos de precisão	50	3,0%		
Móveis	31	1,9%		
Fibras sintéticas/artificiais	29	1,7%		
Preparações de carne	26	1,6%		
Obras de ferro/aço	26	1,6%		
Subtotal	1.562	91,9%		
Outros produtos	137	8,1%		
Total	1.699	100,0%		

Elaborado pelo MRE/DPRE/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDT/SECRETARIA/IC/CEV.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAMBOJA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino do Camboja
CAPITAL	Phnom Penh
ÁREA	181.035 km ² (menor que o Paraná)
POPULAÇÃO (2012)	15,3 milhões
IDIOMA OFICIAL	Khmer
PRINCIPAL RELIGIÃO	Budismo (95%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Rei Norodom Sihamoni (desde 2004)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Hun Sen (desde 1998)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Hor Nambong (desde 1998)
PIB NOMINAL (2012)	US\$ 14,2 bilhões (FMI)
PIB PPP (2012)	US\$ 36,6 bilhões (FMI)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2012)	US\$ 934 (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2012)	US\$ 2.402 (FMI)
MOEDA	Riel (CR)
IDH	0,543, 138º de 187 (Brasil: 0,730/85º)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (anos)	63,6
ALFABETIZAÇÃO	77,6%
DESEMPREGO	3,5%
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	10 indivíduos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil FOB) – Fonte: AliceWeb / MDIC

BRASIL → CAMBOJA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	jan-set 2012	jan-set 2013
Intercâmbio	897,5	1.274,1	1.259,6	2.713,2	6.631,0	10.460,9	12.670,2	21.001,8	24.162,3	23.766,6	16.234,4	29.797,8
Exportações	670,6	743,8	733,8	1.682,6	2.850,8	4.941,3	3.571,0	12.334,3	6.134,3	4.456,9	2.714,3	1.944,4
Importações	226,8	530,3	525,9	1.030,5	3.780,2	5.519,6	9.099,2	8.667,5	18.028,1	19.309,8	13.520,2	27.853,4
Saldo	443,8	213,4	207,9	652,1	-929,3	-578,4	-5.528,2	3.666,8	-11.893,8	-14.852,9	-10.805,9	-25.908,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

NORODOM SIHAMONI

Rei do Camboja



Nasceu em 14 de maio de 1953, em Phnom Penh, capital do Camboja. É solteiro e não tem filho. Assumiu o trono em outubro de 2004, tendo sido selecionado por um conselho especial, uma semana após a abdicação de seu pai.

Sihamoni passou a maior parte da vida fora do país. Quando criança, viveu em Praga, onde cursou os níveis fundamental e médio, até entrar na Academia de Artes Musicais. Lá estudou dança clássica e música até 1975. É fluente em francês, tcheco e tem bom conhecimento de inglês e russo.

Foi professor de dança na França na década de 1980 e, na década de 1990, Embaixador junto à UNESCO.

HUN SEN

Primeiro-Ministro



Samdech Akeak Moha Sena Padey Decho Hun Sen nasceu em 5 de agosto de 1952, na cidade de Kampong Cham, no Camboja. É o terceiro de seis filhos. Aos treze anos deixou sua família para frequentar uma escola monástica. É casado com Bun Rany e possui seis filhos.

Em 1970, passou a integrar o Khmer Vermelho. Na época, o Khmer Vermelho, liderado por Pol Pot, combatia o governo cambojano de Lon Nol. Entretanto, nos últimos anos do domínio do Khmer Vermelho, Hun Sen tornou-se opositor de Pol Pot. No final da década de 1970, integrou forças anti-Khmer Vermelho situadas no Vietnã. Nos anos seguintes, passou a ser uma figura central no novo regime que se iniciava a partir da queda do Khmer Vermelho.

Ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e posteriormente, em 1985, de Primeiro-Ministro. Em 1987 foi acusado pela Anistia Internacional de torturar presos políticos. De 1993 a 1998 foi um dos dois Primeiros-Ministros do país, juntamente com o Príncipe Norodom Ranariddh.

Sob formas distintas, Hun Sen esteve no governo desde 1985, quando se tornou Primeiro-Ministro pela primeira vez. Em setembro de 2013, o Primeiro-Ministro manteve-se no cargo, após seu partido sair vitorioso nas eleições de julho de 2013, sob forte contestação da oposição.

HOR NAMHONG

*Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros
e da Cooperação Internacional*



Hor Namhong nasceu em Phnom Penh, em 15 de novembro de 1935. (Hor é o nome de família). É casado e tem cinco filhos.

Formou-se pela Ecole Royale d'Administration (Seção Diplomática) e é Mestre em Direito pela Universidade de Paris. Possui diploma do Instituto de Altos Estudos Internacionais da mesma universidade.

Serviu na Embaixada em Paris (1967-73) e foi Embaixador em Cuba (1973-75). Com a tomada do poder pelo Khmer Vermelho, foi prisioneiro do regime (1975-79). Após a invasão do país pelo Vietnã e a consequente derrocada do Khmer Vermelho, foi Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (1980-82) e Embaixador em Moscou (1982-89).

Foi um dos principais negociadores nas conversações de paz (1987-91) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1990-93). Nessa última condição, foi um dos signatários do Acordo de Paz de Paris, em outubro de 1991. Posteriormente, foi Embaixador em Paris (1993-98).

É o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional e membro da Assembleia Nacional desde 1998. Em 2003, foi nomeado um dos Vice-Primeiros-Ministros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Após haverem sido suspensas em 1966, as relações entre o Brasil e o Camboja foram retomadas em 1994. Os contatos políticos são ainda pouco frequentes, não havendo Embaixada residente nas respectivas capitais (a Embaixada do Brasil para o Camboja é cumulativa em Bangkok, e a Embaixada do Camboja em Havana é cumulativa com Brasília). A Embaixada do Camboja em Havana, única na América Latina, mantém contatos rarefeitos com Brasília. Cuba também é o único país latino-americano com Embaixada residente em Phnom Penh, que sedia 26 Embaixadas.

Devido às dimensões demográficas e econômicas do país e a seu baixo nível de desenvolvimento, o relacionamento bilateral, pouco denso, se concentra em possibilidades de cooperação e de apoio em fóruns multilaterais e na ASEAN. Entre as prioridades do relacionamento, destaca-se a ampliação da cooperação e do diálogo bilateral, em consonância com o processo de intensificação das relações do Brasil com a ASEAN. Com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral, estuda-se organizar missão de cooperação técnica, integrada pela EMBRAPA, e introduzir o Camboja no PEC-G (foi assinado acordo na área de educação em 2011, ora em tramitação).

Visitas de alto nível

Do lado cambojano, em abril e maio de 2011, o Secretário de Estado (Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros) Long Visalo visitou Brasília, ocasião em que foram assinados os primeiros instrumentos bilaterais, sobre cooperação educacional (que permitirá estudantes do Camboja participar dos programas de estudantes-convênio em graduação e em pós-graduação) e de isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço. Durante a visita, discutiu-se a possibilidade de se estabelecer cooperação em rizipiscicultura, cujo planejamento poderá ser iniciado por missão da EMBRAPA ao país. Em junho de 2012, o Ministro do Meio Ambiente, Mok Mareth, participou da Conferência Rio+20, mas não manteve programação bilateral.

Em maio de 2000, visitou o Brasil o Príncipe Norodom Ranariddh, então Presidente da Assembleia do Reino do Camboja. Na ocasião, manteve encontros com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia. O Camboja participou da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, com delegação chefiada pelo Embaixador junto às Nações Unidas, Kosal Sea, que havia também liderado sua delegação à III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília, em 2007.

Do lado brasileiro, em março de 2012, visitou o Camboja a Subsecretária-Geral Política II do MRE (SGAP-II), Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis. Na ocasião, foram discutidas possibilidades de cooperação nas áreas de segurança alimentar, programas sociais de erradicação da pobreza, agricultura, desenvolvimento rural, e energia – biocombustíveis e hidroeletricidade. Foi, também, firmado o Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais.

Em novembro de 2012, a Sra. SGAP-II retornou ao Camboja, para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN (o Camboja exercia, à época, a presidência de turno da ASEAN).

Em novembro de 2010, o Diretor do Departamento da Ásia do Leste visitou o Camboja, ocasião em que se encontrou com o Secretário de Estado Ouch Borith, quando passou em revista a agenda bilateral e solicitou o apoio cambojano ao processo de intensificação das relações do Brasil com a ASEAN.

Cooperação bilateral

A única iniciativa concreta de cooperação brasileira dá-se por meio do Fundo IBAS, na área da saúde. O projeto, iniciado em março de 2010 e com orçamento próximo a US\$ 1 milhão, foi concluído com êxito em janeiro de 2013, com a construção de pavilhão destinado a crianças com necessidades especiais, em hospital pertencente ao Ministério da Saúde do Camboja, executor do projeto, e a capacitação de profissionais na área da saúde.

Acordo-Quadro de Cooperação Técnica encontra-se pronto para ser assinado. Mesmo sem o Acordo-Quadro, o Camboja tem-se beneficiado de projetos de cooperação técnica oferecidos pelo Brasil, participando do "I Curso de Gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular", em março de 2013; do curso "Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero", em fevereiro e março de 2012; e do "Curso de Monitoramento de Florestas Tropicais", em outubro de 2011. No âmbito da ASEAN, o Camboja também participou do "I Curso para Diplomatas da ASEAN", em agosto de 2012; e foi convidado para o "VI Seminário Internacional de Políticas Sociais para o Desenvolvimento", em março de 2013.

Revestem-se de grande relevância, para o Camboja, questões ligadas à segurança alimentar, erradicação da pobreza, desenvolvimento rural, pesquisa agrícola, biocombustíveis, e aproveitamento do potencial hidrelétrico – áreas em que o Brasil pode prestar importante contribuição.

Em dezembro de 2011, o Brasil doou US\$ 100 mil ao Camboja, a título de ajuda humanitária pelas enchentes que assolavam o país desde julho. A ajuda foi efetivada por intermédio da Representação do Programa Mundial de Alimentos no Camboja. Em setembro de 2009, o Brasil havia doado US\$ 10 mil ao país,

também por intermédio do Programa Mundial de Alimentos, para assistência às vítimas da tempestade Ketsana.

Durante a visita do Secretário de Estado Long Visalo, em maio de 2011, discutiu-se a possibilidade de se estabelecer cooperação na área agrícola, cujo planejamento poderá ser iniciado por missão da ABC ao país, com a participação da EMBRAPA. Foram identificados possíveis projetos de cultivo de arroz (na área de fertilização ou de desenvolvimento de piscicultura em campos de arroz irrigado), tendo o Diretor-Executivo da Embrapa, Waldyr Stumpf, mencionado a possibilidade de apoiar o Camboja no desenvolvimento.

Em visita à CNI, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo expressou o interesse cambojano nos cursos de capacitação do SENAI. O representante da CNI explicou que tal iniciativa dependeria de acordo bilateral de cooperação técnica, e posterior parceria específica do Governo com o SENAI, como já ocorre em projetos no Haiti e em países da CPLP.

É promissora a cooperação bilateral na área de educação. Após a aprovação pelo Congresso Nacional do Acordo sobre Educação, assinado em maio de 2011, o país poderá ser incluído nos programas PEC-G e PEC-PG. Em dezembro de 2010, durante a apresentação de credenciais do Embaixador do Brasil, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Ouch Borith expressou satisfação com a possibilidade de receber apoio do Brasil nos esforços do Camboja de ampliação de seus quadros de mão-de-obra especializada, por meio da cooperação educacional e técnica. Comentou que o regime de terror do Khmer Vermelho foi responsável pela morte ou pelo afastamento do país de suas elites intelectuais e profissionais de nível superior, sendo, portanto, uma das principais prioridades do atual governo a formação de novos quadros para a administração pública e para o setor privado.

Em dezembro de 2010, durante a apresentação de credenciais do Embaixador do Brasil, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Ouch Borith sublinhou que o Camboja tem grande interesse em estabelecer cooperação com o Brasil nas áreas de biocombustíveis e agricultura. Lembrou a dependência da economia do país em relação à cultura do arroz (cuja safra em 2009 apresentou excedente de 3 milhões de toneladas) e frisou a importância conferida à questão da segurança alimentar. Mencionou, ademais, o desenvolvimento do setor de turismo e expressou o propósito de atrair turistas e de conhecer a experiência brasileira nessa área.

Energia

Durante a visita da Subsecretária-Geral Política II do MRE, em março de 2012, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo manifestou interesse em investimento brasileiro no Camboja na produção de etanol e biodiesel, destacando que o país já produz cana-de-açúcar e mandioca para a produção de biocombustíveis.

Estudos já identificaram potencial para produção de pinhão-manso e mandioca para produção, respectivamente, de biodiesel e etanol. Destaca-se o estudo “Strategy for Integrating Biofuel and Rural Renewable Energy Production in Agriculture for Poverty Reduction in the Greater Mekong Subregion”, levado a cabo pela Iniciativa para o Desenvolvimento Econômico do Grande Mekong, com financiamento Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) e o Fundo para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

As experiências brasileiras com o Programa Luz para Todos e com o Programa Nacional de Produção de Biodiesel, bem com a produção de etanol, vêm ao encontro dos objetivos estabelecidos pelo Governo do Camboja no âmbito da Estratégia de Eletrificação Rural. A identificação de possibilidades concretas de cooperação nessa área traria importante potencial de aproximação entre Brasil e Camboja.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros no Camboja é prestada pela Embaixada em Bangkok, na Tailândia. Há dez brasileiros no Camboja.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano do Camboja.

POLÍTICA INTERNA

Quadro histórico

Herdeiro histórico de um dos mais poderosos impérios do Sudeste Asiático (Império Khmer, 802-1431), o Camboja tornou-se protetorado da França em 1863. Em 1953, foi ratificado acordo pelo qual o Camboja obteve sua independência, sob regime monárquico. Nesse período, ressaltou a figura do Rei Sihanouk (que abdicou do trono em 1955 para eleger-se Primeiro-Ministro, com o título de Príncipe, e voltou a assumir a Chefia de Estado com o falecimento do pai, em 1960). Em 1970, após golpe militar, foi proclamada a República Khmer, tendo assumido a Presidência o General Lon Nol (pró-EUA).

As forças revolucionárias do Khmer Rouge, vitoriosas na guerra civil, proclamaram o estado revolucionário em 1976, sob liderança de Pol Pot. O regime tentou isolar o Camboja do convívio internacional e implementou uma política externa aliada a Pequim e de confrontação com o Vietnã. No plano interno, aboliu a moeda e obrigou a população a trabalhar em cooperativas rurais ou campos de trabalho industrial, o que resultou em caos econômico e fome generalizada. O Vietnã invadiu o país em 1978, derrubou o regime do Khmer Rouge, e implementou novo regime que durou até 1989.

Entre 1991 e 1993, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi enviado especial do ACNUR ao Camboja e Diretor de Repatriamento da Autoridade da ONU de Transição no Camboja (UNTAC).

Após o período de administração da UNTAC, entre 1992-93, foi promulgada a atual Constituição, em 1993, que restabeleceu a monarquia. O Primeiro-Ministro Hun Sen lidera o governo praticamente desde 1985 (de 1993 a 1998, na condição de co-Primeiro-Ministro, com o título de Segundo Primeiro-Ministro).

O Rei é escolhido por um conselho real, formado pelos dirigentes máximos do país, inclusive o Primeiro-Ministro, e por monges budistas de alta hierarquia eclesiástica. O Rei Norodom Sihamoni é o Chefe de Estado desde 29 de outubro de 2004. Em 15/10/2012, faleceu seu pai, o Rei Norodom Sihanouk, que já havia deixado de ser Chefe de Estado.

Características gerais

O Camboja é uma democracia parlamentarista unitária e monarquia constitucional. O Rei não possui poder de veto sobre a atividade legislativa. O Parlamento é composto por duas casas, o Senado e a Assembleia Nacional. O Senado possui 61 membros: 2 indicados pelo Rei, 2 eleitos pela Assembleia Nacional; e o restante eleito pelas 24 províncias do país. A legislatura dos senadores tem duração de seis anos. Já a Assembleia Nacional, Câmara baixa do Camboja, é composta por 123 membros eleitos para um mandato de cinco anos

por meio de representação proporcional. A Casa tem ainda o poder de retirar o voto de confiança no Primeiro-Ministro e seu governo, com quórum de dois terços.

O Partido do Povo Cambojano (CPP), do Primeiro-Ministro Hun Sen, domina a política nacional. A oposição é centralizada no Partido do Resgate Nacional Cambojano (CNRP), de Sam Rainsy, que, após ser perdoado pelo Rei de condenação de 10 anos de prisão relacionada a seu ativismo anti-vietnamita, retornou de autoexílio ao país em julho de 2013. Em geral, há preocupações quanto à corrupção, à perseguição de opositores, à expropriação de terras e à precariedade do sistema legal.

Conjuntura

Em julho de 2013, foram realizadas eleições parlamentares ordinárias. Os resultados, ainda que dessem como vitorioso o Partido de Hun Sen, CPP, foram surpreendentes, na medida em que o principal partido de oposição, CNRP, centrado na figura de Sam Rainsy, aumentou expressivamente sua participação no Parlamento frente os resultados de 2008: o número de assentos do CPP, de Hun Sen, caiu de 90 para 68, e os do CNRP subiram de 29 para 55. O CPP perdeu, assim, a maioria de dois terços necessária para reformas à Constituição, e não será possível a formação de coalizão, já que os demais partidos não obtiveram assento. O CPP obteve 48,8% dos votos e o CNRP, 44,5%. Apesar da presença de observadores eleitorais internacionais convidados pelo Camboja, Sam Rainsy acusou Hun Sen de haver fraudado as eleições e exigiu investigação do processo eleitoral. A mais importante acusação dos manifestantes é de manipulação de listas por partidários de Hun Sen. A manifestação mais recente, em setembro, foi reprimida com certo rigor pelas forças de segurança. Cabe ter presente, nesse quadro, que os países vizinhos ao Camboja reconheceram os resultados das eleições, tendo, em geral, enviado cumprimentos ao Primeiro-Ministro reconduzido. Outros países de fora do entorno regional estimularam um processo transparente de esclarecimento sobre as acusações feitas pela oposição.

A oposição cambojana boicotou a sessão inaugural, em 23 de setembro, da nova legislatura eleita, mas não ocorreram manifestações importantes da oposição durante o evento. Ao ser confirmado no cargo de Primeiro-Ministro pelos próximos cinco anos, Hun Sen prometeu reformas em todos os setores do país e afirmou que o CCP estava considerando oferecer cargos no primeiro escalão do governo à oposição, inclusive o de Vice-Presidente da Assembleia Nacional. Será difícil para o CNRP, entretanto, aceitar cargo no novo governo de Hun Sen, sob pena de poder ser acusado de cooptação.

As prováveis razões para o fortalecimento da oposição são: a grande proporção do eleitorado jovem, a chamada "geração pós-genocídio", que tem acesso às informações de Rainsy por meio de redes sociais e que não

acompanhou a trajetória dos líderes pós-Khmer Rouge; a união de quase toda a oposição em torno de Rainsy; e o fato de que Hun Sen, apesar da total lealdade que conta no CPP, tem tido dificuldades em conter o forte descontentamento social no país face à corrupção e impunidade de elementos de seu governo, e à apropriação de terras em proveito de companhias estrangeiras e das elites locais. Sam Rainsy retornou ao Camboja, perdoado pelo Rei, há apenas 10 dias da eleição, não tendo podido inscrever-se para concorrer a cadeira parlamentar, por decurso de prazo. Sua volta ao Camboja, entretanto, entusiasmou seus partidários e deu novo e importante alento à oposição.

O expressivo crescimento da oposição nas eleições parlamentares de 2013 contrasta com os resultados das eleições comunais de 2012, quando o CPP obteve a vitória em 97% das comunas.

Destaca-se a atuação das Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja (ECCC), constituídas com o apoio das Nações Unidas, para julgar acusados de participação em atrocidades cometidas durante o regime do Khmer Vermelho, que resultou, até o momento, na condenação de um líder do movimento. Em visita ao Camboja, em outubro de 2010, o Secretário-Geral da ONU argumentou que se trata de um processo judiciário internacional e que a decisão a respeito do julgamento dos quatro líderes principais remanescentes caberia ao tribunal. As ECCC têm-se visto pressionadas a emitir sentenças com maior celeridade, dada a idade avançada dos acusados. Em março de 2013, um acusado faleceu, aos 87 anos, antes de sua sentença, restando dois réus em julgamento no caso corrente, de 82 e 86 anos. As ECCC têm enfrentado, ainda, dificuldades financeiras.

POLÍTICA EXTERNA

A agenda da política externa do Camboja é marcada pelo diferendo fronteiriço com a Tailândia; pela relação tibia com os Estados Unidos, que ainda apresentam críticas ao regime; e pelas relações próximas com a China e com o Vietnã. Os recursos de ajuda oficial procedentes dos países ocidentais continuam expressivos.

Relações bilaterais com outros países

Em novembro de 2012, o então Primeiro-Ministro da China, Wen Jiabao, realizou visita oficial ao Camboja, quando se encontrou com o homólogo cambojano, Hun Sen. Realçou que a parceria estratégica global de cooperação entre a China e o Camboja avançou rapidamente nos últimos anos e salientou que a China e o Camboja reforçaram a coordenação nos assuntos regionais e salvaguardam os interesses comuns. Prometeu apoiar o Camboja em matéria de desenvolvimento socioeconômico e melhoria do bem-estar do povo cambojano.

O Presidente dos EUA, Barack Obama, esteve no Camboja em novembro de 2012, por ocasião da Cúpula da Ásia do Leste. O visitante expressou ao Primeiro-Ministro Hun Sen críticas pela situação dos direitos humanos no Camboja.

Litígio com a Tailândia

As relações com a Tailândia são tensas, em função de litígio fronteiriço na região do templo Preah Vihear. Ainda que reconheça que o templo é cambojano (conforme decisão da Corte Internacional de Justiça, de 1962), a Tailândia reclama área de 4,6 km² adjacente ao templo. Tal contestação baseia-se na topografia da região, que faz do templo praticamente um enclave no território tailandês. A questão tornou-se ainda mais delicada em julho de 2008, quando a UNESCO reconheceu o templo como Patrimônio Mundial da Humanidade. Desde então, registraram-se choques armados em três ocasiões (outubro de 2008; fevereiro de 2011; e, mais recentemente, abril de 2011). Em abril de 2012, houve breve troca de tiros na região, sem deixar feridos.

A Tailândia sustenta que a melhor forma de encaminhar a questão é pela via bilateral, por meio da Comissão Mista de Demarcação de Fronteiras, que se reúne regularmente. O Camboja, por outro lado, defende a via multilateral, e argumenta que o Parlamento tailandês não tem aprovado as resoluções emanadas da Comissão Mista, o que a torna estéril. Nessas condições, após choques armados que resultaram em vítimas dos dois lados, em fevereiro de 2011, o assunto foi objeto de reunião ministerial da ASEAN, de que resultou comunicado da presidência indonésia que, entre outros pontos, saudou o convite de ambas as Partes para a presença de observadores indonésios no local,

representando a ASEAN. Entretanto, até o momento, não foi concluída a instalação de observadores na região, devido a certa resistência tailandesa, que exige condições como a retirada total de tropas da área contestada e que os observadores se situem fora do território em litígio.

Por solicitação do Camboja, o assunto foi tratado no âmbito do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em fevereiro de 2011, sob presidência brasileira. Durante a reunião, as intervenções dos membros do Conselho refletiram apoio aos bons ofícios da ASEAN e à noção de que a ação do CSNU visa apenas a reforçar, e não suplantam, os esforços bilaterais e regionais. Após a sessão, o CSNU emitiu nota à imprensa em que urgiu as Partes a estabelecerem e implementarem um cessar-fogo e a resolverem a questão de forma pacífica mediante diálogo. Nesse sentido, expressou apoio aos esforços da ASEAN em prol da solução da questão, encorajando as Partes a cooperarem com a Associação.

Em julho de 2011, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) emitiu decisão requerendo a implementação de medidas cautelares, que incluem a desmilitarização da zona (em área de 17 km²) e a presença de observadores da ASEAN na região. A implementação da decisão, entretanto, depende de acerto entre as partes, no âmbito da Comissão Mista de Fronteiras.

O governo tailandês de Yingluck Shinawatra, iniciado em agosto de 2011, tem dado sinais de distensão no relacionamento bilateral. Em 15 de setembro de 2011, visita de Yingluck ao Camboja teve alto perfil, tendo sido recebida pelo Primeiro-Ministro Hun Sen e pelo Rei Norodom Sihamoni. Na ocasião, ambos os lados concordaram em cumprir a referida decisão da CIJ.

Entretanto, o Comandante do Exército tailandês, General Prayuth Chamocho, declarou em janeiro de 2013 que, independentemente do que seja decidido na Haia, as Forças Armadas estão prontas para lutar se o território nacional for invadido.

Em março de 2013, foi desmentida pelo Camboja declaração do Ministro da Defesa da Tailândia, no sentido de que teria chegado a entendimento com seu homólogo cambojano para uma substituição por forças policiais das tropas em áreas adjacentes ao templo de Preah Vihear, na zona desmilitarizada determinada pela CIJ em 2011. O Camboja também protestou contra alegadas 45 mortes, em 2012, de madeireiros cambojanos por tropas tailandesas.

No quadro amplo das relações entre o Camboja e a Tailândia, vale ainda registrar a ausência de demarcação também na fronteira marítima no Golfo da Tailândia, em área com potencial para a exploração de gás e petróleo; e o período, de 4 de novembro de 2009 a 23 de agosto de 2010, em que o ex-Primeiro-Ministro tailandês Thaksin Shinawatra, condenado pela justiça de seu país, foi assessor econômico do Primeiro-Ministro Hun Sen (o que provocou, na época, a retirada do embaixador tailandês em Phnom Penh e, em reação, do embaixador cambojano em Bangkok).

Mapa da região de fronteira entre o Camboja e a Tailândia



□ Bangkok

THAILAND

Ta Krabey



□ Preah Vihear

CAMBODIA

□ Phnom Penh

Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN

O Camboja exerceu a presidência de turno da ASEAN em 2012. Nessa condição, sediou, em julho de 2012, a 45ª Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN. Pela primeira vez, a reunião não produziu um comunicado conjunto, devido à recusa do Camboja em incluir menção à questão do Mar do Sul da China, como desejavam as Filipinas, o que parece refletir a influência chinesa no país. A atitude poderá prejudicar o relacionamento do Camboja na ASEAN, onde é o membro mais recente. Cabe ter presente que a China é o maior doador ao Camboja e o maior investidor estrangeiro no país, e que o então Presidente Hu Jintao realizou visita ao Camboja poucos dias antes da reunião, a primeira de um Chefe de Estado chinês ao país em doze anos.

Após visitas do Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio a capitais da região, chegou-se a consenso sobre pontos referentes à questão do Mar do Sul da China. Segundo Nota da Embaixada do Camboja em Bangkok, os pontos posteriormente acordados já haviam sido propostos durante a reunião ministerial, tendo a parte indonésia, posteriormente, convencido as Partes vietnamita e filipina a abrirem mão de menções mais específicas sobre o assunto.

Em agosto de 2012, o Camboja anunciou a chamada para consultas de seu Embaixador em Manila, um mês após nota da Chancelaria filipina lamentar a falta de comunicado conjunto na 45ª AMM. No dia seguinte, a Embaixada do Camboja em Manila comunicou que seu Embaixador havia encerrado sua missão e que a Embaixada seria chefiada por um Segundo Secretário, como Encarregado de Negócios, a.i.

Países de menor desenvolvimento relativo, Camboja, Laos e Myanmar e, em menor grau, o Vietnã, recebem tratamento diferenciado em algumas áreas no seio da ASEAN, em especial no tocante a acordos de comércio.

Isso não impede que defendam posturas claramente identificáveis, caracterizadas, entre outros aspectos, pela forte defesa do princípio da não-interferência da ASEAN em assuntos internos dos países membros. Os interesses e posições que compartilham levaram Camboja, Laos, Vietnã e Myanmar a se congregarem nos agrupamentos CLV (Camboja-Laos-Vietnã) e CLVM (Camboja-Laos-Vietnã-Myanmar), que organizam reuniões de cúpula anuais, respectivamente.

Temas multilaterais

O Camboja defende a criação de novos assentos permanentes e não-permanentes no CSNU e demonstrou simpatia pela candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho. Desde 1999, o país já apoia a Alemanha, a Índia e o Japão. O Camboja não obteve sucesso em sua candidatura a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2013-2014.

Em 2011, relatório do “Centre for Global Development”, organização independente baseada nos Estados Unidos, elencou o Camboja na quarta posição em relação ao maior progresso no cumprimento dos Objetivos do Milênio das Nações Unidas. Empatado com o Vietnã, o Camboja é o líder da ASEAN no tocante à consecução dos Objetivos.

Direitos Humanos

Ainda que se notem importantes avanços, a situação dos direitos humanos no país apresenta diversos problemas, derivados, entre outros fatores, da apropriação indevida de terras e da falta de divisão efetiva entre os três poderes. O país tem demonstrado, entretanto, ter postura positiva sobre o tema, reconhecendo a necessidade de avanços, tendo ratificado os Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, além das Convenções sobre os Direitos da Mulher, sobre os Direitos da Criança, sobre a Eliminação da Discriminação Racial e contra a Tortura. Demonstração das intenções positivas apresentadas pelo governo é a postura cooperativa com o sistema de direitos humanos da ONU, manifestada especialmente pelo compromisso público em aceitar todas as 91 recomendações emanadas do Mecanismo de Revisão Periódica Universal, de 2009. A próxima revisão está marcada para janeiro ou fevereiro de 2014.

O Camboja é objeto de análise pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH) sob o Item 10 de sua agenda (assistência técnica e construção de capacidades) desde 2007, com a constituição de um Relator Especial para a situação de direitos humanos no país. Em setembro de 2013, foi aprovada, por consenso (do qual fez parte o Brasil), resolução do CDH que estendeu o mandato do Relator Especial por mais dois anos.

Em seu quinto e mais recente relatório, de agosto de 2013, o Relator Especial sobre a situação de Direitos Humanos no Camboja, Surya Subedi, apresentou, entre os avanços no país, o maior acesso do Relator a interlocutores governamentais; o perdão ao principal líder oposicionista, Sam Rainsy; a realização calma das eleições gerais de julho de 2013 (ora sob contestação da oposição, entretanto); os avanços econômicos e na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; e a titulação de terras a camponeses (ainda que persistam outros problemas relacionados à posse da terra).

Por outro lado, o Relator registra que persistem forte intimidação à liberdade de expressão; impunidade; falta de independência do Judiciário; e incapacidade do Parlamento de exercer papel fiscalizador sobre o Executivo. Continuam merecendo especial destaque a lentidão das reformas eleitorais, parlamentares e judiciais; e o direito sobre a terra, de modo a evitar expulsões de agricultores em prol de projetos empresariais.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Características econômicas do país

A economia cambojana tem prosperado bastante desde a estabilização política. Apresenta crescimento econômico acima de 6% desde a década de 1990 (com exceção do ano de 2009, quando cresceu 0,1%) e tem mantido a inflação sob controle. O PIB nominal foi de US\$ 14,2 bilhões em 2012. Segundo o FMI, a economia apresentou crescimento de 6,1%, em 2010; de 7,1%, em 2011; de 7,3% em 2012; sendo prevista expansão de 7% em 2013 e de 7,2% em 2014.

O Camboja é um dos países mais pobres do Sudeste Asiático (renda per capita (PPP) de US\$ 2402 (2012), superior apenas à de Myanmar, na ASEAN).

À estabilização política, na década de 1990, seguiram-se a adesão à ASEAN, em 1999, e à OMC, ratificada em 2004. Têm destaque na economia os setores agrícola (que ocupa a maior parte da população economicamente ativa), turístico (especialmente as ruínas de Angkor) e têxtil (que responde pela maior parte das exportações).

O processo de estabilização tem sido acompanhado por privatizações e maior inserção da economia cambojana na economia mundial. Evidência disso é a abertura, em julho de 2011, da primeira bolsa de valores do Camboja (“Cambodia Securities Exchange”), em parceria do Governo com a sul-coreana Korea Exchange (55% x 45%, respectivamente). Esse movimento inscreve-se também no contexto de sua adesão à ASEAN, em 1999, que tem direcionado a economia cambojana a uma maior transparência e abertura.

O comércio exterior do Camboja totalizou US\$ 19,8 bilhões em 2012. O país exporta sobretudo para os EUA (32,2%, em 2012); Alemanha (9,9%) e Reino Unido (9,7%); e importa da Tailândia (34%); China (24,3%) e Cingapura (8,9%). Exporta principalmente roupas e calçados (cerca de 80%) e importa tecidos (13%); combustíveis (11,7%); e máquinas mecânicas (8,5%).

O Camboja tem potencial para tornar-se exportador de hidrocarbonetos para os países da região. Desde 2005, a empresa Chevron tem descoberto importantes reservas de petróleo e gás no Golfo da Tailândia, cuja produção poderá começar ainda em 2013. Há, contudo, problemas relativos à ausência de demarcação da fronteira marítima com a Tailândia. Destacam-se, entre os recursos naturais do Camboja, ademais de petróleo e gás natural, madeira; pedras preciosas; ferro; manganês e fosfatos. Registram-se também importantes investimentos na construção de usinas hidrelétricas.

A exemplo de outros países em desenvolvimento, o Camboja tem concentrado esforços na captação de investimentos diretos, ciente da importância desses capitais no estímulo à atividade produtiva. Por conseguinte, o estoque de capitais estrangeiros no Camboja é de aproximadamente US\$ 6 bilhões.

O investimento externo direto no Camboja atingiu US\$ 1,6 bilhão em 2012, em comparação com US\$ 902 milhões em 2011. O aumento é creditado às empresas que procuram cortar custos em indústrias intensivas em mão de obra, especialmente no setor de vestuário. O Camboja também tem atraído investimentos no setor bancário, especialmente no varejo. Ao longo da última década, o referido setor do país atraiu o maior montante de investimentos entre todos os Países de Menor Desenvolvimento Relativo, totalizando US\$ 2,3 bilhões, e o segundo maior em número de projetos, com 56.

O Governo do Camboja tem especial interesse na atração de investimentos que contribuam para a competitividade do país no longo prazo, priorizando investimentos em agricultura e agroindústria, infraestrutura de transporte e telecomunicação, energia e eletricidade, indústrias intensivas em mão-de-obra e de exportação, turismo, desenvolvimento de recursos humanos e mineração. O ambiente para investimentos no país é favorável e os investimentos estrangeiros geralmente não enfrentam restrições.

Ademais, o Camboja faz parte da ASEAN, o que lhe confere acesso diferenciado ao mercado dos demais países membros; suas exportações gozam de livre acesso ou acesso diferenciado à maior parte das economias desenvolvidas; e o país apresenta um dos menores custos, da Ásia, no que se refere a sua força de trabalho.

A matriz energética do Camboja apresenta forte dependência do uso de biomassa convencional (lenha), fonte de energia que responde por mais de 80% do total, seguida dos derivados de petróleo importados. O amplo uso da biomassa se traduz em altos índices de desflorestamento para a cobertura vegetal do país. A geração de energia elétrica, por sua vez, baseia-se em unidades térmicas convencionais (cerca de 95% do total), movidas a petróleo ou diesel. Hidroeletricidade e biomassa moderna (resíduos, biocombustíveis, biogás) respondem por fração diminuta da energia do país (3,3% e 1,3%, respectivamente). Há iniciativas em diversas formas de energias renováveis (hidrelétricas, biocombustíveis, biogás, solar, eólico, etc), mas o estágio de desenvolvimento, em muitos casos, ainda se resume a estudos de potencialidade ou projetos-piloto. Em junho de 2009, o Camboja tornou-se membro da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA).

Comércio e investimentos bilaterais

O comércio bilateral é pouco expressivo, tendo atingindo apenas US\$ 23,7 milhões em 2012 (era de US\$ 897,4 mil em 2003). Naquele ano, as exportações brasileiras foram de 4,4 milhões, e as importações, de US\$ 19,3 milhões.

A pauta de exportações brasileiras para o Camboja é altamente concentrada, prevalecendo os produtos manufaturados. Nos últimos anos, o Brasil tem exportado sobretudo químicos orgânicos (sais do ácido glutâmico) e

fumo (quase 70% do total, em 2012); e importado roupas e calçados (92%, em 2012). Nos últimos cinco anos, o saldo da balança comercial foi desfavorável ao Brasil em razão, sobretudo, do aumento das importações do setor de confecções.

A União Brasileira de Avicultura (UBABEF) identificou, em janeiro de 2012, empresa cambojana interessada em importar carne de aves do Brasil. Estão sendo feitas gestões pela Embaixada em Bangkok para autorizar o comércio no setor, por meio da adoção de Certificado Oficial para Produtos Cárneos Comestíveis. No momento, não há comércio bilateral no setor.

Os dois países estão negociando, desde 2010, certificado para amparar exportações de carne de aves do Brasil para o Camboja. Aguarda-se resposta das autoridades do Camboja. Em encontro com o Embaixador do Brasil, em fevereiro de 2012, o Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca, Sen Sovann, indicou haver oportunidades para exportação brasileira de carne suína, e manifestou interesse em melhoramento genético de gado zebu.

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros no Camboja. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos do Camboja no Brasil.

Durante visita ao Brasil, em maio de 2011, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo manifestou grande interesse cambojano em receber investimentos na área de processamento de alimentos. Notou-se, ademais, oportunidades para a exportação brasileira de maquinário agrícola. O Camboja tem buscado agregar valor a sua produção agrícola visando especialmente o incremento das exportações, como forma de reduzir a dependência das exportações de vestuário para os EUA, hoje estagnadas.

Durante visita à CNI, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo expressou o interesse cambojano em investimentos em infraestrutura e hidreletricidade. Houve contatos, na década de 1990, entre a COPEL, a INEPAR e a ELETROBRAS, para identificar possibilidades de formação de consórcio para exploração energética no país (assim como em Laos e Myanmar), o que não prosperou.

As autoridades locais ressaltam que a Lei de Investimentos em vigor oferece tratamento similar para investidores nacionais e estrangeiros, exceto em relação à propriedade de terra, conforme estabelecido na Constituição do país. No entanto, investidores estrangeiros podem arrendar terra por períodos de até 70 anos, com a possibilidade de renovação.

Cronologia Histórica do Camboja

1863	O Camboja torna-se protetorado francês.
1941	O país é ocupado pelo Japão, durante a II Guerra Mundial.
1946	Reinício do domínio francês.
1953	O Camboja conquista sua independência.
1955	O Rei Sihanouk abdica ao trono e torna-se Primeiro-Ministro.
1965	O país rompe relações diplomáticas com os EUA. Instalação de bases norte-vietnamitas no Camboja, no contexto da Guerra do Vietnã (posteriormente atacadas em bombardeios secretos norte-americanos).
1970	Após golpe militar, o General Lon Nol declara a República Khmer e ataca as forças norte-vietnamitas.
1975	O grupo comunista Khmer Vermelho toma o poder, liderado por Pol Pot. Sihanouk volta a ser Chefe de Estado e o país é renomeado Kampuchea. "Ano Zero" do Khmer Vermelho e migração forçada das cidades para o campo. Nos três anos seguintes, estima-se que morrem 1,7 milhão de cambojanos.
1976	Pol Pot ascende a Primeiro-Ministro. Resignação de Sihanouk.
1978	Forças vietnamitas invadem o país.
1985	Hun Sen é eleito Primeiro-Ministro.
1989	As forças vietnamitas saem do país. Buscando investimentos estrangeiros, o socialismo é abandonado, o budismo reintroduzido como religião oficial e o país é renomeado como Estado do Camboja.
1991	Acordo de Paz é assinado em Paris. ONU estabelece autoridade transitória.
1993	Partido monarquista vence as eleições. Coalizão define o Príncipe Norodom Ranariddh como Primeiro-Ministro, Hun Sen como Segundo Primeiro Ministro e Sihanouk é restabelecido como Rei. País renomeado para Reino do Camboja. Khmer Vermelho perde o assento na ONU.
1994	Governo anistia milhares de combatentes do Khmer Vermelho, que depõem as armas.
1997	Processo de adesão à ASEAN é suspenso. O Khmer Vermelho julga e condena Pol Pot à prisão perpétua.
1999	Adesão à ASEAN é concluída.
2001	O Senado cria tribunal para julgar acusações de genocídio contra os líderes do Khmer Vermelho.
2003	Governo do Primeiro-Ministro Hun Sen vence eleições gerais.
2004	Hun Sen é apontado como Primeiro-Ministro, após impasse de quase um ano no Parlamento.
2007	Início dos julgamentos de líderes do Khmer Vermelho.
2008	Após ser listado como Patrimônio da Humanidade pela ONU, templo de Preah Vihear torna-se foco de disputas com a Tailândia. Tropas de ambos os lados são enviadas para a região.
2011 (jan)	Início do segundo julgamento de integrantes do regime do Khmer Vermelho pelas Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja.
2011 (fev)	Novos choques armados entre Camboja e Tailândia, na região do templo Preah Vihear. Camboja busca levar o assunto ao CSNU.
2011 (abr)	Confronto armado entre o Camboja e a Tailândia, na região fronteira próxima ao templo Ta Krabey, deixa pelo menos 12 mortos, de ambos os lados.
2012 (out)	Falece Norodom Sihanouk, Rei-Pai do Camboja e pai do atual Rei, aos 89 anos.
2013 (jul)	Eleições parlamentares resultam na vitória do partido governista, mas com surpreendente crescimento da oposição, que contesta os resultados.

Cronologia das Relações Bilaterais

1994 -	Reativação das relações diplomática Abertura da Embaixada brasileira, cumulativa em Bangkok
2000 -	Visita do Príncipe Norodom Ranariddh, quando se encontrou com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia
2006 -	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Rei Norodom Sihamoni
2007 -	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília
2008 -	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília
2009 (jun) -	Visita de trabalho do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Camboja, quando encontrou-se com o então Secretário de Estado Ouch Borith
2009 (set) -	Doação brasileira de US\$ 10 mil ao Camboja, em decorrência dos desastres causados pela passagem da Tempestade Ketsana
2009 (set) -	Visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Long Visalo, quando encontrou-se com o então Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães
2010 (jan) -	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, e o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Hor Namhong, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL
2010 (mar) -	Início de projeto do Fundo IBAS no Camboja, na área de saúde
2010 (nov) -	Visita a Phnom Penh do Diretor do Departamento da Ásia do Leste, Min. Francisco Mauro Brasil de Holanda
2010 (dez) -	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao Rei Norodom Sihamoni
2011 (mai) -	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo visita o Brasil. Assinatura dos dois primeiros instrumentos bilaterais, sobre cooperação educacional e isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.
2011 (dez) -	Doação brasileira de US\$ 100 mil ao Camboja, como forma de ajuda humanitária pelas enchentes que assolavam o país desde julho
2012 (mar) -	Visita da Sra. SGAP II ao Camboja e assinatura do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais. Camboja apoia o Brasil tornar-se parceiro de diálogo da ASEAN
2012 (nov) -	Sra. SGAP-II retorna ao Camboja para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da ASEAN
2013 (jan) -	Conclusão do projeto financiado pelo Fundo IBAS, com a construção do Pavilhão Especial no Hospital Chey Chumneas.

Atos Bilaterais

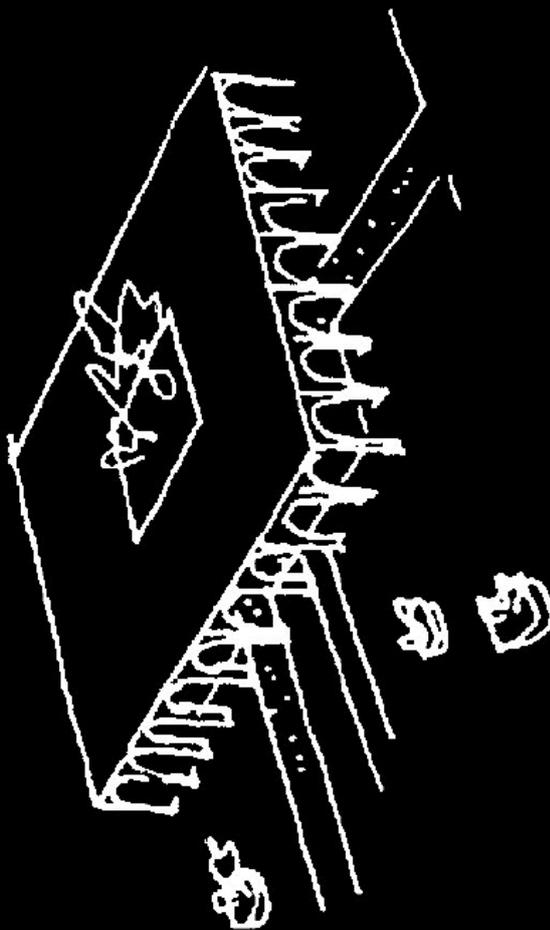
Título	Data de celebração
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação	02/05/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	02/05/2011



Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

Camboja:

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS



OUTUBRO/2013

CAMBOJA: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial
 Superfície
 Localização
 Capital
 Principais cidades
 Idioma oficial
 Moeda

Camboja
 181.035 km²
 Sudeste da Ásia
 Phnom Penh
 Battambang, Pouthsat, Kampong Chhnang,
 Kampong Cham, Siemreab
 Khmer
 Riel (CR)

O Camboja está localizado no Sudeste da Ásia, às margens do Golfo do Sião, fazendo fronteiras com a Tailândia, Vietnã e Laos. É o 90º país em extensão, com aproximadamente 181 mil km². Os recursos naturais disponíveis são: petróleo, gás natural, madeira, pedras preciosas, minério de ferro, manganês, fosfatos e grande potencial hidrelétrico.

Elaboração pelo INEFO/DF - Direção de Interação Comercial com Ações em Sociedades Privadas - IIS/DF. Fontes: Banco Mundial, Relatório do Estado da Economia Mundial, 2013. World Economic Outlook, Junho 2013.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS (2012)

PIB nominal
 Crescimento real do PIB
 PIB nominal "per capita"
 PIB PPP
 PIB PPP "per capita"
 Inflação (fim do período)
 Saldo em transações correntes
 Reservas internacionais
 Dívida externa
 Câmbio (CR / US\$)
 População
 Taxa de alfabetização
 Expectativa de vida
 Ranking IDH

US\$ 14,2 bilhões
 6,5%
 US\$ 933,6
 US\$ 36,6 bilhões
 US\$ 2.402
 2,6%
 US\$ -1,43 bilhões
 US\$ 4,9 bilhões
 US\$ 4,5 bilhões
 3,995
 15,3 milhões de habitantes
 77,6%
 63,6 anos
 138º

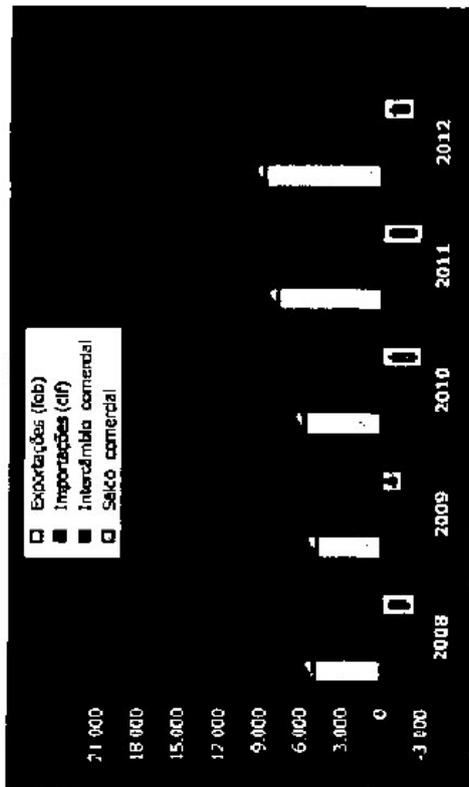
Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 14 bilhões e crescimento de 6,5% em 2012, segundo estimativas do FMI, Camboja posicionou-se como a 118ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e representa cerca de 40% do PIB, seguido da agricultura com 36%, e da indústria, com 24%. A população de 15,3 milhões de habitantes é 77,6% alfabetizada e possui expectativa de vida de 63,6 anos. No ranking do IDH de 2013 o país posicionou-se no 138º lugar.

Elaboração pelo INEFO/DF - Direção de Interação Comercial com Ações em Sociedades Privadas - IIS/DF. Fontes: Banco Mundial, Relatório do Estado da Economia Mundial, 2013. World Economic Outlook, Junho 2013.

CAMBOJA: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾
US\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2008-2012
Exportações (fob)	4.932	4.729	5.672	7.714	8.698	76,3%
Importações (cif)	7.558	6.360	9.964	11.831	11.110	47,0%
Intercâmbio comercial	12.490	11.089	15.636	19.545	19.808	58,6%
Saldo comercial	-2.625	-1.631	-4.292	-4.117	-2.412	n.c.

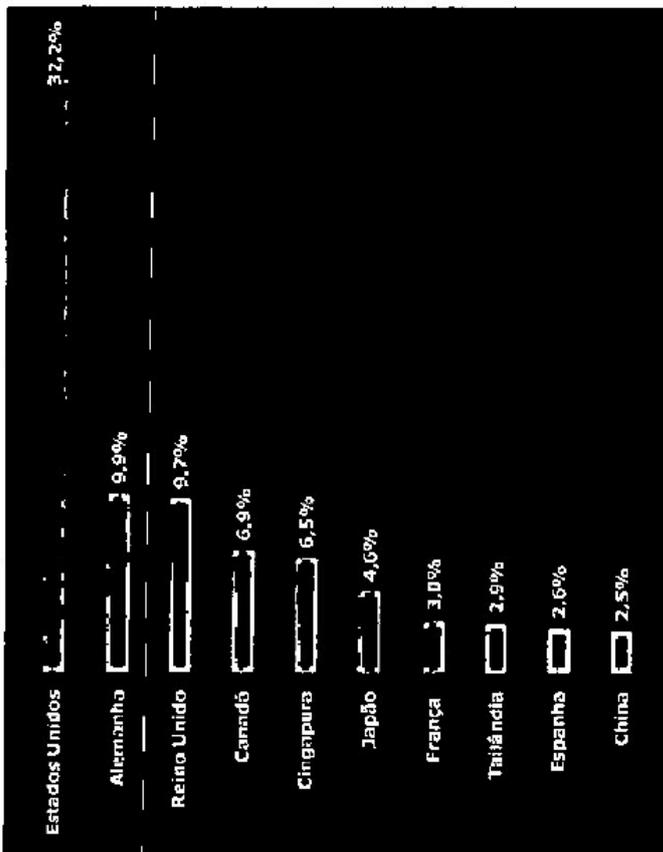
Elaborado pelo INE/INEC/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/CENTRADE/Proteoma, Outubro 2013.
 (1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações financeiras pelas parcerias comerciais do INE.
 (n.c.) Dado não calculado



Entre 2008 e 2012, o comércio exterior do país cresceu 58,6%, de US\$ 12,5 bilhões para US\$ 19,8 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 90º mercado mundial, sendo o 94º exportador e o 93º importador. O saldo da balança comercial, deficitário em todo o período em análise, apresentou saldo deficitário de US\$ 2,4 bilhões em 2012.

CAMBOJA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES⁽¹⁾
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	Part. % no total
Estados Unidos	2.799	32,2%
Alemanha	858	9,9%
Reino Unido	841	9,7%
Canadá	598	6,9%
Cingapura	562	6,5%
Japão	404	4,6%
França	263	3,0%
Tailândia	249	2,9%
Espanha	228	2,6%
China	215	2,5%
...		
Brasil	19,3	0,22%
Subtotal	7.036	80,9%
Outros países	1.662	19,1%
Total	8.698	100,0%

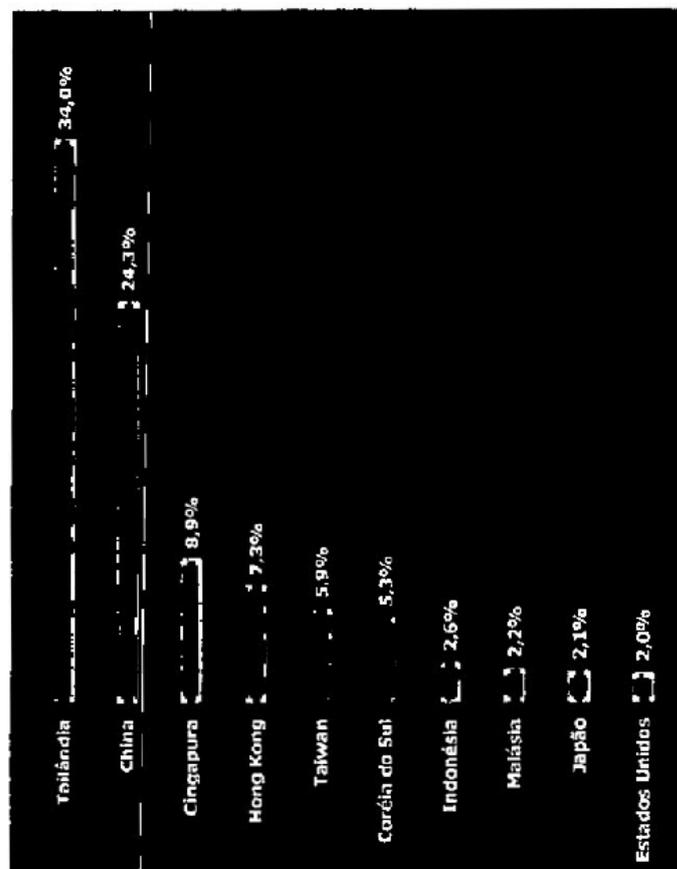


Elaborado pelo ARIZ/PR/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap - October 2013
 (1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

As vendas do Camboja são direcionadas em grande parte aos países desenvolvidos, que responderam por 80% do total em 2012. Desse montante, 34% foram exportados para a União Européia e 21% para a Ásia. Individualmente, os Estados Unidos são os principais destinos das vendas do país, respondendo por 32% do total, seguidos da Alemanha (9,9%); Reino Unido (9,7%); Canadá (6,9%); Cingapura (6,5%) e Japão (4,6%). O Brasil obteve o 31º lugar entre os principais destinos de 2012, participando com 0,22% do total.

CAMBOJA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES⁽¹⁾ US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	Part. % no total
Tailândia	3.782	34,0%
China	2.704	24,3%
Cingapura	987	8,9%
Hong Kong	810	7,3%
Taiwan	653	5,9%
Coréia do Sul	593	5,3%
Indonésia	292	2,6%
Malásia	249	2,2%
Japão	234	2,1%
Estados Unidos	226	2,0%
...		
Brasil	4,5	0,04%
Subtotal	10.534	94,8%
Outros países	576	5,2%
Total	11.110	100,0%

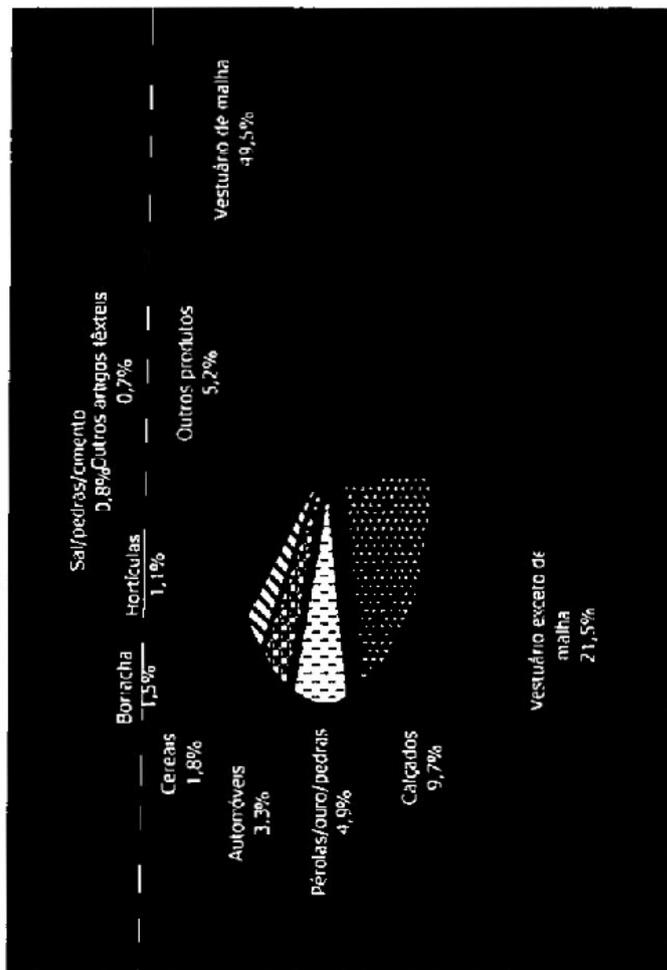


Elaborado pelo NIRE/PRY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/COMTRADE/ITC/COMTRADE/TradeMap. Outubro 2013.
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Os principais mercados fornecedores do Camboja são os vizinhos da Ásia. Em 2012, participaram com 94% no total das aquisições do Camboja. A Tailândia foi o principal exportador em 2012 e respondeu por 34% do total. Seguiram-se: China (24,3%); Cingapura (8,9%); Hong Kong (7,3%); Taiwan (5,9%); e Coreia do Sul (5,3%). O Brasil ocupou o 30º lugar entre os exportadores para o mercado local, com 0,04% do total em 2012.

CAMBOJA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES⁽¹⁾
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	Part. % no total
Vestuário de malha	4.306	49,5%
Vestuário exceto de malha	1.869	21,5%
Calçados	844	9,7%
Pérolas/ouro/pedras	424	4,9%
Automóveis	291	3,3%
Cereais	155	1,8%
Borracha	128	1,5%
Hortículas	98	1,1%
Sal/pedras/cimento	72	0,8%
Outros artigos têxteis	63	0,7%
Subtotal	8.250	94,8%
Outros produtos	448	5,2%
Total	8.698	100,0%

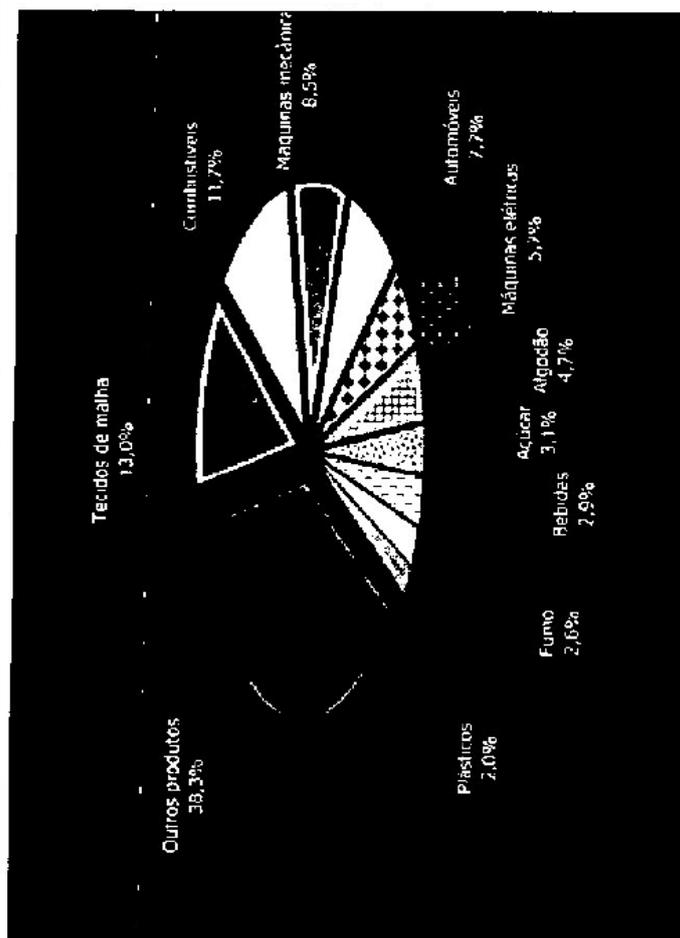


Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, October 2013.
 (1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais no país.

A pauta exportadora do Camboja é concentrada em poucos grupos de produtos. Em 2012, somente o grupo de **vestuário de malha** (Suéteres, pulôveres, cardigãs, coletes e artigos semelhantes) somou **49,5%** das exportações, seguido de **vestuário exceto malha (21,5%)**; **calçados (9,7%)**; **pérolas/ouro/pedras (4,9%)**; e **automóveis (3,3%)**.

CAMBOJA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES⁽¹⁾ US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	Part. % no total
Tecidos de malha	1.439	13,0%
Combustíveis	1.298	11,7%
Máquinas mecânicas	940	8,5%
Automóveis	854	7,7%
Máquinas elétricas	631	5,7%
Algocão	517	4,7%
Açúcar	345	3,1%
Bebidas	322	2,9%
Fumo	292	2,6%
Plásticos	221	2,0%
Subtotal	6.859	61,7%
Outros produtos	4.251	38,3%
Total	11.110	100,0%



Elaborado pelo INE/IBRD/IDC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN, UNCTAD, ITC, COMTRADE/TradeMap, October 2013.
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

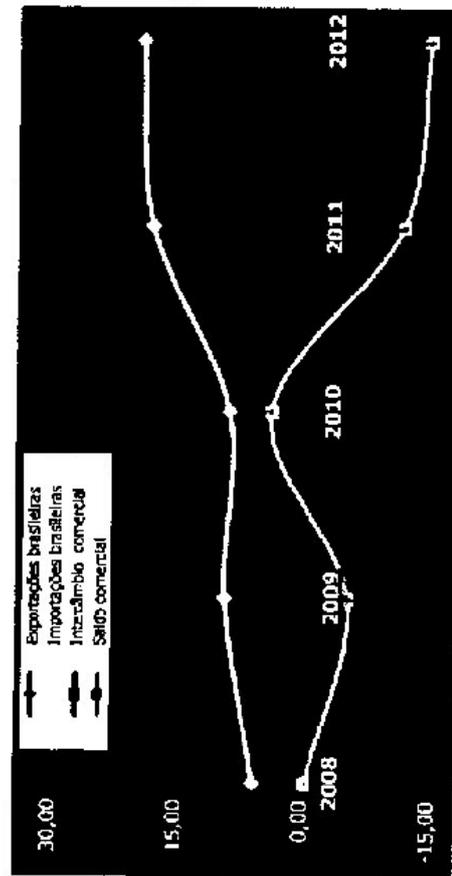
Na pauta importadora do Camboja os tecidos e as fibras, matéria-prima para a indústria têxtil, possuem peso significativo. Em 2012 **tecidos de malha somaram 13%** das compras do país; seguidos de **combustíveis (11,7%)**; **máquinas mecânicas (8,5%)**; **automóveis (7,7%)** e **máquinas elétricas (5,7%)**.

BRASIL- CAMBOJA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	VAR. % 2008-2012
Exportações brasileiras	4,94	3,57	12,33	6,13	4,46	2,43	1,68	-9,8%
Variação em relação ao ano anterior	73,4%	-27,7%	245,4%	-50,3%	-27,4%	23,5%	-30,6%	
Importações brasileiras	5,52	9,10	8,67	18,03	19,31	12,20	22,99	249,9%
Variação em relação ao ano anterior	46,0%	64,9%	-4,7%	108,0%	7,1%	-3,4%	88,4%	
Intercâmbio comercial	10,46	12,67	21,00	24,16	23,77	14,63	24,68	127,2%
Variação em relação ao ano anterior	57,8%	21,1%	65,8%	15,1%	-1,6%	0,2%	68,7%	
Saldo comercial	-0,58	-5,53	3,67	-11,89	-14,85	-9,78	-21,31	n.c.

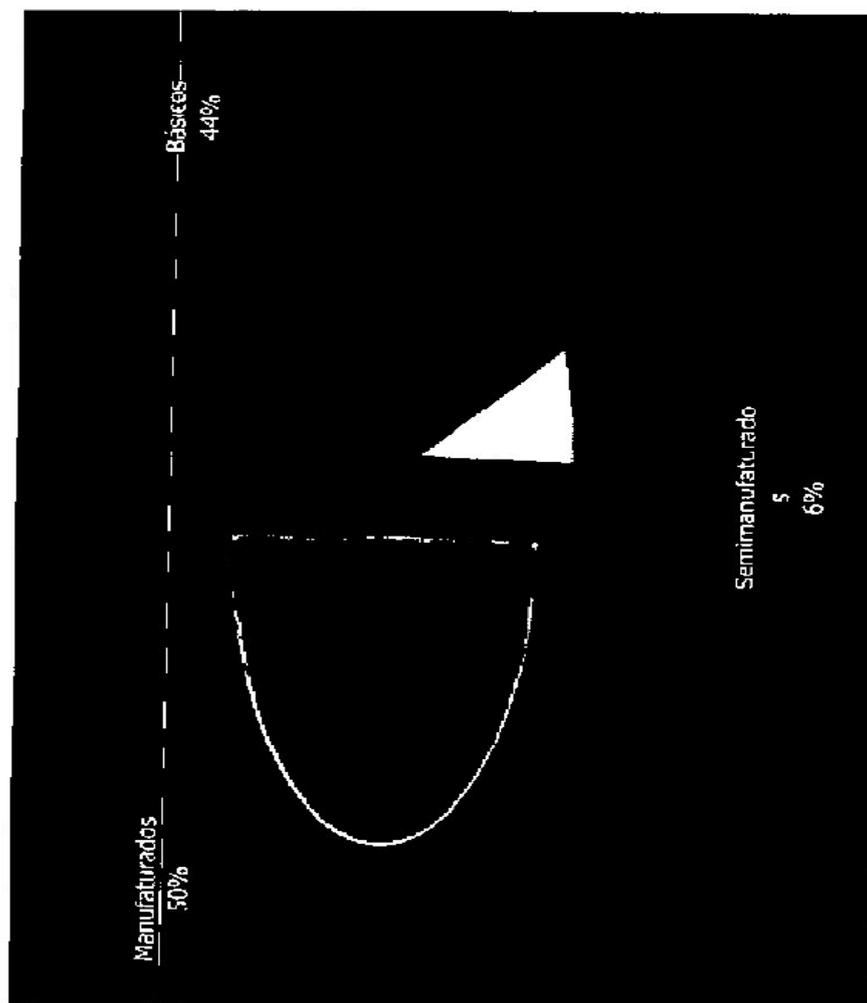
Elaborado pelo MRE/DP/DIR - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AlcegaWeb (n.c.) Dados não calculado.

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, o Camboja figurou como o 140º parceiro comercial, com participação de 0,01% do total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 127,2%, muito em função do aumento das importações brasileiras da ordem de 249,9%. As exportações reduziram-se em 9,8%. Em valores absolutos, cresceu de US\$ 10,5 milhões, em 2008, para US\$ 23,8 milhões, em 2012. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil apenas no ano de 2010, registrou déficit de US\$ 14,9 milhões em 2012.



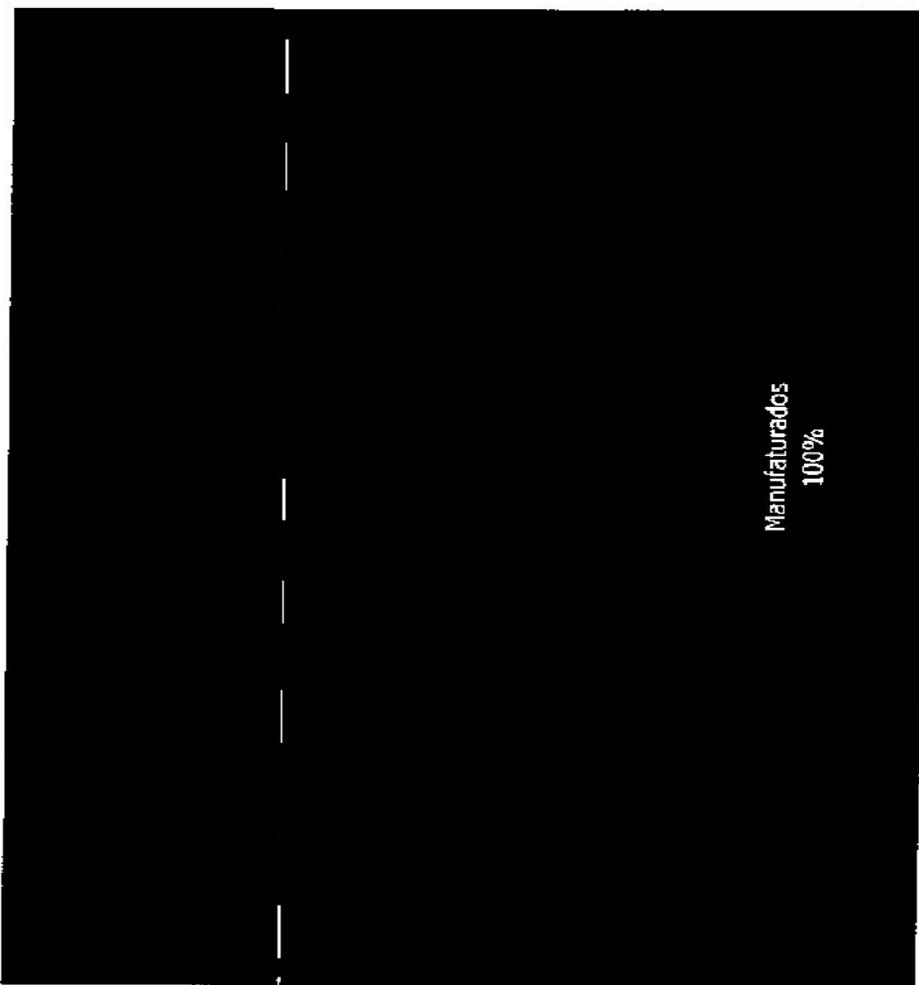
BRASIL-CAMBOJA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO 2012

Exportações



As exportações brasileiras para o Camboja são compostas, em sua maior parte, por **produtos manufaturados**, que representaram **50%** do total em 2012, com destaque para produtos químicos orgânicos. Os **produtos básicos** classificaram-se em seguida, com **44%** do total, com destaque para fumo e os **semimanufaturados**, com **6%**.

Importações

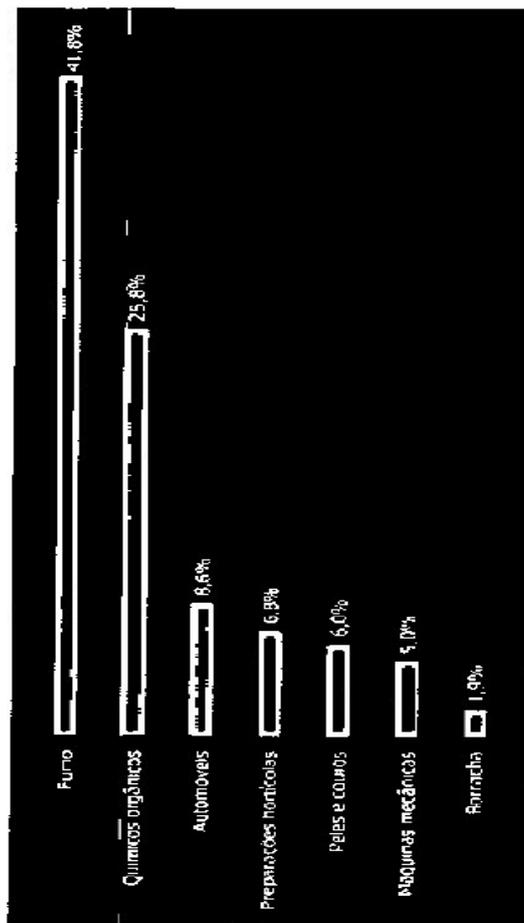


Nas importações, observa-se que os **produtos manufaturados** representaram totalidade da pauta, com **100%**, com destaque para vestuários e calçados.

BRASIL-CAMBOJA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010		2011		2012	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Fumo	506	41,8%	1.004	41,8%	1.864	41,8%
Químicos orgânicos	4.788	25,8%	3.158	25,8%	1.152	25,8%
Automóveis	0	8,6%	85	8,6%	385	8,6%
Preparações hortícolas	0	6,8%	0	6,8%	305	6,8%
Pelões e couros	12	6,0%	534	6,0%	268	6,0%
Máquinas mecânicas	44	5,0%	1.315	5,0%	222	5,0%
Borracha	0	1,9%	0	1,9%	83	1,9%
Subtotal	5.350	96,0%	6.097	96,0%	4.279	96,0%
Outros produtos	6.984	4,0%	37	4,0%	178	4,0%
Total	12.334	100,0%	6.134	100,0%	4.457	100,0%



Elaborado pelo MRE/DEP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicevab.

As exportações brasileiras destinadas ao Camboja concentraram-se em dois grupos de produtos: fumo e produtos químicos orgânicos. Em 2012, fumo (fumo e folhas secas) representou 41,8% do total das vendas ao país. Seguiram-se: **químicos orgânicos (25,8%); automóveis (8,6%) e preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas (6,8%).**

BRASIL-CAMBOJA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010		2011		2012	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Vestuário de malha	6.286	12,557	12.130	62,8%	12.130	62,8%
Vestuário, exceto de malha	1.910	3.466	2.854	14,8%	2.854	14,8%
Calçados	397	1.510	2.811	14,6%	2.811	14,6%
Automóveis	35	436	1.253	6,5%	1.253	6,5%
Borracha	0	59	191	1,0%	191	1,0%
Subtotal	8.629	18.028	19.239	99,6%	19.239	99,6%
Outros produtos	39	1	70	0,4%	70	0,4%
Total	8.667	18.028	19.310	100,0%	19.310	100,0%

Vestuário de malha	62,8%
Vestuário, exceto de malha	14,8%
Calçados	14,6%
Automóveis	6,5%
Borracha	1,0%

Elaborado pela MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MD(C/SECEX/Aliexpress).

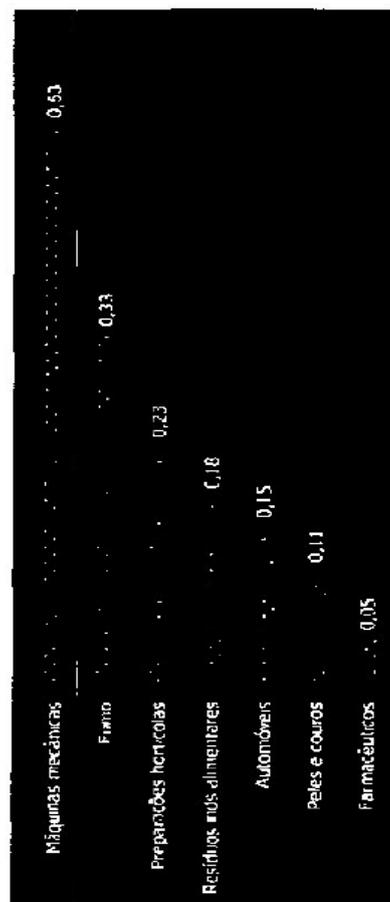
As importações brasileiras originárias do Camboja concentraram-se nos produtos manufaturados. Os **vestuários de malha** (suéteres, pulôveres de malha de algodão, maiôs e biquínis de malha de fibras sintéticas) representaram 62,8% das compras brasileiras em 2012. Seguiram-se: **vestuário, exceto de malha** (calças, jardineiras de algodão e fibra sintética, uso masculino e feminino) com 14,8%; **calçados** (14,6%); e **automóveis** (6,5%).

BRASIL-CAMBOJA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-ago)	Part. % no total	2 0 1 3 (jan-ago)	Part. % no total
-----------	----------------------	---------------------	----------------------	---------------------

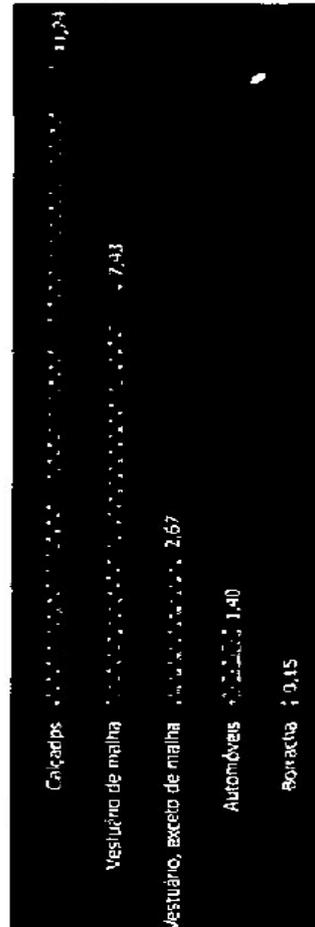
Exportações **Exportações brasileiras para o Camboja em 2013 (jan-ago)**

Máquinas mecânicas	0,22	9,2%	0,53	31,3%
Fumo	0,59	24,4%	0,33	19,8%
Preparações hortícolas	0,10	4,2%	0,23	13,6%
Resíduos inds alimentares	0,02	1,0%	0,18	10,7%
Automóveis	0,38	15,9%	0,15	9,1%
Peles e couros	0,06	2,6%	0,11	6,7%
Farmacêuticos	0,00	0,0%	0,05	2,9%
Subtotal	1,39	57,1%	1,58	94,0%
Outros produtos	1,04	42,9%	0,10	6,0%
Total	2,43	100,0%	1,68	100,0%



Importações **Imports. brasileiras originárias do Camboja em 2013 (jan-ago)**

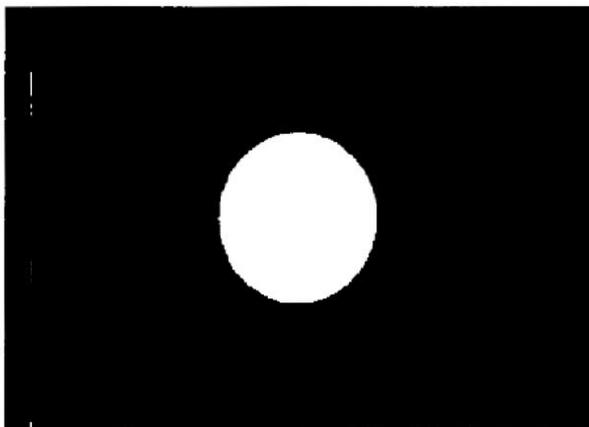
Calçados	2,03	16,7%	11,24	48,9%
Vestuário de malha	7,82	64,1%	7,43	32,3%
Vestuário, exceto de malha	1,98	16,3%	2,67	11,6%
Automóveis	0,25	2,0%	1,40	6,1%
Borracha	0,07	0,6%	0,15	0,6%
Subtotal	12,16	99,6%	22,89	99,6%
Outros produtos	0,05	0,4%	0,10	0,4%
Total	12,20	100,0%	22,99	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LAOS



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2013**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Popular Democrática do Laos
CAPITAL	Vientiane
ÁREA	236.800 km ² (equivalente a Rondônia)
POPULAÇÃO (2012)	6,4 milhões
IDIOMA OFICIAL	Laociano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (65%); animistas (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República socialista de partido único
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tenente-General Choummaly Sayasone (desde 2006)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Thongsing Thammavong (desde dez/2010)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vice-Primeiro-Ministro Thongloun Sisoulith (desde jun/2006)
PIB (EST. 2012):	US\$ 9,2 bilhões
PIB PPP (EST. 2012):	US\$ 19,2 bilhões
PIB per capita (EST. 2012):	US\$ 1.445
PIB PPP per capita (EST. 2012):	US\$ 3.011
IDH	0,543 - 138º de 187 (Brasil: 0,730/85º; mundo: 0,694)
EXPECTATIVA DE VIDA	67,8
ALFABETIZAÇÃO	72,7%
DESEMPREGO	2,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Kip
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Não há. Registram-se contatos por meio da Embaixada do Brasil em Bangkok e da Embaixada do Laos em Havana.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Um indivíduo

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ FOB) – Fonte: AliceWeb / MDIC

BRASIL → LAOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	jan-set 2012	jan-set 2013
Intercâmbio	242.176	357.593	245.246	207.995	296.015	292.848	242.392	448.398	2.936.379	2.186.005	1.552.077	956.002
Exportações	231.125	210.668	146.201	126.379	31.082	73.009	9.071	146.232	273.084	633.254	493.365	352.179
Importações	11.051	146.925	99.045	81.616	264.933	219.839	233.321	302.166	2.663.295	1.552.751	1.058.712	603.823
Saldo	220.074	63.743	47.156	44.763	-233.851	-146.830	-224.250	-155.934	-	-919.497	-565.347	-251.644

PERFIS BIOGRÁFICOS**Tenente-General Choummaly Sayasone**

Presidente da República e Secretário-Geral do Partido Popular Revolucionário do Laos



Nasceu em 6 de março de 1936, em Attapu, no sul do Laos, de pais camponeses. É casado.

Ingressou no Comitê Permanente (Politburo) do Partido Popular Revolucionário do Laos em 1991. Foi Ministro da Defesa (1991-2001) e Vice-Presidente da República (2001-2006).

Tornou-se Secretário-Geral do Partido Popular Revolucionário do Laos em março de 2006. Foi eleito Presidente da República pela Assembleia Nacional em junho de 2006. Em março de 2011, foi reeleito Secretário-Geral do PPRL, e em junho do mesmo ano, foi reeleito Presidente, pela Assembleia Nacional.

Tido como conservador, atuou nas reformas que levaram a uma rápida expansão das atividades das Forças Armadas na economia laociana.

Thongsing Thammavong

Primeiro-Ministro



Nasceu no dia 12 de abril de 1944, na Vila Xoneneua, no Laos.

Juntou-se ao movimento revolucionário comunista em agosto de 1959, antes de se tornar membro do Partido Popular Revolucionário do Laos, em julho de 1967. Estudou Política e Administração de 1980 a 1981. Serviu como Ministro da Cultura de 1983 a 1988.

De 1989 a 1991 foi Secretário do Partido e Vice-Presidente da Assembleia Suprema do Povo, promovido a Presidente Ativo da Assembleia de 1991 a 1992. Em 2002, foi eleito Membro do Politburo e Prefeito de Vientiane, a capital. Em 2006, foi eleito Presidente da Assembleia Nacional.

Foi eleito Primeiro-Ministro em dezembro de 2010.

Thongloun Sisoulith

Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos



O Ministro dos Negócios Estrangeiros Thongloun Sisoulith, que acumula a função de Vice-Primeiro-Ministro (um dos quatro vices), nasceu em 1945, na província de Houaphan, principal centro do movimento revolucionário comunista. É casado e tem dois filhos e uma filha. É budista.

Formou-se em História; obteve Mestrado em Lingüística e Literatura em São Petersburgo; e o título de PhD em Filosofia, em Moscou. Domina cinco idiomas (entre eles, inglês, russo e vietnamita).

Ascendeu politicamente pelo reconhecimento de seu trabalho dentro do partido, tendo assumido o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em 2006. É parte da geração de intelectuais laocianos formados na União Soviética.

Anteriormente, foi Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (1987-92); Ministro do Trabalho e Bem-Estar Social (1993-97); e membro da Assembléia Nacional (1998-2000). Em 2001, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro, Presidente do Comitê de Planejamento e Cooperação e do Comitê de Investimento e Cooperação.

Esteve no Brasil em agosto de 2007, para participar da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre os dois países são modestas e foram estabelecidas em 13 de julho de 1995. Em 24 de julho de 1996, foi criada a Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bangkok. Situa-se em Havana a única Embaixada do Laos na América Latina. Cuba também é o único país latino-americano com Embaixada residente em Vientiane, que sedia 21 Embaixadas.

Há escasso fluxo de visitas bilaterais. Do lado laociano, o Vice-Primeiro-Ministro Somsavat Lengsavad visitou o Brasil em junho de 2012, para participar da Conferência Rio+20, à margem da qual manteve encontro com o Vice-Presidente Michel Temer. Somsavat havia visitado o Brasil em 1998, como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Bounkeut Samsongsak chefiou delegação a Brasília para a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em 2008. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Thongloun Sisoulith participou, em Brasília, da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em 2007, quando manteve encontro bilateral com o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Do lado brasileiro, a Subsecretária-Geral Política II do MRE (SGAP-II), Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, visitou o Laos em março de 2012, quando se encontrou com os Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros; da Agricultura e Florestas; de Planejamento e Investimentos; e de Minas e Energia. Com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Sangsomsak, assinou os dois primeiros instrumentos bilaterais: Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas (o mecanismo reuniu-se pela primeira vez naquela ocasião). Em outubro de 2008, o então SGAP-II Roberto Jaguaribe visitou o Laos, para realizar consultas de alto nível.

Em encontro com a Sra. SGAP-II, em agosto de 2011, em Buenos Aires, à margem da V Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Bounkeut Samsongsak, destacou a disposição de seu Primeiro-Ministro de visitar o Brasil e sublinhou o interesse em receber visita da Presidenta Dilma Rousseff ao Laos.

As relações do Brasil com o Laos têm-se aprofundado na esteira do processo de intensificação das relações do Brasil com a ASEAN. Por ocasião da visita a Vientiane do Embaixador do Brasil em Bangkok, em outubro de 2010, para apresentação de credenciais, o Diretor-Geral do Departamento da Europa e América da Chancelaria laociana, Phomma Khammanichanh afirmou que o Brasil poderia contar com o apoio do Laos no processo de intensificação das relações com a ASEAN. Sugeriu, igualmente, que o FOCALAL constitui foro

relevante para a discussão de temas de interesse comum entre a América Latina e a Ásia do Leste, não apenas na esfera política, mas também na de cooperação.

Instrumentos bilaterais

Como mencionado, em março de 2012, durante a visita da Subsecretária-Geral Política II do MRE (SGAP-II), foram assinados Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Memorando de Entendimento (MdE) sobre Mecanismo de Consultas Políticas - os dois primeiros instrumentos bilaterais. Aguarda-se momento político oportuno para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, já negociado. Além disso, Brasil e Tailândia assinaram, em agosto de 2012, MdE sobre cooperação técnica trilateral, que deverá ensejar iniciativas em benefício do Laos. Eventual acordo de cooperação técnica Brasil-ASEAN também poderá dar base para projetos com o Laos. Está pendente de reação brasileira contraproposta do Laos sobre Acordo no Campo da Educação.

Cooperação bilateral

A única iniciativa concreta de cooperação brasileira ocorre por meio do Fundo IBAS (de Índia, Brasil e África do Sul). Trata-se de projeto de irrigação, que inclui a construção de eclusa para manejo integrado da bacia do Rio San (Nam Xan), na Província de Bolikhamxay. A cerimônia de lançamento do projeto foi realizada em junho de 2012. Entretanto, o projeto ainda não teve as obras iniciadas e encontra-se atrasado, em razão de demora para estabelecer o escritório do projeto e recrutar sua equipe.

O Laos também tem-se beneficiado de programas oferecidos pelo Brasil em escala regional. No âmbito do relacionamento Brasil-ASEAN, o Laos participou do I Curso para Diplomatas da ASEAN, em agosto de 2012, no Rio de Janeiro e em Brasília. Ademais, ainda no âmbito da ASEAN, foi convidado a participar do VI Seminário Internacional de Políticas Sociais para o Desenvolvimento, em Brasília, em março de 2013. No âmbito do FOCALAL, o Laos participou da 3ª edição do Curso Internacional para Treinadores de Futebol, em maio de 2011, em São Paulo.

Por meio de parceria entre o Brasil e o Programa Mundial de Alimentação (PMA), a Agência Brasileira de Cooperação ofereceu ao Laos a participação em iniciativa de cooperação sobre melhoramento de programas nacionais de alimentação escolar, em 2012, mas não foi possível ao país participar das atividades.

Durante a visita da Sra. SGAP-II ao Laos, em março de 2012, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Sangsomsak, destacou o interesse do país pela cooperação técnica com o Brasil em diferentes áreas, com ênfase no campo da saúde e nutrição materno-infantil, de grande importância

para que se atinjam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tema de grande relevância no país.

Seria muito positivo, também, a inclusão do Laos nos programas PEC-G e PEC-PG, o que poderá se concretizar por meio da assinatura de Acordo no Campo da Educação, em estágio avançado de negociação.

Autoridades laocianas já expressaram em diversas ocasiões à Parte brasileira interesse pela cooperação nos setores agrícola e de biocombustíveis, por meio da EMBRAPA. O Laos possui um projeto experimental para a produção de biocombustíveis utilizando o pinhão-manso ("jatropha"). Há também interesse laociano pela cooperação brasileira nas áreas de combate à fome; esportes; e hidroeletricidade.

Em setembro de 2009, o Brasil doou ao Laos US\$ 10 mil, em solidariedade pelos danos causados pela tempestade Ketsana, que atingiu a região e deixou pelo menos 17 mortos no Laos. No âmbito do Programa Mundial de Alimentos, após gestões laocianas, o Brasil apoiou, em junho de 2011, a aprovação do Projeto de Programa para o Laos (2012-2015), apresentado ao Conselho Executivo do PMA.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros no Laos é prestada pela Embaixada em Bangkok, na Tailândia, uma vez que não há representação residente do Brasil no Laos. Há apenas um brasileiro residente no Laos.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano do Laos.

POLÍTICA INTERNA

O Laos passou a integrar o protetorado da "Indochina Francesa" em 1893, somando-se aos atuais Camboja e Vietnã. No entanto, conservou sua identidade, não apenas lingüística, racial e religiosa, mas também política. Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão ocupou a Indochina e utilizou a região como base de operações contra as potências ocidentais. Em 1949, uma convenção assinada com a França tornou o Laos um Estado associado à União Francesa. Somente em 1954 o país conquistou a independência plena, na forma de monarquia constitucional.

Após independência, o país mergulhou em uma guerra civil, entre as forças reais (apoiadas pelos EUA) e a insurreição comunista. Nesse quadro, o Laos fez parte da Guerra do Vietnã, quando foi intensamente bombardeado pelos Estados Unidos. Em 1975, com a vitória da insurreição comunista, a monarquia foi derrubada e instalou-se regime ligado à URSS e ao Vietnã.

O regime comunista tem conseguido manter a situação política no país sob controle, o que, segundo agências internacionais, envolve forte limitação à liberdade de imprensa e de expressão. O atual Presidente, Tenente-General Choummaly Sayasone, foi eleito pela Assembléia Nacional em junho de 2006 e reeleito em junho de 2011. É também o Secretário-Geral do Partido Revolucionário Popular do Laos (PRPL), único partido do país e que detém 128 das 132 cadeiras da Assembléia Nacional (4 eleitos são apartidários). A influência militar no regime é expressiva. As próximas eleições (para a Assembléia Nacional) ocorrerão em abril de 2015.

O Poder Legislativo do Laos é unicameral (Assembleia Nacional). O Chefe de Estado é o Presidente, eleito pela Assembleia Nacional com ao menos dois terços de votos. A duração de seu mandato e a dos membros da Assembleia Nacional é de 5 anos. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, que é designado pelo Presidente, com a aprovação da Assembleia Nacional. A Corte Suprema Popular é o maior órgão judicial do Estado.

O país é dividido em províncias, municipalidades, distritos e vilas, que contam com razoável autonomia, em boa parte devido a carências de infraestrutura, que dificultam o acesso pelo governo central.

A exemplo do que ocorre na China e no Vietnã (os dois outros países geralmente considerados comunistas do leste asiático), o regime laociano busca alicerçar sua legitimidade em sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida da população.

Segundo observadores, o principal risco de deterioração da base de apoio popular do regime decorreria da crescente exposição do setor governamental a práticas de corrupção.

A etnia Hmong, que apoiou as tropas americanas durante a guerra do Vietnã, enfrenta dificuldades com o regime, e no passado protagonizou uma persistente guerrilha na selva contra o governo comunista. Em anos recentes, ocorreram atentados a bomba nas redondezas da capital, que sugerem crescente oposição clandestina ao partido único.

Entre as principais prioridades nacionais está o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (MDG) até 2015, bem como a meta de retirar o Laos, até 2020, da relação de países de menor desenvolvimento relativo (LDC). Nesse sentido, tem interesse em desenvolver a cooperação técnica com o Brasil em diferentes áreas, com ênfase no campo da saúde e nutrição materno-infantil, de grande importância para que se atinjam as MDGs.

POLÍTICA EXTERNA

O Laos tem-se esforçado para superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. A abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, iniciadas na década de 1990, após a dissolução da URSS, têm permitido que a economia cresça a taxas significativas nos últimos anos. Entretanto, é ainda muito dependente da cooperação externa.

O Laos tornou-se membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1997, juntamente com Myanmar. Devido a seu menor desenvolvimento relativo, desfruta de tratamento diferenciado (via prazos mais elásticos para desgravar seu comércio, por exemplo). Em 2004, sediou a décima reunião de Cúpula da ASEAN. Deverá ser o Presidente de turno da ASEAN em 2016.

Principais relações bilaterais

O Vietnã é um importante aliado político do regime laociano, desde os anos de luta em comum que precederam a vitória comunista. Os dois governos têm identidade de posições em muitas áreas e mantêm estreita cooperação, sendo os treinamentos, financiamentos e investimentos oferecidos pelo Vietnã reciprocados por facilidades de acesso a recursos naturais do Laos. Entretanto, o Laos tem recebido objeções vietnamitas relativas à construção de hidrelétricas em território laociano, por parte da China, o que pode afetar o fluxo do Rio Mekong, de vital importância para o Vietnã.

A Tailândia, por sua vez, é o principal parceiro comercial, responsável por mais da metade do comércio exterior do Laos; é também importante fonte de investimentos e tem, ademais, expressiva influência cultural, à qual muito contribuem as afinidades culturais e religiosas entre as duas populações.

A China tem ganhado destaque na política externa laociana, além de ter participação crescente entre os investidores no país.

Com os EUA, persistem tensões, devido a questões de direitos humanos. As relações, entretanto, têm passado por maior aproximação. Em 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Thongloun liderou a primeira visita aos EUA por uma autoridade laociana desde a revolução de 1975. Em julho de 2012, a então Secretária de Estado Hillary Clinton realizou a primeira visita de um Secretário de Estado americano desde 1955. Durante a visita, comprometeu-se a ampliar o apoio estadunidense na eliminação de bombas não-detonadas no país.

Cabe recordar que, entre 1964 e 1975, os EUA promoveram 580 mil ataques de bomba no país, em operação secreta para romper canal de fornecimento de suplementos às forças do Vietnã do Norte. Em termos *per capita*, o Laos foi o lugar mais bombardeado do mundo, e estima-se que 30% das bombas ainda não tenham detonado. Apesar de as relações bilaterais estarem

mais amistosas, muitos membros do governo laociano participaram da guerra que apoiou o Vietnã do Norte (comunista).

O país participa de projetos em curso para a integração física da sub-região do Mekong, de oeste a leste do Sudeste Asiático, ligando Myanmar ao Vietnã. Desde 1994, já foram inauguradas duas pontes entre a Tailândia e o Laos. A China está financiando a construção de uma terceira ponte sobre o Mekong e a ligação ferroviária da Tailândia com o sul da China, passando pelo Laos, entre outros. Há diversos projetos envolvendo empresas chinesas para a exploração do grande potencial hidrelétrico do país.

Temas multilaterais

A respeito da reforma do Conselho de Segurança da ONU, o Laos defende a ampliação de membros permanentes e não-permanentes e apoia os pleitos de Alemanha, Índia e Japão. Demonstra ter simpatia pelo pleito brasileiro, sem declaração formal de apoio.

O Laos tornou-se membro da OMC em fevereiro de 2013, sendo o último país da ASEAN a aderir à organização. O país apresentou seu pedido de acesso à Organização em julho de 1997, tendo o Conselho Geral criado grupo de trabalho a respeito em fevereiro de 1998. O Brasil fez parte do grupo de trabalho para a adesão do Laos.

O Laos sediou, em março de 2013, a V Cúpula da "Ayeyawady-Chao Phraya-Mekong Economic Cooperation Strategy" (ACMECS), com a participação dos Chefes de Governo de seus cinco países-membros: Tailândia, Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã. A ACMECS foi criada em 2003 por proposta do então PM tailandês Thaksin Shinawatra, durante reunião de cúpula da ASEAN em Bangkok. A reunião de cúpula de Vientiane emitiu uma Declaração de Vientiane e um Plano de Ação para 2013-2015, que tratam da cooperação nos seguintes setores: facilitação do comércio e de investimentos; agricultura; indústria e energia; transporte; turismo; desenvolvimento de recursos humanos; saúde pública e bem-estar social; e meio ambiente. Em encontro bilateral à margem da reunião, os Primeiros-Ministros da Tailândia e do Laos acordaram construir nova ponte sobre o rio Mekong.

Em novembro de 2012, o país foi sede da 9ª Reunião de Cúpula Ásia-Europa (ASEM). O evento representou significativo êxito para o governo do Laos. O mecanismo não se enquadra dentro da estrutura da ASEAN, mas conta, entre seus membros, com os países da ASEAN e seu Secretariado. Participaram da Cúpula de Vientiane 34 Chefes de Estado e de Governo, entre eles os líderes da França, Itália e Rússia. A Cúpula, realizada sob o tema "Friends for Peace, Partners for Prosperity", teve painéis específicos para cada um dos três pilares de cooperação. Entretanto, o pano de fundo do encontro foi a crise europeia e a relativa estabilidade da Ásia, o que fez com que os temas econômicos e comerciais dominassem a agenda das sessões multilaterais e também dos encontros bilaterais entre os líderes reunidos em Vientiane.

Direitos Humanos

Quando do exame do Laos pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em maio de 2010, o Brasil parabenizou o país pela ratificação do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e pela intenção de considerar a assinatura da Convenção contra a Tortura. O Brasil apresentou questões à delegação do Laos sobre os desafios encontrados em providenciar serviços de saúde e educação para mulheres em áreas rurais e notou que o país havia adotado legislação e políticas de igualdade de gênero.

O Laos aceitou prontamente duas recomendações brasileiras feitas no âmbito do diálogo interativo. A delegação brasileira fez, ainda, outras três recomendações, que seriam analisadas futuramente pelo Laos. Uma delas, que diz respeito à garantia de acesso efetivo à justiça a mulheres vítimas de violência, foi aceita. As duas recomendações restantes não foram aceitas. Uma dizia respeito a estender convite permanente para mecanismos de DH das Nações Unidas, e outra, sugeria um diálogo mais aprofundado no que concerne à situação de indivíduos pertencentes à minoria Hmong que retornam de outros países.

Em 15 de dezembro de 2012, desapareceu em Vientiane, no Laos, o ativista comunitário laociano Sombath Somphone, de 60 anos de idade, que havia proferido o discurso principal no IX "Asia-Europe People's Forum", realizado em Vientiane em outubro de 2012. Naquela ocasião, embora Sombath se referisse de forma genérica ao mundo todo, suas palavras críticas foram ousadas, considerando-se o regime político do Laos. Têm-se sido feitas gestões, sobretudo por parte de parlamentares de países da ASEAN, para que o governo do Laos intensifique as investigações, com vistas a solucionar o desaparecimento do ativista. Segundo alguns críticos, o desaparecimento pode ter sido provocado pelo próprio regime laociano.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Características econômicas do país

O Laos é um país pobre, classificado como País de Menor Desenvolvimento Relativo, sem saída para o mar e com rede rudimentar de transportes e de comunicações. A economia baseia-se predominantemente na agricultura de subsistência, que emprega cerca de 80% da população. As principais culturas são arroz, algodão, vegetais e frutas. Tem crescido, contudo, a importância da mineração (cobre, ouro e prata) e do turismo. Com um PIB nominal de US\$ 9,2 bilhões, é a menor economia da ASEAN.

Desde meados da década de 1980, o país tem procedido a uma lenta liberalização da economia e à retomada de relações comerciais com países ocidentais. Por recomendação do FMI, o Laos iniciou um processo de privatização de empresas públicas. Exemplo dessa tendência é a abertura, em janeiro de 2011, da primeira bolsa de valores do país, a Lao Securities Exchange – estatal, mas com 49% nas mãos da Korea Exchange.

A economia cresce a uma taxa média superior a 7% desde 2004; a previsão para 2013 é de um crescimento de 8%. O setor privado cresceu, os investimentos estrangeiros têm aumentado expressivamente e já se registra escassez de mão de obra mais qualificada. Entretanto, a infraestrutura precária (estradas sofríveis e telecomunicações limitadas) prejudica o desenvolvimento econômico. A exploração do potencial hidrelétrico do Laos pode ser a base para o desenvolvimento econômico do país. O território conta com cerca da metade do potencial aproveitável do rio Mekong. As hidrelétricas laocianas são responsáveis por fornecimento de energia à Tailândia e ao Vietnã, que dependem fortemente desses suprimentos.

Em outubro de 2010, o Diretor do Departamento da Europa e América da Chancelaria laociana, Phomma Khammanichanh, manifestou ao Embaixador do Brasil que o Laos necessita de ajuda externa para implementar seu Plano de Desenvolvimento Nacional, com vistas a reduzir de 29% para 25%, até 2015, a parcela da população abaixo da linha de pobreza.

Recentemente, preocupações em relação à segurança alimentar têm crescido, sobretudo após os efeitos sobre as plantações de arroz das enchentes que afetaram seriamente o país na segunda metade de 2011.

A Tailândia é o maior investidor estrangeiro, mas também se destacam os investimentos chineses, australianos, japoneses e franceses, entre outros. A mineração e o potencial extrativo da economia laociana têm atraído diversos investidores estrangeiros, em particular chineses. Merece destaque o projeto, recentemente aprovado, de interligação ferroviária Laos-China (Vicntiane-Kunming), cujo valor estima-se em US\$ 7 bilhões. Contudo, o país continua muito dependente de ajuda externa (US\$ 560 milhões em 2009), a qual financia

cerca de 60% do orçamento anual laociano. Em 2012, o Investimento Externo Direto (IED) no Laos atingiu apenas US\$ 294 milhões, o que representa diminuição de 2,3% em relação ao ano anterior.

A recente adesão do Laos à OMC, em fevereiro de 2013, poderá tornar o país mais atrativo para o investimento estrangeiro direto (IED). Além disso, nos últimos anos, o país tem promovido diversas medidas visando à reformulação econômica e liberalização comercial, seguindo a linha adotada por China e Vietnã.

O país apresenta vantagens para a instalação de fábricas estrangeiras. Além dos baixos custos trabalhistas, o país consta no Sistema Geral de Preferência de 42 nações e faz parte do acordo de livre comércio da ASEAN, além de ter acordos bilaterais de quotas de importação com Japão e União Européia, o que o torna potencial plataforma de exportações - tanto para a região quanto para fora - de indústrias brasileiras que desejem se instalar no país.

Os principais parceiros comerciais do Laos são Tailândia, China e Vietnã, que absorvem quase 70% de suas exportações e fornecem quase 90% das importações do país. Em janeiro de 2010, entrou em vigor a Área de Livre-Comércio entre a China e os países da ASEAN (CAFTA). Apesar de ter aplicação imediata para a maioria dos membros da ASEAN, os quatro membros mais novos (Vietnã, Laos, Camboja e Mianmar) têm prazo de implementação das reduções tarifárias até 2015, devido à condição de menor desenvolvimento relativo.

Comércio e investimentos bilaterais

O comércio bilateral é muito baixo (pico de US\$ 2,9 milhões, em 2011). O Brasil exporta sobretudo fumo, carne, grãos e madeira; e importa roupas. Dos membros da ASEAN, o Laos tem sido, em 2013, o país que menos comercializa com o Brasil.

De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de investimentos diretos do Laos no Brasil, tampouco de investimentos brasileiros no Laos.

Em outubro de 2010, durante a apresentação de credenciais do Embaixador Paulo César Vasconcellos, o Presidente do Laos mencionou as oportunidades de investimentos estrangeiros em exploração florestal, mineração e hidroeletricidade. Em 2008, autoridades laocianas expressaram ao então SGAP-II interesse em investimentos nos setores de processamento de alimentos, agricultura, etanol, e turismo.

Em 1998, durante a visita do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Somsavat Lengsavad, que esteve em Itaipu, discutiram-se possibilidades de formação de consórcios entre a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), a Eletrobrás, e a INEPAR, para a elaboração de um plano de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Laos, sem que o assunto prosperasse.

O Laos formulou, em 2009, política orientada para o encorajamento de investimentos externos no país. Nesse marco, o Governo vem promovendo investimentos em diversos setores, sendo os principais: agricultura, mineração, geração de energia e indústria. Além desses, novas oportunidades devem surgir nos serviços de hotelaria, turismo, bancário e finanças.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1893	Início do protetorado francês
1945	Ocupação japonesa
1946	Retomada pelos franceses
1950	Laos ganha autonomia relativa como um Estado associado da União Francesa
1954	Independência e formação de uma monarquia constitucional. Início de conflito armado entre monarquistas e comunistas (Pathet Lao)
1960s	Bombardeios pelos EUA para interromper rotas de suprimento norte-vietnamitas
1973	Acordo de cessar-fogo de Vientiane divide o país entre monarquistas e comunistas
1975	Abdicação do rei e proclamação da República Popular Democrática do Laos Adoção do regime de partido único (Partido Revolucionário do Povo) Lançamento da “transformação socialista” da economia
1979	Escassez de alimentos e movimento de refugiados em direção à Tailândia
1986	Introdução de reformas econômicas de mercado
1989	Primeiras eleições, com manutenção do partido único
1991	Assinatura de acordo de segurança e cooperação com a Tailândia Adoção de nova Constituição
1994	Inauguração da “Ponte da Amizade”, sobre o rio Mekong, entre Laos e Tailândia
1995	Levantamento do embargo norte-americano, após 20 anos
1997	Adesão à ASEAN Forte desvalorização cambial provocada pela crise asiática
2000	Atentados a bomba na capital, atribuídos à etnia Hmong
2001	Acordo com o FMI prevê empréstimo de US\$ 40 milhões
2003	Exilados nos EUA anunciam Movimento “Cidadãos do Laos pela Democracia”
2004	Na Presidência da ASEAN, país sedia encontro de cúpula
2005	Lançamento da pedra fundamental da barragem Nam Theun 2
2006	Choummaly Sayasone torna-se Presidente Thongloun Sisoulith torna-se Ministro dos Negócios Estrangeiros Rendição de 400 guerrilheiros da etnia Hmong
2009	Conclusão da construção de Nam Theun 2 Repatriação forçada de membros da etnia Hmong exilados na Tailândia
2010 (dez)	Renúncia do PM Bouasone Bouphavanh, possivelmente por disputas intra-partidárias
2011 (jan)	Abertura da primeira bolsa de valores
2011 (jun)	Presidente Choummaly Sayasone é reeleito pelo Parlamento.
2012 (Jul)	Hillary Clinton se torna a primeira Secretária de Estado dos EUA a visitar o Laos em 57 anos.
2012 (Nov)	O Laos aprova a construção de grande barragem na Bacia do Mekong, apesar dos receios dos vizinhos Camboja e Vietnã.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1995 – julho:	Estabelecimento de relações diplomáticas
1996 – julho:	Criação da Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com Bangkok
1998 – agosto:	Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros laociano, Somsavat Lengsavad, incluindo Itaipu e a sede da Eletrobrás
2005 – junho:	Visita do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro a Vientiane (Enviado Especial do Senhor Presidente), para discutir questões do CSNU
2006 – março:	Apresentação de credenciais pelo Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Presidente Khamtay Siphandone, seguida de audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros laociano, Somsavat Lengsavad
2007 - agosto	Encontro entre o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, e o Ministro Celso Amorim, à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.
2008 - novembro	Participação do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bonkeut Sangsomsak, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2008 – outubro:	Visita do Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, para consultas de alto nível. Encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Boupha.
2010 – janeiro:	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.
2010 - outubro:	Apresentação de credenciais do Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao Presidente Choummaly Sayasone.
2011 - agosto	Encontro da Subsecretária Política II do Itamaraty com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Bounkeut Samsongsak, em Buenos Aires, à margem da V Ministerial do FOCALAL.
2012 - março	Visita da Sra. SGAP-II ao Laos, quando são assinados os primeiros instrumentos bilaterais (Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas).
2012 - Junho	Vice-Primeiro-Ministro Somsavat Lengsavad visita o Brasil para participar da Rio+20.

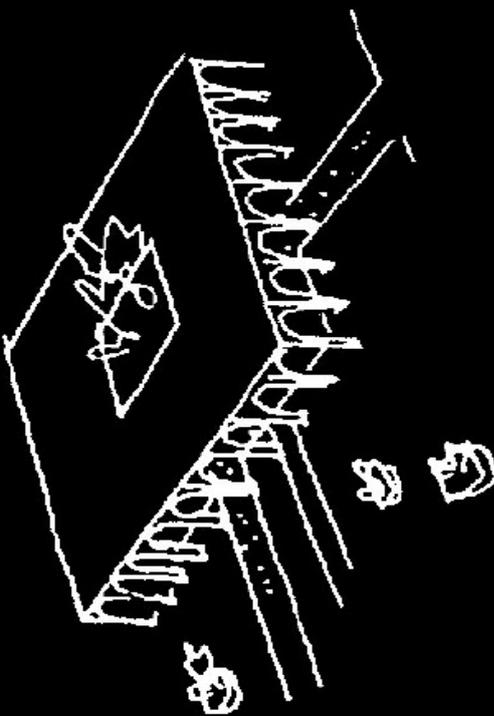
ATO BILATERAL

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Popular do Laos sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	05/03/2012	22/06/2012

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPCI
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

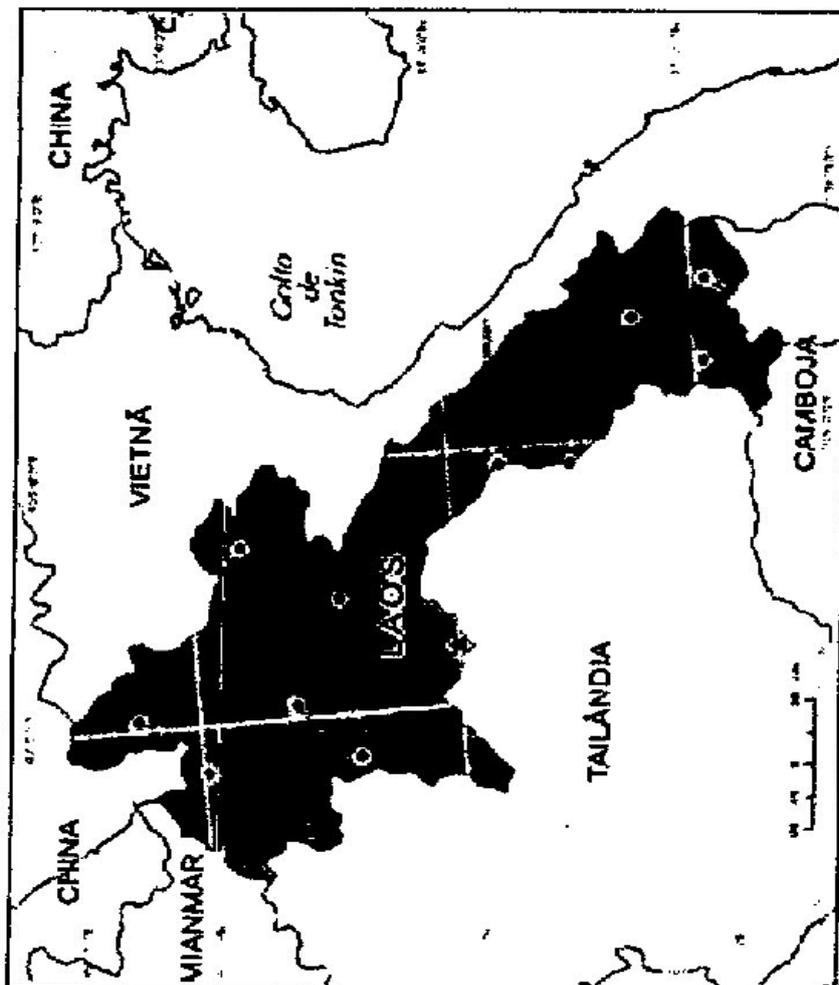


Laos:
DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS



OUTUBRO/2013

LAOS



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LAOS: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República Popular Democrática do Laos
Superfície	236.800 km ²
Localização	Ásia
Capital	Vientiane
Principais cidades	Vientiane, Savannakhet, Champasak, Luang
Idioma oficial	Laosiano
Moeda	Kip (K)

O Laos está localizado no sudeste da Ásia, e faz fronteira com **Myanmar, Camboja, China, Tailândia e Vietnã**. É o 84º maior país em extensão e possui diversos recursos naturais, tais como: madeira, gesso, estanho, ouro e pedras preciosas.

Elaborado pelo IBGE/PPR-DIC - Diretoria de Indicadores Econômicos e Sociais (DIES) - Formatos Interativos (LDC, Country Report, 307, 312) e/ou - Banco Mundial - Dados - 2012

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS (2012)

PIB nominal	US\$ 9,2 bilhões
Crescimento real do PIB	8,3%
PIB nominal "per capita"	US\$ 1.445
PIB PPP	US\$ 19,2 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 3.011
Inflação (fim do período)	4,7%
Saldo em transações correntes	US\$ -2,0 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 781 milhões
Câmbio (K / US\$)	8.007
População	6,4 milhões de habitantes
Taxa de alfabetização	72,7%
Expectativa de vida	67,8 anos
Ranking IDH	138º

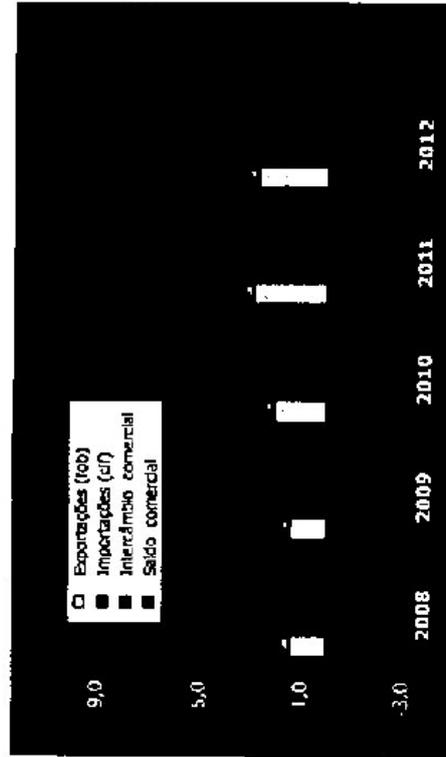
Com PIB nominal de **US\$ 9,2 bilhões e crescimento de 8,3%** em 2012, o país posicionou-se como a 135ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por **40% do PIB** em 2012, seguido do Industrial com **34%**, e do agrícola com **26%**. De um total de 6,4 milhões de habitantes, **72,7%** é alfabetizado, com expectativa de vida de **67,8 anos**. No ranking do IDH de 2013 o país posicionou-se no **138º** lugar.

Elaborado pelo IBGE/PPR-DIC - Diretoria de Indicadores Econômicos e Sociais (DIES) - Formatos Interativos (LDC, Country Report, 307, 312) e/ou - Banco Mundial - Dados - 2012

LAOS: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾
US\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	Var.% 2008-2012
Exportações (fob)	1,4	1,4	2,1	2,9	2,8	95,9%
Importações (cif)	2,5	2,6	3,3	4,3	5,4	111,7%
Intercâmbio comercial	3,9	4,0	5,3	7,2	8,1	106,0%
Saldo comercial	-1,1	-1,2	-1,2	-1,3	-2,6	n.c.

Elaborado pelo NRE DPE/CIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD, IT-CEPII/UNCTAD, TradeMap, October 2013.
 (1) Dados estatísticos por "país" ou grupo nominal de países, sempre que aplicável, disponíveis em: comtrade.un.org
 (n.c.) Dados não calculados



Entre 2008 e 2012, o comércio exterior do Laos cresceu 106%, de US\$ 3,9 bilhões para US\$ 8,1 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 135º mercado mundial, sendo o 124º exportador e o 129º importador. O saldo da balança comercial, deficitário em todo o quinquênio analisado, apresentou saldo negativo de US\$ 2,6 bilhões em 2012.

LAOS: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012 ⁽¹⁾	Part. % no total
Tailândia	1,24	45,0%
China	0,79	28,7%
Índia	0,14	5,2%
Japão	0,12	4,5%
Reino Unido	0,11	3,9%
Alemanha	0,08	2,9%
Austrália	0,05	1,6%
Países Baixos	0,04	1,4%
Estados Unidos	0,03	0,9%
Itália	0,03	0,9%
...		
Brasil	0,002	0,1%
Subtotal	2,61	95,0%
Outros países	0,14	5,0%
Total	2,75	100,0%

Elaborado pelo AISEP/RS/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/CONTRADefT/TradeMap, Outubro 2013.
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos principais compradores do país.

As vendas do Laos são direcionadas, em grande parte, aos vizinhos asiáticos, que absorveram **84,7%** do total em 2012. Individualmente, a Tailândia foi o principal destino das vendas, com **45%** do total. Seguiram-se: **China (28,7%)**; **Índia (5,2%)**; **Japão (4,5%)**; **Reino Unido (3,9%)**; e **Alemanha (2,9%)**. O **Brasil** obteve a 27ª posição entre os compradores, com **0,1%** da demanda.

LAOS: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES US\$ bilhões

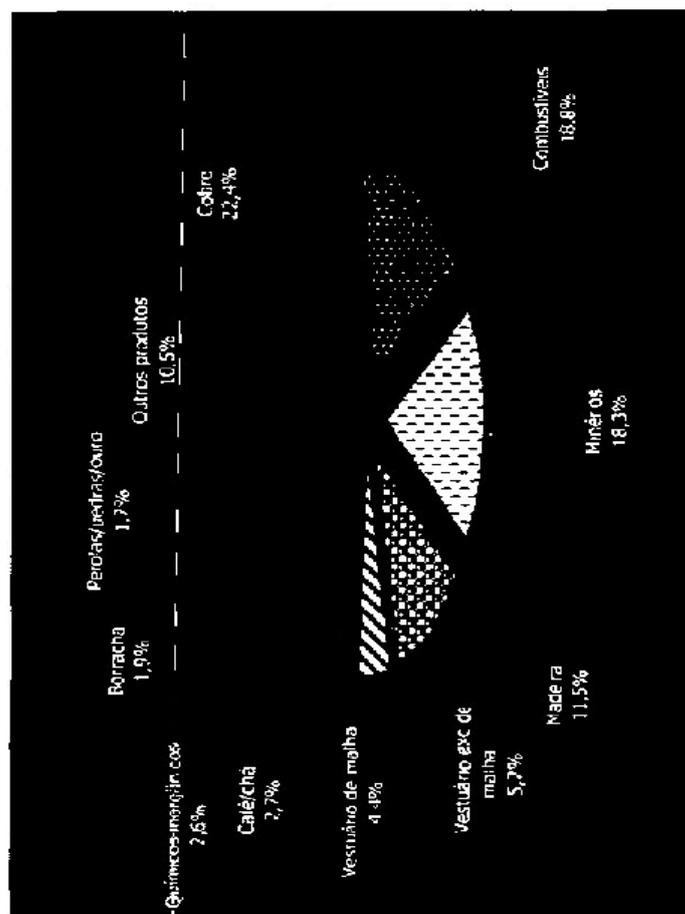
DESCRIÇÃO	2012 ⁽¹⁾	Part. % no total
Tailândia	3,61	67,3%
China	0,93	17,4%
Coreia do Sul	0,17	3,1%
Alemanha	0,15	2,9%
Japão	0,14	2,6%
França	0,04	0,7%
Austrália	0,04	0,7%
...		
Brasil	0,001	0,01%
Subtotal	5,07	94,6%
Outros países	0,29	5,4%
Total	5,36	100,0%

Elaborado pelo INE/DPN/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Tendmap, Outubro 2013.
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Os vizinhos asiáticos são também os principais fornecedores de bens ao Laos. Em 2012, representaram 92,7% do total. Individualmente, a **Tailândia** foi também o principal parceiro, com **67,3%** do total. Seguiram-se: **China (17,4%)**; **Coreia do Sul (3,1%)**; **Alemanha (2,9%)**; **Japão (2,6%)**.

LAOS: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012 ⁽¹⁾	Part. % no total
Cobre	0,62	22,4%
Combustíveis	0,52	18,8%
Minérios	0,50	18,3%
Madeira	0,32	11,5%
Vestuário exc de malha	0,14	5,2%
Vestuário de malha	0,12	4,4%
Café/chá	0,07	2,7%
Químicos inorgânicos	0,07	2,6%
Borracha	0,05	1,9%
Pérolas/pedras/ouro	0,05	1,7%
Subtotal	2,46	89,5%
Outros produtos	0,29	10,5%
Total	2,75	100,0%



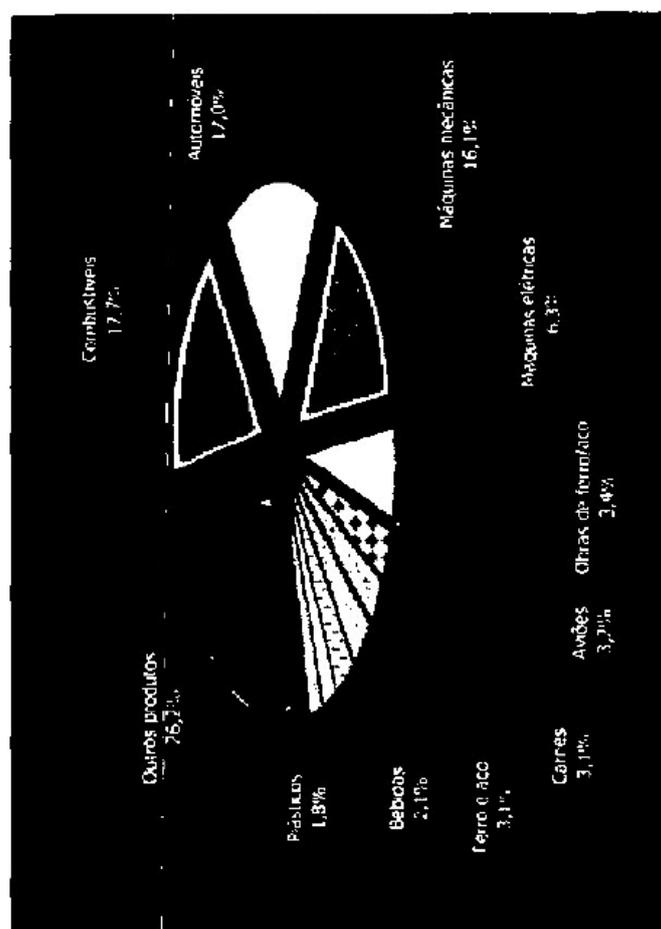
Elaborado pelo MRE/DEPDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNIVICTAD/ITC/COMTRADE-Transpar. Outubro 2012

(1) Dados observados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Na pauta exportadora do Laos predomina o **cobre**. Em 2012, cobre representou **22,4%** do total, seguidos de **combustíveis (18,8%)**; **minérios (18,3%)**; **madeira (11,5%)**; **vestuário exceto de malha (5,2%)** e **vestuário de malha (4,4%)**.

LAOS: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part. % no total
Combustíveis	0,95	17,7%
Automóveis	0,91	17,0%
Máquinas mecânicas	0,86	16,1%
Máquinas elétricas	0,34	6,3%
Obras de ferro/aço	0,18	3,4%
AVIÕES	0,17	3,2%
Carnes	0,17	3,1%
Ferro e aço	0,17	3,1%
Bebidas	0,11	2,1%
Plásticos	0,10	1,8%
Subtotal	3,96	73,8%
Outros produtos	1,40	26,2%
Total	5,36	100,0%



Elaborado pelo MRE/DEPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNIVICTAD/IT/COMTRADE/Trade-map, October 2013.

(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

A pauta importadora do Laos em 2012 concentrou-se em bens industrializados. Combustíveis foi o principal grupo importado e representou 17,7% do total. Seguiram-se: automóveis (17,0%); máquinas mecânicas (16,1%); e máquinas elétricas (6,3%).

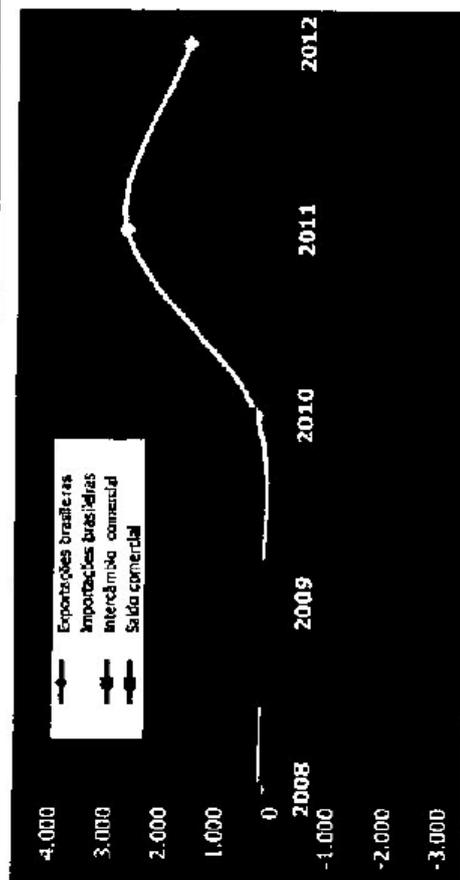
BRASIL-LAOS: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	VAR. % 2008-2012
Exportações brasileiras	73	9	146	273	633	466	352	767,5%
Varição em relação ao ano anterior	135,5%	-87,5%	1506,6%	86,8%	131,9%	928,1%	-24,5%	
Importações brasileiras	220	233	302	2.663	1.553	870	596	606,5%
Varição em relação ao ano anterior	-17,1%	6,1%	29,5%	781,3%	-41,7%	-42,0%	-31,5%	
Intercâmbio comercial	293	242	448	2.936	2.186	1.337	948	646,6%
Varição em relação ao ano anterior	-1,1%	-17,2%	85,0%	554,9%	-25,6%	-13,5%	-29,1%	
Saldo comercial	-147	-224	-156	-2.990	-920	-404	-244	n.c.

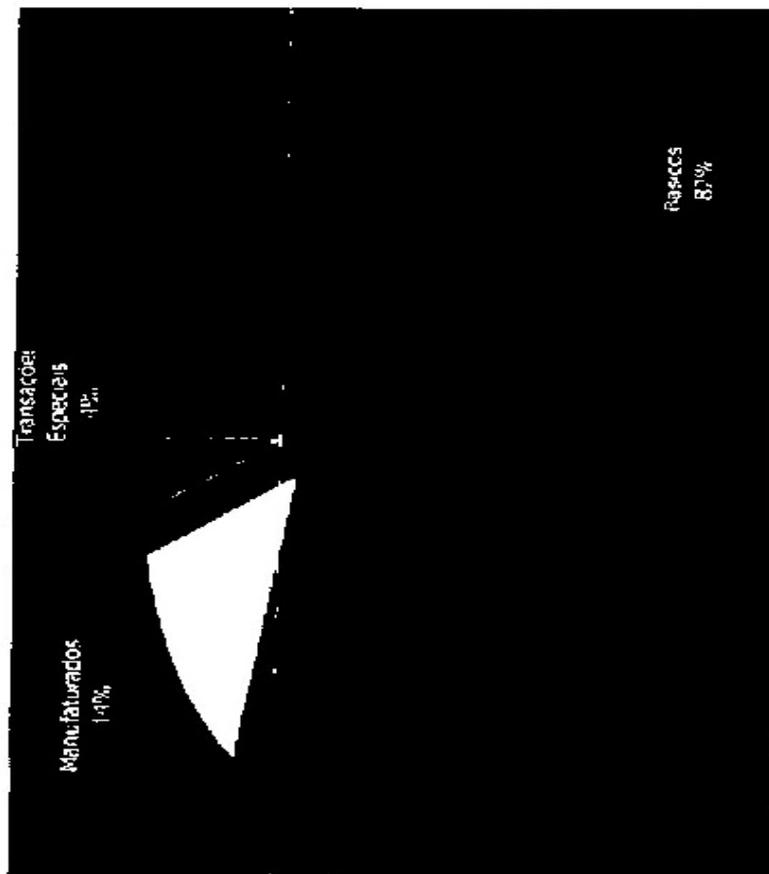
Elaborado pelo MRE/ORDIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do IPI/DIC, SATE e Aliçenweb
(n.c.) - Dados não disponíveis.

O Laos foi o 186º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 646,6%, de US\$ 293 mil para US\$ 2,19 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 767,5% e as importações, 606,5%. O saldo da balança comercial, favorável ao Laos em todo o período, registrou déficit brasileiro de US\$ 920 mil em 2012.



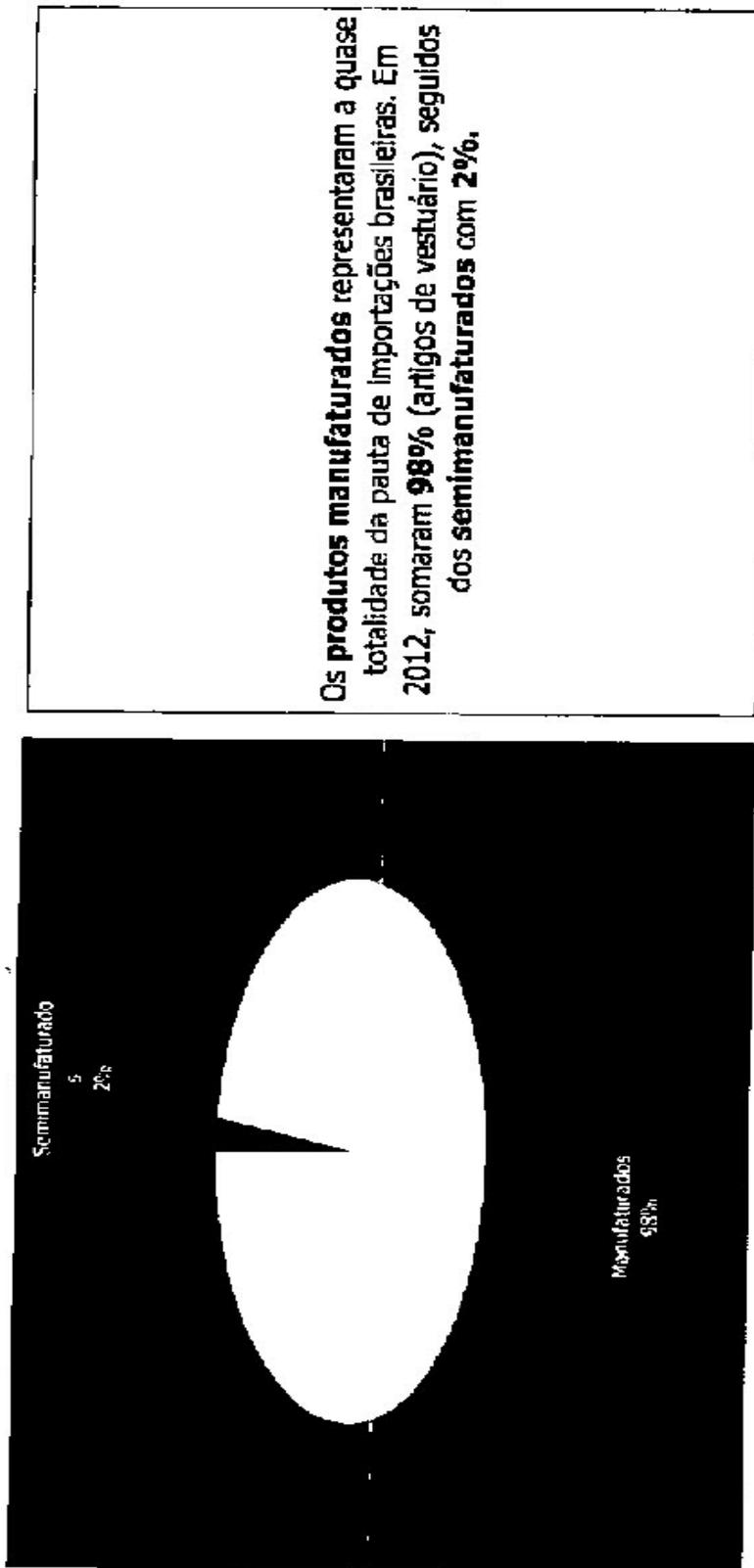
BRASIL-LAOS: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2012

Exportações



As **exportações brasileiras** para o país são compostas, em sua maior parte, por **produtos básicos**, que representaram **82%** do total em 2012, com destaque para fumo em folhas secas e carne de frango. Os **manufaturados** posicionaram-se em seguida com **14%** (ferramentas, papel e máquinas mecânicas).

Importações



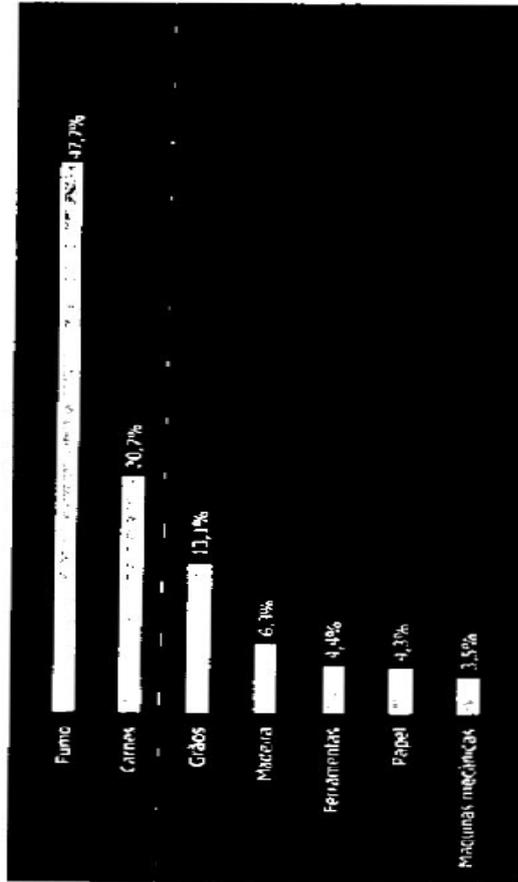
Os **produtos manufaturados** representaram a quase totalidade da pauta de importações brasileiras. Em 2012, somaram **98%** (artigos de vestuário), seguidos dos **semimanufaturados** com **2%**.

Elaborado pelo MARE/Sp/OTC - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX

BRASIL-LAOS: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010		2011		2012	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Fumo	0	0	0	0	302	47,7%
Carnes	0	0	0	0	131	20,7%
Grãos	115	45	45	13,1%	83	13,1%
Madeira	0	212	212	6,3%	40	6,3%
Ferramentas	12	0	0	4,4%	28	4,4%
Papel	0	0	0	4,3%	27	4,3%
Máquinas mecânicas	10	0	0	3,5%	22	3,5%
Subtotal	137	257	257	100,0%	633	100,0%
Outros produtos	9	16	16	0,0%	0	0,0%
Total	146	273	273	100,0%	633	100,0%



Elaborado pelo MRE/DE/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/EX/AlcoveWeb

Fumo em folhas foi o principal item brasileiro exportado para o Laos. Em 2012 somou 47,7% do total, seguido de carne de frango (20,7%); grãos/sementes para semadura (13,1%); madeira (6,3%); ferramentas (4,4%); papel (4,3%); e máquinas mecânicas (3,5%).

BRASIL-LAOS: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010		2011		2012	
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total
Vestuário de malha	283	1.533	979	63,0%		
Vestuário exc de malha	18	1.130	524	33,7%		
Peleis	0	0	32	2,1%		
Obras diversas	0	0	17	1,1%		
Subtotal	301	2.663	1.552	99,9%		
Outros produtos	1	0	1	0,1%		
Total	302	2.663	1.553	100,0%		

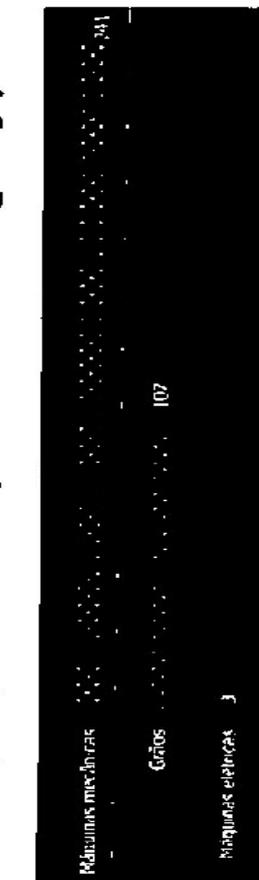
Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexnet.

Os artigos de vestuário (calças masculinas, camisas/blusas femininas, calcinhas, camisetes) representaram a quase totalidade da pauta de importações brasileiras originárias do Laos. Em 2012, representaram 96,7% do total, seguidos de peles (2,1%); e obras diversas (1,1%).

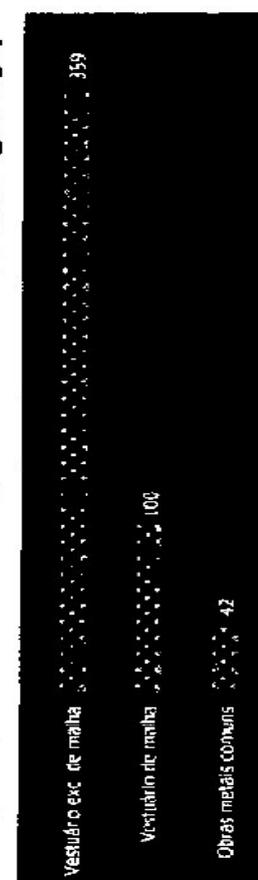
BRASIL-LAOS: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-ago)	Part. % no total	2 0 1 3 (jan-ago)	Part. % no total
Exportações				
Máquinas mecânicas	18	3,8%	241	68,4%
Grãos	79	16,9%	107	30,4%
Máquinas elétricas	0	0,0%	3	0,8%
Subtotal	97	20,8%	351	99,6%
Outros produtos	369	79,2%	1	0,4%
Total	466	100,0%	352	100,0%

Exportações brasileiras para o Laos em 2013 (jan-ago)

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-ago)	Part. % no total	2 0 1 3 (jan-ago)	Part. % no total
Importações				
Vestuário exc. de malha	654	75,2%	359	60,3%
Vestuário de malha	484	55,6%	100	16,9%
Obras metais comuns	0	0,0%	42	7,1%
Subtotal	1.138	130,8%	502	84,3%
Outros produtos	-268	-30,8%	94	15,7%
Total	870	100,0%	596	100,0%

Importações brasileiras originárias do Laos em 2013 (jan-ago)

Elaborado pelo MRE/DEPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/sitceweb.

Aviso nº 53 - C. Civil.

Em 27 de fevereiro de 2014.

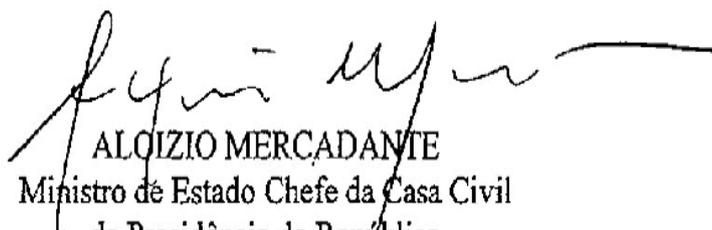
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 12, DE 2014
(Nº 26/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO ELIAS COURI, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Os méritos do Senhor Sérgio Elias Couri que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.



EM Nº 00461/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 14 de novembro de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **SÉRGIO ELIAS COURI**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO ELIAS COURI** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

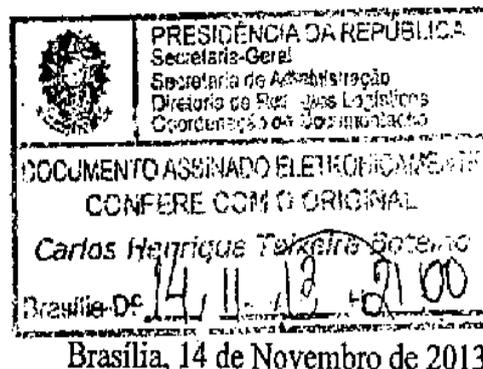
Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

00001.004415/2013-75

EM nº 00461/2013 MRE



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **SÉRGIO ELIAS COURI**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO ELIAS COURI** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL SÉRGIO ELIAS COURI

CPF.: 030.318.961-49

ID.: 2583 MRE

1948 Filho de Elias Said Couri e de Nair Couri, nasceu em 07 de março, em Niterói/RJ

Dados Acadêmicos

1966 Inglês e Francês pela Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense/RJ

1968 IRBr, concurso direto

1970 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense/RJ

1971 Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF

1978 Mestrado em Economia, pela New York University (EUA)

1993 CAE - IRBr, O tratado norte americano do livre-comércio (Nafta): contexto, alcance, efeitos para o Canadá e sua relação com o Brasil

Cargos:

1969 Terceiro-Secretário

1973 Segundo-Secretário

1979 Primeiro-Secretário

1989 Conselheiro

2004 Conselheiro do Quadro Especial

2004 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

1968 Divisão do Orçamento, assistente

1970 Divisão de Política Financeira, assistente

1971 Divisão da Europa Ocidental, assistente

1971 Universidade de Brasília/DF, Professor de Inglês

1972 Consulado-Geral em Nova York, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto

1975 Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário

1978 Embaixada em Islamabad, Segundo-Secretário, Encarregado de Negócios

1979 Divisão da Europa Oriental, assistente

1979 XLVI Feira Internacional Agrícola de Novi Sad, Iugoslávia, Diretor do Pavilhão

1979 XXV Feira Internacional de Plovdiv, Bulgária, Diretor do Pavilhão

1980 Universidade de Brasília, Professor de Empresas Multinacionais

1980 Feira da Primavera de Bucareste, Diretor do Pavilhão

1981 Embaixada em Varsóvia, Encarregado de Negócios, a.i

1981 LIII Feira Internacional de Poznan, Polônia, Diretor do Pavilhão

1982 Departamento da Europa, assessor

1983 Embaixada em Georgetown, Encarregado de Negócios, a.i.

1984 Presidência da República, à disposição

1987 Instituto Rio Branco, Professor de Economia Brasileira

1987 Estado-Maior do Exército, Chefia, Assessor Especial de Relações Internacionais

1988 Embaixada junto ao Vaticano, Primeiro-Secretário e Conselheiro

1991 Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Geral-adjunto

1994 Embaixada em São Salvador, Conselheiro, missão transitória

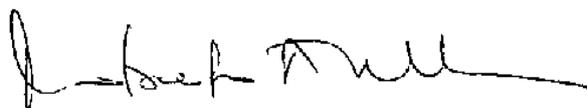
- 1995 Embaixada em Luanda, Conselheiro, Encarregado de Negócios, missão transitória.
- 1996 Embaixada em Porto-Príncipe, Encarregado de Negócios, a.i.
- 1998 Embaixada em Iauandê, Encarregado de Negócios, a.i.
- 1999 Departamento Cultural, Chefe do Gabinete e Diretor-Geral, substituto
- 2000 Universidade Católica de Brasília, Professor de Direito do Comércio Internacional
- 2001 Assessoria de Relações Federativas, Assessor
- 2001 Embaixada em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 2002 Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, assessor
- 2003 Escritório de Representação do MRE no Paraná, Chefe
- 2004 Missão Oficial e Empresarial do Estado do Paraná à Província do Québec, Canadá, Coordenador-Chefe
- 2004 Consulado-Geral em Ciudad Del Este, Cônsul-Geral-Adjunto, missão transitória
- 2006 I e II Reunião do Comitê de Pilotagem Paraná/Rhône-Alpes, Curitiba, Coordenador-chefe (2006 e 2007)
- 2009 Ano da França no Brasil, Coordenador no Paraná
- 2007 Semana da Cultura do Paraguai no Paraná, Co-organizador, com a Secretária de Estado da Cultura
- 2010 I Encontro de Juristas da América Latina e do Caribe(Foz do Iguaçu). Membro da Mesa de Participantes
- 2010 Consulado-Geral em Mendoza. Cônsul-Geral
- 2012 XLIII Cúpula do Mercosul (Mendoza), Delegado

Condecorações:

- 1978 Medalha ao Mérito, pela Associação de Diplomatas Econômicos e Comerciais, Bogotá, Colômbia
- 1984 Ordem de San Carlos, Colômbia, Oficial
- 1986 Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Oficial
- 1992 Ordem Equestre de São Gregório Magno, Santa-Sé, Comendador
- 2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

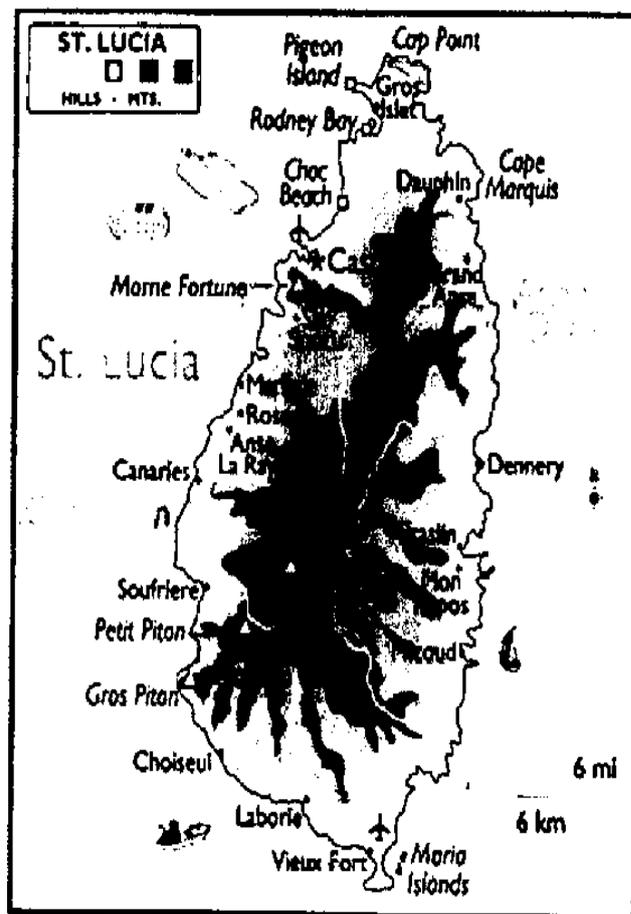
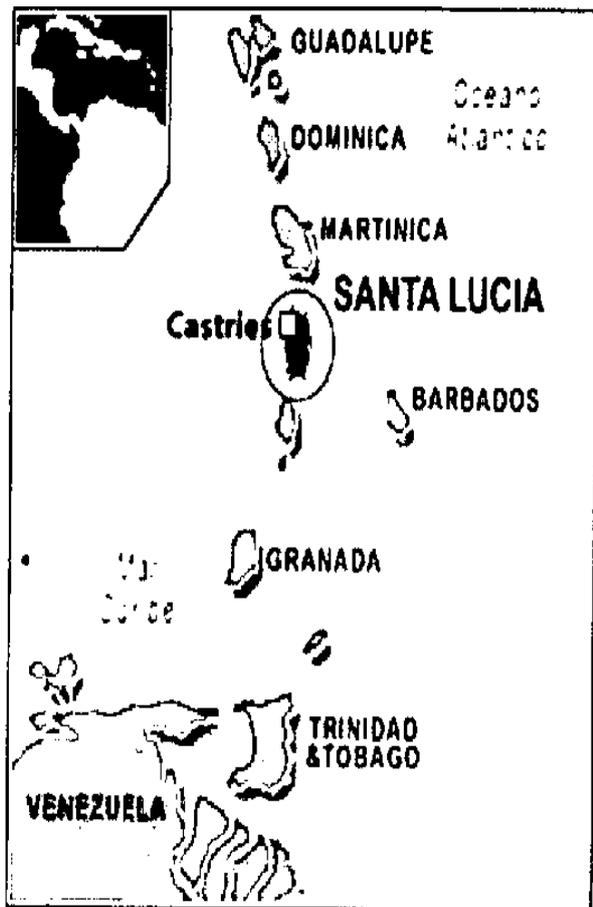
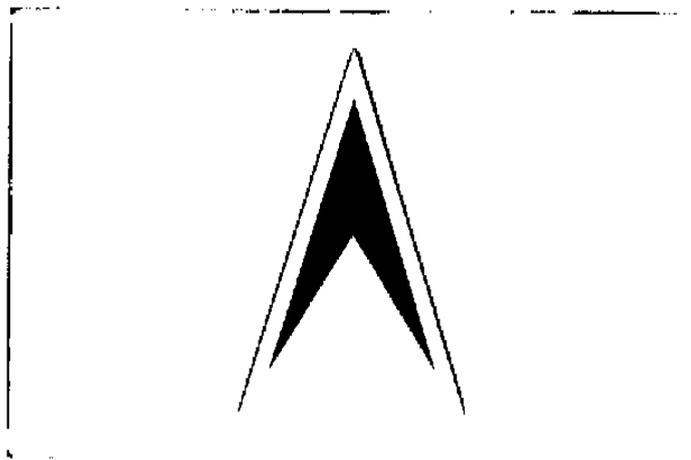
- 1977 A propósito del 7 de Septiembre, in Revista Bolivariana, nº 91, Bogotá: Sociedade Bolivariana de Colômbia
- 1983 Ensaio sobre a evolução do capitalismo e do marxismo, Brasília: Editora da UnB, 1983; 2ª ed.: 2001
- 1986 Cenários 2000 - Avaliação político-estratégica do espaço sul-americano; co-autoria, Brasília, Ministério do Exército; edição restrita
- 1987 Cenários 2000 - Avaliação político-estratégica da Bacia do Caribe, co-autoria, Brasília, Ministério do Exército, edição restrita
- 1990 Duas reflexões para uma economia política, Roma, Bulzoni Editore
- 1991 A política externa brasileira na sociedade industrial global: elaboração de algumas percepções, Roma, Montreal, edição restrita
- 2001 Liberalismo e societalismo, Brasília, Editora da UnB
- 2001 Timós, Poesia, reunindo O vento e a vela, Luz e sombra e Pós-poesia, Rio de Janeiro, Sette Letras, 2001
- 2002 O processo negociador do Nafta e o prisma canadense, inédito
- 2003 A contemporaneidade do Direito do Comércio Internacional, in O Direito Intenacional e o Direito brasileiro, organizado por Wagner menezes, Ijuí/RS, Editora Unijuí, 2004
- 2008 " A sociedade industrial e suas vulnerabilidades", in Sinais sociais (Sesc, Rio de Janeiro)


ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SANTA LÚCIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Novembro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Santa Lúcia
CAPITAL	Castries
ÁREA	616 km ² (equivalente a duas vezes a cidade de Belo Horizonte)
POPULAÇÃO (2011)	167 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos 67,5%; protestante 18,2%; rastafáris 2,1%
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Assembleia (Câmara baixa) e Senado (Câmara alta)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Calliopa Pearlette Louisy (desde setembro de 1997)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Kenny Davis Anthony (desde 30/11/2011)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Alva Baptiste
PIB NOMINAL (EST. 2012)	USD 1,259 bilhão
PIB PPP (EST. 2012)	USD 2,234 bilhões
PIB PER CAPITA (EST 2012)	USD 6.558
PIB PPP PER CAPITA (EST. 2012)	USD 13.300
IDH	0,725/88º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	74,6 anos (2011)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	90,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	22,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental
COMUNIDADE BRASILEIRA NO PAÍS	8 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (USD MILHÕES)

Brasil → Santa Lúcia	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	7/2013
Intercâmbio	1,75	11,9	3,2	4,0	1.034,8	3.576,5	2.434	2.743,9	2.943,4	1.253,5	7,72
Exportações	1,75	2,4	3,2	4,0	1034,8	3.576,5	2434	2.743,9	2.943,3	1.253,5	7,70
Importações	--	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,04	0,04	0,1	0,06	0,02
Saldo	1,75	-7,1	3,2	3,9	1034,8	3576,5	2434	2.743,9	2.943,2	1.253,5	7,68

PERFIS BIOGRÁFICOS

Calliopa Pearlette Louisy
Governadora-Geral

- Nascida em Santa Lúcia, em 8 de junho de 1946, Calliopa Pearlette Louisy é formada em Inglês e Francês pela Universidade das Índias Ocidentais.
- Concluiu seu Mestrado em Linguística na Universidade de Laval, Canadá, e Doutorado em Educação, na Universidade de Bristol, no Reino Unido.
- Sua carreira profissional foi integralmente dedicada à educação, sendo professora de Francês e Decano e Diretora da *Sir Arthur Lewis Community College*.
- Foi apontada Governadora-Geral de Santa Lúcia em setembro de 1997.
- Recebeu da Rainha Elizabeth II o título de Dama da Ordem de São Miguel e São Jorge, em 1999.



Dr. Kenny Davis Anthony
Primeiro-Ministro

- Nasceu em 8 de janeiro de 1951, em Santa Lúcia.
- Formado pela Universidade das Índias Ocidentais e obteve seu Ph.D. pela Universidade de Birmingham, Inglaterra.
- Atuou como professor e advogado.
- Iniciou na política no Partido Trabalhista de Santa Lúcia como assessor especial do Ministério da Cultura e Educação em 1979.
- Aos 31 anos, foi Ministro da Educação.
- Entre março de 1995 e 1997, foi membro do Secretariado da CARICOM.
- Foi Primeiro-Ministro de Santa Lúcia entre 1997 e 2006.
- Tomou posse novamente como Primeiro-Ministro em 28/11/2011.



Alva Baptiste

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional e Aviação Civil

- É formado em Psicologia e em Administração do Transporte Aéreo Internacional pela Cranfield University, Reino Unido.
- Entre 1985 e 1986, foi Assistente de Controle de Voo e, de 1986-1997, Oficial de Controle de Voo. Em seguida, trabalhou como assistente na Administração do Aeroporto de Hewanorra (Santa Lúcia).
- Trabalhou no Ministério de Aviação Civil até 2005. Em 2006, foi eleito parlamentar.
- Com a vitória do Partido Trabalhista de Santa Lúcia, foi indicado, em dezembro de 2011, para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional e da Aviação Civil.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 30 de janeiro de 1980, o Decreto nº 84.445 criou a Embaixada brasileira (não residente) em Santa Lúcia, que funcionava cumulativa com a Embaixada do Brasil em Trinidad e Tobago.

A instalação da Embaixada residente brasileira em Castries (capital de Santa Lúcia) em 2008 e a I Cúpula Brasil-CARICOM, em abril de 2010, em que foram assinados seis instrumentos bilaterais (entre acordos e memorandos de entendimento), nas áreas de cooperação técnica, agricultura, segurança pública, cooperação educacional, cooperação cultural e isenção de vistos, são dois marcos que contribuíram para a aproximação política entre Brasil e Santa Lúcia.

A visita do Chanceler Alva Baptiste a Brasília, em julho de 2012, foi outro importante marco na relação bilateral. O Chanceler visitou diversas instituições, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Turismo, Ministério da Pesca, a Secretaria Nacional da Juventude, o Instituto Chico Mendes e a EMBRAPA, onde conheceu diversas oportunidades de cooperação e assistência técnica, inclusive de Santa Lúcia para o Brasil.

No MRE, os Ministros discutiram, entre outros temas, a disposição brasileira em prestar cooperação ao Caribe, especialmente na área de agricultura familiar e segurança alimentar (Chanceler Baptiste mencionou o interesse em receber assistência no combate à praga Sigatoka Negra e em aquicultura); a necessidade de se aumentar a conectividade aérea entre o Brasil e o Caribe; a possibilidade de o Brasil não mais exigir visto a turistas santa-lucenses e outros temas multilaterais (Santa Lúcia não exige visto de turista, trabalho, negócios e estudos para cidadãos brasileiros).

Em abril, durante discurso anual, a Governadora-Geral conferiu importante atenção ao Brasil, frisando a intenção do Governo de Santa Lúcia de explorar conexões aéreas e designar Embaixador não residente para o país (e para os demais países latino-americanos). No mesmo dia, foi publicado Relatório sobre a Política das Relações Exteriores, no qual se postula a necessidade de abertura de Embaixada residente de Santa Lúcia no Brasil.

Comércio Bilateral

O fluxo de comércio com Santa Lúcia aumentou de US\$4 milhões, em 2006, para US\$2,9 bilhões, em 2011. Tamanho incremento no comércio bilateral explica-se pelas exportações de petróleo ao país, que aumentaram significativamente a partir de 2007, quando a Petrobras celebrou contrato com empresa santa-lucense (Hess Oil St Lucia Limited – HOSLL), envolvendo armazenamento de petróleo para exportação para terceiros mercados. Atualmente, 99% das exportações brasileiras à ilha consistem em “óleos brutos de petróleo”, e as importações estão concentradas em termistores, partes e acessórios de termômetros e instrumentos e aparelhos automatizados para controle de temperatura. Em 2012 houve queda considerável do

intercâmbio para 1,2 bilhões, mas foram mantidas as mesmas características essenciais.

A presença da Petrobras em Santa Lúcia tem-se mostrado mutuamente vantajosa. A partir das facilidades advindas da operação com a HOSLL, a Petrobras é capaz de comercializar petróleo de forma mais eficiente para refinadores em diversos mercados, principalmente para aqueles localizados no Golfo do México, na Costa Leste dos Estados Unidos e no Caribe. A existência de armazenamento em tanques em Santa Lúcia também fortalece a presença da empresa brasileira na região e reduz seus custos de participação no mercado norte-americano, que é uma das principais frentes de exportação do petróleo nacional.

Assistência Humanitária

A disposição brasileira de aproximação com Santa Lúcia ganhou expressão com a assistência humanitária prestada ao país, em 2010. Em novembro daquele ano, o Governo brasileiro realizou aporte de recursos (no montante de US\$ 562 mil) em apoio a projetos implementados pela “Associação Caribenha de Controle de Desastres” (CDEMA), canalizado por meio da FAO. Parte dos recursos (US\$ 150 mil) foi disponibilizada para o combate aos efeitos do furacão “Tomas” em Santa Lúcia e mais 2 países (Barbados e São Vicente e Granadinas).

Também em novembro de 2010, o Governo brasileiro disponibilizou um helicóptero militar em assistência ao Governo de Santa Lúcia, após a passagem do furacão “Tomas”. O furacão teve efeitos calamitosos sobre o país (destruição estimada em até 34% do PIB), e a aeronave brasileira, operada por militares do Exército, realizou múltiplas missões de busca e salvamento e transporte de cargas internas e externas, dentre outras.

No âmbito da Organização dos Estados do Caribe Oriental, em outubro de 2012 foi entregue a remessa final de medicamentos antirretrovirais no âmbito do acordo de cooperação técnica, que possibilita a doação de medicamentos para até 700 doentes de HIV/AIDS por ano. O valor da remessa foi de US\$ 140 mil. A OECO pede que o acordo seja renovado em breve e está preparando minuta de acordo de cooperação na área da saúde, que contemple as seguintes áreas: provisão de antirretrovirais; adoção de testes laboratoriais de proficiência relativos a HIV/AIDS e fornecimento de treinamento em HIV/AIDS para trabalhadores na área da saúde.

Cooperação Educacional e Cultural

O Instituto Rio Branco ofereceu uma vaga para diplomata da OECO como aluno do Curso de Formação no ano letivo 2011-2012.

Em junho de 2013, foi realizado, na Catedral de Castries, o espetáculo “Fête de la Musique”, copatrocinado pelas Embaixadas do Brasil e da França. Foram apresentadas composições eruditas brasileiras. O evento contou com a participação da Governadora-Geral de Santa Lúcia, Dama Pearllette Louisy. Em julho, outro evento da mesma parceria foi a exibição do filme “Les Éclats Noirs du Samba”. O debate que se seguiu focou nos pontos de contato entre as manifestações culturais brasileiras e a herança étnica caribenha, com expressões artísticas semelhantes.

Em setembro de 2013, será realizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) o I Curso para Diplomatas do Caribe, envolvendo um diplomata em exercício em cada Chancelaria da região (CARICOM, Cuba e República Dominicana). Santa Lúcia já designou funcionário para participar do curso.

Cooperação Técnica

A cooperação técnica prestada pelo Governo brasileiro a Santa Lúcia foi impulsionada pela assinatura, por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM, de Acordo Básico de Cooperação Técnica, Acordo de Cooperação na Área de Segurança Pública e de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura. O acordo de cooperação técnica foi aprovado pelo Congresso Nacional em 22 de agosto de 2013 e publicado no DOU no dia seguinte. No momento, aguarda-se a aprovação parlamentar por Santa Lúcia para o instrumento entrar em vigor.

O programa de cooperação Brasil-Santa Lúcia incluiu quatro atividades, já concluídas: a) Capacitação da Força Policial Real de Santa Lúcia em técnicas de ensino; b) Missão técnica de gerentes da Força Policial Real de Santa Lúcia à Academia de Polícia Brasileira; c) Capacitação em Serviços de Extensão para extensionistas de Santa Lúcia; d) Workshop sobre desenvolvimento da cadeia produtiva para mercados domésticos em Santa Lúcia. No momento, não há projetos em execução.

Demanda específica do país em 2012 foi pela indicação de técnico em equipamentos de abatedouro, para atuar no abatedouro que o Governo local pretende construir. Missão da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) a Santa Lúcia foi realizada em agosto de 2012, com resultados muito satisfatórios.

Em setembro de 2012, foi realizada missão da Embrapa a Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. As autoridades santa-lucenses manifestaram interesse em receber cooperação nas áreas de criação de pequenos ruminantes, cultivo de mandioca, apicultura e desenvolvimento de laboratórios e pesquisa.

Assuntos Consulares

A população brasileira em Santa Lúcia é composta por oito pessoas, incluindo o pessoal da Embaixada.

Em maio de 2013, foi encaminhada proposta de Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração. Santa Lúcia não exige tais vistos de brasileiros e o tema foi objeto de menção durante a reunião do então Chanceler Antonio Patriota com o Chanceler Alva Baptiste, em julho de 2012. A minuta de acordo foi entregue pessoalmente ao Chanceler em 25 de julho. No momento, aguarda-se a concordância da Chancelaria local ao texto do acordo.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessão de créditos oficiais do Brasil a Santa Lúcia.

POLÍTICA INTERNA

Santa Lúcia possui sistema representativo nos moldes daquele do Reino Unido. A Chefe de Estado, representada pela Governadora-Geral, é a Rainha Elizabeth II. O Primeiro-Ministro lidera o partido majoritário no Parlamento e nomeia o Gabinete de Ministros. Esta é a terceira vez que Kenny Anthony, Presidente do "Saint Lucia Labour Party" (SLP, Partido Trabalhista de Santa Lúcia), ocupa o cargo.

O Parlamento é bicameral, constituído por uma câmara baixa ("House of Assembly"), com 17 membros, e uma câmara alta (Senado), com 11 membros. As últimas eleições gerais ocorreram em novembro de 2011. Os principais partidos são o governista SLP, com orientação esquerdista, e o oposicionista "United Worker's Party" (UWP), de orientação conservadora.

A política interna de Santa Lúcia, desde sua independência do Reino Unido, em 1979, é marcada por acentuado bipartidarismo, com disputas entre UWP e SLP. De 1979 a 1997, o UWP, liderado por John Compton (que já fora Premier de 1964 a 1979), governa Santa Lúcia, com exceção dos 3 anos seguintes à Independência.

As eleições realizadas em 2011 foram marcadas pelos temas de criminalidade, desemprego e economia. Ao mesmo tempo em que o UWP alegava que Santa Lúcia retomara o crescimento econômico e voltara a ocupar o lugar de maior economia da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), o governo do ex-PM Stephenson King foi marcado pela crise econômica de 2008, por disputas de poder e pela passagem do furacão "Tomas" (novembro de 2010). O SLP obteve 10 das 17 cadeiras do Parlamento, e o atual Primeiro Ministro Kenny Anthony estabeleceu como prioridades de seu governo a criação de empregos e reformas para atração de investimentos estrangeiros.

Atualmente, o Primeiro Ministro Kenny Anthony enfrenta o desafio de reduzir o déficit fiscal da ilha, em torno de 10% do PIB. No que pode ser considerada como uma vitória do Governo, em 17 de abril, a Associação do Serviço Público de Santa Lúcia, facção que se mostrava mais resistente do movimento paredista do serviço público, cedeu em suas posições e chegou a acordo com o Governo. O Sindicato da Polícia e a Federação dos Sindicatos já haviam negociado em temas como idade de aposentadoria, oferta de casas, seguro saúde e aumento salarial.

Em abril, no discurso da "Fala do Trono", a Governadora-Geral frisou o tema da construção da identidade santa-lucense: o país, carente de recursos minerais ou de metais, deve promover seus recursos naturais e humanos para promover seu progresso. Nesse sentido, serão iniciados trabalhos para a elaboração de uma "Visão e Estratégia Nacionais", a ser sistematizada por uma Comissão nacional, integrada pela Governadora-Geral, pelo Primeiro-Ministro, pelo líder da oposição e por grupos multissetoriais.

Em agosto, o ex-Primeiro Ministro King perdeu a função de líder do UWP, nas eleições internas de seu partido, sofrendo derrota expressiva (75% dos votos) para seu ex-Ministro do Turismo e Aviação Civil, Allen Chastanet. O ex-Primeiro Ministro era frequentemente acusado, enquanto no poder, de corrupção e marasmo, enquanto Chastanet é filho do maior empresário da ilha. No Parlamento, o novo líder do UWP

já encabeça importante campanha para que o imposto VAT deixe de incidir sobre medicamentos, causa que conta com o apoio de membros do governo, inclusive.

POLÍTICA EXTERNA

Entre as principais metas da política externa de Santa Lúcia está a busca pelo desenvolvimento econômico do país. A nação busca alcançar tal objetivo principalmente por meio da ênfase na cooperação econômica, em comércio e investimentos em seus relacionamentos internacionais. Santa Lúcia mantém relações próximas junto a parceiros tradicionais, entre eles Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e França.

Santa Lúcia conduz sua política externa principalmente por meio de sua participação na OECO, cuja sede está localizada em Castries e na qual atua com acentuado protagonismo. Além de Santa Lúcia, a organização também é integrada por Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat (membro não-autônomo), São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas. Em 21 de janeiro de 2011, entrou em vigor a União Econômica da OECO, fundamentada no Tratado de Basseterre (1981) e que toma forma por meio da adoção, ao longo do tempo, de moeda comum e da criação de espaço econômico único, com a remoção de barreiras nos mercados de bens, serviços, capitais e mão-de-obra.

Santa Lúcia também é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), agremiação na qual os países da OECO procuram atuar de maneira coordenada. No âmbito da CARICOM, tem destaque a iniciativa do “Mercado e Economia Únicos” (“Caribbean Single Market and Economy” – CSME). O início da implementação do CSME ocorreu em 2006, com a liberalização do comércio (a livre circulação de mão-de-obra e de capital ainda está em processo de regulamentação).

Santa Lúcia é, do mesmo modo, parte do acordo da “Petrocaribe”, proposto em 2005 pela Venezuela. A iniciativa prevê a coordenação das políticas energéticas e a venda de petróleo venezuelano sob condições de pagamento flexíveis (preços de mercado, financiamento de até 25 anos, juros de 1% ou 2% ao ano). A importância para os santa-lucenses de tal iniciativa advém da dependência da importação de petróleo para o abastecimento energético interno.

Durante a 11ª Cúpula da Aliança Bolivariana para as Américas (fevereiro de 2012), Santa Lúcia, juntamente com o Suriname, iniciou o processo de adesão ao foro. Em março de 2012, o PM Anthony justificou a decisão alegando a necessidade de diversificação de parcerias durante a crise econômica. Em abril de 2013, o Parlamento de Santa Lúcia aprovou a adesão do país como membro pleno, o que foi formalizado durante a XII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Aliança, em 30 de julho.

Em 2007, o país estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan, encerrando dez anos de relacionamento com a República Popular da China. Desde então, Santa Lúcia tem-se beneficiado de diversos programas de cooperação bilateral. Entre os exemplos de iniciativas, destacam-se aquelas envolvendo o setor agrícola, de relevância estratégica para os santa-lucenses devido à grande quantidade de alimentos

importados pelo país. Com a vitória do “Santa Lucia Labour Party”, haveria possibilidade de serem restabelecidas as relações com a República Popular da China, uma vez que o manifesto do partido mencionava a revisão das relações de política externa do país. Recentemente, O Primeiro-Ministro Anthony anunciou que as relações com Taiwan seriam mantidas. Em agosto de 2013, o Chefe do Poder Executivo de Taiwan, Ma Ying-Jeou, visitou Santa Lúcia durante três dias, ocasião em que foi recebido no Parlamento e lançado Comunicado Conjunto. Taiwan é o maior e mais constante doador de Santa Lúcia.

Membro da Commonwealth, Santa Lúcia recentemente convidou o Príncipe Edward, Conde de Wessex, à celebração de seu 33º aniversário de independência, sinalizando intenção de manter a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado do país, diferentemente de outros países caribenhos, como a Jamaica. As celebrações atinentes ao 60º Aniversário da coroação da Rainha foram igualmente objeto de extensos eventos.

No âmbito multilateral, o país atua, sobretudo, como um dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Santa Lúcia tem defendido maior assistência aos países do agrupamento, os quais não receberiam atenção apropriada da comunidade internacional uma vez que grande parte deles figura entre os países considerados de renda média.

Entre as principais formas de atuação do SIDS está a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), coalizão de pequenos países insulares que compartilham desafios de desenvolvimento e que apresentam como preocupação central os efeitos adversos da mudança climática global. Santa Lúcia defende, no âmbito da AOSIS, reduções ambiciosas nas emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos.

Santa Lúcia possui representação diplomática no Canadá (em conjunto com a OECD), Cuba, Bélgica, Estados Unidos e Reino Unido. Além do Brasil, possuem Embaixadas residentes no país: Cuba, França, México, Reino Unido, Taiwan e Venezuela. A Argentina anunciou abertura de Embaixada residente nos próximos meses.

ECONOMIA

Santa Lúcia detém a maior população e o maior PIB entre os membros da OECD. O PIB do país equivale ao dobro daquele de seus vizinhos imediatos, como Granada, São Vicente e Granadinas e Dominica, e sua economia apresenta maior diversificação em comparação com o restante da região.

O setor manufatureiro de Santa Lúcia é o mais diversificado do Caribe Oriental, incluindo fábricas de produtos de papéis, de processamento de alimentos e de bebidas. Não obstante, a economia baseia-se essencialmente no setor de serviços (80% do PIB), sendo o turismo a principal fonte de divisas e de postos de trabalho na economia local. O setor agrícola, que tem perdido importância relativa desde a década 1990, responde atualmente por apenas 3% do PIB e consiste principalmente em plantações de bananas.

A economia de Santa Lúcia tem registrado baixo desempenho nos últimos anos. Em 2009, a crise financeira internacional repercutiu negativamente sobre o turismo na ilha e a economia registrou contração de 1,3%. Em 2010, o PIB santalucense recuperou-se e registrou aumento de 0,4%. No mesmo ano, a passagem do furacão “Tomas”, em novembro, ocasionou danos em diversas partes da ilha, com impactos significativos sobre a cultura da banana e sobre a infraestrutura viária. A estimativa dos danos situa-se entre US\$185 milhões e US\$ 336 milhões (19% a 34% do PIB nacional). Em 2011, a economia cresceu 1,3%, tendo a chegada de turistas caído 6,2% em relação ao ano anterior. Em 2012, o crescimento econômico manteve-se modesto, em 0,7% do PIB. Em 2013, o Fundo Monetário Internacional estima que a economia crescerá 1,1%.

Assim como diversas economias caribenhas, o país tem implementado políticas monetárias restritivas nos últimos anos. O ex-Primeiro-Ministro Stephenson King realizou cortes orçamentários e introduziu novo imposto para o ano fiscal de 2011 (“National Security Levy”), buscando direcionar os gastos públicos para esforços relacionados à reconstrução da infra-estrutura destruída pelo furacão “Tomas” e para o combate ao crime. Em 1º de outubro de 2012, foi introduzido novo imposto (VAT), sobre a circulação de mercadorias. Santa Lúcia foi o último país da OECO a implementar a medida.

No final do ano, missão do FMI visitou o país e concluiu que, embora Santa Lúcia seja a maior economia do Caribe Oriental, a alta do desemprego e o baixo crescimento econômico têm afetado as instituições financeiras e o déficit fiscal do país. A introdução do VAT impactou na inflação anual, mas tal efeito será temporário.

Em comparação com os demais pequenos países do Caribe, a economia de Santa Lúcia revela-se relativamente mais estável e diversificada, com maior controle sobre as contas externas. Como resultado, diversas agências internacionais avaliadoras de risco, como o Banco Mundial e a International Finance Corporation, avaliam o país como um bom local para se investir.

ANEXOS

Cronologia Histórica

DATA	EVENTO
13 de dezembro de 1502	Descobrimto de Santa Lúcia, após naufrágio de navio francês.
23 de agosto de 1605	Primeiro assentamento com 67 colonos, originalmente enviados à Guiana. Após confronto com índios caraíbas, os 19 colonos sobreviventes fugiram da ilha.
1638	Segunda tentativa de assentamento, liderada por Sir Thomas Warner, com 300 colonos. Novamente, houve confronto com os índios caraíbas e os poucos colonos sobreviventes abandonaram a ilha.
Séculos XVII e XVIII	Sucessivos confrontos entre ingleses e franceses pelo controle da ilha.
1783	O Tratado de Versalhes dá a posse de Santa Lúcia à França. A colônia prospera.
1793	No contexto da Revolução Francesa, o Governador Ricard promulga Decreto para abolição da escravidão nas Antilhas francesas.
1794-1802	Novos confrontos entre ingleses e franceses.
1802	Tratado de Amiens dá a posse da ilha aos franceses.
1814	Tratado de Paris: Santa Lúcia passa para a Grã-Bretanha em definitivo.
1838-1960	Santa Lúcia é anexada ao Governo das Ilhas de Barlavento (Barbados, Granada, São Vicente e Tobago). Com o fim da associação, Santa Lúcia volta a ser administrada separadamente.
01 de março de 1967	Santa Lúcia ganha o status de Estado Associado, com total autonomia sobre seus assuntos internos.
1964-1979	John Compton, do United Workers Party, exerce o cargo de Premier.
22 de fevereiro de 1979	Santa Lúcia torna-se independente do Reino Unido.
1979-1982	Saint Lucia Labour Party assume poder, meio a tensões sobre as políticas de esquerda da agremiação. Diversos membros do partido assumem a função de Premier, até a renúncia, em 1982.
1982-1997	Mandatos sucessivos do "UWP".
1997-2006	Vitória do "SLP", liderado por Kenny Anthony, que exerce a função de Primeiro-Ministro.
2006	Vitória do "UWP" nas eleições-gerais. Sir John Compton, aos 82 anos, é eleito Primeiro-Ministro

Maio de 2007	Por problemas de saúde, Sir John Compton se afasta do cargo de Primeiro-Ministro
Setembro de 2007	Morre Sir John Compton. Stephenson King torna-se Primeiro-Ministro
Novembro de 2010	Passagem do furacão "Tomas" tem efeitos devastadores sobre o país, causando prejuízos estimados em até US\$336 milhões (34% do PIB).
Novembro de 2011	Volta do Saint Lucia Labour Party e do ex-Primeiro Ministro Kenny Anthony ao cargo.

Cronologia das Relações Bilaterais

Janeiro de 1980	Estabelecimento de relações bilaterais entre Brasil e Santa Lúcia, com criação da Embaixada em Santa Lúcia cumulativa com a Embaixada do Brasil em Trinidad e Tobago (Decreto nº 84.445, de 30 de janeiro).
Julho de 1994	A Embaixada do Brasil em Castries, Santa Lúcia passa a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Paramaribo, República do Suriname.
2005	Visita de missão da Agência Brasileira de Cooperação a Santa Lúcia, que ofereceu cooperação na área de biocombustíveis e propôs minuta de Acordo de Cooperação Técnica.
2007	Celebração de contrato entre a PETROBRAS e a Hess Oil St. Lucia Limited (HOSLL).
Dezembro de 2007	O Decreto nº 6.305, de 14 de dezembro, cria Embaixada residente do Brasil em Santa Lúcia, com sede em Castries.
Dezembro de 2008	Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, Salvador/BA. O Ministro das Relações Exteriores, Comércio e Investimento de Santa Lúcia, Sr. Rufus George Bousquet, chefia a delegação de seu país.
Abril de 2010	O Primeiro-Ministro de Santa Lúcia, Stephenson King, visita Brasília por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM. São assinados seis acordos entre Brasil e Santa Lúcia.
Setembro de 2010	Início da operação de armazenamento de petróleo da PETROBRAS em Santa Lúcia.
Novembro de 2010	Após a passagem do furacão "Tomas", o Governo brasileiro disponibiliza um helicóptero e doze militares do Exército para missão de assistência humanitária em Santa Lúcia.
Julho de 2012	Visita do Diretor do Departamento de América Central e Caribe a Santa Lúcia.
Julho de 2012	Visita do Chanceler Alva Baptiste a Brasília.

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em tramitação no Executivo; ainda não foi enviada ao Congresso Nacional
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em tramitação no Executivo; ainda não foi enviada ao Congresso Nacional
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Aprovado pelo Congresso Nacional; aguarda aprovação pelo Legislativo de Santa Lúcia
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	Em vigor

SANTA LÚCIA: COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾

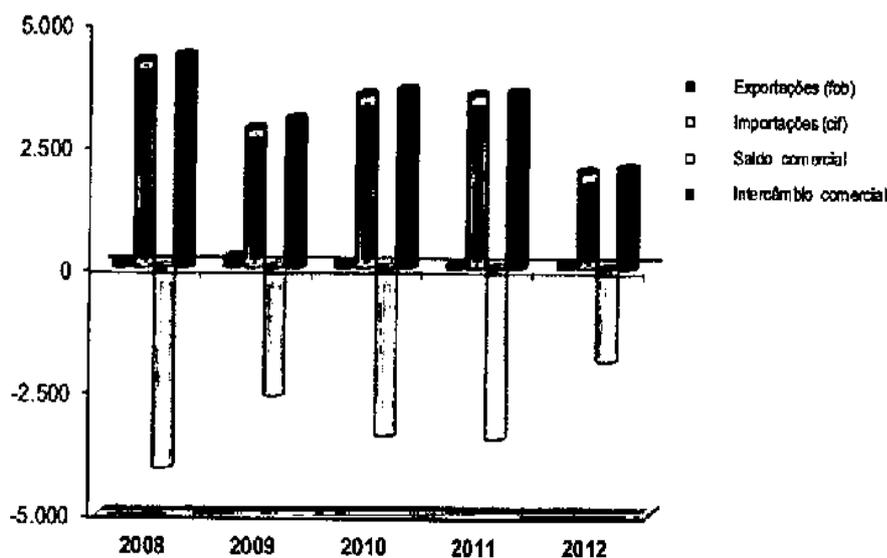
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	117	211	99	50	82
Importações (cif)	4.196	2.815	3.516	3.522	1.962
Saldo comercial	-4.079	-2.604	-3.417	-3.472	-1.880
Intercâmbio comercial	4.314	3.026	3.616	3.573	2.044

OU

Elaborado pelo MRE/DPR, DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, August 2013.

(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais de Santa Lúcia.

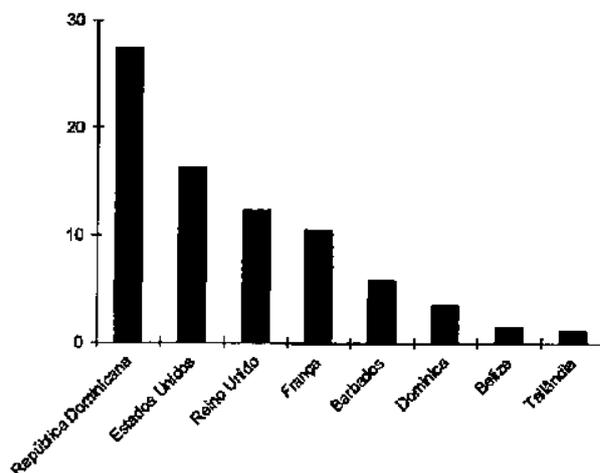


O comércio exterior de Santa Lúcia apresentou, em 2012, diminuição de 52,6% em relação a 2008, de US\$ 4,3 bilhões para US\$ 2,0 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Santa Lúcia figurou como o 169º principal mercado mundial, sendo o 194º exportador e o 159º importador.

SANTA LÚCIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES⁽¹⁾

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
República Dominicana	27,3	33,3%
Estados Unidos	16,3	19,9%
Reino Unido	12,3	15,0%
França	10,6	13,0%
Barbados	5,9	7,2%
Dominica	3,6	4,3%
Belize	1,4	1,8%
Tailândia	1,1	1,3%
...		
Brasil	0,1	0,1%
Subtotal	78,5	95,7%
Outros países	3,5	4,3%
Total	82,0	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, August 2013.

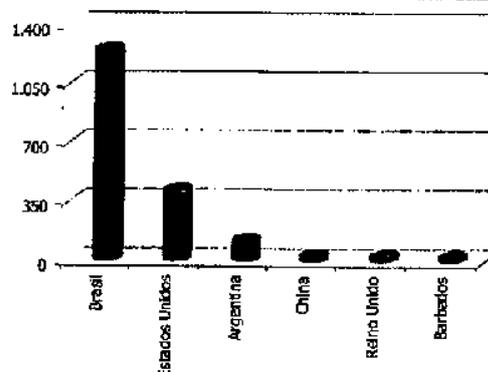
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais de Santa Lúcia.

As vendas de Santa Lúcia são direcionadas em grande parte aos vizinhos do continente. Em 2012, esses países absorveram 68% das exportações da ilha. Individualmente, a República Dominicana foi o principal parceiro, com 33,3% do total, seguida dos Estados Unidos (19,9%); Reino Unido (15%); e França (13%). O Brasil obteve o 23º lugar entre os destinos, com 0,1% do total.

SANTA LÚCIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES⁽¹⁾

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Brasil	1.254	63,9%
Estados Unidos	416	21,2%
Argentina	120	6,1%
China	29	1,5%
Reino Unido	23	1,2%
Barbados	20	1,0%
Subtotal	1.862	94,9%
Outros países	101	5,1%
Total	1.962	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, April 2013.

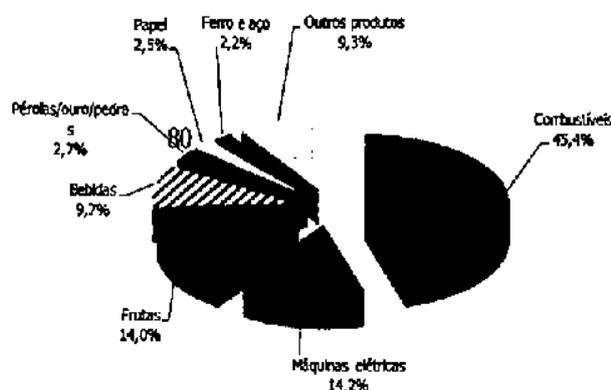
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais de Santa Lúcia.

Os países da América foram também os principais fornecedores de bens a Santa Lúcia, com 94% do total em 2012. Desse montante, 63,9% foram referentes às vendas brasileiras de petróleo em bruto para o país. Seguiram-se: Estados Unidos (21,2%); Argentina (6,1%); China (1,5%); Reino Unido (1,2%); e Barbados (1,0%).

SANTA LÚCIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES⁽¹⁾

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	37,2	45,4%
Máquinas elétricas	11,7	14,2%
Frutas	11,5	14,0%
Bebidas	8,0	9,7%
Pérolas/ouro/pedras	2,2	2,7%
Papel	2,1	2,5%
Ferro e aço	1,8	2,2%
Outros produtos	7,6	9,3%
Subtotal	74,4	90,7%
Outros produtos	7,6	9,3%
Total	82,0	100,0%



Elaborado pelo MRE-DRC-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU UNCTAD ITC/COMTRADE/TradeMap, August 2013.

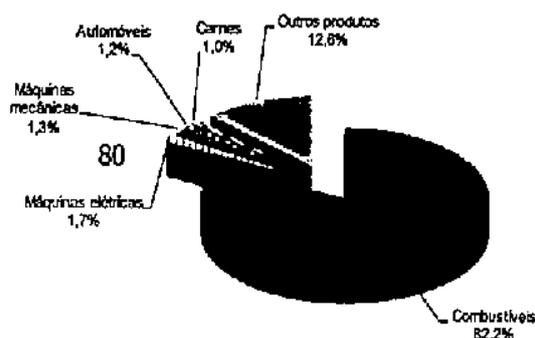
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais de Santa Lúcia.

A pauta de exportações da Santa Lúcia é concentrada em petróleo. Combustíveis (petróleo refinado) representou 45,4% do total das vendas em 2012. Seguiram-se: máquinas elétricas (14,2%); frutas (14,0%); e bebidas (9,7%).

SANTA LÚCIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES⁽¹⁾

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	1.614	82,2%
Máquinas elétricas	34	1,7%
Máquinas mecânicas	26	1,3%
Automóveis	23	1,2%
Carnes	19	1,0%
Outros produtos	247	12,6%
Subtotal	1.716	87,4%
Outros produtos	247	12,6%
Total	1.962	100,0%



Elaborado pelo MRE-DRC-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU UNCTAD ITC/COMTRADE/TradeMap, August 2013.

(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais de Santa Lúcia.

Os combustíveis também representam grande parte da pauta de importação de Santa Lúcia. Na verdade, o petróleo representou 62% do total do comércio exterior de Santa Lúcia em 2012, mostrando as compras de petróleo em bruto e as vendas de petróleo refinado. Em 2012, esse grupo representado por óleo bruto de petróleo somou 82,2% das importações, seguido de máquinas elétricas (1,7%); máquinas mecânicas (1,3%); automóveis (1,2%); e carnes (1%).

BRASIL-SANTA LÚCIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	VAR. % 2005-2012
Exportações brasileiras	3,20	3,95	1.034,80	3.576,49	2.434,21	2.743,85	2.943,33	1.253,52	1.077,10	7,88	39048,1%
Varição em relação ao ano anterior	31,7%	23,5%	(+)	245,6%	-31,9%	12,7%	7,3%	-57,4%	-46,6%	-99,3%	
Importações brasileiras	0,00	0,01	0,03	0,02	0,04	0,04	0,12	0,06	0,04	0,02	n.c.
Varição em relação ao ano anterior	-100,0%	n.a.	489,1%	-30,2%	(+)	-18,3%	228,6%	-48,6%	-52,8%	-51,7%	
Intercâmbio Comercial	3,20	3,96	1.034,84	3.576,51	2.434,25	2.743,88	2.943,45	1.253,58	1.077,14	7,90	39049,9%
Varição em relação ao ano anterior	-73,2%	23,6%	(+)	245,6%	-31,9%	12,7%	7,3%	-57,4%	-46,6%	-99,3%	
Saldo Comercial	3,20	3,95	1.034,77	3.576,46	2.434,17	2.743,81	2.943,22	1.253,46	1.077,06	7,86	n.c.

Elaborada pelo MRE/DPA/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do MDC/SFEEI, Alreueb.

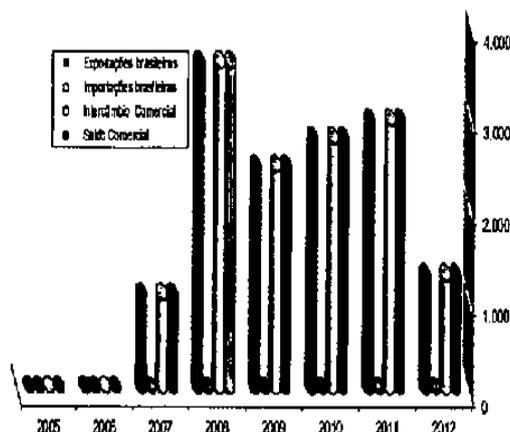
(-) Variação igual ou superior a 1.000%

n.a. | Dado não apurado

(n.c.) | Dado não calculado

(+) Variação superior a 1.000%

No ranking do comércio brasileiro em 2012, Santa Lúcia posicionou-se como o 51º parceiro comercial, sendo o 38º na exportação e o 176º na importação. Entre 2005 e 2012, o intercâmbio comercial entre os dois países apresentou crescimento de 39.049,9%, de US\$ 3,2 milhões para US\$ 1,25 bilhão. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, apresentou superávit de US\$ 1,2 bilhão em 2012.



BRASIL-SANTA LÚCIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	1.251	99,8%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	3	0,2%
Total	1.253,5	100,0%

Manufaturados: 0,2%
Básicos: 99,8%

As exportações brasileiras para Santa Lúcia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 99,8% do total em 2012, com destaque para óleos brutos de petróleo. Os produtos manufaturados classificaram-se em seguida, com 0,2% do total.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	0,1	100,0%
Total	0,1	100,0%

Manufaturados: 100,0%

Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta, sendo máquinas elétricas o principal grupo de produtos importado pela país.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-SANTA LÚCIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2		Exportações brasileiras para Santa Lúcia, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	2.742	2.941	1.250	99,7%	1.250
Subtotal	2.742	2.941	1.250	99,7%	
Outros produtos	2	2	4	0,3%	
Total	2.744	2.943	1.254	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEDEX/ACEWEB.

Na pauta das exportações brasileiras para Santa Lúcia predominam os combustíveis (óleos brutos de petróleo), representando 99,7% do total em 2012.

BRASIL-SANTA LÚCIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2		Importações bras. originárias de Santa Lúcia, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas elétricas	29,2	27,9	32,3	54,6%	32,3
Instrumentos de precisão	6,3	85,3	24,0	40,5%	
Subtotal	35,5	113,2	56,3	95,2%	24,0
Outros produtos	0,0	1,7	2,8	4,8%	
Total	35,5	115,0	59,1	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEDEX/ACEWEB.

A pauta de importações brasileiras originárias de Santa Lúcia é composta basicamente por dois grupos de produtos: máquinas elétricas e instrumentos de precisão. Em 2012, as máquinas elétricas (termistores e geradores de sinais) somaram 54,6% do total; e instrumentos de precisão com 40,5%.

Aviso nº 54 - C. Civil.

Em 27 de fevereiro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO ELIAS COURI, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Atenciosamente,


ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

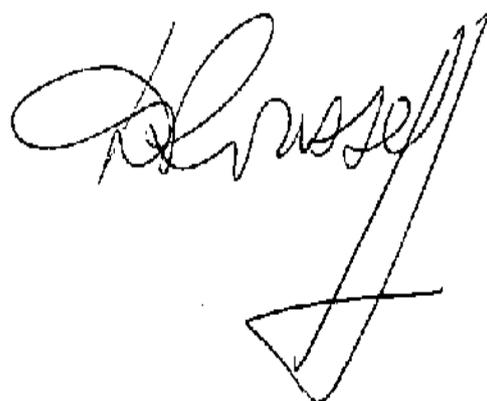
MENSAGEM
Nº 13, DE 2014
(Nº 27/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Os méritos do Senhor Paulo Cesar Meira de Vasconcellos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.



EM Nº 00466 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

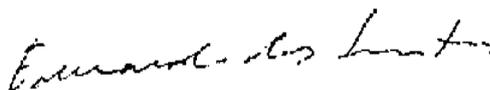
Brasília, 26 de novembro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

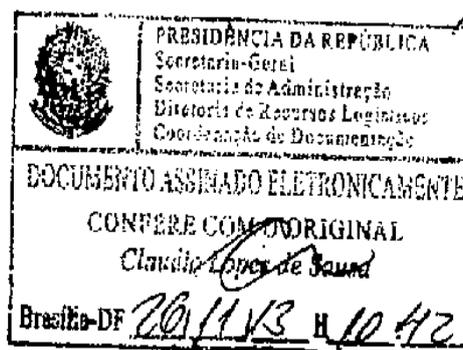
Respeitosamente,



EDUARDO DOS SANTOS
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

00001.004512/2013-68

EM nº 00466/2013 MRE



Brasília, 26 de Novembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Eduardo dos Santos

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS**

CPF.: 145.891.761-49

ID.: 6534 MRE

1953 Filho de Antonio Rebello Meira de Vasconcellos e Maria das Neves Meira de Vasconcellos, nasce em 28 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1976 CPCD - IRBr

1981 CAD - IRBr

1996 CAE - IRBr, A inserção do Canadá nas Américas. Reflexões sobre as relações com o Brasil

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário

1986 Primeiro-Secretário, por merecimento

1992 Conselheiro, por merecimento

1998 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2006 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1977-1979 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1979-1983 Embaixada em Ottawa, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1983-1986 Embaixada em Lima, Segundo-Secretário

1986-1988 Divisão de Cadastro e Lotação, assessor

1987 Embaixada em Abu Dhabi, Encarregado de Negócios em missão transitória

1988-1989 Divisão do Pessoal, Chefe, substituto

1989-1990 Secretaria-Geral, Coordenador Executivo

1990-1991 Departamento do Serviço Exterior, Coordenador Executivo

1991-1994 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário e Conselheiro

1994-1997 Embaixada em Ottawa, Conselheiro

1997-1999 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete

1999-2004 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto

2004-2005 Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete

2005-2008 Departamento Cultural, Diretor

2008-2010 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral

2010- Embaixada em Bangkok, Embaixador

Condecorações:

1989 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro

1989 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial

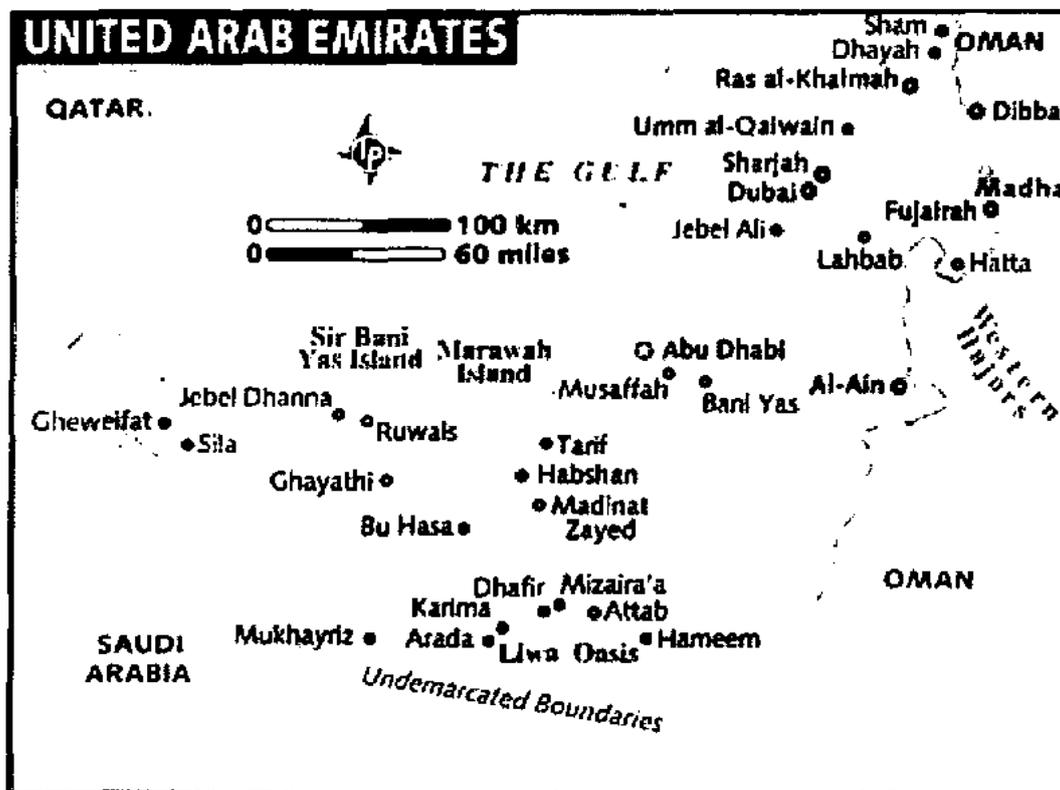
1999 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

**ROBERTO ABDALLA**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS



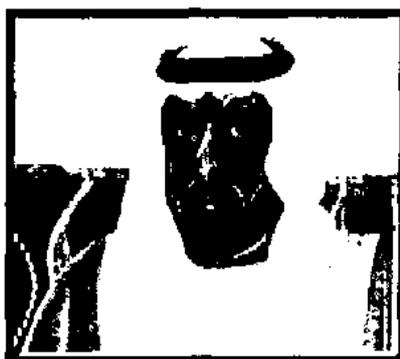
Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Novembro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Emirados Árabes Unidos (EAU)
CAPITAL:	Abu Dhabi
ÁREA:	83.600 km ²
POPULAÇÃO (est. 2012):	5,5 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (96% da população), cristianismo (2%) e hinduísmo (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Federação de emirados
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Khalifa Bin Zayed al Nahyan
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mohammed bin Rashid al Maktoum
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Xeque Abdallah bin Zayed al Nahyan
PIB real (2012, EIU):	US\$ 358,9 bilhões
PIB PPP (2012, ibid.)	US\$ 271,3 bilhões
PIB per capita (2012, ibid.)	US\$ 64.840
PIB per capita PPP (2012, ibid.)	US\$ 49.012
IDH	0,818 (41º)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,7
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	90%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	4% aprox.
UNIDADE MONETÁRIA:	Dirham emirático (AED)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Sultan Rashed al Kaitoob al Neaini
COMUNIDADE BRASILEIRA EST.	aprox. 4.000 cidadãos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) – Fonte: MDIC

BRASIL→ EMIRADOS ARABES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 jan- set
Intercâmbio	570	771	804	1393	1515	1915	1881	2032	2647	2765	2135
Exportações	551	707	728	1046	1196	1323	1771	1855	2169	2456	1768
Importações	19	64	76	347	319	592	110	177	478	309	367
Saldo	532	643	652	699	877	731	1661	1678	1691	2147	1401

PERFIS BIOGRÁFICOS**SUA ALTEZA O EMIR XEQUE KHALIFA BIN ZAYED BIN
SULTAN AL NAHYAN****PRESIDENTE DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS
E EMIR DE ABU DHABI**

Nascido em 1948, na cidade de Al Ain (Emirado de Abu Dhabi). Estudou em Al Ain e na Academia Militar de Sandhurst, no Reino Unido. Foi nomeado Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e das Finanças do Emirado de Abu Dhabi, em 10 de julho de 1971.

O Conselho Federal Nacional (integrado pelos sete emires do país) elegeu-o, em 3 de novembro de 2004, Presidente dos Emirados Árabes Unidos, após o falecimento do Xequê Zayed. O Xequê Khalifa guardou, ainda, para si, o cargo de dirigente máximo do Emirado de Abu Dhabi.

Como líder da família Nahyan, o Xequê Khalifa herdou de seu pai, Xequê Zayed, papel relevante no sistema de poder vigente na Península Arábica. A Presidência dos Emirados Árabes Unidos qualifica-o como um dos principais interlocutores político-diplomáticos da região do Golfo, sobretudo em vista da importância estratégica e das reservas petrolíferas do Emirado de Abu Dhabi.

Nas relações exteriores, o Presidente Khalifa busca cultivar boas relações com os EUA, o Reino Unido, a Rússia e a Arábia Saudita, bem como com Japão e China, dois grandes compradores de petróleo dos Emirados. Recebe visitas constantes dos líderes do Conselho de Cooperação do Golfo, que reúne, além dos Emirados, Arábia Saudita, Catar, Kuaite, Omã e Bareine.

Encontrou-se com o então Presidente Lula em 2003 em Abu Dhabi, durante a visita oficial do então Chefe de Estado brasileiro àquele país árabe.

**SUA ALTEZA O XEQUE MOHAMMED BIN RASHID AL
MAKTOUM**

**PRIMEIRO-MINISTRO, VICE-PRESIDENTE E
MINISTRO DA DEFESA DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS;
EMIR DE DUBAI;**



Nascido em 1949, Xequê Mohammed é o terceiro filho do Xequê Rashid bin Saeed Al Maktoum.

Iniciou sua educação formal aos quatro anos, com preceptores particulares de Estudos Árabes e Islâmicos. Em 1955, passou a frequentar o sistema de educação secundária de seu país. Em agosto de 1966, ingressou na *Bell School of Languages*, em Cambridge.

Sua primeira esposa é a Xeica Hind bint Maktoum bin Juma Al Maktoum, com quem se casou em 1979. Sua segunda esposa é a Princesa Haya bint Al Hussein, filha do falecido Rei Hussein da Jordânia e meia-irmã do atual Rei Abdullah II, também da Jordânia.

Em 3 de janeiro de 1995, o então Emir Maktoum bin Rashid Al Maktoum assinou decreto indicando o Xequê Mohammed para Príncipe Herdeiro do Emirado de Dubai.

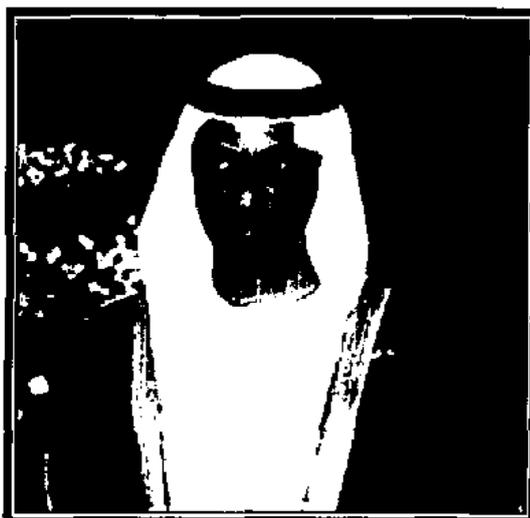
Xequê Mohammed supervisionou o desenvolvimento de numerosos projetos em Dubai, incluindo a criação das Ilhas Palm e do luxuoso hotel *Burj Al Arab*. O Xequê também promoveu a construção do *Burj Khalifa*, o maior edifício do mundo, com 828 metros de altura, inaugurado no dia 4 de janeiro de 2010.

O Emir de Dubai possui negócios na área dos esportes hípicas, sendo o patrocinador do torneio de corridas de cavalos mais caro do mundo, a *Dubai World Cup*, e proprietário dos estábulos *Godolphin*, que estão entre os melhores do planeta.

O Xequê Mohammed al Maktoum tornou-se Emir de Dubai em 04 de janeiro de 2006, por ocasião do falecimento de seu irmão mais velho, o Xequê Maktoum Bin Rashid al Maktoum. Foi nomeado Primeiro-Ministro e Vice-Presidente dos Emirados em 05 de janeiro de 2006, no primeiro caso por decisão do Presidente dos EAU e, no segundo, por eleição do Conselho Federal Nacional.

Embora o Primeiro-Ministro emirático tenha demonstrado, desde 2008, interesse em visitar o Brasil e, para tanto, sido oficialmente convidado pelo Governo brasileiro, ainda não se logrou realizar tal visita, de interesse de ambos os países.

SUA ALTEZA O XEQUE ABDALLAH BIN ZAYED AL NAHYAN MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Irmão do Presidente dos Emirados Árabes Unidos, Abdallah bin Zayed al Nahyan nasceu em 1973.

Bacharel em Ciências Políticas pela Universidade dos Emirados, iniciou sua vida pública como Subsecretário do Ministério de Informação e Cultura, em 1995. No ano seguinte, foi nomeado Ministro de Informação e Cultura, título que manteria pelos 10 anos seguintes.

Em fevereiro de 2006, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi presidente da Associação de Futebol dos Emirados Árabes Unidos, de 1993 a 2001. Desde 1999, preside o *Board of the Emirates Media*.

Visitou o Brasil em caráter oficial, pela primeira vez, no período de 16 a 20 de outubro de 2009. A viagem – que incluiu visitas em caráter privado a Manaus e Rio de Janeiro e encontros com os Governadores de São Paulo (José Serra) e Rio (Sérgio Cabral) – teve por objetivo diversificar os laços econômicos dos EAU com a região.

No dia 23 de setembro de 2010, o então Ministro Celso Amorim recebeu-o novamente em audiência, à margem da abertura do Debate Geral da 65ª AGNU, em Nova York. O principal tema tratado na ocasião foi a possibilidade de convocação da Comissão Mista Brasil-EAU (que acabou por ter lugar, pela primeira vez, em maio de 2011, em Brasília).

Na qualidade de representante da presidência de turno do Conselho de Cooperação do Golfo, o Chanceler emirático participou como convidado especial da reunião de Cúpula do MERCOSUL, em 16 de dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu, oportunidade na qual novamente manteve encontro de trabalho com o então Ministro Celso Amorim.

O então Ministro Antonio Patriota encontrou-se com o Xequê Abdallah al Nahyan em setembro de 2011 e de 2012 em Nova York, à margem das 66ª e 67ª AGNU. Além das relações bilaterais, foram abordados o conflito civil na Síria e o pleito palestino à condição de estado-membro da ONU.

Em março de 2012, o Xequê al Nahyan visitou novamente Brasília, oportunidade em que foi recebido em audiência pelos Senhores Vice-Presidente da República, Dr. Michel Temer; pelos Ministros das Minas e Energia, Dr. Edison Lobão, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. O então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, também recebeu a autoridade emirática em audiência e almoço de trabalho no Palácio Itamaraty.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos (EAU) foram estabelecidas formalmente em 1974, com a abertura da Embaixada do Brasil em Abu Dhabi tendo ocorrido em 1978. Em 1991, os Emirados instalaram sua Embaixada em Brasília, a primeira na América Latina.

Em dezembro de 2003, o então Presidente Lula realizou visita oficial aos EAU, com comitiva composta por vários ministros, governadores, senadores, deputados, o presidente da Petrobras e cerca de 200 empresários. A partir da visita presidencial, a Embaixada do Brasil em Abu Dhabi registrou nítido aumento do interesse governamental e empresarial dos Emirados para com o Brasil. O mercado local passou a mostrar grande variedade de produtos brasileiros de consumo e estabeleceram-se vários escritórios de empresas brasileiras.

No setor da aviação civil, a Emirates Airlines voa para o Brasil desde outubro de 2007, com duas frequências diárias: Dubai-São Paulo e Dubai-Rio-Buenos Aires (esta última inaugurada em 3 de janeiro de 2012). Desde junho do corrente, a empresa aérea de Abu Dhabi, a Etihad, passou também a operar uma frequência diária na rota Abu Dhabi-São Paulo.

No que tange ao intercâmbio bilateral de visita de Chanceleres, registram-se cinco visitas ao Brasil do Ministro e do Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros dos EAU (2005, duas em 2009, 2010 e 2012). Nenhum Chanceler brasileiro visitou o país árabe desde 2005.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e os EAU é crescente. A partir de 2008, os EAU transformaram-se no segundo parceiro médio-oriental do Brasil, em termos de montante das trocas bilaterais, atrás apenas da Arábia Saudita. O comércio total com os EAU (2012) superou US\$ 2,7 bilhões (em 2002, somara US\$ 743 milhões). O intercâmbio bilateral é, historicamente, desequilibrado em favor de Brasília. Combustíveis e óleos minerais dominam a pauta das importações brasileiras. As exportações do Brasil para os Emirados são dominadas por produtos agrícolas, sobretudo carnes e açúcares, minérios e aços e produtos de maior valor agregado, como aeronaves e máquinas.

Devido a sua característica de entreposto comercial, aproximadamente 50 empresas brasileiras contam com escritórios comerciais no país, utilizando-o como plataforma para suas exportações na região. A Agência de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) mantém um escritório em Jebel Ali, zona franca de Dubai, para auxiliar empresas brasileiras que pretendam se estabelecer nos Emirados.

Os Emirados Árabes Unidos têm demonstrado interesse em investir em terras e em projetos agrícolas em outros países com a finalidade de assegurar seu abastecimento de gêneros alimentícios. Já realizaram

acordos nesse sentido nas Filipinas e no Sudão, perfazendo cerca de 1,2 milhões de hectares no exterior.

Há que se ressaltar que, nos termos da legislação brasileira e na visão da Secretaria da Receita Federal, os Emirados Árabes Unidos são considerados país que não tributa a renda ou a tributa à alíquota inferior a 20% e cuja legislação interna opõe sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas (equivalente a paraíso fiscal).

Assuntos consulares

Os Emirados abrigam a maior comunidade brasileira na Península Arábica, com aproximadamente 4.000 cidadãos, dos quais aproximadamente 2.500 moram em Dubai. Trata-se de grupo composto por empresários, desportistas, pilotos e comissários de companhias aéreas, bem como suas famílias. Em 2011, mais de 30.000 brasileiros visitaram o país árabe.

Empréstimos e financiamentos oficiais:

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil aos Emirados Árabes Unidos.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição dos EAU define o país como uma união federal de sete Emirados (principados), criada em 2 de dezembro de 1971: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ajman, Fujairah, Ras al Khaimah e Umm al Qaiwan. A autoridade maior do país é o Conselho Federal Nacional, integrado pelos sete Emires. O Conselho elege o Presidente da União e seu Vice. O Islã é a religião oficial. Os Emirados representam, na região, o país de maior estabilidade interna.

O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da União e pelo Conselho de Ministros, chefiado pelo Primeiro-Ministro. O Chefe de Governo é escolhido pelo Presidente e pelo Conselho Federal Nacional. O Legislativo é competência do Conselho Federal Nacional, composto por 20 membros escolhidos pelo Presidente e outros 20 sufragados por um restrito eleitorado. O Judiciário é exercido pela Suprema Corte, igualmente nomeada pelo Conselho Federal Nacional. Apesar de a Constituição estabelecer a Xariá (direito islâmico) como principal fonte da legislação (predominante no direito de família), o quadro jurídico dos EAU utiliza, em grande medida, o direito continental europeu, baseando-se no Código Napoleônico. A legislação comercial, trabalhista, marítima e securitária não se dissocia, em suas linhas gerais, das legislações ocidentais.

O atual presidente, Xequê Khalifa, chegou ao poder em 2004, após a morte de seu pai, o Xequê Zayed, o primeiro Presidente dos EAU e considerado como *founding father* do país.

POLÍTICA EXTERNA

Em muitos aspectos, a política exterior dos EAU assemelha-se àquela dos demais países-membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). É, em suas linhas mestras, determinada pelos seguintes fatores:

a) a identidade árabe – por aderir ao arabismo, os EAU têm seguido a posição da Arábia Saudita e da Liga Árabe, de apoio à unidade árabe, não como uma federação, mas como um conjunto de nações independentes, cooperando para a consecução de objetivos comuns, em que pesem eventuais – e mesmo naturais – discordâncias e disputas de poder hegemônico regional. Nessa linha de pensamento, são contrários à política de Israel para a Palestina e os lugares sagrados do Islã em Jerusalém, defendem a ideia de um Oriente Médio livre de armas nucleares e procuram coordenar posições junto à Liga Árabe;

b) os valores islâmicos – os EAU prestam solidariedade e apoio financeiro às demais nações muçulmanas, em especial na África, e ao povo palestino;

c) os vastos recursos petrolíferos – concedem aos Emirados papel determinante na fixação dos preços internacionais do produto, além de importância estratégica para o Ocidente e demais nações desenvolvidas;

d) a grande liquidez financeira – a riqueza decorrente do petróleo propiciou aos EAU transformarem-se não somente em doadores assistenciais regionais e internacionais, mas também em grandes investidores, nos mercados ocidentais, dos seus volumosos excedentes monetários; e

e) A busca por segurança e estabilidade de regime tem levado ao alinhamento estratégico com os Estados Unidos e o Ocidente, característica que permeia inúmeros aspectos de sua política externa, como se pode constatar na participação emirática ao lado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) durante o conflito que levou à queda do regime de Kadafi na Líbia.

Desde a criação da federação dos Emirados Árabes Unidos, o país tem investido na construção de um sofisticado dispositivo de segurança nacional, mediante a assinatura de acordos de defesa – Estados Unidos (1994), França (1995) e Reino Unido (1996) – e de cooperação militar – Holanda (1994), Paquistão (1995) e Itália (2003).

Vizinhos por meio do Golfo, os EAU e o Irã partilham historicamente intensas atividades sociais e comerciais, inclusive com a presença de importante comunidade iraniana, de aproximadamente 400 mil pessoas, há muito estabelecida nos Emirados.

Existe um contencioso entre os dois países em torno da soberania sobre as ilhas de Abu Musa, Grande Tunb e Pequena Tunb (no estreito de Ormuz), ocupadas pelo Irã ainda à época do Xá Reza Pahlevi (1953-79). O tema se reveste de interesse para o Brasil por ter sido incluído parágrafo a respeito nas Declarações das Cúpulas América do Sul – Países Árabes (ASPA), em 2005, 2009 e 2012.

Paradoxalmente, a Revolução Iraniana atuou como elemento catalisador para o desenvolvimento econômico dos EAU. Após a Revolução, maciços investimentos norte-americanos e europeus foram desviados para os países da Península Arábica, assim como milhares de iranianos fugitivos do regime revolucionário levaram seus capitais para os Emirados. Por outro lado, em decorrência do isolamento econômico que o regime de Teerã passou a enfrentar, Dubai tornou-se peça-chave para a economia iraniana.

Do ponto de vista da política energética internacional, com o relançamento da iniciativa alemã de criação da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), em 2008, os Emirados engajaram-se em

um intenso esforço diplomático em favor da escolha de Masdar, cidade em construção localizada em área adjacente a Abu Dhabi, como sede da nova organização. O esforço teve êxito e a IRENA, hoje, está sediada nos EAU.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Considerado "porto seguro" diante da conjuntura política e social de seu entorno geográfico, a economia dos Emirados Árabes Unidos vem se recuperando da crise mundial ao longo de 2012, tendo sido favorecida pelo alto preço do petróleo e pela entrada de capitais. Em 2012, o produto interno bruto teve um crescimento de 4,3%, a produção de petróleo expandiu-se 5,2% e os setores da economia não relacionados aos hidrocarbonetos cresceram 3,8%. A inflação no período permaneceu em patamar baixo, atingindo 0,7%.

O petróleo constitui a base e a estrutura da economia dos Emirados Árabes Unidos, especialmente no Emirado de Abu Dhabi, que aplica parcela da renda estatal do petróleo em projetos em todos os demais Emirados, estimulando a coesão federal. Os dirigentes dos EAU promovem política econômica de distribuição de renda à escassa população nativa, além de política de "emiratização" do emprego, com quotas para nacionais em cada ramo de atividade. Não há impostos, nem sistemas arrecadadores de receitas de ordem alguma.

Os Emirados são altamente dependentes da renda dos hidrocarbonetos (cerca de um terço do PIB). O país apresenta altas taxas de crescimento (7% ao ano praticamente desde o início do século XXI), o que pode ser explicado, em boa parte, pela alta dos preços do petróleo no período. Os EAU são o terceiro maior exportador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

O país detém a quinta maior reserva comprovada de petróleo do Oriente Médio (97,8 bilhões de barris) e a quinta maior reserva comprovada de gás do mundo (6,1 trilhões de metros cúbicos).

Os principais destinos das exportações dos EAU são países asiáticos, tendo o Japão importado aproximadamente 16% do total em 2011, valor equivalente a USD 38 bilhões. O maior parceiro comercial do país é a Índia, com uma corrente de comércio de USD 78 bilhões no mesmo período. O intercâmbio total dos EAU com o exterior montou a USD 420 bilhões em 2011. Os combustíveis representaram 56,9% das vendas de Abu Dhabi ao exterior, no ano de 2011.

O Conselho Supremo do Petróleo define a política energética dos EAU. A produção de hidrocarbonetos é organizada em modelo de partilha entre empresas estatais e investidores estrangeiros, estes tendo papel

limitado fora da fase de exploração. A estatal Abu Dhabi National Oil Company (ADNOC) opera 17 subsidiárias nos setores de petróleo e gás e detém direitos sobre até 60% de todos os novos campos descobertos.

A partir de 2004, os emiráticos passaram a investir parte de suas vultosas reservas financeiras em empresas estrangeiras. Adquiriram, naquele ano, 10% das ações da Volkswagen alemã, por meio da Abu Dhabi Investment Authority (ADIA) – fundo soberano de Abu Dhabi –, e montante igualmente expressivo da Daimler-Chrysler pela autoridade de investimento de Dubai.

Os EAU realizaram, nos últimos anos, inúmeros investimentos em infraestrutura, em especial nos setores petroquímico e de turismo. Em Abu Dhabi, grandes projetos estão em andamento, entre eles a construção de torres de petróleo, uma extensa e sofisticada malha rodoviária e a ampliação do aeroporto da capital, realizada pelo consórcio árabe-brasileiro Odebrecht-al Jaber.

Dubai, que se tornou o maior porto do Golfo, desenvolve projetos em hotéis, restaurantes e malha de transportes, embora muitos deles tenham sido suspensos ou cancelados em razão dos efeitos da crise internacional de 2008 sobre esse Emirado. O porto e a zona franca de Jebel Ali (anexo a Dubai), além de unidades semelhantes em Abu Dhabi, Sharjah e Ras El Khaimah, constituem importantes vetores de reexportação para a região médio-oriental, sendo superado apenas por Hong Kong e Cingapura.

A crise financeira internacional deflagrada em 2008 atingiu com intensidade a economia de Dubai, o segundo Emirado mais importante da federação. As empresas mais afetadas foram os bancos e as construtoras, em particular aquelas que integravam o grupo pertencente ao governante de Dubai. As construtoras foram duplamente atingidas: suas ações despencaram, em alguns casos, quase 70% desde janeiro de 2008; e seus ativos, representados principalmente por projetos imobiliários de grande monta, desvalorizaram-se com a dramática queda da demanda. Estima-se que o mercado imobiliário de Dubai, que viveu *boom* especulativo antes da crise, tenha perdido 50% de seu valor. Metade dos projetos de construção dos EAU, totalizando US\$582 bilhões, foi paralisada ou cancelada.

Para proteger o sistema bancário, o Banco Central dos EAU deixou claro que proveria liquidez aos bancos – nacionais ou estrangeiros – operando no país. Dubai recorreu então ao referido Banco Central, que o autorizou a emitir títulos internacionais no valor de US\$20 bilhões, dos quais metade foi arrematada pelo governo de Abu Dhabi. Posteriormente, dois bancos estatais abudabenses forneceram empréstimo adicional de US\$5 bilhões. A injeção de capitais foi transferida às empresas do governo de Dubai, que passaram a pagar parte de seus débitos.

As perspectivas para 2013, segundo relatório do FMI, são de que o PIB emirático cresça em torno de 3,6%. A produção de petróleo deve

desacelerar frente à ampla oferta global do combustível e os setores não relacionados aos hidrocarbonetos deverão manter viés de crescimento, acima de 4%, particularmente em função dos setores imobiliário, de construção civil e de turismo. A inflação deve manter-se em torno de 2%.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XIX	Acordo entre o Reino Unido e os principais xeques árabes da região para o estabelecimento de protetorado britânico sobre os “trucial states”.
1953	Descoberta de substancial jazida de petróleo na Ilha Ras, na costa de Abu Dhabi.
1971	Retirada das tropas britânicas. Os emirados de Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Aiman, Um al Qaiuan e Al Fujayrah formam federação independente com o nome de Emirados Árabes Unidos. O Xeque Zayed bin Sultan al Nahyan, de Abu Dhabi, assume a presidência, e o Xeque Rashid Maktoum, Emir de Dubai, torna-se primeiro-ministro.
1972	O Emirado de Ra's al Khaymah passa a fazer parte da federação.
1981	Os Emirados Árabes Unidos aliam-se, no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), às nações árabes vizinhas Arábia Saudita, Catar, Omã, Bareine e Kuaite.
1990	Maktoum bin Rashid al Maktoum torna-se primeiro-ministro após a morte do pai, o Xeque Rashid Maktoum.
1996	A Constituição provisória de 1971 passa a ser permanente. Firmado acordo de cooperação militar com os Estados Unidos.
2003	Acordo de fronteiras com o Sultanato de Omã.
2004	O Xeque Khalifa bin Zayed Al Nayan torna-se presidente após a morte do pai, Xeque Zayed bin Sultan al Nahyan.
2008	Crise financeira internacional atinge fortemente a economia do Emirado de Dubai.
2010	Morre, em acidente de aviação, o irmão do Presidente dos EAU e diretor da Autoridade de Investimentos de Abu Dhabi, o Xeque Ahmed bin Zayed Al Nahyan.
2011	Os EAU tomam parte na coalizão que implementa a zona de exclusão aérea na Líbia e enviam contingente militar de 500 soldados, sob a égide do CCG, para o Bareine, no contexto da crise política interna daquele arquipélago.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	Estabelecimento e relações diplomáticas entre Brasil e Emirados Árabes Unidos.
1978	Abertura da Embaixada do Brasil em Abu Dhabi.
1988	Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira.
1991	Abertura da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Brasília.
1992	Ratificação e entrada em vigor do Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira.
2000	Missão empresarial brasileira, organizada pelo Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty (DPR) e pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (outubro).
2002	Visita do então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, aos Emirados Árabes Unidos (setembro).
	Instalação do Escritório Comercial do Itamaraty em Dubai (dezembro).
2003	Visita do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Emirados Árabes Unidos (dezembro).
2005	Participação do então Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos, RaShid Abdullah al Nuaimi, na I Cúpula ASPA, em Brasília (maio).
	Missão empresarial brasileira aos EAU, no seguimento da I ASPA (novembro).
2008	Inauguração do Escritório de Representação do Banco do Brasil em Dubai (maio).
2009	Visita do então Ministro Pedro Brito, da Secretaria Especial de Portos, aos Emirados Árabes Unidos (abril).
	Visita ao Brasil do Ministro de Estado para Negócios Estrangeiros dos EAU, Anwar Mohammed Gargash (maio).
	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros dos EAU, Xequê Abdallah Bin Zayed al Nahyan (outubro)
2010	Visita do Subcomandante da Força Aérea dos EAU, Major-General-do-Ar Ibrahim Nasser al Alawi ao Brasil. Encontro com o Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Saito, em Brasília (05 e 06 de abril).
	Visita do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito, aos Emirados Árabes Unidos. Encontro com o Subcomandante da Força Aérea dos EAU, Major-General-do-Ar Ibrahim Nasser

	al Alawi, e com o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas dos EAU, General Hamed Thani al Romaithy (02-05 de agosto).
	Visita do então Ministro da Defesa, Néelson Jobim, aos EAU. A autoridade brasileira encontrou-se com o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas dos EAU, General Hamed Thani al Romaithy, com todo o Alto Comando Militar dos EAU e, posteriormente, com o Vice-Comandante-Supremo das Forças Armadas e Príncipe-Herdeiro dos EAU, Xeque Mohammed Bin Zayed al Nahyan.(18-21 de setembro).
	Encontro do então Ministro das Relações Exteriores com o Chanceler Abdullah Bin Zayed al Nahyan, à margem da abertura do Debate Geral da 65ª AGNU, em Nova York. Os principais temas tratados na ocasião foram: a) o convite ao Embaixador Celso Amorim para participar do foro de Sir Bani Yas, em novembro de 2010; b) a possibilidade de convocação de nova reunião da Comista Brasil-EAU; e c) possibilidade de participação do Chanceler Emirático na reunião de Cúpula do MERCOSUL, em 16 e 17 de dezembro, em Brasília, na qualidade de presidente de turno do Conselho de Cooperação do Golfo (23 de setembro).
	Visita do então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Abu Dhabi, acompanhado de delegação de 100 empresários (05 de dezembro).
	Participação do Chanceler emirático na reunião de Cúpula do MERCOSUL, em 16 e 17 de dezembro, em Foz do Iguaçu, na qualidade de presidente de turno do Conselho de Cooperação do Golfo (16 de dezembro)
2011	Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Dubai (05-07 de março)
	Visita do Subcomandante da Força Aérea dos EAU, Major-General-do Ar Ibrahim Nasser al Alawi ao Brasil, para participar da feira de defesa LAAD 2011. Encontro com o Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Saito, e com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, no decorrer da feira (14 de abril).
	Encontro do então Ministro Antonio de Aguiar Patriota, com o Chanceler Abdullah Bin Zayed al Nahyan, à margem da abertura do Debate Geral da 66ª AGNU, em Nova York (setembro).
2012	Visita do Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, aos EAU, para participar da Conferência “Energia Sustentável para Todos-SE4ALL” (14-16 de janeiro)
	Visita de missão empresarial brasileira aos EAU, organizada pelo MRE, pelo MDIC e pela APEX. Simultaneamente, o Sr. MDIC Fernando Pimentel viaja aos EAU, oportunidade em que

	se encontra com o Príncipe Herdeiro, com a Ministra do Comércio, com o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e com o CEO da Mubadala. (15-17 de fevereiro).
	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Abdallah al Nahyan a Brasília, oportunidade na qual foi recebido em audiência pelo Senhor Vice-Presidente da República, pelos Ministros das Minas e Energia, do Desenvolvimento e das Relações Exteriores. (março).
	Encontro do então Ministro Antonio de Aguiar Patriota, com o Chanceler Abdullah Bin Zayed al Nahyan, à margem da abertura do Debate Geral da 67ª AGNU, em Nova York (setembro).
	Encontro da II Comissão Mista bilateral em Abu Dhabi. A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Paulo Cordeiro e a emirática pelo Embaixador Khalid al Gaith (Vice-Ministro para Assuntos Econômicos da Chancelaria) (25-26 de novembro).
	Visita do Comandante da Força Aérea dos EAU, Brigadeiro-General al Qamzi, a Brasília. Foi recebido em audiência pelo Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Saito (10 de dezembro).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Promulgação
Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira	11/10/1988	22/12/1992
Acordo, por Troca de Notas, para a Isenção Recíproca de Imposto de Renda de Empresas de Transporte Aéreo	14/07/2009	20/07/2009

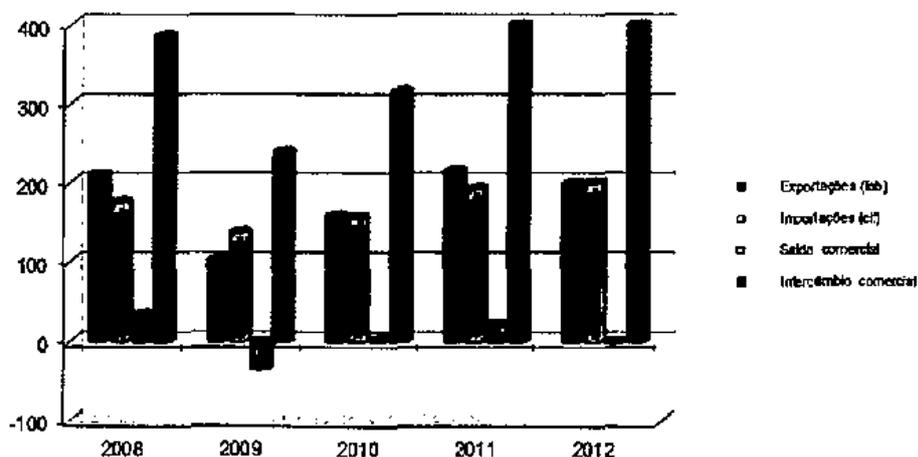
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	210,0	102,2	158,6	214,5	199,2
Importações (cif)	175,5	137,2	157,0	192,1	200,7
Saldo comercial	34,5	-35,0	1,6	22,4	-1,5
Intercâmbio comercial	385,5	239,4	315,7	406,7	399,9

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, September 2013

(1) Dados elaborados por "espinho" ou seja, com base nas informações corrigidas pelos parceiros comerciais dos Emirados Árabes Unidos

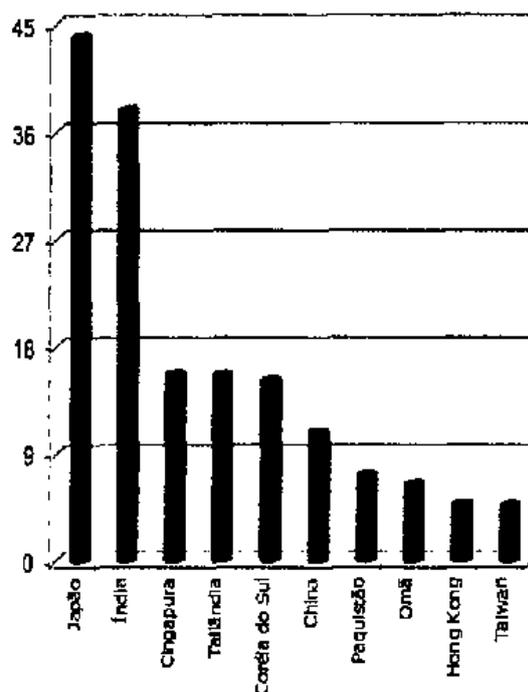


Entre 2008 e 2012, o comércio exterior dos Emirados Árabes Unidos cresceu 3,7%, de US\$ 385,5 bilhões para US\$ 399,9 bilhões. As exportações caíram 5,1% ao passo que as importações emiráticas cresceram 14,4% no período. No ranking da ONU/UNCTAD/Trademap, os Emirados Árabes Unidos figuraram como o 25º mercado mundial, sendo o 25º na exportação e o 23º na importação.

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	% no total
Japão	44,0	22,1%
Índia	37,8	19,0%
Cingapura	15,7	7,9%
Tailândia	15,6	7,9%
Coreia do Sul	15,1	7,6%
China	10,8	5,4%
Paquistão	7,2	3,6%
Omã	6,5	3,3%
Hong Kong	4,8	2,4%
Taiwan	4,7	2,3%
...		
Brasil	0,31	0,16%
Subtotal	162,5	81,6%
Outros países	36,7	18,4%
Total	199,2	100,0%



Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU UNCTAD-ITC/COMTRADE/Tadenap, September 2013.

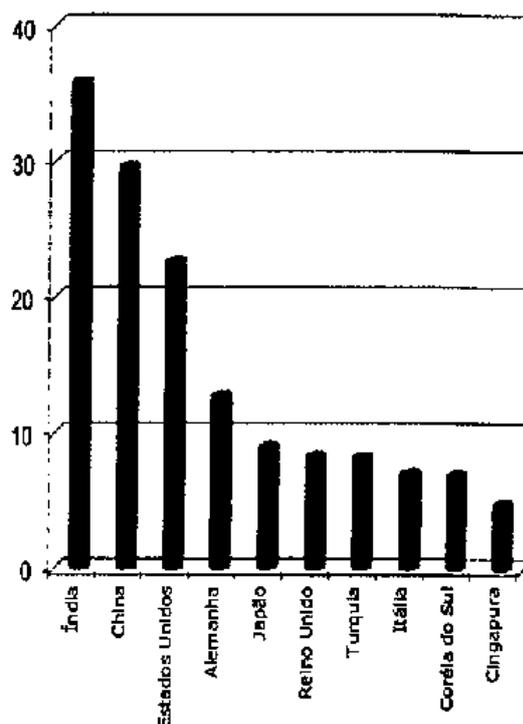
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais dos Emirados Árabes Unidos.

As exportações dos Emirados Árabes Unidos são destinadas em grande parte aos países asiáticos. Os principais compradores de produtos emiráticos em 2012 foram: Japão (participação de 22,9% no total); Índia (19,7%); Cingapura (8,2%); Tailândia (8,2%) e Coreia do Sul (7,9%). O Brasil foi o 33º país de destino das vendas dos Emirados Árabes Unidos em 2012, com 0,16% do total.

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES⁽¹⁾

US\$ bilhões

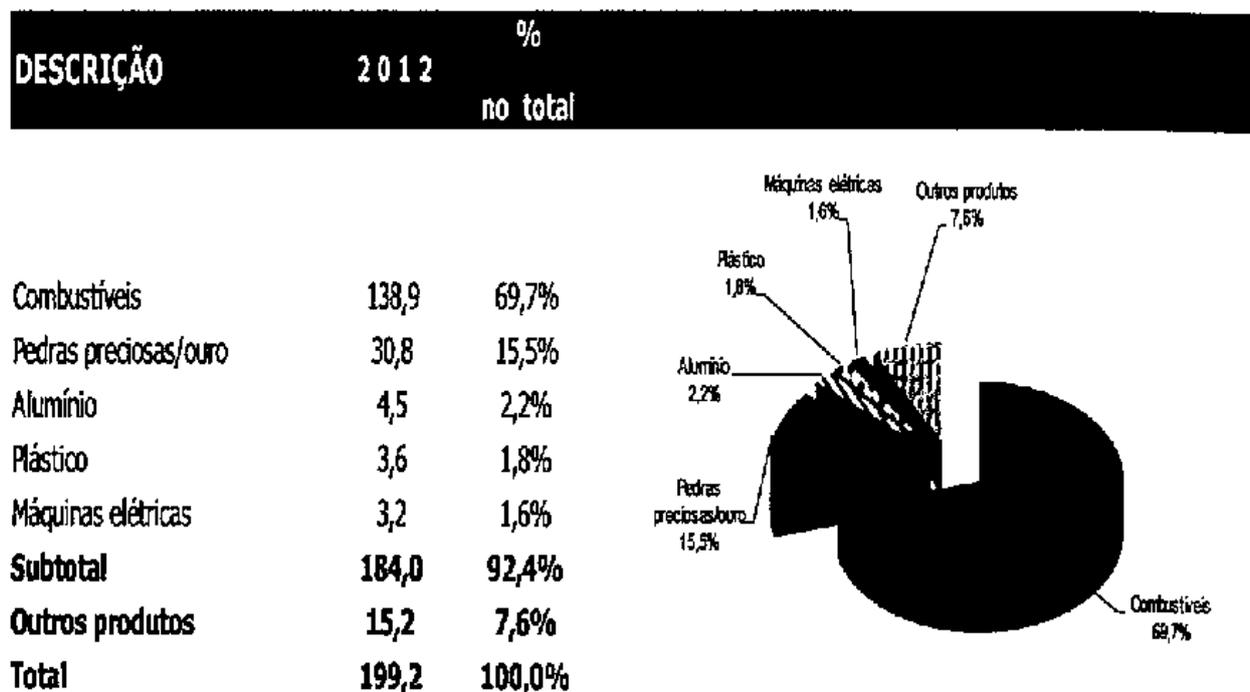
DESCRIÇÃO	2012	% no total
Índia	35,8	17,8%
China	29,5	14,7%
Estados Unidos	22,6	11,2%
Alemanha	12,7	6,3%
Japão	9,0	4,5%
Reino Unido	8,2	4,1%
Turquia	8,2	4,1%
Itália	7,0	3,5%
Coréia do Sul	6,9	3,4%
Cingapura	4,7	2,3%
...		
Brasil	2,46	1,22%
Subtotal	147,0	73,3%
Outros países	53,7	26,7%
Total	200,7	100,0%



Elaborado pelo MRE-DPS-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU-UNCTAD/ITC/CONTRADE/Tredemap, September 2013.

(1) Dados elaborados por "espelho" ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais dos Emirados Árabes Unidos.

Os cinco principais fornecedores dos Emirados Árabes Unidos em 2012 foram: Índia (17,8% de participação no total); China (14,7%); Estados Unidos (11,2%); Alemanha (6,3%); Japão (4,5%). O Brasil obteve o 19º lugar com 1,2% de participação no total da demanda emirática.

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES⁽¹⁾**US\$ bilhões**

Elaborado pelo MRE DPE TIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da OIM UNCTAD-ITC COMTRADE, Setembro 2013.

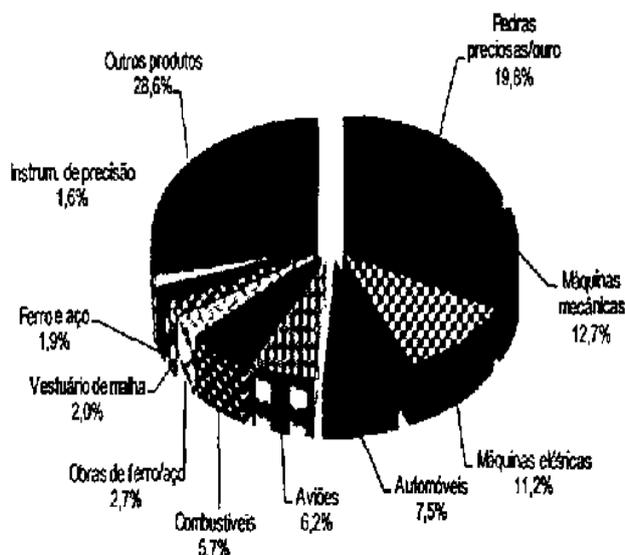
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais dos Emirados Árabes Unidos.

A pauta de exportação dos Emirados Árabes é altamente concentrada. Combustíveis (óleos de petróleo, brutos e refinados), responderam por 69,7% das vendas do país em 2012. Pedras preciosas/ouro (diamantes e ouro) foram o segundo grupo de produto exportado no ano em questão, representando 15,5% do total.

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES⁽¹⁾

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Pedras preciosas/ouro	39,8	19,8%
Máquinas mecânicas	25,5	12,7%
Máquinas elétricas	22,5	11,2%
Automóveis	15,0	7,5%
Aviões	12,5	6,2%
Combustíveis	11,4	5,7%
Obras de ferro/aço	5,5	2,7%
Vestuário de malha	4,1	2,0%
Ferro e aço	3,9	1,9%
Instrum. de precisão	3,1	1,6%
Subtotal	143,3	71,4%
Outros produtos	57,4	28,6%
Total	200,7	100,0%



Elaborado pelo MRE-DPR-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU-UNCTAD/ITC-CONTRADE/Tredemp, Setembro 2013.

(1) Dados elaborados por "espeho" ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais dos Emirados Árabes Unidos.

A pauta de importação dos Emirados Árabes Unidos é diversificada. Pedras preciosas e ouro (artefatos de joalheria, diamantes e ouro) foram os principais produtos comprados pelo país e representaram 19,8% da pauta importadora em 2012. Seguiram-se as máquinas mecânicas (12,7%); máquinas elétricas (11,2%) e automóveis (7,5%).

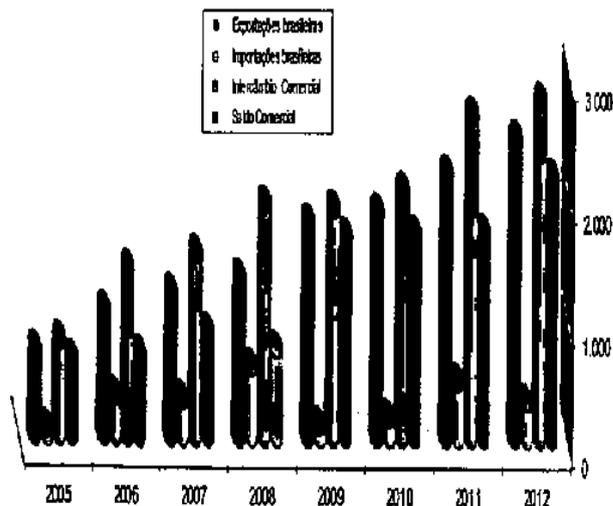
BRASIL - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	VAR. % 2005-2012
Exportações brasileiras	728	1046	1197	1323	1.772	1.855	2.169	2.457	1.521	1.562	237,3%
Varição em relação ao ano anterior	3,0%	43,6%	14,4%	10,6%	33,9%	4,7%	16,9%	13,3%	8,2%	2,7%	
Importações brasileiras	77	347	320	593	110	177	479	310	213	358	302,4%
Varição em relação ao ano anterior	19,4%	351,3%	-7,9%	85,3%	-81,4%	60,7%	169,9%	-35,3%	-37,3%	67,8%	
Intercâmbio Comercial	805	1.393	1.517	1.916	1.882	2.032	2.648	2.766	1.734	1.920	243,5%
Varição em relação ao ano anterior	4,3%	73,0%	8,9%	26,3%	-1,7%	8,0%	30,3%	4,5%	-0,7%	10,7%	
Saldo Comercial	651	699	877	730	1.662	1.678	1.691	2.147	1.307	1.204	n.c.

Elaborado pelo IBGE, CENSO - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MINEC, STCEB, Afex e IB
n.c. - Não calculado

Os Emirados Árabes Unidos foram o 35º principal parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2005 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 243,5%. As exportações brasileiras para os Emirados cresceram 237,3%, e as importações 302,4%. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 805 milhões em 2005, para US\$ 2,8 bilhões em 2012. No que tange ao resultado da balança comercial, o saldo apresentou-se positivo ao Brasil em todo o período analisado, alcançando, em 2012, superávit de US\$ 2,14 bilhões.



BRASIL-EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	1.122,3	45,7%
Semimanufaturados	527,4	21,5%
Manufaturados	806,3	32,8%
Transações especiais	0,8	0,0%
Total	2.456,8	100,0%

As exportações brasileiras para os Emirados Árabes Unidos são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 45,7% do total em 2012, com destaque para açúcar em bruto, carnes e minério. Os produtos manufaturados classificaram-se em seguida, com 32,8% do total, com destaque para açúcar refinado. Os semimanufaturados representaram 21,5% do total.

Elaborado pelo INE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MOIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%
Básicos	34,0	11,0%
Semimanufaturados	0,4	0,1%
Manufaturados	275,2	88,9%
Total	309,6	100,0%

As importações brasileiras dos Emirados Árabes Unidos em 2012 se concentraram nos produtos manufaturados, que representaram 88,9% do total, com destaque para querosene de aviação. Os produtos básicos representaram 11% do total.

Elaborado pelo INE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MOIC.

BRASIL-EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para os EAU, 2012
			Valor	% no total	
Açúcar	637,9	838,0	784,8	31,9%	Açúcar 784,8
Carnes	410,2	493,7	535,9	21,8%	Carnes 535,9
Minérios	149,0	303,0	364,9	14,9%	Minérios 364,9
Químicos inorgânicos	13,1	57,5	153,7	6,3%	Químicos inorgânicos 153,7
Cereais	22,5	26,1	113,6	4,6%	Cereais 113,6
Máquinas mecânicas	60,7	53,7	72,5	2,9%	Máquinas mecânicas 72,5
Pedras preciosas/ouro	148	44	54,9	2,2%	Pedras preciosas/ouro 54,9
Resíduos inds alimentares	0,1	0,2	36,9	1,5%	Resíduos inds alimentares 36,9
Combustíveis	25,7	44,8	34,7	1,4%	Combustíveis 34,7
Fumo	30,2	20,5	27,9	1,1%	Fumo 27,9
Subtotal	1.497,3	1.881,7	2.179,8	88,7%	
Outros produtos	357,8	287,5	277,0	11,3%	
Total	1.855,0	2.169,2	2.456,8	100,0%	

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexweb.

Em 2012, os principais grupos de produtos brasileiros exportados para os Emirados Árabes foram: açúcar, em bruto e refinado (participação de 31,9% no total das vendas); carnes (21,8%); minérios (14,9%); produtos químicos inorgânicos (6,3%) e cereais (4,6%). A pauta brasileira para os Emirados mostra predominância de produtos alimentícios.

BRASIL-EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias dos EAU, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	70,4	330,3	180,3	58,2%	Combustíveis 180,3
Adubos ou fertilizantes	22,5	13,2	38,5	12,4%	Adubos ou fertilizantes 38,5
Sal; enxofre; cal e cimento	22,8	78,0	33,3	10,8%	Sal; enxofre; cal e cimento 33,3
Plásticos	16,8	19,3	16,3	5,3%	Plásticos 16,3
Vidro	5,7	11,3	14,2	4,6%	Vidro 14,2
Tecidos revestidos	6,2	10,0	9,4	3,0%	Tecidos revestidos 9,4
Subtotal	144,6	462,4	292,2	94,4%	
Outros produtos	32,7	16,2	17,4	5,6%	
Total	177,4	478,6	309,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPS/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIO/SECEX/Afreweb.

As importações brasileiras originárias dos Emirados Árabes em 2012 se concentraram nas compras de combustíveis, basicamente querosenes de avião, que representaram 58,2% do total da pauta. Seguiram-se adubos (uréia) com 12,4% e sal; enxofre (enxofre a granel e cimentos não pulverizados) com 10,8% do total.

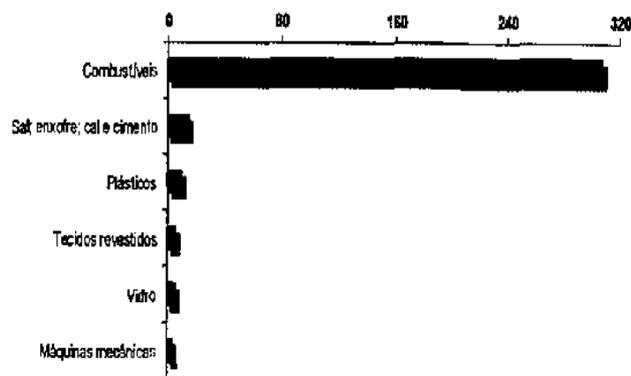
BRASIL-EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	% no total	Exportações brasileiras para os EAU em 2013 (jan-ago)
Exportações				
Açúcar	405,8	568,1	36,4%	
Carnes	330,2	440,1	28,2%	
Minérios	261,5	128,4	8,2%	
Fumo	22,2	41,6	2,7%	
Resíduos inds. alimentares	0,1	37,8	2,4%	
Químicos inorgânicos	110,9	35,7	2,3%	
Máquinas mecânicas	46,5	31,2	2,0%	
Bebidas	0,1	30,3	1,9%	
Cereais	105,3	23,9	1,5%	
Combustíveis	26,4	15,8	1,0%	
Subtotal	1.308,9	1.353,0	86,6%	
Outros produtos	211,8	209,3	13,4%	
Total	1.520,8	1.562,4	100,0%	

Importações	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	% no total
Combustíveis	123,0	308,3	86,1%
Sal; enxofre; cal e cimento	33,2	14,7	4,1%
Plásticos	10,7	10,4	2,9%
Tecidos revestidos	6,0	6,3	1,8%
Vidro	8,9	5,8	1,6%
Máquinas mecânicas	2,7	4,3	1,2%
Subtotal	184,4	349,9	97,7%
Outros produtos	28,9	8,1	2,3%
Total	213,3	358,0	100,0%

Importações brasileiras originárias dos EAU em 2013 (jan-ago)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alciveb.

Aviso nº 55 - C. Civil.

Em 27 de fevereiro de 2014.

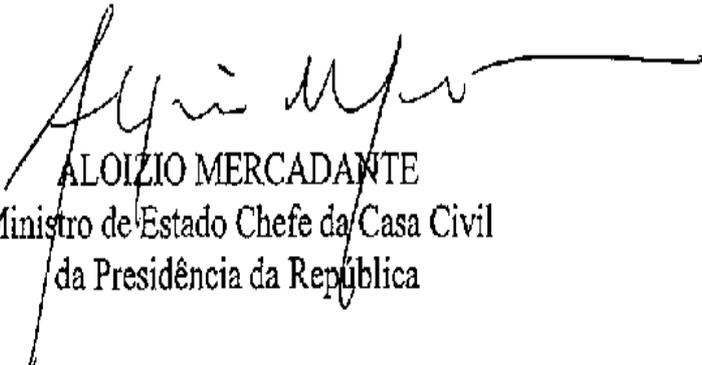
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 14, DE 2014
(Nº 28/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Os méritos da Senhora Regina Célia de Oliveira Bittencourt que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.



EM Nº 00051/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 3 de fevereiro de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11 440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT**

CPF.: 548.430.067-34

ID.: 8299 MRE

1955 Filha de Renato Vasconcellos Bittencourt e Josepha Celia de Oliveira Bittencourt, nasce em 28 de junho, em Alagoinhas/BA.

Dados Acadêmicos:

1978 Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1982 CPCD - IRBr
1990 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr, "A transição democrática na Nicarágua: perspectivas para o relacionamento com o Brasil"

Cargos:

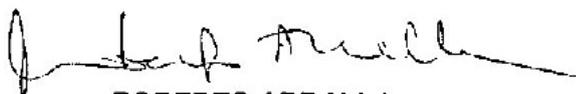
1983 Terceira-Secretária
1987 Segunda-Secretária
1997 Primeira-Secretária
2004 Conselheira
2013 Conselheira do Quadro Especial
2013 Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

1984-1985 Divisão da África II, assistente
1985-1987 Divisão da Europa II, assistente
1987-1990 Embaixada em Copenhague, Terceira-Secretária e Segunda Secretária
1990-1993 Embaixada em La Paz, Segunda-Secretária
1993-1995 Embaixada em Budapeste, Segunda-Secretária
1995 Divisão das Nações Unidas, assistente
1995-1998 Divisão de Privilégios e Imunidades, Subchefe
1998-2001 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Adjunta
2001-2003 Divisão de Temas Sociais, Subchefe
2003-2005 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Assessora
2005-2008 Embaixada em Manágua, Conselheira, Ministra-Conselheira, comissionada
2008-2011 Embaixada em Londres, Conselheira
2011- Embaixada em Port of Spain, Conselheira, Ministra-Conselheira, comissionada

Publicações:

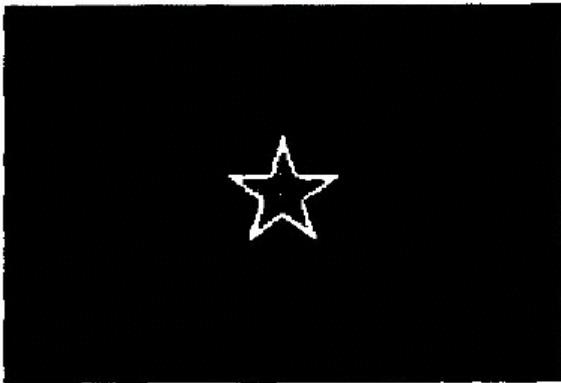
2003 A Conquista da Cidadania, in Um Brasil com Necessidades Especiais: Projetos Inovadores, Publicação do Departamento Cultural e de Divulgação/MRE

**ROBERTO ABDALLA**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BURKINA FASO



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Janeiro de 2014**

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	Burkina Faso
Adjetivo gentílico:	Burkinabé
Capital:	Uagadugu
Área:	274.200 km ² (pouco menor que a do Estado do Tocantins)
População (ONU, 2012):	17,57 milhões de habitantes (pouco maior que a do Estado do Rio de Janeiro)
Idiomas:	Francês (oficial) e línguas regionais (jula e morê são as principais)
Principais religiões (Censo 2006):	Islamismo (60%); Catolicismo (20%); Religiões africanas (15%); Protestantismo (5%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional (unicameral - 127 assentos); Senado está sendo implementado
Chefe de Estado:	Presidente Blaise Compaoré (desde outubro de 1987)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Luc Adolphe Tiao (desde abril de 2011)
Chanceler:	Yipènè Djibril Bassolé (desde abril de 2011)
PIB (2013, est. FMI):	US\$ 12,13 bilhões (Brasil: US\$ 2,25 tri)
PIB PPP (2013, est. FMI):	US\$ 26,51 bilhões (Brasil: US\$ 2,33 tri)
PIB per capita (2013, est. FMI):	US\$ 682,45 (Brasil: US\$ 11.358)
PIB PPP per capita (2013, est. FMI):	US\$ 1.493 (Brasil: US\$ 11.747)
Variação do PIB (FMI):	6,4% (prev. 2014); 6,4% (est. 2013); 8,9% (est. 2012); 4,9% (2011); 8,4% (2010)
IDH (ONU, 2012):	0,343 (183º no ranking)
Expectativa de vida (ONU, 2012)	55,9
Índice de alfabetização (ONU, 2012)	28,7%
Índice de desemprego (2004):	77%
Unidade monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF) (US\$ 1,00 = XOF 510,27)
Embaixador em Uagadugu:	Santiago Luis Bento Fernández Alcázar
Embaixador em Brasília:	Alain Francis Gustave Ilboudo
Comunidade brasileira estimada:	30 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Burkina Faso	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	19.362	4.574	15.361	10.169	20.027	17.798	48.832	3.086	5.620
Exportações	19.334	4.548	10.232	10.168	19.897	17.750	48.832	3.030	5.607
Importações	28	25	5.129	0	130	47	0	56	13
Saldo	19.305	4.522	5.102	10.168	19.767	17.703	48.832	2.973	5.595

PERFIS BIOGRÁFICOS

Blaise Compaoré
Presidente da República

Nasceu em 3 de fevereiro de 1951, em Uagadugu, capital do país. Após realizar estudos primários em Guilungu (Província de Ubritenga), e o exame de estudos médios em Ciências, ingressou na Academia Militar do Cameroun (EMIAC), em 1973.

Em 1975, foi comissionado Segundo Tenente, e realizou curso especial de Infantaria na Academia de Montpellier (França). Foi promovido a Tenente, em 1977, e, após curso de instrutor de paraquedismo no Marrocos, tornou-se Ajudante-de-Ordem do Comandante do Exército.

Tornou-se Major do Centro Nacional de Treinamento para Comando em Pô (Burkina Faso) em 1981, e membro do Conselho do Exército do Alto Volta (CEAV). No ano seguinte, foi promovido a Capitão. Em 1983, instalou o Conselho Nacional da Revolução (CNR) com Thomas Sankara e, até 1987, atuou como Ministro da Justiça.

Em 1987, tornou-se Chefe de Estado sob o Movimento de Retificação e Presidente da Frente Popular, após tomar o poder do Presidente Sankara. Em 1989, foi eleito Presidente da Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental (CEDEAO, ou ECOWAS, em inglês).

Em 1991, foi eleito Presidente da República, tornando-se o primeiro Presidente da IV República do Burkina Faso, e recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela "Écoles de Hautes Études Internationales" de Paris, França. Em 1998 e 2005, foi reeleito para mandatos de sete e cinco anos, respectivamente. Em novembro de 2010, foi reeleito com 80,21% dos votos.



Luc Adolphe Tiao
Primeiro-Ministro

Nasceu em 4 de junho de 1954, em Tenkodogo, capital da Província de Boulgou, na região centro-leste do país, e centro de antiga cidade-estado do Império Mossi, datada do Século XII. Foi seminarista entre os anos de 1969 e 1974. Jornalista de profissão, Tiao graduou-se na Universidade de Dacar e tornou-se Mestre em Direito pela Universidade de Uagadugu. Foi Diretor-Geral do jornal governista Sidwaya, Deputado pelo Congresso pela Democracia e Progresso (CDP) e Presidente do Conselho Superior da Comunicação. Exerceu o cargo de Embaixador em Paris de 2008 até a data de sua nomeação ao cargo de Primeiro-Ministro pelo Presidente Compaoré, em abril de 2011.



Yipènè Djibril Bassolé
Ministro dos Assuntos Estrangeiros e Cooperação Regional

Nascido em 1957, em Nouna, capital da Província de Kossi, cidade localizada a oeste do Burkina Faso e próxima à fronteira com o Mali, tem formação militar. Atuou, no início da década de 1990, como membro do Comitê Internacional para o monitoramento das eleições no Togo. Entre 1994 e 1995, foi membro do Comitê de Mediação para o conflito nigerino envolvendo a comunidade tuaregue.

Exerceu, entre novembro de 2000 e junho 2007, o cargo de Ministro da Segurança. Em junho de 2007, foi nomeado Ministro dos Assuntos Estrangeiros e da Cooperação Regional. Nesse ano, exerceu papel importante na mediação dos conflitos internos na Côte d'Ivoire: os acordos de Uagadugu, entre Laurent Ghagbo e Guillaume Soro, foram em grande parte articulados por Bassolé.

Em 2008, deixou a chancelaria burkinabé, pois foi nomeado como mediador das Nações Unidas e da União Africana para o conflito em Darfur. Em 21 de abril de 2011, foi reconduzido ao cargo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Histórico

O Brasil reconheceu a independência do antigo Alto Volta em agosto de 1960 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 1975, no contexto do "Pragmatismo Ecumênico e Responsável" do Governo Geisel, que tinha como meta ampliar as parcerias internacionais do país.

O relacionamento bilateral, entretanto, ganhou impulso apenas na primeira década do século XXI, momento em que o Brasil buscou retomar com os países africanos relacionamento de maior intensidade. Foram abertas Embaixadas residentes em Uagadugu (2007) e Brasília (2009). Em 2010, teve lugar, em Brasília, a I Edição da Comissão Mista Bilateral (Comista).

Em setembro de 2003, o Presidente Blaise Compaoré veio ao Brasil. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, visitou Uagadugu em outubro de 2007. No ano seguinte, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Burkina Faso, Djibril Bassolé, veio ao Brasil. Na ocasião, o Chanceler Bassolé encontrou-se com representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e das Minas e Energia (MME) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e demonstrou grande interesse na cooperação técnica com o Brasil. Em 2009, ocorreu a visita ao Brasil do Chanceler Alain B. Yoda.

Em junho de 2013, aconteceu, em Brasília, Reunião do Comitê de Acompanhamento da I Sessão da Comissão Mista. O encontro permitiu verificar que o relacionamento bilateral intensificou-se nos últimos anos – particularmente nas áreas agrícola e de saúde –, bem como foi oportunidade para se prospectar parcerias em áreas em que as iniciativas de cooperação ainda são incipientes, como a educacional.

Contexto atual do relacionamento bilateral

O relacionamento bilateral com o Burkina Faso integra o contexto amplo das parcerias que o Brasil procura fortalecer com os países do Sul (em desenvolvimento), em geral, e com os africanos, em particular. Apesar de as iniciativas de cooperação e o comércio bilateral ainda estarem em etapa incipiente, inúmeras possibilidades de aproximação podem ser vislumbradas, em especial na área de cooperação técnica.

Ao Burkina Faso, por sua vez, estabelecer laços mais sólidos com o Brasil é considerado um caminho para o país diversificar suas parcerias internacionais e escapar à grande influência ainda exercida pela França. O próprio Presidente Blaise Compaoré já se manifestou sobre esse tema e

afirmou que o Brasil é parceiro capaz de redirecionar a política externa do eixo Norte-Sul para o Sul-Sul.

Cooperação técnica

"Cotton 4"

A iniciativa brasileira de maior relevo na área de cooperação técnica ocorre no âmbito do chamado "Cotton 4", grupo de países africanos produtores de algodão que se organizaram para pressionar os Estados Unidos a reduzirem os subsídios a sua produção cotonífera, que distorcem o mercado internacional do produto.

O projeto de cooperação com o grupo – que, além do Burkina Faso, beneficia também o Benin, o Chade e o Mali – tem como meta fortalecer a produção cotonífera nesses quatro países africanos, por intermédio de investimentos em sementes e em capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima africanos.

A primeira etapa do projeto encerrou-se em 2013. Como os resultados foram positivos, avalia-se, no momento, assinar documento que permitirá dar início a nova etapa, que deverá incluir ainda o Togo.

Cooperação Técnica Bilateral

A cooperação técnica estritamente bilateral, por sua vez, está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica assinado em agosto de 2005 e em vigor desde janeiro de 2011.

Em agosto de 2012, a Agência Brasileira de Cooperação enviou missão técnica a Uagadugu, que resultou na assinatura de projetos de cooperação nas áreas de pecuária leiteira e vigilância sanitária. A execução desses projetos já foi iniciada.

Cooperação nas áreas agrícola e social

Em junho de 2012, o Ministro da Agricultura do Burkina Faso, Laurent Sedogo, visitou Brasília, onde manteve encontro com os Ministros das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A autoridade burkinabé expressou o desejo de que seu país possa beneficiar-se da compra de alimentos e de maquinário agrícola produzidos no Brasil. Discute-se, no momento, opções de financiamento para tais operações. Sedogo demonstrou interesse, ainda, em conhecer a experiência brasileira na implementação do Programa Fome Zero.

Energias renováveis

As iniciativas que o Brasil desenvolve nesse setor têm alcance regional. Em 2007, foi assinado Memorando de Entendimento na área de biocombustíveis entre o Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA - associação que, além do Burkina Faso, abarca Benin, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo). O documento entrou em vigor em 2009.

A UEMOA orienta-se, desde 2001, pela Política Energética Comum (PEC), cujos principais objetivos são garantir segurança e fornecimento energético regional, promover as energias renováveis, promover a eficiência energética, desenvolver e melhorar o acesso das populações rurais a fontes modernas de energia e contribuir para a preservação do meio ambiente.

Em 2011, o Itamaraty firmou Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil, para promoção dos Biocombustíveis em países em desenvolvimento.

No âmbito desse Acordo, teve início, em outubro de 2013, estudo de viabilidade para produção de biocombustíveis no Burkina Faso e em outros países da UEMOA (Benin, Côte d'Ivoire, Senegal e Togo). O referido estudo compreende levantamento completo das condições de clima, solo, infraestrutura, entre outras, que possam impactar a sustentabilidade e a viabilidade da produção de bioenergia. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento de uma abordagem regional na cooperação em bioenergia pode ajudar a criar sinergias que viabilizem a inclusão dos biocombustíveis nas matrizes energéticas dos países da região. Ganhos de escala regionais poderiam viabilizar projetos que, confinados nas fronteiras de um país, não seriam possíveis ou economicamente viáveis.

Apoio às candidaturas do Brasil (CSNU, FAO e OMC)

O apoio à candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foi expresso em Comunicado Conjunto, assinado por ocasião da visita do Presidente Lula a Uagadugu, em 15/10/2007. Em discurso, no Debate Geral da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 25/9/2009, o Presidente Blaise Compaoré exortou os Estados-membros a avançarem na reforma da ONU, a fim de garantir representação regional equilibrada no sistema, reforçar a eficácia do CSNU e revitalizar a AGNU.

O Burkina Faso também apoiou as candidaturas brasileiras à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e

Agricultura (FAO, em inglês) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). O apoio daquele país contribuiu para a vitória dos candidatos brasileiros, Professor José Graziano da Silva (FAO – eleito em junho de 2011) e Embaixador Roberto Azevêdo (OMC – eleito em maio de 2013).

Comércio bilateral

Embora modestas, as exportações para o Burkina Faso cresceram consideravelmente entre 2010 e 2011, alcançando quase US\$ 50 milhões nesse último ano. Em 2012, no entanto, houve considerável recuo, com intercâmbio total de apenas US\$ 3 milhões. Em 2013, o intercâmbio foi de US\$ 5,5 milhões.

Cooperação Cultural

Assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2009, o Acordo de Cooperação Cultural entre Brasil e Burkina Faso encontra-se em fase de promulgação. A assinatura desse acordo representou um ponto de inflexão nas relações culturais entre os dois países, tendo sido negociado com o intuito de ampliar o conhecimento mútuo e os laços de amizade.

Para pôr em prática projetos de cooperação no âmbito da cultura, as Partes poderão celebrar, em uma futura oportunidade, um Programa Executivo de Cooperação Cultural.

A despeito da ausência de programa executivo cultural com o Burkina Faso, houve iniciativas na área. Em 2010, o grupo brasileiro de percussão Patubatê e o grupo de capoeira liderado por Márcia Kablan fizeram apresentações durante a abertura da Feira Internacional de Artesanato de Uagadugu (SIAO 10). Em 2012, o Brasil apoiou o evento de dança "Stage de Danse de Ouagadougou" (SIDO/2012).

Cooperação humanitária

Em abril de 2012, o Brasil doou ao país africano medicamentos antirretrovirais e, em dezembro do mesmo ano, mil toneladas de arroz. Para além de medidas de combate imediato à fome, o Brasil busca criar condições para auxiliar o desenvolvimento do país receptor de ajuda. Destaca-se, nesse sentido, a possibilidade de o Burkina Faso beneficiar-se da experiência brasileira na compra de alimentos produzidos por pequenos produtores para posterior distribuição nas cantinas escolares.

Assuntos Consulares

Há cerca de 30 brasileiros vivendo no Burkina Faso. A comunidade brasileira é atendida pelo Setor Consular da Embaixada em Uagadugu. Não há consulados honorários.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há dívida soberana do Burkina Faso em renegociação com o Brasil.

POLÍTICA INTERNA

O Alto Volta – nome que o Burkina Faso adotou até 1984 – tornou-se independente da França em 1960. Sua trajetória como país independente caracterizou-se por uma série de rupturas institucionais até 1987, quando o atual Presidente, Blaise Compaoré, tomou o poder.

A partir de seu governo, o país conheceu período de relativa tranquilidade interna. Compaoré, porém, passou a enfrentar, desde 2011, crescente insatisfação por parte de diversos setores da sociedade. No primeiro semestre daquele ano, o país foi afetado por uma série de motins, liderados, em grande parte, por militares descontentes com os salários recebidos.

Em agosto de 2013, o Presidente Blaise Compaoré sofreu tentativa de assassinato por parte de ex-soldado do Regimento de Segurança Presidencial. Embora tenha sido descrito pelo Governo e por membros da comunidade diplomática residente em Uagadugu como ação individual, cometida por elemento não relacionado a grupos organizados, o episódio pode revelar ameaça mais séria ao Presidente, tendo em conta os motins de 2011 e o papel central que o Exército desempenha na sustentação dos Governos burkinabés. Além disso, é possível destacar a insatisfação popular devido ao alto custo de vida e à qualidade dos serviços estatais. Diversas greves têm afetado o país nos últimos meses.

Nas eleições presidenciais de 2015, o Presidente Compaoré, devido a limitação constitucional, não poderá candidatar-se novamente. A questão tem dividido o partido governista. Membros do Congresso para a Democracia e o Progresso (CDP – partido governista) já se manifestaram a favor da modificação do artigo 37 da Carta burkinabé, que impõe limites às reeleições; no entanto, algumas das principais lideranças do CDP anunciaram, no início de 2014, sua saída do partido, por se oporem às manobras continuístas.

Histórico

Blaise Compaoré chegou ao poder em 1987, após golpe de Estado que resultou na morte, em circunstâncias até hoje mal esclarecidas, do Tenente Thomas Sankara, que governava desde 1983 e dotara o país de um regime de orientação socialista. No poder, Compaoré rompeu com o marxismo e deu início a processo de abertura política – que denominou de "Reconciliação Nacional". Nesse contexto, uma Constituição foi promulgada em 1991.

Em meio ao processo de desagregação do bloco socialista, Compaoré passou a adotar forte pragmatismo pró-ocidental e aproximou-se dos

Estados Unidos, de países europeus e do Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável por patrocinar programa de privatizações e medidas de austeridade fiscal.

O poder de Compaoré alcançou grau mais elevado de institucionalização em 1996, quando o Presidente fundou o Congresso para a Democracia e o Progresso (CPD). O partido – que adota postura de centro-esquerda e é favorável à ideologia africanista – tem dominado a cena política burkinabé desde então.

Em 1998, Compaoré foi reeleito pela primeira vez. Em agosto de 2005, o Presidente anunciou sua intenção de concorrer nas eleições presidenciais seguintes, medida cuja legalidade foi questionada pela oposição, em razão de dispositivo constitucional aprovado em 2000, que limitava a possibilidade de reeleição e reduzia o tempo dos mandatos de sete para cinco anos. De sua parte, os defensores de Compaoré argumentaram que a emenda não poderia ser aplicada retroativamente.

Em outubro de 2005, a Corte Constitucional julgou que a emenda não teria vigência antes do término do mandato de Compaoré e autorizou sua candidatura. Em novembro daquele ano, Compaoré recebeu mais de 80% dos votos. De acordo com a decisão da Corte Constitucional, o Presidente ainda poderia concorrer mais uma vez nas eleições presidenciais, marcadas para 21 de novembro de 2010. Naquele ano, Compaoré foi reeleito com 80% dos votos. As eleições, no entanto, receberam diversas críticas de opositores e observadores internacionais.

Desdobramentos internos recentes

Em abril de 2011, diversos motins trouxeram instabilidade para o país. Militares descontentes com supostos atrasos nos recebimentos dos soldos amotinaram-se. O Presidente Compaoré chegou a ter de buscar refúgio em Ziniare, sua cidade natal. O Governo burkinabé atendeu às demandas feitas pelos militares, e o cenário interno gradualmente voltou à tranquilidade. Esses eventos demonstraram, no entanto, a fraqueza institucional do país e a potencial insubordinação das Forças Armadas.

O ano de 2012 transcorreu de forma mais calma. Em dezembro, realizaram-se eleições legislativas e municipais no país. De acordo com relatos de observadores, o pleito transcorreu em clima de civilidade e ordem. O CPD obteve 70 cadeiras, o que lhe assegura maioria parlamentar (55%). Houve, no entanto, redução em relação à legislatura anterior, quando 65% dos parlamentares pertenciam ao partido governista.

Tradicionalmente, o principal partido opositor é a Aliança para a Democracia e a Federação, que adota perfil liberal, do ponto de vista econômico. O regime de Compaoré também está sendo desafiado por um

novo partido de oposição. A União para o Progresso e a Mudança (UPC) obteve 19 cadeiras na Assembleia Nacional e tornou-se a segunda principal força parlamentar.

Em meio à crise de 2011, o Governo anunciou – como forma de conter as críticas oposicionistas – a criação do Senado. Porém, ainda não há data definida para o início efetivo de suas atividades, e a oposição acredita que a nova casa legislativa reforçará o poder do atual mandatário, ao invés de limitá-lo, conforme anunciado na ocasião de sua criação.

Paralelamente à saída de importantes lideranças do CDP, aconteceu grande manifestação popular contrária à criação do Senado, a alterações no artigo 37 e à corrupção, em Uagadugu, no dia 18 de janeiro de 2011.

Instituições

O país adota a República e o semipresidencialismo como forma de governo e sistema de governo, respectivamente. Apesar de haver o cargo de Primeiro-Ministro, o Poder Executivo concentra-se nas mãos do Presidente. O país adota o unitarismo como forma de Estado e é caracterizado pela separação entre religião e política.

Desde a aprovação de dispositivo constitucional específico no ano 2000, o Presidente é eleito para mandato de cinco anos e pode se reeleger uma única vez. A Carta de 1991 assegura o sufrágio universal. Embora o multipartidarismo seja permitido, verifica-se, na prática, amplo domínio das forças governistas.

O Parlamento, no momento, ainda é unicameral. Os 127 parlamentares que o compõem são eleitos por um sistema de representação proporcional para um período de cinco anos. Há uma circunscrição nacional com 16 assentos e outras 45 circunscrições regionais que dispõem de 2 a 9 assentos.

Indicadores sociais e demográficos

O Burkina Faso é um país extremamente pobre, mesmo se levarmos em conta o contexto da África Ocidental. A ONU (2012) classificou o país na 183ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano, que avalia indicadores como saúde, educação e renda per capita. O índice de analfabetismo, por exemplo, supera os 70%.

Do ponto de vista demográfico, o Burkina Faso, à semelhança do que ocorre em grande parte da África, é caracterizado pela heterogeneidade étnica. Os cerca de 17 milhões de habitantes do país integram dois grandes grupos culturais da África Ocidental, os Mossi – que representam cerca de 40% da população total – e os Mandé. Há, ainda, grupos minoritários, como os tuaregues.

O nome do país expressa essa pluralidade, pois foi formado ao se utilizar uma palavra de cada um dos dois principais idiomas do país, Moore e Dioula. Burkina (Moore) significa "homens de integridade", e Faso (Dioula) significa "terra natal". Assim, o nome Burkina Faso pode ser interpretado como "Terra dos homens íntegros". A maior parte da população concentra-se no sul e no centro do país. As áreas ao norte – mais próximas do Sahel – são esparsamente povoadas. A pirâmide etária do país reflete um cenário em que prevalece a população jovem. Cerca de 45% dos burkinabés têm até 14 anos. Outros 20% têm entre 15 e 24 anos. Apenas 2,5% da população tem idade superior a 65 anos. A expectativa de vida é baixa: apenas 55 anos (a brasileira é de 73 anos).

POLÍTICA EXTERNA

Desde sua independência, o Burkina Faso seguiu, em geral, política externa favorável ao Ocidente, à exceção do período marxista de Sankara (1983-87), no qual foi assumido contorno nitidamente terceiro-mundista. Naquela época, o país estreitou laços com a Nicarágua sandinista, a Coreia do Norte, a Líbia e outros países africanos simpatizantes do bloco socialista, o que prejudicou suas relações com o Ocidente, principalmente no tocante à ajuda financeira ao país.

Coube ao Presidente Compaoré redefinir a inserção internacional do país, que voltou a estabelecer política pró-Ocidente a partir de 1987. O Burkina Faso é membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), organismo em que o país costuma atuar como mediador em conflitos nos países membros. É membro também da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), que tem sede em Uagadugu.

O Governo burkinabé procura manter boas relações com os países desenvolvidos ocidentais, visto que necessita de recursos e doações internacionais. O Japão também contribui: em 2011, foram doadas ao Burkina Faso pouco mais de quatorze mil toneladas de arroz.

O Burkina Faso mantém 27 Embaixadas no exterior, 15 das quais fora do continente africano. Vinte e quatro países têm Embaixadas residentes em Uagadugu. O país é membro do Tribunal Penal Internacional.

Relações com países ocidentais

O Burkina Faso tornou-se independente da França em 1960, mas a preponderância econômica e cultural francesa no país continua evidente. A França é um dos principais parceiros comerciais, perdendo apenas para a Côte d'Ivoire, e contribui para o desenvolvimento do país com programas de assistência técnica.

A presença francesa no Burkina Faso é bastante diversa. Há aproximadamente 45 filiais de empresas francesas no país, em setores variados, como o agrícola, o agroindustrial, de transportes e de serviços (bancos, seguradoras etc.).

Mais de 250 Organizações Não Governamentais francesas atuam no Burkina. Destacam-se, ainda, número significativo de escolas francesas no país e a cooperação prestada no domínio educacional: cerca de 100 bolsas de estudo são concedidas anualmente a estudantes burkinabés. Os dois países mantêm diversas iniciativas de cooperação nas áreas cultural e científica.

Relações com os Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos estão sujeitas a algumas tensões no plano político, decorrentes de alegações de envolvimento do Governo Compaoré com triangulações para venda de armas e transgressões de sanções internacionais. Por razões estratégicas – impedir a disseminação de ideologias radicais no Ocidente africano –, os Estados Unidos têm interesse na estabilidade do país. Ainda que a Agência Internacional para o Desenvolvimento (USAID) tenha fechado seu escritório em Uagadugu em 1995, cerca de US\$ 18 milhões dessa organização são destinados anualmente a projetos de desenvolvimento no Burkina Faso, por intermédio de agências não governamentais e organizações regionais.

Taiwan

O Burkina Faso é um dos 23 países que reconhecem Taiwan. Em contrapartida, o Governo taiwanês desenvolve generoso programa de cooperação bilateral e participa, com outros países, de exercício de ajuda ao desenvolvimento do país africano. Em 2011, o Presidente Blaise Compaoré visitou Taiwan, no quadro das comemorações, em 10 de outubro, do Centenário da Proclamação da República da China.

Entre os projetos apoiados pelo Governo taiwanês encontra-se um destinado a desenvolver o uso da energia solar no Burkina Faso. O Presidente de Taiwan, Ma Ying-Jeou, visitou o país em abril de 2012. Durante sua estada em Uagadugu, a autoridade de Taiwan anunciou a doação de mais 1,5 milhão de euros, a título de cooperação humanitária.

Em virtude de seus laços com Taiwan, o Burkina Faso não mantém relacionamento diplomático com a China.

Relações com países da África Ocidental

As relações com os vizinhos mais próximos são, em geral, boas, apesar de problemas pontuais. Gana, Togo e Côte d'Ivoire estão entre os principais parceiros comerciais e têm atuado de maneira a favorecer a integração regional na região.

A Côte d'Ivoire tem importância fundamental para o Burkina Faso. Estima-se que oito milhões de burkinabés vivam e trabalhem no país vizinho (especialmente nas plantações de cacau). Em julho de 2012, o Ministro da Comunicação do Burkina Faso, Alain Traoré, visitou a Côte d'Ivoire, onde manteve encontros com a diáspora de seu país. Na ocasião, Traoré tentou sensibilizar seus compatriotas acerca das vantagens que a

economia burkinabé, caracterizada por perspectivas de crescimento, oferece àqueles dispostos a fazer investimentos no país.

O relacionamento bilateral com a Côte d'Ivoire caracterizou-se por certo esfriamento ao longo dos anos em que Laurent Gbagbo foi o Presidente ivoriano (2000-2011). Gbagbo adotou uma série de medidas nacionalistas que prejudicaram o relacionamento com o Governo de Uagadugu. Os dois países relançaram diversas iniciativas bilaterais desde que o Presidente Alassane Ouattara consolidou-se no poder em Abidjã (abril de 2011). Em novembro de 2012, os Chefes de Estado dos dois países encontraram-se em Uagadugu, onde discutiram possibilidades de cooperação em diversos domínios, entre eles o de energia, o de infraestruturas e o de segurança.

Com o Mali, uma disputa territorial foi solucionada com a mediação de Gana e da Nigéria.

Crise malinesa

O Presidente Blaise Compaoré destacou-se como mediador de diversas crises na África Ocidental, como aquelas que, nos últimos anos, afetaram o Togo, a Guiné e a Côte d'Ivoire. Elogiado por grande parte dos burkinabés devido a esse papel, Compaoré, por outro lado, é criticado por ser parcial quando exerce a função de mediador. Em 2012, em meio à crise que se instalou no Mali, desde o golpe de Estado de março, Compaoré foi nomeado intermediador pela CEDEAO e chegou a manter diálogos com as partes envolvidas.

O início da Operação Serval – liderada pela França e com o objetivo de restabelecer a integridade territorial do Mali –, desafiada pela atuação de grupos islâmicos radicais, abalou a difundida ideia de que Compaoré fosse um exitoso mediador de crises. O Governo burkinabé havia defendido a via negociada, apesar de não ter descartado totalmente o uso da força. De todo modo, Compaoré determinou o envio de 160 soldados para integrar a Missão Internacional de Apoio ao Mali (MISMA), que se seguiu à intervenção francesa naquele país.

A crise no Mali afetou diretamente o Burkina Faso, com o influxo de milhares de refugiados malineses, a partir do início de 2012, que agravou a situação alimentar precária vigente no país. O Governo do Burkina Faso também vê com preocupação a crise no país vizinho, devido ao temor de que movimentos islâmicos radicais possam atuar em solo burkinabé. O islamismo praticado no país (60% população professa a religião islâmica) é considerado tolerante, e o laicismo tem predominado na vida política nacional. Teme-se que esse quadro possa ser alterado caso a crise malinesa estenda-se pela região.

Nesse contexto, os recentes desdobramentos internos no Mali – eleições presidenciais em julho/agosto de 2013 e relativo avanço no processo de normalização securitária e institucional – repercutiram favoravelmente em Uagadugu.

Crise guineense

A atual crise interna na Guiné-Bissau, país lusófono da África Ocidental, iniciou-se em abril de 2012, quando um golpe de Estado derrubou o Governo do Presidente interino Raimundo Pereira e do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior. A postura do Governo burkinabé tem sido a de apoiar a CEDEAO, que tem defendido o reconhecimento do Governo de transição estabelecido após o golpe.

A crise guineense revelou fraturas no seio do continente africano. Por um lado, a CEDEAO apoia caminho pragmático – reconhecer o Governo de transição. Por outro, Angola e Moçambique, os dois principais países lusófonos do continente e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), defendem o retorno à situação anterior à ruptura institucional.

Sob o mandato emanado da CEDEAO para a crise guineense, cento e quarenta militares do Burkina Faso embarcaram, em maio de 2012, para Guiné-Bissau.

Fronteiras porosas

As fronteiras dos países da África Ocidental caracterizam-se pela porosidade. No contexto da atual crise malinesa, os países vizinhos do Mali, entre eles o Burkina Faso, têm tido de tomar medidas para mitigar essa fragilidade e evitar que o conflito tenha repercussões em seus territórios. Teme-se que grupos islâmicos radicais fujam do Mali e procurem território mais seguro em outros países ou busquem atacar alvos estratégicos de aliados franceses, como ocorreu no Níger. Ressalte-se que o Burkina Faso possui minas de ouro situadas a poucos quilômetros da fronteira malinesa, (a produção, em 2011, chegou a 32,5 toneladas).

Nesse cenário, o Presidente Blaise Compaoré mobilizou 1000 homens para a fronteira com o Mali. De qualquer modo, o controle absoluto das fronteiras é muito difícil, pois os elementos radicais, ao sair do Mali, procuram misturar-se com as populações civis, em especial nos campos de refugiados.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com uma renda per capita inferior a US\$ 700, o Burkina Faso está entre os países mais pobres do mundo. O setor primário tem importância central na economia nacional: cerca de 35% do PIB burkinabé têm origem em atividades primárias, enquanto 80% da população sobrevive da agricultura de subsistência ou da venda de algodão e gado. Estima-se que somente 26% da população do país viva em áreas urbanas.

Manganês, calcário, mármore, sal e ouro são outros recursos de que o país dispõe. O setor de mineração aurífera, em particular, tem conhecido um "boom", e o ouro já é o principal produto exportado pelo país.

O setor secundário contribui com cerca de 25% do PIB e consiste basicamente de indústrias de processamento de minérios e manufaturas simples. Comércio e transportes são os principais segmentos do setor de serviços no país. Em seu conjunto, o setor terciário é responsável por cerca de 40% das riquezas produzidas.

Algodão e agricultura

O Burkina Faso é o principal produtor de algodão ao sul do Saara, com um recorde de cerca de 700 mil toneladas produzidas em 2006, a maior parte destinada para mercados externos. Péssimas safras em anos recentes – média de 400 mil toneladas anuais -, entretanto, tiveram grande impacto na economia burkinabé.

O país carece de sistemas de irrigação, os quais poderiam evitar – ou ao menos mitigar – os problemas decorrentes das secas. Fomes frequentes afetam o país. Em 2012, severa crise alimentar – decorrente de queda de cerca de 20% na produção de cereais – atingiu grande parte da população e obrigou o Governo a adotar medidas emergenciais para evitar uma calamidade ainda maior.

Ouro

Em meio à crise do setor algodoeiro, o ouro, cujo preço internacional tem-se elevado, tornou-se, em 2009, o principal produto de exportação. Em 2012, o algodão correspondeu a apenas 14% do total exportado – percentual superior ao dos anos anteriores, porém bem inferior da participação do ouro na pauta de exportação (74,8%).

Setor financeiro e investimentos

O pequeno setor financeiro do país constitui-se, principalmente, de bancos comerciais e de instituições microfinanceiras. Devido aos limitados

recursos de capital, o Governo burkinabé tem procurado atrair investimento estrangeiro direto. O investimento do setor privado é um objetivo importante das reformas econômicas que vêm sendo feitas pelo Presidente Compaoré.

A maior parte dos investimentos estrangeiros ainda é de origem francesa, mas é crescente a presença de outros sócios. O Canadá tem no Burkina Faso o terceiro maior destino de seus investimentos – sobretudo no setor mineral – no continente africano, atrás apenas de África do Sul e Gana. Taiwan, outro importante investidor, investe cerca de US\$ 22 milhões por ano em diferentes projetos.

Comércio internacional

A balança comercial do país é tradicionalmente deficitária. Os déficits tendem a crescer ainda mais em anos de má colheita, devido ao aumento das importações de gêneros alimentícios. Em 2008, observou-se saldo negativo recorde (déficit de US\$ 1,4 bilhão), em decorrência, principalmente, da alta dos preços dos alimentos importados. O resultado foi novamente deficitário em 2012 (déficit de US\$ 1,128 bilhão).

Nesse ano, os principais destinos das exportações burkinabés foram Suíça e África do Sul, ao passo que Côte d'Ivoire e China foram os países que mais forneceram bens para o Burkina Faso.

Desafios ao desenvolvimento

A alta densidade populacional e os limitados recursos naturais ajudam a explicar o quadro de atraso e pobreza no Burkina Faso. A economia burkinabé também é afetada por secas constantes. Ademais, o mau uso dos solos – agricultura extensiva e de baixo perfil técnico – contribui para a desertificação.

Outro desafio é o fato de o país não dispor de saída para o mar. No contexto da crise que afetou a Côte d'Ivoire (final de 2010 e início de 2011), os exportadores burkinabés tiveram dificuldades em escoar suas exportações, dado que o território ivoriano é utilizado como rota para o comércio internacional.

Política fiscal e monetária

O Governo burkinabé tem envidado esforços para modernizar a administração aduaneira e de impostos com vistas a poder aumentar seus gastos em programas de redução de pobreza. Entre as reformas adotadas recentemente, encontra-se a adoção de sistema computadorizado de cobrança de impostos.

O país integra a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), organismo que reúne outros sete países (Benin, Côte d'Ivoire, Mali, Níger, Senegal, Togo e Guiné-Bissau). A política monetária é determinada pelo Banco Central dos Estados da África do Oeste, que prioriza o combate à inflação nas economias dos oito Estados membros e mantém o Franco CFA, a moeda comum, a certo nível de conversibilidade com o Euro (1 Euro equivale a 655,96 Francos CFA).

A inflação, que atingiu 10,7% em 2008, está controlada. Em 2009, este índice foi de 2,6%. No ano seguinte, verificou-se deflação (-0,8%). Em 2012, a taxa registrada foi de 3,8% e, em 2013, 2,0%. A inflação deve permanecer em níveis baixos nos próximos anos. A volatilidade dos mercados agrícolas, entretanto, torna qualquer previsão difícil, especialmente tendo em vista o peso dos alimentos na cesta de consumo dos burkinabés.

O Burkina Faso depende da ajuda internacional para manter seu orçamento. Cerca de 40% do orçamento do Estado é financiado com recursos provenientes da rubrica "ajuda ao desenvolvimento", oriundos dos países industrializados.

Energia

A diversificação de fontes energéticas é questão chave para o Burkina Faso. A matriz energética do país é majoritariamente baseada em combustíveis fósseis. Ademais, cerca de 90% da energia utilizada no país é importada. Nesse contexto, o Governo do Burkina Faso tem buscado incentivar a utilização de fontes renováveis de energia como forma de promover o desenvolvimento econômico nacional e democratizar o acesso à eletricidade no país. A energia solar vem sendo considerada alternativa possível. O Ministro das Minas e Energia, Salif Kaboré, anunciou, em 2011, que o Governo burkinabé tem plano – a ser desenvolvido com o apoio de Taiwan – para eletrificar as localidades mais importantes do interior do país, por meio da energia solar.

Perspectivas

O FMI projeta que a economia burkinabé cresça de maneira significativa em 2014. Segundo o Fundo, haverá crescimento de 7,0% no PIB. Tal crescimento estará associado, em parte, à recuperação do setor cotonífero e ao aumento das receitas provenientes das exportações de ouro. Mudanças estruturais no campo econômico, entretanto, não estão previstas.

Como mencionado, o Governo tem realizado reformas com o intuito de fortalecer a economia. Diversos programas foram implementados com tal finalidade, entre eles a Estratégia de Crescimento Acelerado e de Desenvolvimento Sustentável (SCADD), o Programa Especial de Criação de Empregos (PSCE), o Programa de Desenvolvimento Integrado da Barragem de Samandeni (PDIS), o Polo de Crescimento de Bagré (PCB), o Programa Presidencial para o Investimento (PPI). No relatório Doing Business 2010, do Banco Mundial, o Burkina Faso aparece como o país mais reformador no grupo de países da UEMOA.

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

1960	O Brasil reconhece a independência do Alto Volta, em 13 de agosto.
1965	O Presidente de Alto Volta, Maurice Yaméogo, visita o Brasil, passando por Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (novembro).
1975	Brasil e Alto Volta estabelecem relações diplomáticas.
1999	Visita do Ministro da Agricultura do Burkina Faso, Alassene Sere, ao Brasil.
2000	Cumulatividade de Uagadugu é transferida de Abidjã para Acra.
2003	Visita do Presidente Compaoré ao Brasil; assinatura de Protocolo de Intenções no campo da Saúde.
2003	Visita ao Brasil do então Chanceler burkinabé, Youssouf Ouédraogo; assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica.
2007	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita Uagadugu (outubro). Decreto presidencial cria Embaixada do Brasil residente em Uagadugu (outubro).
2008	Visita ao Brasil do Chanceler burkinabé, Djibril Bassolé (janeiro). Início das atividades da Embaixada do Brasil em Uagadugu (setembro). Participação do Brasil, como convidado de honra, do Salão Internacional de Artesanato de Uagadugu e início das atividades da Embaixada do Brasil residente em Uagadugu (novembro).
2009	Visita ao Brasil do Chanceler Alain B. Yoda e abertura da Embaixada do Burkina Faso residente em Brasília (novembro).
2010	Visita do Ministro dos Transportes, Gilbert Ouedrago, ao Ministério da Defesa e à EMBRAER, nos dias 8 e 9 de junho. I Reunião da Comissão Mista bilateral.
2012	Visita do Ministro da Agricultura burkinabé, Laurent Sedogo, ao Brasil.

Cronologia Histórica

1919	O Alto Volta é transformado em território separado da África Ocidental Francesa.
1932	O Alto Volta é dividido entre a Côte d'Ivoire e o Sudão Francês.
1947	O país é novamente reestabelecido como um território separado.
1958	Torna-se República autônoma dentro da Comunidade Francesa.
1960	Independência do Alto Volta em 5 de agosto; Maurice Yaméogo é proclamado o primeiro Presidente do país.
1966	Yaméogo é deposto por Sangoule Lamizana.
1970	Nova Constituição permite que Lamizana fique no poder até 1975, quando seria substituído por um Presidente democraticamente eleito.
1974	Lamizana dissolve o Parlamento.
1977	Nova Constituição multipartidária é promulgada.
1978	Lamizana é eleito Presidente em pleito multipartidário, considerado honesto por observadores estrangeiros.
1980	Golpe liderado por Saye Zerbo remove Lamizana do poder.
1982	Zerbo é retirado do poder por Jean-Baptiste Ouédraogo.
1983	Ouédraogo perde o poder, após novo golpe, liderado por Thomas Sankara.
1984	O Alto Volta muda de nome para Burkina Faso.
1987	Sankara é deposto por Blaise Compaoré.
1991	Compaoré é eleito sem oposição.
1992	Primeiras eleições parlamentares multipartidárias desde 1978; o partido de Compaoré (CDP) consegue a maioria dos assentos.
1998	Compaoré é reeleito Presidente.
	Greve geral, em junho, em protesto contra dificuldades

1999	econômicas e supostas violações de direitos humanos.
2002	Côte d'Ivoire acusa Burkina Faso de dar abrigo a rebeldes que promoveram golpe contra o Presidente Laurent Gbagbo.
2004	Tribunal militar condena 13 pessoas acusadas de planejar golpe contra Compaoré no ano anterior.
2005	Compaoré é reeleito Presidente, com 80% dos votos.
2006	Confrontos entre policiais e soldados em Uagadugu, em dezembro, forçam o país a adiar cúpula econômica regional que seria realizada na capital.
2007	O CDP obtém maioria de votos nas eleições parlamentares.
2008	Greve geral é promovida em abril, após semanas de protestos contra os altos custos de vida.
2009	Parlamento aprova lei que obriga que 30% dos candidatos às eleições sejam mulheres.
2010	Compaoré é reeleito Presidente, com 80% dos votos.
2011	Motins organizados por setores do Exército afetam o país
2012	Eleições parlamentares e municipais são realizadas em clima de tranquilidade.

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação	
			D.O.U.	Data
Acordo Básico de Cooperação Técnica	30/8/2005	20/1/2011	200	18/10/2011
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	12/11/2009	5/7/2010	84	5/5/2010
Acordo de Cooperação Cultural	12/11/2009	6/11/2012	-	-
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto de "Fortalecimento da Pecuária Leiteira no Burkina Faso"	2/6/2010		-	-
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Fortalecimento Institucional do Laboratório Nacional do Burkina Faso"	21/8/2012	21/8/2012: entrada em vigor na data de assinatura	180	19/9/2012

Dados Econômico-Comerciais

BURKINA FASO: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Democrática de Burkina Faso
Superfície	274.122 Km ²
Localização	África Ocidental
Capital	Uagadugu
Principais cidades	Uagadugu, Bobo-Dioulasso, Banfora
Idioma oficial	Francês
Moeda	Franco CFA

O país localiza-se na África Ocidental, fazendo fronteira com Mali, Níger, Benin, Togo, Gana e Costa do Marfim. É o 79º país em extensão, comparável ao tamanho do Estado do Tocantins, com 274 mil km². Possui importantes recursos naturais, tais como: manganês, calcário, mármore e ouro.

PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS (2012)

População (2013)	17,76 milhões de habitantes
Taxa de alfabetização	26,7%
Expectativa de vida	55,9 anos
Ranking IDH	183º

A população de 17,76 milhões de habitantes é 28,7% alfabetizada e possui expectativa de vida de 55,9 anos. No ranking do IDH de 2012 o país posicionou-se no 183º lugar.

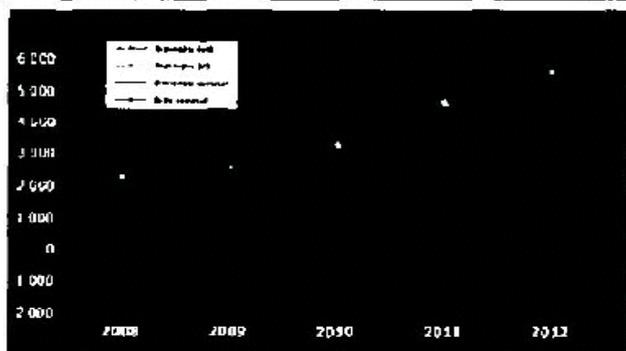
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2013)

PIB nominal	US\$ 12,13 bilhões
Crescimento real do PIB	6,45%
PIB nominal "per capita"	US\$ 683
PIB PPP	US\$ 26,51 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 1.453
Inflação (em do período)	2,0%
Saldo em transações correntes	US\$ - 631 milhões
Reservas internacionais, excludo ouro	US\$ 1,10 bilhão
Dívida externa	US\$ 2,9 bilhões
Câmbio (CFA / US\$)	494,0

Com PIB nominal de US\$ 12,13 bilhões e crescimento de 6,45% em 2013, o país posicionou-se como a 125ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 42,2% do PIB, seguido da agricultura com 34,1% e do industrial com 23,7%.

BURKINA FASO: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (Jan- maio)	2013 (Jan- maio)	Var.% 2008-2012
Exportações (FOB)	470	796	1.288	2.312	2.413	615	648	413,3%
Importações (CIF)	1.870	1.870	2.046	2.406	3.272	709	843	74,9%
Intercâmbio comercial	2.340	2.666	3.326	4.719	5.685	1.324	1.491	142,9%
Saldo comercial	-1.400	-1.075	-760	-94	-858	-85	-194	n.c.



Entre 2008 e 2012, o comércio exterior de Burkina Faso apresentou crescimento de 142,9%, de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 5,7 bilhões. No ranking da UNCTAD de 2012, o país figurou como o 146º mercado mundial, sendo o 134º exportador e o 146º importador. O saldo da balança comercial, deficitária em toda a quinzena analisada, apresentou saldo negativo de US\$ 858 milhões em 2012.

BURKINA FASO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
 US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	Part. % no total		
Suíça	1.427	59,1%	Suíça	59,1%
África do Sul	223	9,2%	África do Sul	9,2%
Cingapura	106	4,4%	Cingapura	4,4%
China	69	2,9%	China	2,9%
França	49	2,0%	França	2,0%
Países Baixos	43	1,8%	Países Baixos	1,8%
Gana	38	1,6%	Gana	1,6%
Reino Unido	27	1,1%	Reino Unido	1,1%
Côte d'Ivoire	20	0,8%	Côte d'Ivoire	0,8%
Emirados Árabes Unidos	19	0,8%	Emirados Árabes Unidos	0,8%
...				
Brasil	0	0,0%		
Subtotal	2.020	83,7%		
Outros países	393	16,3%		
Total	2.413	100,0%		

Elaborado pelo MRE (2013). Dados de Comércio Exterior com base em dados do ITC (2013). Fonte: MRE, Foz de Iguaçu, março 2014.

As vendas de Burkina Faso são direcionadas em grande parte aos países europeus, que absorveram 73,4% do total em 2012. Os países vizinhos africanos vem em seguida, com 15,4%. Individualmente, a Suíça foi o principal destino das vendas do país, respondendo por mais da metade das exportações (59,1% do total). Seguiram-se: África do Sul (9,2%); Cingapura (4,4%); China (2,9%); França (2,0%); e Países Baixos (1,8%).

BURKINA FASO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
 US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	Part. % no total		
Côte d'Ivoire	316	9,7%	Côte d'Ivoire	9,7%
China	303	9,3%	China	9,3%
França	295	9,0%	França	9,0%
Reino Unido	263	8,1%	Reino Unido	8,1%
Estados Unidos	170	5,2%	Estados Unidos	5,2%
Togo	156	4,8%	Togo	4,8%
Índia	116	3,5%	Índia	3,5%
Alemanha	112	3,4%	Alemanha	3,4%
Países Baixos	100	3,0%	Países Baixos	3,0%
Gana	98	3,0%	Gana	3,0%
...				
Brasil	26	0,8%		
Subtotal	1.955	59,8%		
Outros países	1.316	40,2%		
Total	3.272	100,0%		

Elaborado pelo MRE (2013). Dados de Comércio Exterior com base em dados do ITC (2013). Fonte: MRE, Foz de Iguaçu, março 2014.

A Europa foi a principal origem das compras de Burkina Faso, somando 37% do total em 2012. Os países vizinhos africanos vem em seguida, com 29%. Individualmente, Côte d'Ivoire foi o principal fornecedor de bens ao país, com 9,7% do total. Seguiram-se: China (9,3%); França (9,0%); Reino Unido (8,1%); Estados Unidos (5,2%) e Togo (4,8%). O Brasil posicionou-se no 29º lugar entre os vendedores para o país, com 0,8% do total.

BURKINA FASO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	Part. % no total
Ouro	1.603	56,4%
Algodão	305	12,6%
Grãos	112	4,7%
Frutas	41	1,7%
Subtotal	2.062	85,4%
Outros produtos	352	14,6%
Total	2.413	100,0%

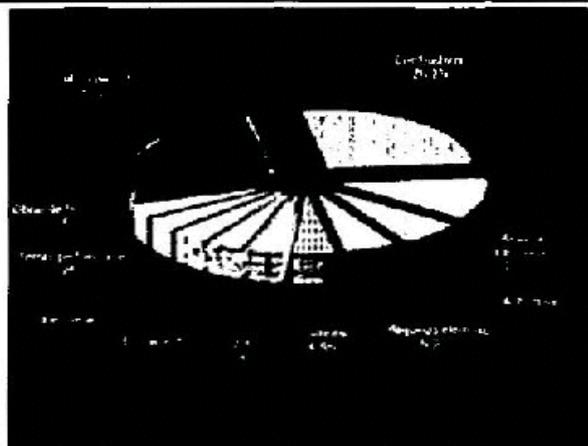


BURKINA FASO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES (US\$ milhões) - Burkina Faso, 2012

A pauta de exportações de Burkina Faso é composta por bens com baixo valor agregado. Em 2012, predominou o ouro em bruto, que respondeu por 56,4% do total. Em seguida, encontram-se o algodão, não cardado nem penteado, com 12,6%; grãos (oleaginosas), com 4,7% e frutas (sobretudo côco), com 1,7%.

BURKINA FASO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	Part. % no total
Combustíveis	856	26,2%
Máquinas mecânicas	368	11,3%
Automóveis	220	6,7%
Máquinas elétricas	189	5,8%
Cereais	146	4,5%
Adubos	130	4,0%
Farmacêuticos	123	3,8%
Ferro e aço	118	3,6%
Terras/pedras/cimento	116	3,5%
Obras de ferro/aço	114	3,5%
Subtotal	2.381	72,8%
Outros produtos	891	27,2%
Total	3.272	100,0%



BURKINA FASO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES (US\$ milhões) - Burkina Faso, 2012

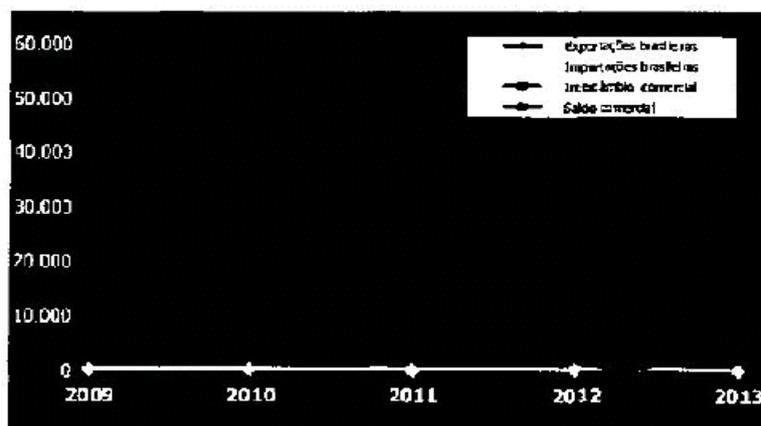
A pauta de importações de Burkina Faso em 2012 concentrou-se em bens industrializados. Os combustíveis (óleo de petróleo refinado) somaram 26,2% do total; máquinas mecânicas (11,3%); automóveis (6,7%); máquinas elétricas (5,8%); cereais (4,5%); e adubos (4,0%).

BRASIL-BURKINA FASO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	19.898	17.751	48.833	3.030	5.607	-71,8%
Varição em relação ao ano anterior	95,7%	-10,8%	175,1%	-93,8%	85,0%	
Importações brasileiras	130	48	0	56	13	-90,3%
Varição em relação ao ano anterior	(+)	-63,2%	n.a.	n.a.	-77,6%	
Intercâmbio comercial	20.028	17.799	48.833	3.087	5.620	-71,9%
Varição em relação ao ano anterior	96,9%	-11,1%	174,4%	-93,7%	82,1%	
Saldo comercial	19.768	17.703	48.833	2.974	5.595	n.c.

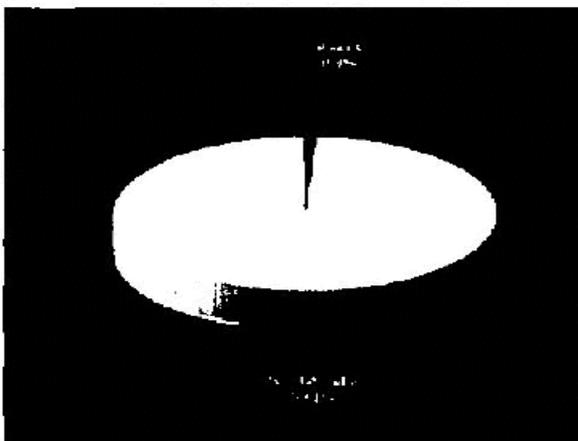
ELABORADO POR RBO, LAYO, DBC - Divisão de Interação Comercial, COM BASE EM DADOS DO MDIC/SECEX/ANEXO B
 (+) Valor superior a 1.000%
 n.a. Não há dados
 n.c. Não calculado

Burkina Faso foi o 169º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial do Brasil com o país decresceu 71,9%, de US\$ 20,03 milhões para US\$ 5,62 milhões. Nesse período, as exportações diminuíram 71,8% e as importações 90,3%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 5,6 milhões em 2013.



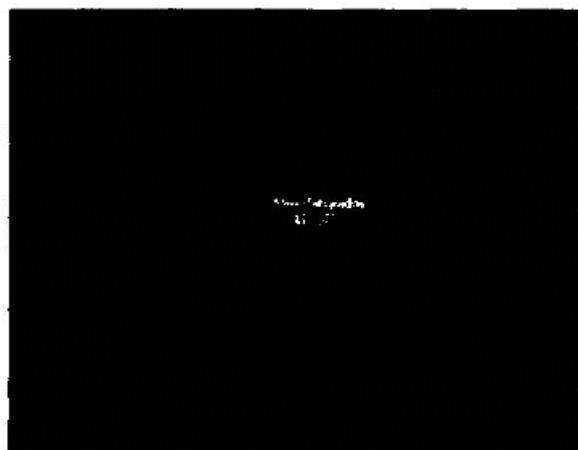
BRASIL-BURKINA FASO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO 2013

Exportações



As exportações brasileiras para o país são compostas, em sua quase totalidade, por produtos manufaturados, que representaram 99,1% do total em 2013, com destaque para armas e munições e aviões (simuladores aéreos de combate). Os produtos básicos posicionaram-se em seguida, com 0,9% (extratos tanantes).

Importações (2012 - última posição disponível em 29/01/2014)



Os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta de importações brasileiras originárias de Burkina Faso em 2012. Representados por porcas de ferro ou aço e condensadores elétricos.

Elaborado pelo MP/BR/CEC - Ministério de Economia e Comércio, com base em dados do ITC/SECEC

BRASIL-BURKINA FASO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013		Exportações brasileiras para Burkina Faso, 2013
			Valor	Part. % no total	
Armas e munições	638	648	3.296	58,8%	
Aviões	35.232	0	571	10,2%	
Máquinas mecânicas	1.044	239	415	7,4%	
Extratos tanantes	0	383	371	6,6%	
Farmacêuticos	237	0	360	6,4%	
Ferramentas	110	7	146	2,6%	
Obras de ferro/aço	212	72	85	1,5%	
Móveis	24	16	73	1,3%	
Ferro e aço	5.393	0	60	1,1%	
Máquinas elétricas	594	1.061	99	1,1%	
Subtotal	43.483	2.428	5.435	96,9%	
Outros produtos	5.350	603	172	3,1%	
Total	48.833	3.030	5.607	100,0%	

Fonte: Ministério da Economia, Indústria e Comércio Exterior (MTE/ICEX). Elaboração: CEBRIS/CEBRAP. Última atualização: maio de 2014.

Armas e munições (cartuchos para espingardas, espingardas/carabinas) foram os principais produtos brasileiros exportados para Burkina Faso e somaram 58,8% do total em 2013. Seguiram-se: aviões (simuladores de combate aéreo e partes para aviões/helicópteros) com 10,2%; máquinas mecânicas (7,4%); extratos tanantes (6,6%); produtos farmacêuticos (6,4%); e ferramentas (2,6%).

BRASIL-BURKINA FASO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013		Importações brasileiras originárias de Burkina Faso, 2013
			Valor	Part. % no total	
Obras de ferro/aço	0,0	37,4	12,1	96,0%	
Máquinas elétricas	0,0	1,2	0,4	3,0%	
Subtotal	0,0	38,5	12,5	98,9%	
Outros produtos	0,0	17,9	0,1	1,1%	
Total	0,0	56,4	12,6	100,0%	

Fonte: Ministério da Economia, Indústria e Comércio Exterior (MTE/ICEX). Elaboração: CEBRIS/CEBRAP. Última atualização: maio de 2014.

O grupo de produtos constituído por obras de ferro ou aço foi o principal item importado do país (porcas). Em 2012, porcas de ferro ou aço representaram 96,0% da pauta, seguidas de máquinas elétricas (condensadores elétricos com peças de reposição) com 3,0%.

Aviso nº 56 - C. Civil.

Em 27 de fevereiro de 2014.

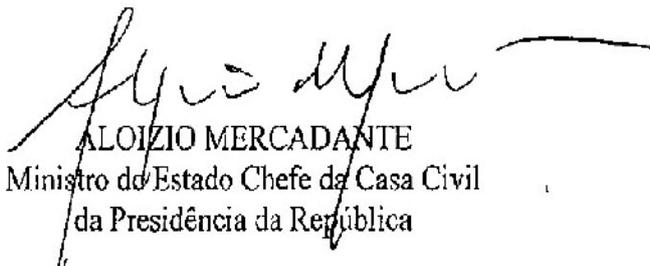
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro do Estado Chefe de Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 15, DE 2014
(Nº 29/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Os méritos do Senhor José Mauro da Fonseca Costa Couto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.



EM Nº 00064 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 5 de fevereiro de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

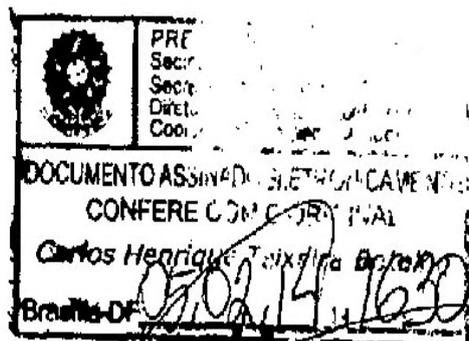
2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

EM nº 00064/2014 MRE



Brasília, 5 de Fevereiro de 2014

00001.000271/2014-69

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**

CPF.: 221.188.101-72

ID.: 6899 MRE

1959 Filho de Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto e Maria Lucia da Fonseca Costa Couto, nasce em 27 de maio em Assunção/Paraguai (brasileiro, de acordo com o artigo 145, inciso I, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 Mestrado em Relações Internacionais pela Boston University/EUA

1979 CPCD - IRBr

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário

1983 Segundo-Secretário, por merecimento

1989 Primeiro-Secretário, por merecimento

1996 Conselheiro, por merecimento

2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1980 Divisão Consular, assistente

1982 Divisão do Oriente Próximo, assistente

1983 Departamento da África, assistente

1985 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário

1989 Embaixada em Montevidéu, Segundo e Primeiro-Secretário

1991 Embaixada em Paramaribo, Primeiro-Secretário

1994 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe, substituto

1996 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Subchefe

2001 Embaixada em Tóquio, Conselheiro

2003 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Gabinete, Assessor Especial

2011 Ministério da Integração Nacional, Assessor Especial

**ROBERTO ABDALLA**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO SUDÃO



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Janeiro de 2014**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Sudão
GENTÍLICO	Sudanês (a)
CAPITAL	Cartum (5 milhões de habitantes)
ÁREA (Banco Mundial, 2012)	1.879.357 km ² (aproximadamente o tamanho dos Estados do Amazonas e do Tocantins somados); 3º maior país da África, perdeu 1/3 do território após a secessão do Sudão do Sul em julho de 2011.
POPULAÇÃO (FMI, 2013)	34,4 milhões.
IDIOMAS	Árabe (oficial); inglês (oficial); mais de 500 dialetos em toda a nação.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (97%), maioria sunita; cristianismo (1,5%), crenças africanas tradicionais (1,5%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral – Conselho dos Estados (Câmara Alta) e Assembleia Nacional (Câmara Baixa)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Omar Hassan Al-Bashir (desde 1989)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ali Ahmed Karti (desde jun/2010)
PIB NOMINAL (FMI, 2013)	US\$ 52,5 bilhões (Brasil: US\$ 2,2 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2013)	US\$ 90 bilhões (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2013)	3,2% (2009); 3,5% (2010); -3,3% (2011); -10,1% (2012); 2,9 (2013)
PIB PER CAPITA (FMI, 2013)	US\$ 1.500 (Brasil: US\$ 11.000)
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2013)	US\$ 2.600 (Brasil: US\$ 12.100)
IDH	0,414/171º no ranking (Brasil: 0,730/85º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (Banco Mundial, 2011)	61,7 anos (Brasil: 73,3 anos)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Banco Mundial, 2011)	71,9% (Brasil: 90,4%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2013)	19% (Brasil: 5,8%)
UNIDADE MONETÁRIA (Banco Mundial, 2012)	Libra Sudanesa (US\$ 1,00 = SDG 4,40)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Abd Elghani Elnaim A. Elkarim (desde 10/9/9)
EMBAIXADOR EM CARTUM	Antonio Carlos do Nascimento Pedro (desde 2/8/9)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	20 pessoas residem no país

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL → SUDÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-nov)
Intercâmbio	7,99	49,13	69,41	79,89	47,07	51,14	97,38	100,54	97,30	81,92	53,50
Exportações	7,96	48,94	69,34	79,81	46,88	50,83	97,34	100,50	97,23	81,79	53,25
Importações	0,03	0,18	0,07	0,08	0,19	0,31	0,04	0,04	0,06	0,13	0,25
Saldo	7,93	48,75	69,27	79,73	46,69	50,51	97,29	100,46	97,17	81,66	53,00

PERFIS BIOGRÁFICOS**OMAR HASSAN AHMED AL-BASHIR**

Presidente da República do Sudão

Nasceu em Hosh Bannaga, em 1º de Janeiro de 1944. Militar de carreira, estudou em academia militar no Egito e lutou ao lado do exército egípcio contra Israel, em 1973. Foi Adido Militar nos Emirados Árabes e Ministro da Defesa do Sudão. Liderou a campanha militar contra o Exército Popular de Libertação do Sudão, na metade sul do país.

Esteve à frente do golpe militar de 1989, apoiado pela Frente Nacional Islâmica, que derrubou o Presidente Sadek al-Mahdi, convertendo-se em Diretor do Conselho Revolucionário para a Salvação Nacional, assumindo, simultaneamente, os postos de Chefe de Estado, Primeiro-Ministro, Chefe das Forças Armadas e Ministro da Defesa. Foi eleito em 1996 e reeleito sucessivamente desde então. Em 2000, as eleições foram boicotadas pela oposição, o que suscitou acusações de fraude eleitoral.

Em 2005, assinou o Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim a décadas de conflito com o Movimento/Exército Sudanês de Libertação Nacional (SPLM/A) e previu a realização do Referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul.

Em 2009 e 2010, o Tribunal Penal Internacional (TPI) expediu mandados de prisão contra o Presidente Al-Bashir, sob acusação de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, que teriam sido cometidos contra a população de Darfur.

Al-Bashir foi um dos candidatos à reeleição nas eleições de 2010 no país, a primeira eleição com a participação de múltiplos partidos políticos, após décadas. Em 26 de abril, foi oficialmente declarado o vencedor, com 68% dos votos.

**ALI AHMED KARTI**

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 27 de outubro de 1953, em Hajar Alasal, Estado do Rio Nilo. É bacharel em Direito e pós-graduado em Administração de Empresas, ambos pela Universidade de Cartum.

De 1979 a 1998, atuou como advogado. Participou das Conferências de Diálogo Nacional, no início dos anos 1990. De 1996 a 1999, coordenou o Serviço Nacional sudanês (instituição que organiza estágios para o ingresso no serviço público). Entre 2000 e 2005, foi Vice-Ministro (State Minister) da Justiça e membro da Assembleia Nacional pelo Partido do Congresso Nacional (NCP), do qual é membro fundador. De 2005 a 2010, exerceu o cargo de Vice-Ministro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, antes de tornar-se o atual titular da pasta, em junho de 2010.

Sua nomeação em 2010 seria um prêmio por seu papel como comandante da milícia Força Popular de Defesa (PDF) nos anos 1990.

Esteve no Brasil, em 2008, como Enviado Especial do Presidente Al-Bashir. Voltou a visitar o Brasil em novembro de 2010, quando se reuniu com o então Chanceler Celso Amorim e outros Ministros de Estado. Manteve encontros, ainda, com o Governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, e com representantes do setor privado (Vale e FIESP). Visitou o Brasil, pela terceira vez, em junho de 2013, quando manteve encontros com o Chanceler Antonio Patriota, com o Senador Cristovam Buarque, com empresários brasileiros, com o Secretário de Energia do Estado de São Paulo, José Aníbal, e com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

RELAÇÕES BILATERAIS

Apesar de Brasil e Sudão terem estabelecido relações diplomáticas em 1968, as relações passaram a adquirir maior relevância somente a partir de 2003, em decorrência da prioridade atribuída pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva à ampliação dos vínculos com os países africanos e árabes. Os longos conflitos civis entre o norte e o sul do país (1955-1972 e 1983-2005) constituíram entrave ao relacionamento bilateral. Nesse sentido, o fim do conflito, em 2005, foi importante para o atual movimento de aproximação.

Em 2004, o Sudão abriu Embaixada residente em Brasília, a primeira daquele país na América do Sul. Em 2006, o Brasil abriu, em reciprocidade ao gesto sudanês, a Embaixada em Cartum. Desde então, as relações entre Brasil e Sudão passam por processo de crescente aproximação, particularmente mais acelerado nos últimos quatro anos.

O Sudão identifica no Brasil parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores-chave da economia do país e para a necessária diversificação de sua matriz produtiva. Para Cartum, que convive com um cenário de relativo isolamento, o Brasil tende a ser encarado de forma semelhante a Índia, China, África do Sul e Turquia, atores relevantes no cenário internacional, que não impõem condicionalidades para o desenvolvimento do relacionamento bilateral.

O movimento de aproximação entre os dois países reflete-se na intensificação de visitas bilaterais e no intercâmbio de missões técnicas e comerciais. Em 2010, estiveram no Brasil, os Ministros da Agricultura, Abdel Halim Al Mutaqi (maio/2010), da Indústria, Awad Ahmed Al-Jaz (setembro/2010) – atual Ministro do Petróleo – e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti (novembro/2010). Durante a visita do Ministro Ali Karti, foi celebrado acordo que estabelece a Comissão Mista entre os dois países, cuja primeira reunião, contudo, ainda não foi realizada.

Em janeiro de 2011, foi criado Comitê Interministerial, por iniciativa do então Ministro da Indústria do Sudão, Awad Al-Jaz (atual Ministro do Petróleo), com o objetivo de promover o aprofundamento das relações bilaterais. O Brasil é um dos poucos países com os quais Cartum possui esse tipo de mecanismo, além de China e Turquia. Presidido pelo Ministro da Indústria, o Comitê é composto, entre outros, pelos Ministros do Petróleo, da Agricultura e Irrigação e pelo Presidente da Assembleia Nacional. Entre 2012 e 2013, os três últimos estiveram no Brasil.

Em junho de 2013, o Chanceler Ali Karti voltou a visitar o Brasil. Na ocasião, foi recebido pelo então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e pelo Senador Cristovam Buarque, além de manter encontros com empresários em São Paulo e no Rio de Janeiro. Durante a visita, a autoridade sudanesa também manteve encontro com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Cooperação em Agricultura

No plano agrícola, a parceria com o Brasil é considerada estratégica para Cartum, tendo em conta o projeto do Governo do Sudão de transformar o país em uma potência agrícola africana. O Sudão poderia desempenhar relevante papel regional de fornecedor de alimentos. Vale recordar que a maior parte dos países de seu entorno regional é de

importadores líquidos de alimentos. Segundo autoridades sudanesas, o caminho para modernizar a agricultura sudanesa passaria inevitavelmente pelo Brasil, país com o qual o Sudão tem grande interesse em ampliar a cooperação nas áreas de transferência de tecnologia, pesquisa e treinamento de pessoal.

Em parceria com o setor privado brasileiro, o Sudão já realiza importantes iniciativas no setor agrícola. O país conta com bem-sucedido projeto de plantação de algodão inteiramente desenvolvido com tecnologia e expertise brasileiras. O projeto é implementado pela "Brazilian-Sudanesa Agrobusiness Corporation", uma parceria dos Grupos Pinesso e Tirolez com o Governo sudanês (Ministério da Agricultura). O projeto tem-se revelado particularmente exitoso e com grande potencial de ampliação. A cotonicultura sudanesa apresentou, a partir da implantação do projeto, os maiores níveis de produtividade do continente africano (superando, inclusive, os índices brasileiros desse cultivo), e o Governo sudanês ambiciona tornar-se o principal fornecedor regional de algodão. Segundo o representante dos Grupos Pinesso e Tirolez no Sudão, após a implantação do projeto, a produtividade do cultivo de algodão decuplicou.

Diante desse resultado, o Ministério da Agricultura sudanês está aumentando a concessão de área do plantio e estendendo-a a novas culturas. Em 2013, o consórcio realizou cultivo de 10 mil hectares de algodão e 3 mil de milho. Até 2016, espera-se ampliar a área de cultivo para 80 mil hectares, com plantio de algodão, milho, feijão, soja e arroz. O Governo sudanês tenciona, ainda, estender o projeto a iniciativas de menor porte, no campo da agricultura familiar.

Os empresários brasileiros no campo agrícola são bem vistos no Sudão também por procurarem contemplar em seus projetos a perspectiva social, de inclusão das comunidades locais e de treinamento de mão-de-obra sudanesa. A mais recente visita do Ministro da Agricultura do Sudão, Al Mutafi, ao Brasil (março/2013) – que já havia visitado o País em outras quatro ocasiões –, refletiu o desejo do Governo sudanês em aprofundar a cooperação na área agrícola e de ampliar os laços com parceiros públicos e privados brasileiros com atuação no setor.

Ainda no setor privado, ressalte-se que o grupo brasileiro Irriger já atua em parceria com o Governo e com empresas privadas sudanesas – em especial o "DAL Group" e a "Kenana Sugar Co." – na implantação de sistemas de irrigação, bem como no gerenciamento de culturas de arroz, cana-de-açúcar e na indústria alcooleira.

Vale ressaltar, ainda, que, em março de 2011, o Governo anunciou planos para a construção de 13 novas usinas de açúcar (com possível financiamento da Índia, China, Malásia, e países árabes). A construção faz parte da estratégia sudanesa de, a médio prazo, alcançar a autossuficiência na produção de açúcar e, até 2020, elevar o país ao clube dos cinco maiores exportadores mundiais, com produção anual projetada para 10 a 14 milhões de toneladas de açúcar. O plano sudanês abre espaço para exportações brasileiras de serviços e de equipamentos no setor.

Cooperação em Energia

A cooperação em energia também constitui uma das vertentes mais promissoras para o relacionamento bilateral. Em sua visita ao Brasil (novembro/2013) o Ministro do

Petróleo, Awad Al-Jaz (que havia visitado o Brasil em 2010, como Ministro da Indústria), manifestou ao Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, o interesse sudanês em incrementar a cooperação em energia, tanto para recursos energéticos renováveis quanto não-renováveis. A delegação sudanesa referiu-se ao grande potencial do Sudão no tocante à exploração de gás natural no Mar Vermelho, onde há reservas comprovadas. Em outros encontros (Banco Central; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério das Relações Exteriores), Al-Jaz expôs às autoridades brasileiras oportunidades de cooperação e negócios nas áreas de mineração (ouro, cobre e outros minerais), petróleo e gás, bioenergia, turismo e agricultura. Em agricultura e bioenergia, o interesse maior do Sudão reside em estabelecer parcerias e promover um "salto" na produção e os padrões de qualidade já existentes.

Na área do petróleo e gás, vale sublinhar que a empresa brasileira Petra Energia, em parceria com a sudanesa Sudapet, já opera quatro lotes "onshore", concedidos pelo Sudão, sendo agora a principal conveniada do Governo sudanês para esse tipo de atividade. Cumpre ressaltar, ademais, que a indústria de biocombustíveis sudanesa, iniciada em 1980, tem adquirido caráter estratégico para o quadro energético nacional após a independência do Sudão do Sul (com a secessão, Cartum perdeu cerca de 75% de suas reservas petrolíferas). O Sudão tem interesse em estabelecer parcerias para obter ganhos de produção e produtividade no setor.

No campo do etanol, a "Kenana Sugar Co." (maior grupo sucroalcooleiro do Sudão, que conta com acionistas do Kuaite e da Arábia Saudita) adquiriu, em 2009, usina brasileira de produção de etanol (da empresa Dedini), o que tornou o Sudão o primeiro país de sua região a exportar etanol produzido com tecnologia brasileira (o Sudão exportou, já em 2009, 5 milhões de litros de etanol para a Europa). Em 2010, 64% do consumo energético do Sudão derivou da bioenergia. Naquele ano, o país produziu cerca de 60 milhões de litros de etanol, dos quais 15 milhões foram exportados para a Europa.

A solução da dívida

Foi aprovado, pelo Senado Federal, em 15/5/2013, o reescalonamento da dívida oficial do país com o Brasil (foram perdoados 90% da dívida total, de 44 milhões). O montante reescalonado será amortizado em 12 parcelas, que estão sendo pagas pelo Sudão com periodicidade mensal. A dívida sudanesa dificultava a obtenção de créditos para o financiamento de projetos implementados por empresas brasileiras. Com a aprovação do reescalonamento, os fluxos financeiros poderão ser mais facilmente retomados, o que deverá beneficiar o setor brasileiro de maquinário e insumos agrícolas (em particular na área de produção de cana-de-açúcar) e de usinas de etanol. Solucionada a questão da dívida, o lado sudanês deverá buscar ampliar os laços econômicos e comerciais com o Brasil. Como parte desse esforço de maior aproximação com empresas brasileiros, o Chanceler Ali Karti reuniu-se com Presidente do BNDES, em junho de 2013.

Cooperação técnica

Brasil e Sudão assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 2005, vigente desde 2006.

Foi identificada, com o Sudão, a possibilidade de se implementar projeto de melhoramento de cana-de-açúcar, em parceria com o Instituto Pernambucano de Agricultura (IPA). Negociado desde 2010 e assinado em junho de 2013, entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Governo sudanês, o projeto tem por objetivo estabelecer biofábrica para a multiplicação de mudas de cana-de-açúcar no país, com capacitação de recursos humanos. A primeira atividade do projeto, uma missão de estudos ao Sudão, ocorreu no segundo semestre de 2013. O Sudão, por sua vez, está disposto a dividir experiências em matéria de irrigação para a agricultura familiar, de interesse para o Brasil, em função da possibilidade de sua aplicação para o semiárido nordestino.

Durante a visita do Governador de Cartum ao Governo do Distrito Federal, em abril de 2011, foi firmado acordo de irmanação entre as duas capitais, com a previsão de cooperação nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento agrícola, transporte, entre outros.

Cooperação eleitoral

O Sudão tem manifestado interesse em cooperação, com o Brasil, na área eleitoral. Em encontro com Embaixador brasileiro em Cartum, em abril de 2013, o Presidente da Comissão Nacional Eleitoral sudanesa manifestou o desejo de cooperação para a implementação, no Sudão, de sistema eleitoral similar ao adotado no Brasil, tendo em vista a realização de eleições no país em 2015. Destaca-se como área de particular interesse, a criação de registro nacional de eleitores. Representantes da Comissão Nacional Eleitoral do Sudão deverão reunir-se com os técnicos do Tribunal Superior Eleitoral, em março de 2014, para discutir os termos de eventual cooperação na área.

Relações políticas

Brasil e Sudão têm efetuado consultas políticas regularmente. Os dois países contam, desde 2006, com mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais. A IV Reunião de Consultas Políticas (Cartum, dezembro/2011) contou com a presença da alta cúpula da Chancelaria sudanesa.

Durante a visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Ahmed Ibrahim El-Tahir, em novembro de 2012, foi aventada, em encontro com o Senador Cristovam Buarque, a possibilidade de criação de um "Grupo de Amigos", composto por parlamentares de ambos os países, a fim de fortalecer os laços de cooperação e amizade entre as Casas Legislativas brasileira e sudanesa. Na ocasião, Ahmed Ibrahim El-Tahir também foi recebido pelo então Chanceler Antonio Patriota.

Em âmbito bilateral e multilateral, o Brasil busca contribuir com soluções políticas para os desafios que o Sudão enfrenta. Integra, desde março de 2012, o Foro Consultivo sobre o Sudão e o Sudão do Sul, instância de coordenação internacional e apoio

às negociações de paz entre os dois países. Além disso, o Brasil contribuiu com oficiais para a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) e manteve seu compromisso com o processo de estabilização da região após a independência do Sudão do Sul, em 9 de julho de 2011. O país enviou sete observadores militares para integrar a recém-criada Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), e outros três integrantes da extinta UNMIS foram transferidos para a Missão híbrida das Nações Unidas e da União Africana para Darfur (UNAMID).

O Brasil também enviou observadores eleitorais aos dois últimos pleitos do Sudão, considerados decisivos no processo de implementação do Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim a mais de duas décadas de conflito entre o norte e o sul: as eleições gerais (abril/2010) e o referendo sobre o Sudão do Sul (janeiro/2011).

Cooperação Parlamentar

Desde 2012, vem-se registrando troca de visitas de representantes parlamentares dos dois países. Em novembro daquele ano, o Presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Ahmed Ibrahim El-Tahir, participou da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção, em Brasília. Nas eleições de abril de 2010, os então Deputados Federais Nilson Mourão (PT/AC) e Washington Luiz (PT/MA) representaram a Câmara dos Deputados em missão oficial a Cartum, para acompanhar as eleições nacionais no Sudão na condição de observadores. Na qualidade de convidado do Governo do Sudão e da União Africana, em novembro de 2010, o Senador Suplicy visitou Cartum e proferiu um dos discursos de abertura da II Conferência dos Ministros do Desenvolvimento Social da África.

Cooperação humanitária para o Darfur

O Governo brasileiro apoia os esforços sudaneses para o desenvolvimento de uma sociedade multicultural e multiétnica, com efetiva participação inclusiva de Darfur na política nacional.

O Brasil foi o primeiro país a responder ao apelo lançado na Conferência de Doadores para Darfur, promovida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, em inglês), em 2010, e, naquele ano, contribuiu com doações da ordem de um milhão de dólares para a região. Também por intermédio de organizações internacionais, o Brasil realizou doações de leite em pó e, em 2011, de 3.500 toneladas de feijão para as regiões em perigo alimentar no Darfur.

Ao participar da última Conferência Internacional de Doadores para a Reconstrução e o Desenvolvimento do Darfur (Doha, 7 e 8 de abril de 2013), o Brasil anunciou contribuição de US\$ 300 mil para a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), destinados a compras locais de alimentos em favor de refugiados e deslocados internos em Darfur, em cooperação com a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). O Brasil também se mostrou disposto a avaliar eventuais demandas concretas de cooperação técnica do Governo sudanês em favor da população de Darfur.

Comércio bilateral e investimentos

O Sudão foi o 120º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,01% no comércio exterior do Brasil, em 2013. Desde 2008, o intercâmbio comercial entre os dois países oscilou bastante. Partindo de US\$ 97,4 milhões, em 2009, atingiu o ápice de US\$ 100,5 milhões, em 2010, e caiu levemente para US\$ 97,3 milhões, em 2011, até alcançar níveis mais baixos da ordem de US\$ 81,9 milhões, em 2012, e US\$ 53,9 milhões, em 2013. O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil em todo o período analisado. Em 2012, o superávit brasileiro atingiu US\$ 81,7 milhões, e, em 2013, o comércio Brasil-Sudão apresentou saldo de US\$ 53,4 milhões.

As exportações brasileiras para o Sudão são diversificadas, com participação de produtos semimanufaturados (açúcar), manufaturados (máquinas mecânicas) e básicos, que representaram, em 2013, 62,9%, 11% e 8,5% das vendas, respectivamente. Nas importações, os produtos básicos representaram 41,3%, com destaque para a importação de plantas, e os produtos semimanufaturados representaram 32,1%, com destaque para instrumentos de precisão.

No plano dos investimentos, a reestruturação da dívida sudanesa com o Brasil deverá ensejar investimentos de empresas brasileiras no Sudão. Sobressaem, nesse esforço, interesses do agronegócio brasileiro, que possui projetos nas áreas de algodão, soja, sorgo, milho, açúcar e etanol. A expansão dos projetos envolvendo empresas brasileiras do setor agropecuário poderá gerar forte demanda por maquinário, implementos agrícolas, fertilizantes e sementes produzidos no Brasil. Vale ressaltar que, devido à posição geográfica estratégica do Sudão (no norte da África, banhado pelo Mar Vermelho), o país poderia propiciar às empresas brasileiras que ali investirem uma plataforma de exportação para o Oriente Médio, Europa e várias regiões da África.

Assuntos Consulares

A reduzida comunidade brasileira na República do Sudão, de cerca de 20 nacionais (2012), recebe assistência consular da Embaixada em Cartum, único posto no país. O Brasil não dispõe, no Sudão, de Consulados-Honorários ou Conselho de Cidadãos brasileiros.

Não há notícia de nacionais brasileiros presos na jurisdição da Embaixada em Cartum.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Sudão.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

A história do Sudão, desde sua independência, em 1956, tem sido, em grande medida, pautada pelo conflito entre as regiões norte e sul do país. A origem dos conflitos explica-se pelo histórico domínio do norte do país, cuja população é predominantemente árabe e muçulmana, sobre o sul, povoado por centenas de etnias¹, com predomínio de religiões cristã e animistas.

Desde 1821, quando o otomano Mohamed Ali Pasha passou a controlar o Egito e o Sudão, o condomínio turco-egípcio teve dificuldades de impor governo sobre a região sul do Sudão, cuja estrutura social era caracterizada por abrigar múltiplos centros tribais e imensa diversidade cultural. A integração do sul à economia egípcio-sudanesa deu-se pelo fornecimento de marfim, madeiras e, principalmente, escravos.

No decorrer do século XIX, traficantes árabes realizavam campanhas anuais de apresamento de sul-sudaneses, com grande prejuízo para a estabilidade política e prosperidade material do sul do Sudão. Essa prática gerou, historicamente, forte sentimento anti-árabe no seio da população sul-sudanesa. Por outro lado, o foco da atenção dos administradores sempre foi a região central do país, devido à grande fertilidade da área de confluência entre os rios Nilo Branco e Azul (a qual viabilizou o cultivo de algodão, o principal produto agrícola de exportação do país). Com a exceção dessa região, o resto do amplíssimo território sudanês permaneceu marginalizado e negligenciado.

Devido às profundas diferenças culturais entre as regiões, o condomínio anglo-egípcio, que passou a governar o Sudão a partir de 1898, optou por separar formalmente a administração do sul e do norte. Em 1946, quando os ingleses preparavam sua retirada do Sudão, as autoridades coloniais decidiram, à revelia dos sulistas, consolidar no norte a administração do sul.

A política interna sudanesa, até a independência, foi, assim, marcada pelo predomínio de elites islâmicas arabizadas do centro-norte do país, o que contribuiu para que as regiões sul, leste e oeste ficassem, em boa medida, excluídas da partilha de poder e riqueza dos sucessivos regimes.

Nesse contexto de profundas clivagens étnicas, políticas, culturais e econômicas entre o norte do Sudão e o sul, conformou-se cenário político conturbado, que passou a ser marcado por curtos períodos de estabilidade política e longos períodos de volatilidade interna.

Primeira Guerra Civil Sudanesa (1955-1972)

¹ Estima-se que a região do atual Sudão do Sul era povoada, no início do século XIX, por cerca de 13 milhões de indivíduos, agrupados em mais de 150 etnias. As principais são: **Dinka** (40%), presentes nos Estados de Bahr Al-Ghazal, Warrap, Jonglei, Upper Nile e na região de Abyei; **Nuer** (20%), presentes nos Estados de Jonglei, Upper Nile e Unity; **Azande** (10%), no Estado de Western Equatoria; **Toposa** (8%), no Estado de Eastern Equatoria; 5% **Shilluk**, no Estado de Upper Nile; 4% **Murle**, no Estado de Jonglei.

Em 1º de janeiro de 1956, o Sudão obteve sua independência do domínio anglo-egípcio. Antes mesmo da independência do Sudão, contudo, o temor sulista de dominação pelo norte e a busca por maior participação na vida política do país degenerariam em conflito aberto. Em agosto de 1955, enquanto Cartum concentrava esforços para islamizar o sul e integrá-lo ao norte, unidades sulistas do exército amotinaram-se contra sua transferência para quartéis comandados por oficiais do norte. Iniciou-se, assim, o conflito entre a insurgência do Sul e Cartum.

No final dos anos 1960, estima-se que a guerra civil já havia matado 500 mil pessoas.

Em 1969, um golpe militar levou ao poder o Coronel Jaafar al-Nimeiri (1969-1985). Naquele ano, os sul-sudaneses já controlavam a maior parte do atual Sudão do Sul. O novo Governo desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia recursos e vidas. Em 1972, foi finalmente assinado acordo de paz com os rebeldes, então organizados sob o Movimento de Liberação do Sudão Meridional (SSLM, em inglês), precursor do Movimento Popular de Liberação do Sudão (SPLM, em inglês). O acordo concedeu maior grau de autonomia à região (que seria governada como uma só entidade), incorporando indivíduos sulistas ao sistema político e integrando os rebeldes ao exército sudanês.

Segunda Guerra Civil Sudanesa (1983-2005)

Causas do conflito

Durante o restante da década de 1970, o Governo de Nimeiri buscou equilibrar-se entre as pressões conflitantes advindas da necessidade, de um lado, de preservar a paz com o sul e, de outro lado, de administrar o ressentimento dos movimentos políticos islâmicos do norte, que viam o acordo de paz como rendição.

No início dos anos 1980, a balança passou a pender para o lado islamista. Sob pressão, Nimeiri redividiu o sul em três províncias e proclamou a "sharia" como base do sistema legal sudanês. Segundo analistas, a decisão de dividir as províncias do sul visava a enfraquecer a liderança única da região, para facilitar a exploração do petróleo, descoberto na região em 1979.

A luta por recursos naturais, o papel da religião no Estado e o direito à autodeterminação motivaram a retomada da guerra civil, em 1983, pelo SPLA/M (Exército Popular de Liberação do Sudão - SPLA, em inglês - e seu braço político, o SPLM). O movimento de rebelião militar foi criado para lutar contra a exclusão do sul do Sudão nos processos de desenvolvimento econômico e participação política do país, exclusão que não logrou ser superada no interstício de onze anos de paz (1972-1983).

A escalada dos conflitos internos e a deterioração da situação econômica resultaram em novo golpe militar, em 1985, com a destituição de Nimeiri e a nomeação de Sadiq Al-Mahdi para a Presidência (1986-1989). Nesse período, o exército sudanês enfraqueceu-se, o que facilitou ao SPLA/M dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e, inclusive, em algumas regiões do norte, como o Nilo Azul e as Montanhas Nuba, no Cordofão do Sul, região onde mantêm presença até os dias de hoje, como o SPLM-Facção Norte, movimento que alega não mais manter vínculos com o SPLM do atual Sudão do Sul.

Governo Al-Bashir

Em meio ao conflito com o sul do Sudão, e incapaz de encontrar soluções para os grandes problemas do país, Mahdi foi deposto em 1989 pelo General Omar Hassan Ahmed Al-Bashir, da Frente Nacional Islâmica (NIF, em inglês), movimento islamista sunita. O novo mandatário suspendeu a Constituição e proscreeu todos os partidos políticos, exceto a NIF (o unipartidarismo prevaleceria até 2000). O Governo Bashir promoveu amplas reformas no sistema legal e judicial do país, a fim de conformá-lo a uma determinada versão de islamismo político. Nesse período, houve confiscos de propriedades privadas. Cresceu a influência do fundamentalismo islâmico, sob o comando de Hassan Al-Turabi, ideólogo da Frente. Os anos em que a NIF esteve à frente do poder (década de 1990) são considerados por analistas sudaneses como os de maior radicalismo islâmico.

O Sudão passou a ter participação ativa nos congressos pan-árabes e pan-islamistas da década de 1990. No plano político, os desentendimentos pontuais entre os partidos nortistas (recorrentes desde a independência) foram praticamente eliminados após a tomada de poder pelo partido de Al-Bashir.

Com relação ao conflito com o sul do Sudão, após o golpe de 1989, o Governo lançou uma série de ofensivas militares contra a insurgência do sul, chegando a controlar boa parte do território rebelado. Contudo, com o apoio de países da região, o SPLA/M e outras facções separatistas sul-sudanesas foram capazes de impor-se militarmente, reconquistando quase toda a região sul do país. Fortalecida, a guerrilha passou a constituir séria ameaça ao Governo em Cartum.

Nova Constituição foi elaborada em 1996. Também em 1996, foram realizadas eleições presidenciais – vencidas pelo General Al-Bashir – e parlamentares. Em 1997, o Governo iniciou conversações de paz com o SPLM e outros grupos rebeldes que se haviam formado no sul. Às rivalidades tradicionais, de cunho étnico e religioso, somava-se, agora, a disputa pelos dividendos do petróleo (que passaria a ser explorado em larga escala a partir de 1999).

Partido do Congresso Nacional

Em 1998, a Frente Nacional Islâmica foi transformada no “Partido do Congresso Nacional” (NCP, em inglês). O partido manteve a estrutura centralizada do Estado, mas suavizou, sobretudo no plano social, muitas das políticas da época de Turabi. A Constituição elaborada em 1996 entrou em vigor em julho de 1998, com separação de poderes e garantias de liberdade de associação, religião e pensamento.

Em 1999, conflito interno no seio do NCP levou o Presidente Al-Bashir a declarar estado de emergência, dissolver o Parlamento e suspender direitos previstos na Constituição, inclusive aqueles relativos às estruturas de governo autônomo dos Estados federados.

Em dezembro de 2000, foram realizadas eleições gerais, boicotadas pelos partidos de oposição. Al-Bashir reelegeu-se para novo mandato de cinco anos. O NCP ganhou 355 dos 360 assentos parlamentares, e membros do partido seguiram controlando cargos influentes no Governo, nas Forças Armadas, no Judiciário, nas instituições acadêmicas e na mídia.

No campo econômico, o NCP passou a seguir a orientação do FMI, a partir de 1997, logrando estabilizar as contas nacionais do país. O Sudão obteve, assim, a partir de 1999, com o início da exportação de petróleo em grande quantidade, taxas de crescimento da ordem de 13%. Frente à necessidade de diversificação da sua base produtiva, o Governo do Sudão também passou a buscar o que denomina "revolução verde" – grandes projetos agrícolas com o objetivo de transformar o Sudão em celeiro de alimentos.

Acordo Abrangente de Paz

Sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e com o apoio da "troika" formada por Estados Unidos, Reino Unido e Noruega, o processo de paz sudanês obteve progressos significativos.

O processo iniciado em 2002 culminou, em janeiro de 2005, com a assinatura do Acordo de Paz Abrangente (AAP) entre o Governo do Sudão e o SPLM/A, liderado, então, por John Garang. O acordo, que abarcou todos os instrumentos anteriormente firmados, previa:

- Eleições gerais no Sudão;
- Formação de Governo de Unidade Nacional;
- Referendo sobre o *status* do sul do Sudão;
- Acordos sobre as receitas advindas da exploração de petróleo;
- Referendo sobre o *status* de Abyei (se a região continuaria vinculada ao norte, com *status* administrativo especial, ou se passaria a ser parte do sul); e
- Consultas populares no Cordofão do Sul e no Nilo Azul sobre a partilha de poder nesses Estados.

O AAP previa, contudo, que as partes deveriam envidar esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Desde seu reinício, em 1983, até a assinatura do AAP, em 2005, a guerra civil sudanesa ocasionou a morte de mais de 2 milhões de pessoas e gerou 4,5 milhões de deslocados internos e refugiados.

As eleições nacionais de abril de 2010

As eleições gerais previstas no AAP foram realizadas em abril de 2010, em clima pacífico. Pelos resultados, o Presidente Al-Bashir (NCP) foi confirmado no cargo, com 68% dos votos, e Salva Kiir (SPLM), com 93% dos votos, foi eleito Presidente do Governo do Sul e passou, igualmente, a ocupar o cargo de Vice-Presidente no Governo de Unidade Nacional. No Parlamento em Cartum, o NCP angariou 72,5% dos assentos, e o SPLM, 22,3%. No Governo de Unidade Nacional, dois dos Ministérios foram ocupados por representantes de Darfur, nove do SPLM e o restante por membros do NCP.

Para o SPLM, mais relevantes do que as eleições gerais foram as eleições para o Governo do Sul do Sudão, pela qual se constituiu instância semiautônoma no país. Seu interesse em participar do Governo de Unidade Nacional seria instrumental, sobretudo, para garantir a realização do referendo sobre o *status* do Sul do Sudão.

Indiciamento do Presidente Al-Bashir pelo TPI

A Promotoria do TPI abriu investigações sobre a situação em Darfur, em junho de 2005, e, em 2008, solicitou a expedição de mandado de prisão contra o Presidente Al-Bashir. Em julho de 2010, o TPI expediu novo mandado de prisão contra o Presidente Al-Bashir, por crime de genocídio. Contudo, com o objetivo de contrarrestar as decisões do Tribunal, o Sudão tem obtido apoio, no plano regional, para manter inalterada, até agora, a tendência majoritariamente a seu favor dos Estados-Membros da Liga dos Estados Árabes, bem como da União Africana.

Referendo de 9/11/2011 e Independência do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, de forma pacífica, referendo sobre o *status* do sul do Sudão, com 98,83% do eleitorado optando pela separação entre sul e norte. Os resultados confirmaram o desejo dos sul-sudaneses pela secessão do país.

O Presidente Al-Bashir aceitou os resultados e promulgou decreto confirmando o referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de 6 meses, estipulado pelo próprio AAP, foi emitida declaração formal de independência do Sudão do Sul, tendo Salva Kiir assumido a Presidência do novo país. A cerimônia de independência contou com a presença do Presidente Al-Bashir. O Sudão do Sul foi admitido como membro da ONU na semana seguinte (14/7/2011).

A secessão sul-sudanesa possuiu relevante caráter simbólico para a África. Foi o primeiro movimento endógeno no continente de redefinição de fronteiras, por votação e com base em decisão mutuamente aceita.

Panorama recente

Sob os impactos da Primavera Árabe e da deterioração do quadro econômico, o Presidente Al-Bashir tem buscado promover paulatina abertura do regime, mostrando maior propensão ao diálogo. Em fevereiro de 2012, o Presidente promoveu reforma ministerial, para reforçar seu núcleo de apoio político. A reforma também respondeu à necessidade de impor medidas de restrição fiscal e de enxugamento da máquina pública, tendo em conta a perda de receitas provenientes dos recursos petrolíferos, após a independência do Sul do Sudão.

Em abril de 2013, o Governo anunciou anistia a todos os presos políticos e reiterou convite a todas as forças políticas para entendimento em torno de um projeto nacional, com vistas à eleição de 2015 e à elaboração de nova Constituição. A oposição tem reagido aos gestos conciliadores demandando a participação imediata nos destinos do Governo. Todavia, por permanecer dividida internamente, a oposição não se tem mostrado hábil para expressar, de maneira efetiva, as demandas de parcelas da população descontentes com o quadro político e econômico.

O debate no âmbito governamental sudanês é, portanto, intenso e tem levado o Presidente a atuar como moderador. Distúrbios ocorridos em setembro de 2013, quando o

preço da gasolina e do diesel foram majorados, em média 80%, por causa do corte nos subsídios, demonstram as dificuldades do atual Governo de conciliar austeridade orçamentária com acomodação de setores descontentes da sociedade e da vida política do país. Tanto oposição quanto a ala moderada do partido do Governo concordam que o Sudão encontra-se em importante momento de inflexão na sua política interna. As forças político-partidárias têm procurado ajustar-se mutuamente na construção de um consenso quanto à mudança do regime.

Darfur

Motivados pela marginalização socioeconômica e política de Darfur, rebeldes darfurianos começaram a organizar-se, em 2001 e 2002, em oposição a Cartum. Os dois principais grupos rebeldes de Darfur, o "Sudan Liberation Movement/Army" (SLM/A) e o "Justice and Equality Movement" (JEM) iniciaram suas atividades militares em fins de 2002 e início de 2003. À época, Cartum encontrava-se em negociações de paz com o SPLM/A, do sul do Sudão, e não possuía recursos militares suficientes para reagir à insurgência. Apesar dos esforços em prol de uma solução política para o conflito, os embates continuaram, levando à deterioração das condições securitárias e humanitárias na região.

Em fevereiro de 2009, iniciaram-se negociações de paz, em Doha, para o conflito em Darfur. Em julho de 2011, o Movimento da Libertação e Justiça (LJM), que reúne diversos grupos rebeldes, e o Governo sudanês firmaram o Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD), o que representou importante marco no processo de paz. Naquela ocasião, o JEM, contudo, não aderiu ao DDPD.

Importante passo para a implementação do DDPD foi dado com o estabelecimento e nomeação dos membros do Conselho da Autoridade Regional para Darfur (ARD), em janeiro de 2013. Em parceria com o Programa da das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Governo em Cartum, a ARD é a entidade responsável pela a implementação da Estratégia de Desenvolvimento de Darfur, que ganhou prioridade no segundo semestre de 2013. Também constituíram avanços recentes a nomeação de um darfuriano como Segundo Vice-Presidente da República do Sudão e o anúncio, por parte de Cartum, de previsão orçamentária de cerca US\$ 180 milhões para o apoio ao processo de paz. A Conferência de Doadores, prevista no DDPD, e realizada em abril de 2013 em Doha, amalhou US\$ 3,4 bilhões para a reconstrução e o desenvolvimento de Darfur.

O objetivo atual da ONU e da União Africana (UA), em parceria com o Governo sudanês, é buscar o diálogo com grupos rebeldes. Em abril de 2013, com a adesão do JEM ao DDPD (que se seguiu ao cessar-fogo assinado pelas duas partes em fevereiro de 2013), os principais grupos rebeldes estavam comprometidos com o processo de paz. A implementação do acordo de paz entre o JEM e o Governo do Sudão tem, contudo, encontrado entraves, devido à ausência de liderança do grupo rebelde, após o falecimento de seu antigo líder, em maio de 2013.

Com a pressão militar e política de Cartum pelo fim dos conflitos em Darfur, os movimentos armados na região estreitaram laços, alcançando perfil político mais elevado. Em novembro de 2011, formaram coalizão com o SPLM-N, denominada "Frente Revolucionária do Sudão". A aliança ampliou para o âmbito nacional a atuação dos

movimentos darfurianos que, até então, mantinham-se restritos a sua região. Em agosto de 2013, o SLM/A, que faz parte do DDPD, optou por boicotar a última reunião de consultas organizada pelo Representante Especial da ONU para Darfur, Mohamed Ibn Chambas, em Arusha, Tanzânia, sob o argumento de que deveriam haver sido convidados também grupos que, apesar de não atuarem em Darfur, compõem a Frente Revolucionária do Sudão.

Em setembro de 2013, teve lugar a VI Reunião da Comissão de Seguimento e Implementação do DDPD, que avaliou positivamente o processo de paz em Darfur. Contudo, alguns participantes expressaram preocupação com atrasos na implementação, bem como com impactos negativos de lutas intercomunitárias ainda existentes (em particular as tribos Misseriya e Salamat) sobre os esforços de reconstrução e desenvolvimento. Além de lutas intertribais, motivadas pelo controle de recursos naturais locais, registram-se, ainda, conflitos esporádicos entre o Governo do Sudão e grupos armados como o SLA-Minni Minawi.

Abyei

O *status* da região de Abyei, localizada na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul, que concentra importantes reservas petrolíferas e é reivindicada por ambos os países, permanece sem resolução definitiva. Recorde-se que, segundo o AAP, um referendo deverá ser realizado para determinar a qual país a região deverá vincular-se. A realização do pleito tem, contudo, encontrado obstáculos, em razão de divergências sobre definição de critérios para registro dos eleitores. O Governo do Sudão tem defendido a participação dos Mysseria, população nômade, com vínculos com o Norte, que transita sazonalmente na região.

Em junho de 2011, foi firmado um acordo entre o Governo do Sudão e o SPLA/M, com regras para a administração e segurança da área de Abyei, em regime temporário. Logo após o acordo, foi criada a Força Interina de Segurança da ONU para Abyei (UNISFA), com mandato para monitorar a desmilitarização e apoiar a supervisão da zona de fronteira.

A União Africana tem pressionado para que seja encontrada solução definitiva para a região em disputa. Em setembro de 2012, o Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana sobre o *status* final de Abyei, apelou às partes envolvidas que intensificassem os seus esforços, com vistas a um acordo sobre a realização do referendo. Em maio de 2013, o Presidente do Painel da UA escreveu aos Presidentes do Sudão e do Sudão do Sul sobre a necessidade de promover o desarmamento da região de Abyei. Em outubro de 2013, o Presidente Al-Bashir encontrou-se com seu homólogo sul-sudanês, em Juba, em sua segunda visita ao Sudão do Sul independente. Na ocasião, os dois mandatários concordaram em acelerar a criação da Administração da Região Abyei, bem como de um serviço de polícia para a região. Reafirmaram, ainda, que uma quota de dois por cento das receitas do petróleo do território, incluindo atrasos, seria transferida à Administração da região.

Em 31 de outubro de 2013, a comunidade Ngok Dinka, residente em Abyei, organizou referendo unilateral, sem respaldo do Governo em Cartum, da União Africana ou da ONU, no qual 99,99% dos votantes manifestaram-se a favor de sua união ao Sudão do Sul. Excluída do referendo, a comunidade Mysseria organizou diversos protestos que

reuniram milhares de pessoas. A comunidade internacional não reconheceu o referendo da comunidade Ngok Dinka como válido, e o Governo em Juba decidiu não se pronunciar.

Poder Legislativo

Nos termos da Constituição sudanesa interina de 2005 (escrita no âmbito das negociações do AAP), o Legislativo sudanês é composto por 2 câmaras: a Assembleia Nacional (Câmara Baixa) e o Conselho dos Estados (Câmara Alta). Os membros da Assembleia Nacional (450) são eleitos por sufrágio universal, para mandato de 5 anos. Os membros do Conselho dos Estados (50), por sua vez, são eleitos de forma indireta, pelas Assembleias Provinciais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa sudanesa tem-se pautado, em larga medida, pelo processo de paz em relação ao Sudão do Sul – no qual Cartum tem desempenhado papel considerado positivo – e pelos conflitos internos com implicações para a política exterior do país (Darfur, Cordofão do Sul e Nilo Azul). Relativamente isolado no cenário internacional, o país busca diversificar suas parcerias, atrair investimentos externos e ampliar as oportunidades para sua reconstrução econômica e social.

Sudão do Sul

As relações com o Sudão do Sul constituem a questão de maior sensibilidade política e diplomática para o Sudão em seu entorno regional. Embora o AAP tenha posto fim a mais de 20 anos de guerra civil entre o sul e o norte e Cartum tenha reconhecido a independência do Sudão do Sul, haviam ficado pendentes de resolução final diversas questões essenciais para ambos os países, dentre as quais a repartição das rendas do petróleo, a delimitação definitiva de fronteiras e o *status* da região fronteiriça de Abyei.

Com a assinatura, em setembro de 2012, dos acordos de Adis Abeba, as relações entre os dois países tendem a normalizar-se. Após a segunda visita do Presidente Al-Bashir a Juba, em outubro de 2013, os mandatários de Sudão e Sudão do Sul emitiram nota conjunta comprometendo-se a adotar medidas que deverão favorecer a definição do *status* definitivo da região de Abyei, bem como a seguir cooperando para manter a produção e o escoamento de petróleo.

Petróleo

O Sudão e o Sudão do Sul ainda apresentam elevada interdependência econômica, sobretudo no que se refere à produção de petróleo. Com a independência sul-sudanesa, Cartum perdeu cerca de 75% de suas reservas petrolíferas, o que constituiu duro golpe nas contas governamentais (o petróleo respondia por 50% das receitas sudanesas). O escoamento do petróleo sul-sudanês, contudo, passa necessariamente por oleodutos sudaneses e é embarcado em portos controlados por Cartum, no Mar Vermelho.

Em janeiro de 2012, o Sudão do Sul interrompeu sua produção de petróleo, em razão dos valores cobrados pelo norte para o escoamento do produto. Juba acusou o Sudão, à época, de desviar o petróleo produzido no Sul e considerou inaceitável o preço cobrado pelo transporte (US\$ 32 por barril). O impasse ganhou contornos militares quando o Sudão do Sul invadiu o complexo petrolífero de Heglig, responsável pela metade da produção petrolífera do Sudão, em abril de 2012, em retaliação a bombardeios sudaneses no Estado de Unity, zona petrolífera sul-sudanesa.

Pela Resolução 2046 (2012), o Conselho de Segurança exigiu que as partes cessassem as hostilidades e retomassem as negociações, o que ocorreu em maio de 2012. A escalada de violência entre os países apaziguou-se com a retirada das tropas sul-sudanesas de Heglig, anunciada em 20/4/2012, e o fim dos bombardeios aéreos por parte de Cartum. Pressões internacionais pela cessação das hostilidades, bem como de países interessados na

retomada da produção de petróleo, foram determinantes para o fim das hostilidades e a retomada das negociações.

O recente conflito interno no Sudão do Sul, que eclodiu em dezembro de 2013, tem sido acompanhado de forma atenta por Cartum, em razão do risco de impacto sobre a produção de petróleo sul-sudanês.

Acordos de Adis Abeba

Em agosto de 2012, foi anunciado consenso entre Sudão e Sudão do Sul quanto aos valores a serem pagos pelo Sudão do Sul para o escoamento de petróleo pelo norte. Os compromissos foram formalizados em setembro de 2012, em Adis Abeba, os quais possibilitaram a retomada da produção sul-sudanesa. Acordou-se, ademais, a criação de zona desmilitarizada na fronteira, a ser monitorada conjuntamente. Em meados de outubro daquele ano, os Parlamentos dos dois países aprovaram o acordo firmado.

Desde então, tem-se verificado relativa distensão entre os dois vizinhos, bem como progressos relevantes na implementação dos Acordos de Adis Abeba. Em março de 2013, os dois países estabeleceram uma "Matriz para Implementação dos Acordos". Sudão e Sudão do Sul vêm promovendo a retirada de suas tropas da região de fronteira e, em abril de 2013, acordaram a abertura de 10 postos fronteiriços. Importante marco da distensão entre os dois países foi a visita do Presidente Al-Bashir ao Sudão do Sul, em abril de 2013. Tratou-se da primeira visita do mandatário sudanês ao país desde sua independência. No mesmo mês, foi retomada a produção de petróleo do Sudão do Sul.

Demais países do entorno regional

- O **Egito** foi, no passado, referencial para o Sudão, bem como potência dominante, juntamente com os ingleses, durante o período do domínio anglo-egípcio. A transição política no Egito abriu, na percepção sudanesa, a possibilidade de redefinição do relacionamento entre os dois países. O Egito, por sua vez, tem especial interesse na estabilidade do Sudão, em virtude da questão da segurança de suas fronteiras e das águas do Nilo. O então Presidente egípcio, Mohamed Morsi, esteve em Cartum em abril de 2013. Na agenda bilateral, discutiu-se o regime das águas do Nilo e o contencioso do chamado "triângulo de Hailib", questão da fronteira entre os dois países a leste, na área de Porto Sudão.

- As transformações na **Líbia**, ocorridas em 2011, foram bem recebidas em Cartum. O fato de cerca de 500 mil sudaneses viverem em território líbio tornava ainda mais sensível o diálogo bilateral. Cartum acusava, ademais, Muamar Kadhafi de apoiar movimentos rebeldes no Darfur. Após o conflito, o Sudão tem buscado normalizar as relações com o país vizinho. Destaca-se, nesse contexto, a viagem de Al-Bashir a Trípoli, em janeiro de 2012.

- O **Chade** foi, durante vários anos, um dos principais focos de disputa da política externa sudanesa. Os dois países acusavam-se mutuamente de apoio a movimentos insurgentes em seus respectivos territórios. Desde 2010, contudo, quando houve importante troca de visitas presidenciais, os dois países têm buscado normalizar as relações, com o fechamento da fronteira ao fluxo de armas e rebeldes. Avanço significativo para a distensão

entre o Sudão e o Chade foi o estabelecimento de Comissão Conjunta de Monitoramento de Fronteiras. A pacificação da "fronteira Oeste" do Darfur constituiu êxito diplomático para Cartum.

- O relacionamento bilateral com a **Etiópia** deu um salto qualitativo em 2003, quando a Etiópia concordou em resolver uma longa disputa fronteiriça com o Sudão e desocupar a região em litígio. O Sudão, por sua vez, ofereceu melhores condições de acesso à cidade portuária Port Sudan. A mediação da Etiópia nas negociações que levaram à assinatura do AAP, em 2005, o engajamento etíope na UNISFA, composta em sua grande maioria por militares etíopes, e a mediação da crise entre Sudão e Sudão do Sul, que culminou com a assinatura dos Acordos de Adis Abeba em setembro de 2012, contribuíram significativamente para a consolidação da distensão nas relações bilaterais.

- No que diz respeito às relações com a **Eritreia**, , ambos os países normalizaram relações, após a negociação de paz com os rebeldes ao leste do Sudão, conduzidas em Asmara, em 2006.

- As relações com o **Quênia**, o mais importante facilitador do AAP, foram estremecidas nos últimos anos. Entre os episódios que abalaram as relações Cartum-Nairóbi, destaca-se a decisão da Alta Corte queniana de cumprir o mandado de prisão expedido pelo TPI contra o Presidente Omar Al-Bashir, caso o Chefe de Estado sudanês entre em território queniano. O aumento dos investimentos quenianos no Sudão do Sul, em especial a projetada construção de novo oleoduto para escoamento do petróleo sul-sudanês por meio do Porto de Lamu, no Quênia, igualmente contribui para o esfriamento das relações entre os dois países.

Países do Golfo

O Sudão constitui parceiro de grande relevância, no continente africano, para países do Golfo como o **Catar** e a **Arábia Saudita**. Investimentos cataris têm sido frequentemente direcionados à compra de terras férteis no norte, às margens do Nilo. O Sudão também ocupa lugar de destaque na "Iniciativa para o Agro-Investimento Externo do Rei Abdullah", da **Arábia Saudita**, que tem canalizado investimentos na compra de terras férteis no norte do país. Devido a sua posição privilegiada, próxima ao Golfo e com saída para o Mar Vermelho, o Sudão encontra lugar de destaque na lista de receptores de investimentos nessa área.

Cumpra também destacar que o **Catar** tem sido o principal mediador entre movimentos rebeldes darfurianos e Cartum. Desde 2006, Doha tem buscado intermediar a solução do conflito de Darfur, que envolve populações muçulmanas. A mediação catari vem obtendo resultados significativos, em especial o Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD), que tem sido importante "mapa do caminho" para entendimentos entre o Governo sudanês e os diversos grupos rebeldes que atuam na região. Em abril de 2013, o Catar, no âmbito do DDPD, promoveu Conferência de Doadores que logrou obter US\$ 3,4 bilhões para a reconstrução e o desenvolvimento de Darfur.

EUA

As relações entre o Sudão e os EUA deterioraram-se sensivelmente durante a década de 1990. Nesse contexto, desde 1997, o Governo dos EUA aplica sanções unilaterais ao Sudão. Tais sanções foram alegadamente impostas com o objetivo de provocar a mudança de comportamento do Governo sudanês no que tange à violação de direitos humanos.

Passados mais de 15 anos da imposição das primeiras sanções, o Sudão tem buscado a normalização das relações com os Estados Unidos. O Sudão atribui a delicada situação financeira em que se encontra ao embargo unilateral norte-americano, asseverando que a situação econômica só poderá ser equacionada com a normalização das relações entre os dois países.

União Europeia

As relações com países da UE são mais fluidas e pragmáticas. Apesar das críticas de países europeus à situação de direitos humanos e humanitário no país, não há embargo declarado, e as correntes de comércio são significativas. Países como a França, o Reino Unido e a Alemanha fazem, bilateralmente, críticas à situação humanitária em diversas regiões do país, o que, contudo, não impede que haja certa abertura ao diálogo, com troca de visitas governamentais de parte a parte. Algumas das principais agências de cooperação europeias desenvolvem projetos no Sudão, com foco em capacitação, saúde materno-infantil e segurança alimentar.

Entre os países europeus, a **Noruega**, em especial, é percebida por Cartum como país neutro e engajado na construção da paz. A esse respeito, convém recordar que a então Ministra para a Cooperação Internacional daquele país, Hilde Johnson, exerceu importante papel como um dos mediadores das negociações que levaram à assinatura do AAP em 2005. O Sudão é, ademais, um dos países africanos que mais recebe ajuda norueguesa.

China

Diante das sanções unilaterais norte-americanas ao Sudão, a China tem sido importante fonte de recursos para a economia do país. Pequim constitui o maior parceiro comercial do Sudão, além de maior investidor estrangeiro. O país asiático investiu na infraestrutura de escoamento do petróleo no norte do país, mas, com a secessão do Sudão do Sul, que herdou em seu território cerca de 75% das reservas petrolíferas do Sudão pré-secessão, passou a enfrentar a difícil tarefa de conciliar seus interesses com relação ao Sudão e ao Sudão do Sul. A China tem mantido, dessa forma, equidistância no relacionamento com os dois países. Pequim tem, historicamente, privilegiado os aspectos econômico-comerciais na relação com o Sudão.

União Africana

A União Africana (UA) tem sido importante foro para a atuação da diplomacia sudanesa. A UA constitui importante fonte de apoio ao Sudão, no contexto dos mandados de prisão contra Al-Bashir. Ainda em meados de 2008, a UA solicitou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a suspensão do processo em curso no TPI. Em julho de 2009, ante a falta de deliberação pelo CSNU do pedido formulado, a Assembleia da Organização adotou decisão de não cooperar com o TPI para a prisão do mandatário sudanês, com base no princípio das imunidades dos Chefes de Estado.

A UA atua, ademais, como mediadora relevante para as relações entre Sudão e Sudão do Sul, através do Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana (AUHIP), chefiado pelo ex-Presidente sul-africano Thabo Mbeki.

Destaca-se, também a missão conjunta da UA e da ONU para Darfur, a UNAMID, estabelecida em julho de 2007 pela Resolução 1769 do CSNU. Com efetivo autorizado de 20 mil tropas e 6 mil policiais, a missão híbrida é a maior missão de paz em atuação no mundo. Entre suas principais atribuições estão a proteção de civis, a garantia da segurança dos esforços de assistência humanitária, a verificação da implementação dos acordos de paz entre rebeldes e Governo e a promoção dos direitos humanos e do Estado de Direito.

Liga Árabe

Outra importante fonte de apoio ao Sudão têm sido os países árabes. Os países da Liga Árabe apoiaram o Sudão diante das acusações do TPI, por considerarem que a execução do mandado de prisão expedido pelo TPI alijaria ator-chave nas negociações para a pacificação de Darfur – mediadas pelo Catar com apoio da LEA –, e de outras regiões do país. O Sudão tem sido, ademais, defensor da causa palestina.

Nações Unidas

As Nações Unidas possuem presença relevante e ampla no país, por meio não somente das Missões de Paz mantidas em território sudanês (Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur-UNAMID e Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei-UNISFA), mas também por suas agências especializadas, como o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). O Sudão apoia a reforma do Conselho de Segurança, nos termos do Consenso de Ezulwini da União Africana, que propõe a ampliação dos membros com poder de veto, em especial por meio da inclusão de países africanos no CSNU. A Chancelaria sudanesa tem manifestado, ademais, apoio ao assento permanente brasileiro.

Tribunal Penal Internacional – TPI

O indiciamento e expedição de dois mandados de prisão contra o Presidente Al-Bashir pelo TPI contribuem para o relativo isolamento sudanês. Embora o Sudão não seja

parte do Estatuto de Roma, as investigações sobre possíveis crimes sob a jurisdição do Tribunal em Darfur foram iniciadas após a aprovação da Resolução 1593 (2005) do CSNU, no âmbito do Capítulo VII da Carta da ONU.

As investigações do Promotor conduziram ao indiciamento de sete sudaneses, entre rebeldes e altos funcionários do Governo, entre os quais o ex-Ministro da Defesa sudanês, Ahmad Harun, em 2007, o atual Ministro da Defesa, Abdel Hussein, em 2012, além do Presidente Omar Al-Bashir, em março de 2009. O indiciamento de Al-Bashir por crimes de guerra e crimes contra a humanidade, com a concomitante expedição de mandado de prisão, foi o primeiro de um Chefe de Estado em atividade pelo TPI. Em 2010, o TPI acatou a apelação do Promotor, para incluir entre as acusações o crime de genocídio, o que levou à expedição de novo mandado de prisão contra Al-Bashir.

De acordo com a denúncia da Promotoria, aceita pelo Tribunal, os crimes teriam sido supostamente cometidos durante uma campanha de contrainsurreição conduzida, durante cinco anos, pelo Governo do Sudão, comandado por Al-Bashir, contra o Movimento/Exército de Libertação Sudanês (SLM/A), o Movimento para a Justiça e a Igualdade (JEM, em inglês) e outros grupos armados de oposição às autoridades de Cartum no Darfur. A campanha seria o resultado de um plano acordado nos mais altos escalões do Governo sudanês, sendo imputável, segundo o Promotor, ao Presidente Al-Bashir.

O Governo sudanês vem sustentando, por sua vez, que, por não ser parte do TPI, as decisões do Tribunal não são aplicáveis ao Sudão. Cartum argumenta, ainda, que a ação da Corte seria politicamente motivada e teria ignorado investigações em curso, conduzidas pelas autoridades sudanesas. Cartum igualmente critica a atuação supostamente seletiva do TPI, cujos casos são, em sua totalidade, referentes a países africanos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Governo sudanês enfrenta, no momento, o desafio de reestruturar e revitalizar sua economia. A secessão do Sudão do Sul (julho/2011) gerou impactos estruturais na organização econômica sudanesa, desarticulando atividades produtivas e canais de exportação. A secessão também vem causando impacto sobre as contas nacionais e políticas macroeconômicas do Governo. Vale recordar que, com a independência sul-sudanesa, Cartum perdeu cerca de 75% de suas reservas petrolíferas, as quais representavam 50% das receitas sudanesas pré-secessão. Além do impacto sobre as contas externas, causado pela redução drástica da participação do petróleo nas exportações, a queda na produção de energia e de alimentos tem causado forte pressão inflacionária e surto de importações.

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia sudanesa teria sofrido contração de 4,5%, em 2011, e de 4,4%, em 2012, e considerando o impacto econômico da secessão do Sul, a contração econômica amplia-se para 11,1%, em 2012. A continuada deterioração dos resultados econômicos, em 2012, deve-se, sobretudo, à interrupção da produção de petróleo sul-sudanês, entre janeiro daquele ano e abril de 2013. Esses resultados contrastam fortemente com a média de crescimento de 6,7% observada no intervalo 2003-2009.

Após a secessão do Sul e até janeiro de 2012, o Sudão exigia receber a quantia de US\$ 32 por barril de petróleo exportado por Juba. No acordo que permitiu a retomada da exportação de petróleo sul-sudanês em abril de 2013, o Sudão passou a receber US\$ 9 ou US\$ 11 por barril exportado, a depender da região de origem do petróleo e de seu tipo. Ademais, Cartum receberá, segundo os termos do acordo, compensação de Juba da ordem de US\$ 3 bilhões, paga por meio da sobretaxa de US\$ 15 adicionais por barril exportado. Com a retomada da exportação de petróleo do Sudão do Sul via Sudão, segundo dados do FMI, a economia sudanesa cresceu 3,9%, em 2013, e tem crescimento real do PIB, projetado para 2014, da ordem de 2,5%.

Em novembro de 2012, a despeito da anunciada retomada do crescimento, o FMI recomendou que Cartum perseverasse em suas políticas de austeridade fiscal, concentrando os investimentos governamentais em medidas voltadas à diversificação da matriz produtiva do país. De fato, com a perda de reservas de petróleo, Cartum tem dado maior ênfase ao desenvolvimento agrícola, bem como à extração mineral (sobretudo de ouro). Nesse sentido, o relacionamento com países do Golfo, Brasil, China, Índia e Turquia tem recebido especial ênfase.

Na área fiscal, a queda das receitas orçamentárias sudanesas tem pressionado o Governo a adotar medidas de corte de gastos públicos, como exclusão e fusão de pastas ministeriais, redução de orçamentos ministeriais e redução de subsídios aos combustíveis. O planejamento orçamentário para 2013 previu déficit fiscal da ordem de 3,4%, sem considerar as receitas decorrentes do pagamento do Sudão do Sul pela exportação de seu petróleo.

O quadro inflacionário é igualmente preocupante: em 2012, a taxa de inflação fechou em 31,9%, significativamente superior à inflação inicialmente projetada pelo Banco Central Sudanês (17,5%); em 2013, o aumento generalizado de preços foi da ordem de 32,1%; e projeta-se leve redução, para níveis próximos a 27,4%, em 2014.

No setor externo, o Sudão apresenta perfil de exportador de *commodities*, como ouro e, sobretudo, petróleo, o qual representou, em 2011, mais de 90% das exportações do país. Antes da secessão do sul, cerca de 80% do petróleo explorado era destinado à exportação, principalmente para a China, que absorveu, em 2011, 69,8% do total das exportações sudanesas. Do lado das importações, máquinas mecânicas e elétricas figuram, segundo dados de 2011, como os principais produtos demandados (24,5% do total), ao passo que cereais, carnes e açúcar correspondem, conjuntamente, a quase 20% da pauta de importações sudanesa. Com a economia estruturalmente dependente das rendas do petróleo e da importação de alimentos e de bens de consumo, o Sudão terá dificuldades de reverter, no médio prazo, a tendência deficitária de suas contas externas.

O expressivo déficit no balanço de transações correntes fechou em 10,8% do PIB, em 2012, e reduziu para 7,3%, em 2013, segundo dados do FMI. Prevê-se que o Sudão continue acumulando dívida externa nos próximos anos. Não há registros seguros da evolução da dívida pública do Sudão. Estima-se, contudo, que a dívida sudanesa tenha crescido de US\$ 9 bilhões para US\$ 41 bilhões, entre 1985 e 2012.

A dívida externa acumulada com garantia pública, por sua vez, vem aumentando, atingindo patamares superiores a 60% do PIB, nos últimos anos. A maior parte da dívida e do financiamento externo ao Sudão é concedida por países do Golfo, sobretudo Arábia Saudita e Kuwait. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) recebida manteve média, entre 2008 e 2012, de 1,9% do Produto Nacional Bruto. Nesse quadro, persistem os esforços de Cartum diante da comunidade financeira internacional para alívio ou perdão de dívidas. Vale registrar que, em 2010, a China perdoou US\$ 6 milhões da dívida sudanesa. O Brasil, por sua vez, assinou acordo de reescalonamento da dívida com o Sudão em maio de 2013.

A resolução da crise econômica enfrentada pelo Sudão dependerá, no médio prazo, do desenvolvimento de setores não relacionados à extração de petróleo. Mineração, hidroeletricidade e agricultura têm sido destacados pelo Governo sudanês como setores prioritários para receber investimentos estatais. Movido por recomendação do FMI, Cartum anunciou, ademais, a elaboração de plano estratégico de substituição de importações e diversificação de exportações, com duração prevista de 3 anos.

Em 2012, mais de 60% das exportações sudanesas foram destinadas à China. Outros destinos importantes foram Japão (17,3%), Índia (5,3%), Canadá (3,2%) e Etiópia (2,1%). O Brasil foi o 56º destino das vendas do Sudão. O petróleo representou 82,4% do total das vendas do país. No que se refere às importações, o Sudão mantém parcerias mais equilibradas. Em 2012, os principais parceiros foram a China (com participação de 30% sobre o total das importações), Índia (10%) e Egito (6,1%). O Brasil posicionou-se no 21º lugar entre os vendedores para o Sudão, com 1,1% do total.

ANEXOS**CRONOLOGIA HISTÓRICA**

- 1881:** Após décadas de domínio egípcio e britânico, líder religioso Mahdi expulsa os ingleses.
- 1899:** Forças militares inglesas voltam a impor regime de soberania conjunta anglo-egípcia.
- 1956:** Independência e criação do Parlamento, sob a liderança do Primeiro-Ministro Al-Zahari.
- 1969:** Golpe militar leva ao poder o Coronel Al-Nimeiri, apoiado depois pela “Irmandade Islâmica”.
- 1972:** Acordo de paz entre Governo do norte e rebeldes do sul.
- 1978:** Descoberto petróleo em Bentiu, região sul, pela empresa americana Chevron.
- 1983:** Guerra civil no sul entre Governo e Movimento de Libertação Popular do Sudão (SPLM).
- 1983:** Presidente Al-Nimeiri (sunita) oficializa lei islâmica (Shariá).
- 1985:** Al-Nimeiri é destituído e Conselho Militar de Transição assume o governo.
- 1986:** Sadiq Al-Mahdi é nomeado Primeiro-Ministro.
- 1989:** Em meio à escalada do conflito interno, Al-Mahdi é deposto pelo General Al-Bashir.
- 1989:** Al-Bashir suspende Constituição; proscree todos os partidos políticos.
- 1989:** Poder legislativo exercido pelo Conselho Revolucionário de Salvação Nacional.
- 1993:** Dissolvido Conselho Revolucionário; Al-Bashir nomeado Presidente.
- 1996:** Governo promulga nova Constituição; eleições presidenciais e parlamentares.
- 1996:** Al-Bashir é eleito Presidente (reeleito em 2000).
- 1997:** Governo inicia difíceis conversações de paz com diversos grupos rebeldes do Sul.
- 2002:** Protocolo de Machakos (estabelece referendo sobre autodeterminação no Sul em 2011).
- 2004:** Recuperação econômica, aumento da exportação de petróleo.
- 2004:** Conselho de Paz e Segurança da UA aprova Missão de Paz em Darfur (AMIS).
- 2005:** Celebrado em Nairóbi Acordo Abrangente de Paz (CPA) definitivo, entre rebeldes do Sul e Governo.
- 2005:** Missão das Nações Unidas no Sudão (MINUS) estabelecida para implementação do Acordo de Paz entre o Norte e o Sul.
- 2005:** Novo Governo, em composição com o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM), toma posse em julho.
- 2005:** Ex-rebelde sulista John Garang assume Vice-Presidência (logo falece em acidente aéreo), sendo substituído por Salva Kiir.
- 2005:** Formado Governo autônomo no Sul.
- 2006:** Acordo de Paz de Darfur (DPA) entre o Governo e um dos principais grupos rebeldes.
- 2007:** Criada a Missão híbrida ONU-UA em Darfur (UNAMID), em substituição à AMIS.

2007: TPI emite mandado de prisão contra suspeitos de crime de guerra em Darfur, entre os quais, o ministro da defesa sudanês, Ahmad Harun.

2008: ONU assume missão híbrida de paz em Darfur (UNAMID).

2008: TPI indícia Al-Bashir por genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade em Darfur.

2009: TPI expede mandado de prisão contra o Presidente Al-Bashir, sob acusação de crimes de guerra e crimes contra a humanidade em Darfur.

2010: Presidente Al-Bashir declara que aceitará o resultado do referendo, ainda que o Sul opte pela independência.

2010/fev: O Movimento da Justiça e Igualdade (JEM) assina acordo preliminar com o Governo sudanês.

2010/abr: Realizadas eleições multipartidárias. O Presidente Al-Bashir foi confirmado no cargo e Salva Kiir foi eleito Presidente do Sul do Sudão.

2010/jul: TPI expede um segundo mandado de prisão contra Al-Bashir, dessa vez por acusações de genocídio.

2011/jan: Realização de referendo sobre a independência do Sudão do Sul.

2011/jul: Promulgação de decreto que confirma o referendo de independência, e assinatura do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD). Independência do Sudão do Sul em 9 de julho de 2011.

2012/fev: Presidente Al-Bashir empreende reforma ministerial.

2012/set: Assinatura dos Acordos de Adis Abeba entre Sudão e Sudão do Sul, por meio do qual foi retomada a produção de petróleo sul-sudanesa, escoada pelo Norte.

2013/jan: Estabelecimento e nomeação dos membros do Conselho da Autoridade Regional para Darfur (ARD).

2013/fev: Cessar-fogo assinado com o Movimento da Libertação e Justiça (LJM).

2013/abr: Governo anuncia anistia a presos políticos e conclama demais forças políticas ao entendimento e à elaboração de nova Constituição.

2013/jun: Governo anuncia bloqueio a exportações petrolíferas sul-sudanesas, em retaliação a apoio que Juba estaria concedendo a rebeldes no Sudão.

2013/set: Governo anuncia o corte dos subsídios na área de combustíveis, o que ocasiona protestos com mortes em Cartum.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1968: Brasil e Sudão estabelecem relações diplomáticas.

2003: Brasil recebe visita do Ministro dos Transportes do Sudão.

2003: Brasil recebe visita do Ministro da Educação sudanês, que é recebido pelo Ministro de Relações Exteriores.

2004: Sudão abre Embaixada no Brasil, a primeira na América do Sul.

2005: Osman Ismail, então Chanceler sudanês, participa da I Cúpula América do Sul e Países Árabes (ASPA).

2005: Brasil contribui com observadores militares à UNMIS.

2005: Brasil e Sudão assinam Acordo de Cooperação Técnica.

2006: Brasil e Sudão assinam Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.

2006: É realizada, em Brasília, a I Reunião Bilateral de Consultas Políticas.

2006: Brasil abre Embaixada residente em Cartum.

2006: Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça apresenta credenciais.

2007: Governador de Cartum visita o Brasil e realiza programação empresarial.

2007: Subsecretário-Geral de Política II do Ministério das Relações Exteriores vai a Cartum para a II Reunião Bilateral de Consultas Políticas.

2008: Embaixador Omer Salih Abubakr assume a Embaixada do Sudão no Brasil.

2008: Brasil recebe visita do Enviado Especial do Presidente Al-Bashir, Ali Ahmed Karti.

2009: Realizada em Brasília a III Reunião Bilateral de Consultas Políticas, que contou também sessão para exame das áreas de cooperação.

2009: O Deputado Nilson Mourão realiza visita oficial ao Sudão (Cartum e Darfur), sendo recebido pelo Presidente Al-Bashir.

2010: Osman Khalid Modawi, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento do Sudão, visita o Brasil, em reciprocidade à visita realizada pelo Deputado Nilson Mourão.

2010/fev: O Brasil, em parceria com Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, participa da Feira Internacional de Cartum.

2010/mar: Realizada em março missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Cartum, com representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Embrapa, Fiocruz e "Olé Brasil".

2010/abr: Atendendo, a pedido do Governo do Sudão, Brasil envia àquele país missão de observação eleitoral.

2010/nov: Visita ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Karti, durante a qual foi celebrado acordo que estabelece a Comissão Mista entre os dois países (cuja primeira reunião, contudo, ainda não foi realizada).

2011/abr: Visita do Governador de Cartum ao Governo do Distrito Federal, ocasião na qual foi firmado acordo estabelecendo as duas capitais como cidades-irmãs, com cooperação nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento agrícola, transporte, entre outros.

2011/dez: IV Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III (SGAP III) do Ministério das Relações Exteriores e da alta cúpula da chancelaria sudanesa.

2012/nov: Visita ao Brasil do Ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz, cuja delegação indicou que seu país tenciona expandir a capacidade de produção de petróleo "onshore" e, principalmente, "offshore". Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Sr. Ahmed Ibrahim El-Tahir, na qual foi aventada a possibilidade de criação de um "Grupo de Amigos", composto por parlamentares de ambos os países.

2013/mar: Visita do Ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil – que já havia visitado o Brasil, em 2007, na qualidade de Governador de Cartum – reflete o desejo do Governo sudanês em aprofundar a cooperação nessas áreas, bem como prospectar novas possibilidades de cooperação e parcerias.

2013/mai: Governo brasileiro anuncia perdão de 90% da dívida sudanesa. Assinatura de projeto entre a ABC e o Governo sudanês, que tem por objetivo estabelecer biofábrica para a multiplicação de mudas de cana-de-açúcar no país, com capacitação de recursos humanos.

2013/jun: Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti, ao Brasil.

2013/set: Realizada pela ABC, em setembro, primeira atividade do projeto "Melhoramento da Produção da Cana-de-açúcar no Sudão", com representantes do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

2013/nov: Visita ao Brasil do Ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz, para assinatura do Memorando de Entendimento nas áreas de Petróleo, Gás Natural, Etanol e Eletricidade, no Ministério de Minas e Energia.

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (Especiais)	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	9/5/2006	9/5/2006	Vigente
Acordo de Cooperação Técnica	11/5/2005	21/9/2006	Vigente

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

SUDÃO: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República do Sudão
Superfície	1,9 milhão Km ²
Localização	Nordeste da África
Capital	Cartum
Principais cidades	Cartum, Omdurman, Kassaia, El Obeid, Wad Medani, Gedaref
Idiomas oficiais	Árabe e inglês
Moeda	Libra Sudanesa

O Sudão está localizado no continente Africano, e faz fronteira com o Mar Vermelho, Egito, Eritreia, Etiópia, República Centro-Africana, Chade, Líbia e Sudão do Sul. É o 16º maior país do mundo em extensão e, comparando-o com o território brasileiro, é maior que o Amazonas. Possui significativas reservas de petróleo, e também de minério de ferro, cobre, minério de cromo, zinco, tungstênio, mica, prata e ouro.

Fonte: CIA, 2013, DICE. Dados de Integração Comercial com base nas seguintes publicações: (1) CIA, Economic Intelligence Unit, Country Report December 2013; (2) UNCTAD, Trade Development Report 2013

PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS (2012)

População (2013)	34,38 milhões de habitantes
Taxa de desemprego (2013)	19,0%
Taxa de alfabetização	71,1%
Expectativa de vida	61,8 anos
Ranking IDH	171º

A população sudanesa, de 34,38 milhões de habitantes em 2012, é 71,1% alfabetizada e possui expectativa de vida de 61,8 anos. No ranking do IDH de 2012 o Sudão posicionou-se no 171º lugar.

Fonte: CIA, 2013, DICE. Dados de Integração Comercial com base nas seguintes publicações: (1) UNCTAD, Trade Development Report 2013; (2) UNDP, Human Development Report 2013

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2013)

PIB nominal	US\$ 52,5 bilhões
Crescimento real do PIB	3,91%
PIB nominal "per capita"	US\$ 1.527
PIB PPP	US\$ 89,97 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 2.617
Inflação (fim do período)	19,8%
Saldo em transações correntes	US\$ - 6,27 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 202 milhões
Dívida externa	US\$ 42,26 milhões
Câmbio (SDG / US\$)	5,90
Exportações de serviços (2012)	US\$ 483 milhões
Importações de serviços (2012)	US\$ 2 bilhões

Com PIB nominal de US\$ 52,5 bilhões e crescimento de 3,91% em 2013, o Sudão posicionou-se como a 78ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 41,1% do PIB em 2012, seguido do Industrial com 31,2%, e do agrícola com 27,7%. Em 2012, o Sudão comercializou US\$ 2,48 bilhões em serviços, sendo US\$ 483 milhões de exportações (128º lugar no ranking mundial) e US\$ 2,0 bilhões de importações (99º), resultando em déficit na balança de serviços de US\$ 1,52 bilhão.

Fonte: CIA, 2013, DICE. Dados de Integração Comercial com base nas seguintes publicações: (1) CIA, Economic Intelligence Unit, Country Report December 2013; (2) UNCTAD, Trade Development Report 2013

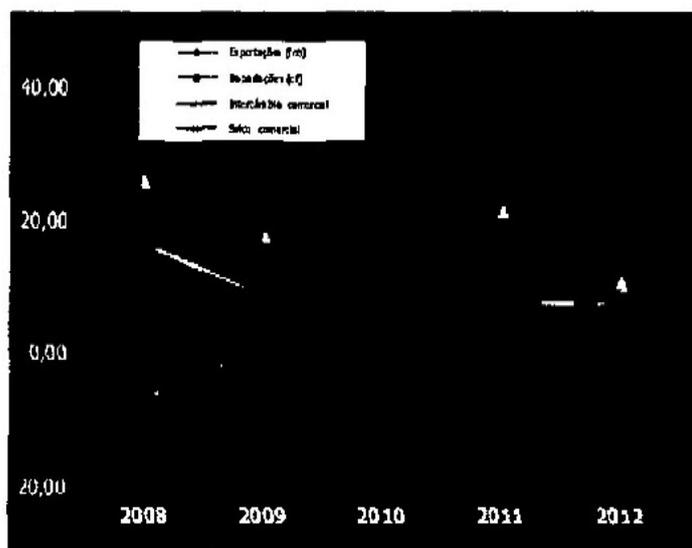
SUDÃO: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾

US\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2008-2012
Exportações (fob)	9,50	9,08	11,53	13,69	3,35	-64,7%
Importações (cif)	16,42	8,59	11,87	7,93	7,38	-55,0%
Intercâmbio comercial	25,92	17,67	23,40	21,61	10,73	-58,6%
Saldo comercial	-6,92	0,49	-0,35	5,76	-4,03	n.c.

Elaborado pelo IIRL/DFR/CIIC - Unidade de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, January 2014

(1) Em 2011 e 2012, os dados foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país (n.c.) Dado não calculado.



O comércio exterior do Sudão decresceu 64,7% entre 2008 e 2012, de US\$ 9,5 bilhões para US\$ 3,35 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 120º mercado mundial, sendo o 121º exportador e o 112º importador. O saldo da balança comercial, deficitário em todo o quinquênio analisado, exceto em 2009, apresentou saldo negativo de US\$ 4,03 bilhões em 2012.

SUDÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

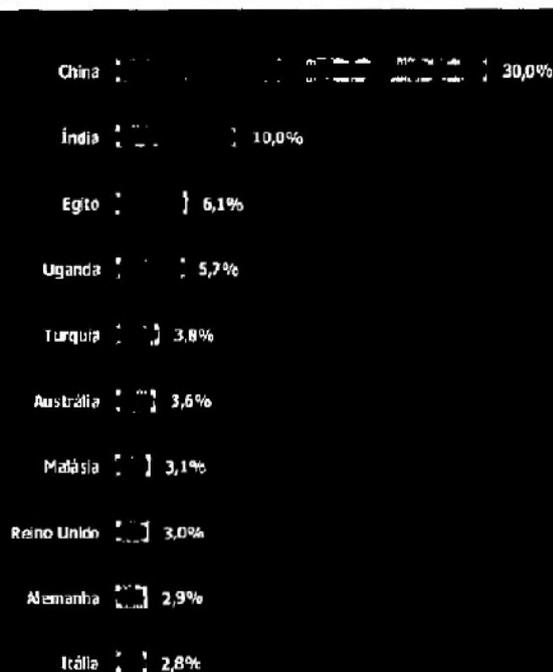
DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
China	2.054	61,3%
Japão	578	17,3%
Índia	179	5,3%
Canadá	106	3,2%
Etiópia	71	2,1%
França	56	1,7%
Coreia do Sul	43	1,3%
Líbano	26	0,8%
Alemanha	24	0,7%
Egito	23	0,7%
Brasil	0,13	0,0%
Subtotal	3.161	94,4%
Outros países	189	5,6%
Total	3.350	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPD/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, January 2014
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

As exportações do Sudão são direcionadas em grande parte aos países asiáticos, que absorveram 87,4% do total em 2012. Individualmente, a China foi o principal destino das vendas sudanesas, com 61,3% do total. Seguiram-se: Japão (17,3%); Índia (5,3%); Canadá (3,2%); e Etiópia (2,1%). O Brasil foi o 56º destino das vendas do Sudão.

SUDÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
China	2.213	30,0%
Índia	740	10,0%
Egito	452	6,1%
Uganda	424	5,7%
Turquia	280	3,8%
Austrália	263	3,6%
Malásia	231	3,1%
Reino Unido	220	3,0%
Alemanha	212	2,9%
Itália	206	2,8%
...		
Brasil	81,79	1,1%
Subtotal	5.322	72,1%
Outros países	2.060	27,9%
Total	7.381	100,0%



Elaborado pelo MRL/DPN/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, January 2014

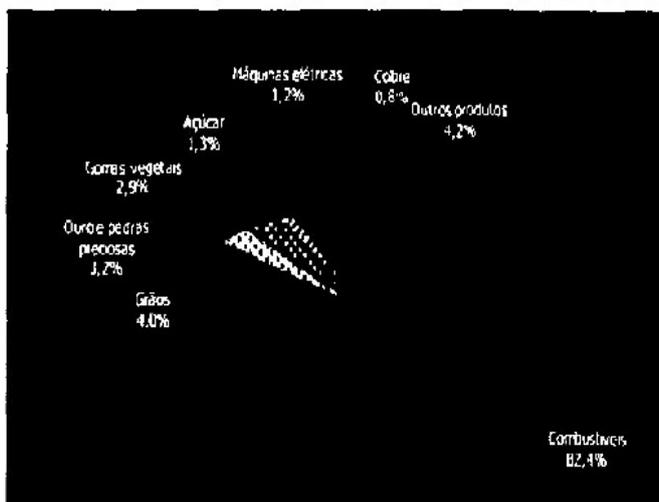
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Os países asiáticos são os principais fornecedores de bens ao Sudão. Em 2012, representaram 55,7% do total. Individualmente, a China foi o principal parceiro, com 30% do total. Seguiram-se: Índia (10%); Egito (6,1%); Uganda (5,7%); Turquia (3,8%) e Austrália (3,6%). O Brasil posicionou-se no 21º lugar entre os vendedores para o Sudão, com 1,1% do total.

SUDÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part. % no total
Combustíveis	2.762	82,4%
Grãos	134	4,0%
Ouro e pedras preciosas	106	3,2%
Gomas vegetais	97	2,9%
Açúcar	44	1,3%
Máquinas elétricas	40	1,2%
Cobre	27	0,8%
Subtotal	3.209	95,8%
Outros produtos	141	4,2%
Total	3.350	100,0%



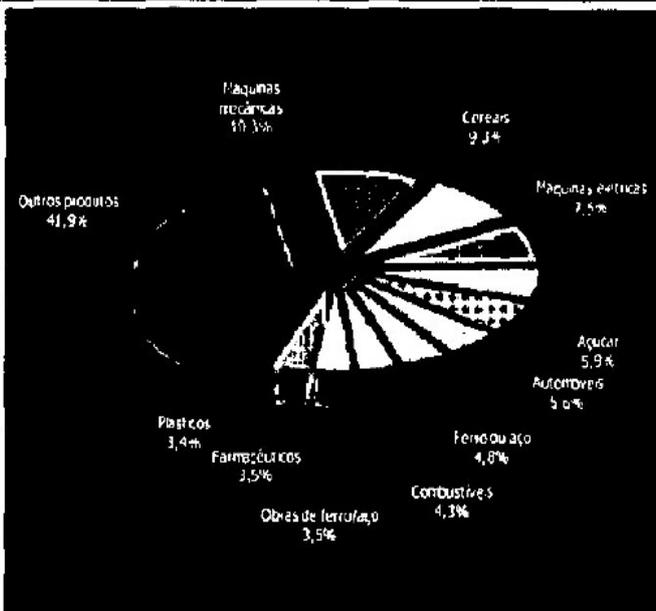
Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNHUR/TAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, January 2014.

(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Na pauta das exportações do Sudão predominam os combustíveis (óleos de petróleo bruto). Em 2012, os combustíveis representaram 82,4% do total, seguidos de grãos (sementes de gergelim) com 4%; e ouro em formas brutas ou semimanufaturadas em pó (3,2%).

SUDÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part. % no total
Máquinas mecânicas	761	10,3%
Cereais	684	9,3%
Máquinas elétricas	555	7,5%
Açúcar	438	5,9%
Automóveis	412	5,6%
Ferro ou aço	351	4,8%
Combustíveis	319	4,3%
Obras de ferro/aço	260	3,5%
Farmacêuticos	255	3,5%
Plásticos	250	3,4%
Subtotal	4.285	58,1%
Outros produtos	3.096	41,9%
Total	7.381	100,0%



Elaborado pelo MRL/DMR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeRep, January 2014

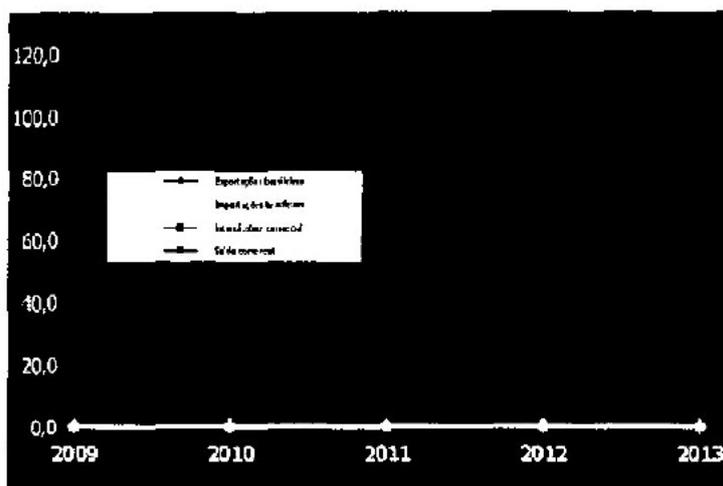
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

A pauta de importações do Sudão é pulverizada. Em 2012, máquinas mecânicas (Bulldozers, angledozers, niveladores, raspo-transportadores (scrapers), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados) foram o principal item da pauta e representaram 10,3% do total. Seguiram-se: cereais (trigo) com 9,3%; máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, incluindo os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio) com 7,5%; açúcar (açúcar refinado) com 5,9%; automóveis (5,6%); e ferro ou aço (4,8%).

BRASIL-SUDÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL						
US\$ milhões, fob						
DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	97,3	100,5	97,2	81,8	53,6	-44,9%
Varição em relação ao ano anterior	91,5%	3,2%	-3,2%	-15,9%	-34,4%	
Importações brasileiras	0,045	0,042	0,063	0,125	0,246	446,3%
Varição em relação ao ano anterior	-85,6%	-7,5%	52,4%	97,2%	96,4%	
Intercâmbio comercial	97,4	100,5	97,3	81,9	53,9	-44,7%
Varição em relação ao ano anterior	90,4%	3,2%	-3,2%	-15,8%	-34,2%	
Saldo comercial	97,3	100,4	97,2	81,7	53,4	-45,1%

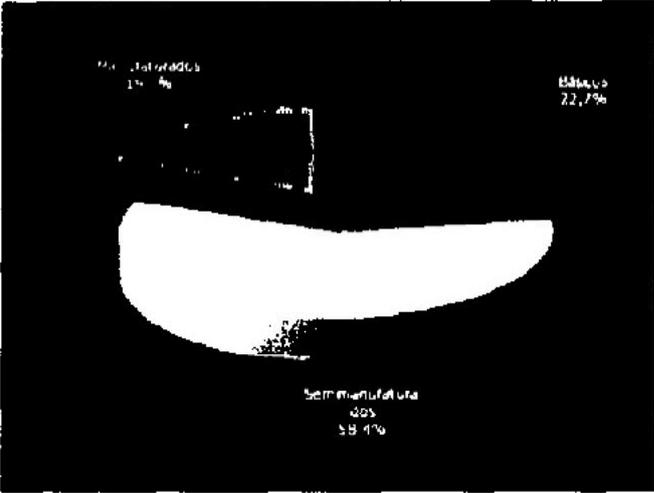
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Arweb.

O Sudão foi o 120º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,01% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o Sudão decresceu 44,7%, de US\$ 97,4 milhões para US\$ 53,9 milhões. Nesse período, as exportações apresentaram retração de 44,9% e as importações, aumentaram 446,3%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 53,4 milhões em 2013.



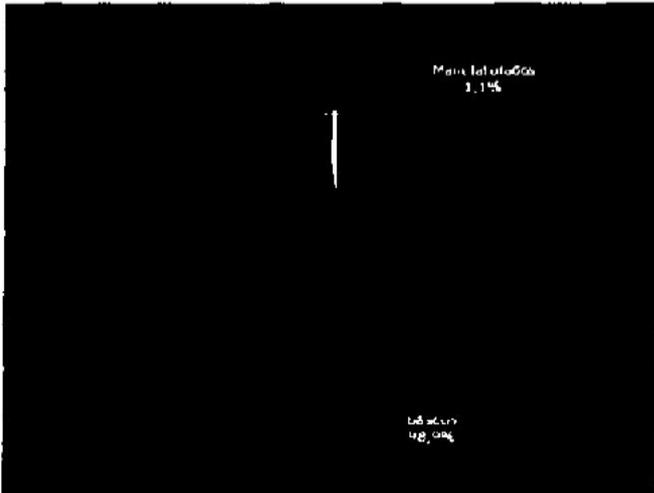
BRASIL-SUDÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO 2012⁽¹⁾

Exportações



As exportações brasileiras para o Sudão são compostas, em sua maior parte, por produtos semimanufaturados, que representaram 58,4% das vendas em 2012, com destaque para o açúcar. Seguiram-se os produtos básicos, com 22,7%, com destaque para cereais, e os manufaturados, com 19%.

Importações



Nas importações, os produtos básicos predominaram, com 98,9% do total em 2012, com destaque para a importação de plantas e partes para perfumaria, medicina e semelhantes.

Elaborado pelo PAZ, OPX, LIL. Os dados referem-se à situação econômica e financeira em 2012 em dados de ACIC, SIEL e LIL. Última atualização dezembro de 2013.

BRASIL-SUDÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013		Exportações brasileiras para o Sudão, 2013
			Valor	Part. % no total	
Açúcar	55,8	49,2	33,7	62,9%	
Máquinas mecânicas	19,0	8,0	5,9	11,0%	
Carnes	4,3	5,1	4,6	8,5%	
Automóveis	3,1	3,0	3,0	5,6%	
Farmacêuticos	0,3	0,4	2,5	4,6%	
Ouro e pedras preciosas	1,8	1,4	1,4	2,5%	
Leite/ovos/mel	0,2	1,9	1,2	2,2%	
Subtotal	84,5	69,0	52,3	97,4%	
Outros produtos	12,7	12,8	1,4	2,6%	
Total	97,2	81,8	53,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE, DPA, DDC. Dados de Inteligência Comercial com base em dados do PDIC SECEX, Aktevel

Açúcar (outros açúcares de cana e açúcar refinado) foi o principal produto brasileiro exportado para o Sudão. Em 2012, representou 62,9% do total das vendas. Seguiram-se: Máquinas mecânicas (máquinas e aparelhos para colheita, arados e charruas) com 11%; carnes (carnes de frango e suínas) com 8,5%; automóveis (5,6%); e produtos farmacêuticos (vacinas para medicina humana, em doses) com 4,6%.

BRASIL-SUDÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013		Importações brasileiras originárias do Sudão, 2013
			Valor	Part. % no total	
Plantas industriais/medicina	44,4	114,5	101,4	41,3%	
Instrumentos de precisão	0,0	0,0	78,9	32,1%	
Máquinas elétricas	0,0	0,0	32,1	13,1%	
Gomas vegetais	17,6	9,2	29,9	12,2%	
Subtotal	62,0	123,7	242,4	98,6%	
Outros produtos	1,4	1,4	3,4	1,4%	
Total	63,4	125,1	245,8	100,0%	

Elaborado pelo MRE, DPA, DDC. Dados de Inteligência Comercial com base em dados do PDIC SECEX, Aktevel

O grupo de produtos constituído por grãos, especificamente o produto "Outras plantas e partes, para perfumaria, medicina e semelhantes" foi o principal item importado do Sudão para o Brasil. Em 2012, representou 41,3% da pauta, seguido de instrumentos médicos e de precisão (outros instrumentos, aparelhos e máquinas de medida/control) com 32,1%; máquinas elétricas (Outras máquinas e aparelhos elétricos com função própria) com 13,1%; e gomas vegetais (12,2%).

Empresas brasileiras no Sudão		
GRUPO PINESSO/ TIROLEZ	Agrícola	Os grupos, em parceria com a Autoridade Árabe para o Investimento Agrícola (AAAID), desenvolve projeto voltado ao cultivo de algodão, milho e soja no estado do Nilo Azul, no leste do Sudão. De acordo com as empresas, o Sudão oferece condições promissoras para investimentos na área agrícola, em função da ampla disponibilidade de terras férteis e planas, adequadas, portanto, ao uso de maquinário para a produção em larga escala. O projeto-piloto decuplicou a produtividade local de algodão. Frente ao êxito do projeto, o Ministério da Agricultura convidou os grupos a estenderem o projeto em escala nacional. Atualmente, a área plantada no âmbito do projeto já chega a 70 mil hectares.
IRRIGER	Infraestrutura Agrícola	A empresa realizou a substituição de bombas a diesel por bombas elétricas ao longo de 1.100 km do rio Nilo, reduzindo de forma significativa o custo de manutenção dos sistemas de irrigação no Sudão.
AQUAVAP	Piscicultura	A empresa vem mantendo negociações com o Governo sudanês, com o objetivo viabilizar o estabelecimento de cadeia integrada de criação de tilápias, envolvendo o melhoramento genético de peixes, a produção local de insumos e a criação de centro de pesquisa e desenvolvimento. O financiamento do projeto se dá com recursos do Governo sudanês e da empresa. A Aquavap é responsável por pesquisa em seu setor e detentora de

		1% do mercado nacional de tilápias. A empresa pretende usar o Sudão como projeto-piloto para a expansão de suas atividades no exterior.
DEDINI	Sucroalcooleiro	Em 2009, a empresa brasileira concluiu a construção, com equipamentos e maquinário fabricados no Brasil, da primeira usina de etanol no Sudão, localizada a 250 Km de Cartum. O empreendimento pertence à Kenana Sugar Company, empresa que tem como acionistas os Governos do Sudão, Kuaite e Arábia Saudita. O investimento realizado na compra de equipamentos e máquinas foi de 15 milhões de euros. Como resultado do investimento, o Sudão exportou, em 2009, 5 milhões de litros de etanol para o mercado europeu. Em 2010, as exportações já haviam-se elevado para 100 milhões de litros.
PETRA ENERGIA	Petróleo e gás	A empresa brasileira, em parceria com a SUDAPET, obteve, em 2012, concessão de exploração de petróleo de quatro lotes (8, 11, C e 18) "onshore" no Sudão.

Empresas sudanesas no Brasil

CTC	Comércio Exterior (maquinário agrícola)	Tem escritório no Brasil, em São Bernardo do Campo.
------------	---	---

Aviso nº 57 - C. Civil.

Em 27 de fevereiro de 2014,

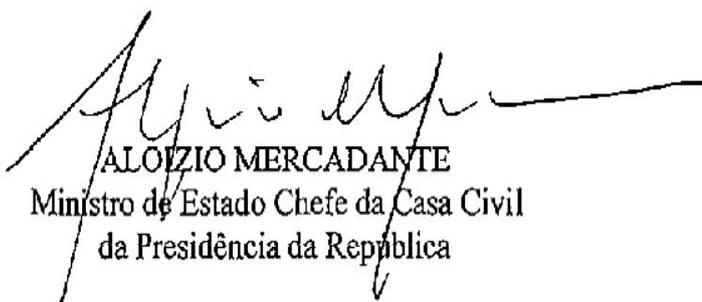
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

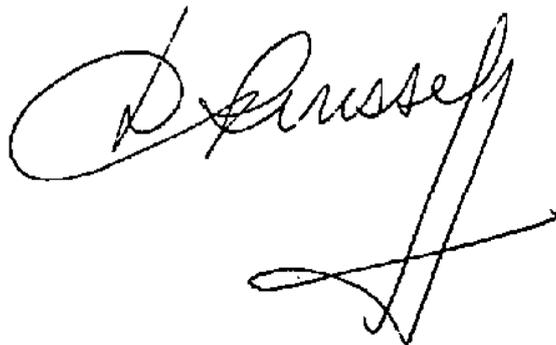
MENSAGEM
Nº 16, DE 2014
(Nº 30/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Tonga.

Os méritos do Senhor Eduardo Ricardo Gradilone Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.



EM Nº 00094/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Tonga.

2. Encaminho, anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

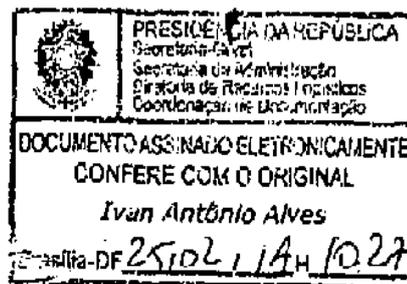
Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

00001.000538/2014-18

EM nº 00094/2014 MRE



Brasília, 25 de Fevereiro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Tonga.

2. Encaminho, anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO**

CPF.: 811.870.848-91

ID.: 7535 MRE

1951 Filho de Victório Gradilone Sobrinho e Itália Rossi Gradilone, nasce em 10 de janeiro em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1974 Comunicação Social, Jornalismo, pela Fundação Armando Álvares Penteado/SP

1974 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

1978 CPCD - IRBr

1982 CAD - IRBr

1983 Mestrado em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a tese "O Serviço Civil Brasileiro".

1998 CAE - IRBr, Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário

1981 Segundo-Secretário

1987 Primeiro-Secretário, por merecimento

1994 Conselheiro, por merecimento

1999 Ministro de Segunda Classe

2008 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1979-83 Divisão do Pessoal, Serviço de Classificação de Cargos e Salários, Chefe

1983-87 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário

1987-89 Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário

1989-91 Embaixada em Paramaribo, Primeiro Secretário, Conselheiro, comissionado e Encarregado de Negócios

1991-92 Departamento das Américas, Coordenador-Executivo, substituto

1992-94 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Assessor

1994-97 Embaixada em Londres, Conselheiro

1997-2001 Embaixada em Tóquio, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2001-06 Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro

2006-07 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Assessor Técnico

2007 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete

2007-10 Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, Diretor

2010 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral

2012 Embaixada em Wellington, Embaixador

2012 Embaixada junto à República de Kiribati, Embaixador cumulativo

2012 Embaixada junto a Tuvalu, Embaixador cumulativo

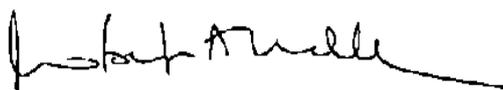
2012 Embaixada junto ao Estado Independente da Samoa, Embaixador cumulativo

Publicações:

- 1977 Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de Empresas, in Revista do III Encontro de Advogados do Sistema Telebrás, DCU-654, Brasília, DF
- 2008 Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, in I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior - Brasileiros no Mundo, FUNAG, Brasília, 2009
- 2009 A Parceria MRE-MPS em apoio aos brasileiros no exterior, in Atuação Governamental e Políticas Internacionais de Previdência Social, Coleção Previdência Social, vol. 32, 1a. edição 2009
- 2011 A importância política dos assuntos consulares e migratórios e o papel fundamental das Chancelarias para o seu adequado encaminhamento. Funag, IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos. Textos Acadêmicos, 2011

Condecorações:

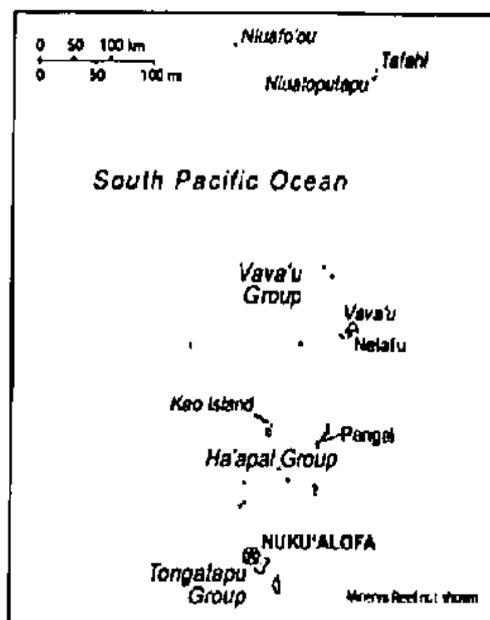
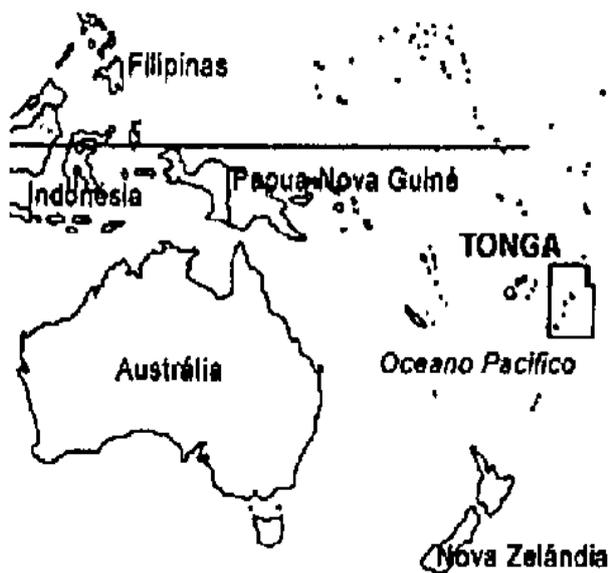
- 1979 Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, IRBr
- 1984 Medalha Santos Dumont, Brasil
- 1994 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
- 2006 Condecoração Pro Merito Melitensi da Ordem Soberana e Militar de Malta, Malta, Grande Oficial
- 2006 Ordem Pontifícia de São Gregorio Magno, Vaticano, Comendador
- 2009 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2010 Ordem do Mérito Anhanguera, grau Grande Oficial, Governo de Goiás
- 2012 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial

**ROBERTO ABDALLA**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DE TONGA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2013

Sumário

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
ASSUNTOS CONSULARES	7
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	7
POLÍTICA INTERNA	8
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA	9
ANEXO I – CRONOLOGIA HISTÓRICA	12
ANEXO II – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	12
ANEXO III – ATOS BILATERAIS	13
ANEXO IV – DADOS E QUADROS DO COMÉRCIO BILATERAL	13

Dados Básicos

NOME OFICIAL	Reino de Tonga
GENTÍLICO	Tonganês
CAPITAL	Nuku'alofa
ÁREA	747 km ² (pouco maior que o município Goiânia/GO).
POPULAÇÃO (2012)	104.260 habitantes (comparável à população de Ourinhos/SP, menor que qualquer capital brasileira).
IDIOMAS	Tonganês e inglês (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Legislativa ("Fale Alea")
CHEFE DE ESTADO	Rei George Tupou VI (desde março de 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Lorde Tu'ivakano (desde dezembro de 2010)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Lord Tu'ivakano (Minister for Foreign Affairs and Trade, desde dezembro de 2010)
PIB NOMINAL (2012)¹	US\$ 476 milhões (Brasil: US\$ 2,4 trilhões)
PIB PPP (2012)¹	US\$ 784 milhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB NOMINAL per capita (2012)¹	US\$ 4.561 (Brasil: US\$ 12.465)
PIB PPP per capita (2012)¹	US\$ 7.510 (Brasil: US\$ 12.181)
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2012)¹	1,3%
IDH²	0,704/90º. (Brasil: 0,718/84º; mundo: 0,682)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (anos)²	72,3 (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO²	99%
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO²	10,3 (Brasil: 7,2; mundo: 7,4)
ÍNDICE DE DESEMPREGO³	5,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Pa'anga (sigla TOP, 1USD = 1,74 TOP)
EMBAIXADOR EM NUKU'ALOFA (cumulativa com Wellington)	Eduardo Gradilone (não-residente)
EMBAIXADOR NO BRASIL	-
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há brasileiros residentes em Tonga

(1) Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weoselgr.aspx>

(2) Disponível em <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/ton.html>

(3) Disponível em <http://www.spc.int/prism/tonga/index.php/social/labour-force-survey>

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC

BRASIL ⇒ TONGA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	149	176	288	177	257	408	208	275	1.368	736
Exportações	41	40	232	177	225	407	208	187	455	702
Importações	108	135	55	---	32	0,2	0,1	88	912	33
Saldo	-66	-95	177	177	193	407	208	99	-456	669

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei George Tupou VI *24º Soberano de Tonga*



Tupou VI nasceu em 12 de julho de 1959, terceiro e mais novo filho do rei Tupou IV. Começou sua carreira como militar em 1982, tornando-se tenente-comandante das forças de defesa de Tonga, em 1987. Em 1988, graduou-se pelo colégio de guerra naval dos EUA e, entre 1990 e 1995, foi capitão de navio patrulha, tendo servido em operações de manutenção de paz em Bougainville.

Em 1998, deixou as forças de defesa para trilhar carreira política, ocupando simultaneamente as funções de ministro das relações exteriores e ministro da defesa e, em 2000, tornou-se primeiro-ministro. Em 2006, abandonou o cargo de primeiro-ministro por motivos não-especificados, em contexto de violentos protestos pró-democracia em fevereiro daquele ano, e em 2008 foi designado alto-comissário de Tonga na Austrália, posição que manteve até 2012.

Em março de 2012, Tupou VI ascendeu ao trono de Tonga após a morte de seu irmão mais velho, então, Rei Tupou V (o segundo filho de Tupou IV foi retirado da linha sucessória após casar-se com uma plebeia).

Lord Tu'ivakano

Primeiro-Ministro,

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Ministro da Defesa e Ministro da Informação e Comunicações.



Siale 'Ataongo Kaho, Lord Tu'ivakano, nasceu em 15 de janeiro de 1952, em Niutoua, Hahake, Tongatapu. Herdou o título Tu'ivakano em janeiro de 1986, após a morte de seu pai. É casado e tem seis filhos.

Estudou em Tonga e na Nova Zelândia. Formou-se em Ciências Políticas pela University of South Australia. Foi professor e ocupou cargo de Supervisor no Ministério da Educação. Teve atuação importante em projetos governamentais ligados à educação, juventude e esportes.

Iniciou a carreira política em 1996, sendo eleito representante da nobreza para o Parlamento pela ilha de Tongatapu. Como porta-voz do Parlamento, de 2002 a 2004, promoveu reformas estruturais. Em março de 2005, foi nomeado Ministro do Trabalho. Em 2006, passou a acumular as Pastas de Emprego e de Juventude e Esportes. Foi reeleito como representante da nobreza por Tongatapu em novembro de 2010. Em 21 de dezembro de 2010, foi eleito Primeiro-Ministro em votação secreta no Parlamento.

RELAÇÕES BILATERAIS

Tonga foi o último país membro das Nações Unidas com o qual o Brasil estabeleceu relações diplomáticas, em dezembro de 2011, após anos de tentativas brasileiras frustradas por falta de resposta da parte tonganesa.

Em 22 de outubro de 2004, a Missão do Brasil junto a ONU (Organização das Nações Unidas) encaminhou nota à Representação Permanente do Reino de Tonga propondo o estabelecimento de relações diplomáticas. Em 13 de maio de 2005, a Missão brasileira reiterou a proposta por meio de outra nota. No primeiro semestre de 2005, foi realizada a primeira missão oficial do Brasil a Tonga, chefiada pelo Embaixador Arnaldo Carrilho - na ocasião, também visitou Fiji, Kiribati, Samoa e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico -. Em 02/11/2005, a Missão do Brasil comunicou-se com a Missão de Tonga em Nova York, com vistas a verificar se havia resposta às notas relativas à formalização das relações diplomáticas com aquele país. A informação recebida foi a de que não havia instruções referentes à questão.

Em junho de 2011, a Embaixadora do Brasil em Wellington, Renate Stille, visitou Tonga no contexto da candidatura brasileira à Direção Geral da FAO. Foi recebida, na ocasião, pelo Primeiro Ministro e pelas seguintes autoridades: Secretário de Estado/CEO do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mahe'uli'uli Sandhurst Tupouniua; CEO do Ministério da Agricultura & Alimentação, Florestas e Pesca; CEO do Ministério da Educação, Condição Feminina e Cultura, Emeli Pouvalu e a Protocol Officer do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ilaisipa Alipate, também responsável pela área cultural do Ministério.

Em 12 de agosto de 2011, a Missão do Brasil, junto a ONU, realizou gestões ligadas ao Encarregado de Negócios do Reino de Tonga, Conselheiro Viliami Malolo, com vistas a verificar a possibilidade de assinatura de Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e aquele país. O Conselheiro afirmou que o Reino de Tonga desejava estabelecer tais relações e explicou que a demora de seu governo em responder à proposta brasileira se devia ao momento político interno de Tonga. Segundo o Conselheiro, a composição final do Conselho Ministerial, hierarquicamente superior ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em matéria de política externa, ainda não fora definida e seria delicado para o Rei adotar posição de política externa que, em termos institucionais, dever-lhe-ia chegar pelo Conselho.

O Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas foi assinado, por fim, em dezembro de 2011, por ocasião da visita da Sra. Subsecretária-Geral Política II (SGAP-II), embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis ao Reino de Tonga, com vigência a partir de 21 de dezembro de 2011.

Durante a visita, a Embaixadora foi recebida pelo Primeiro-Ministro, Lord Tu'iivakano, e manteve encontros com os Ministros da Agricultura, Educação, Turismo, Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Comércio e Indústria.

Brasil e Tonga compartilham posições sobre importantes temas da agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da FAO, desenvolvimento sustentável, direito do mar, segurança energética

e alimentar e desarmamento e não proliferação, além de ambos terem-se empenhado para declarar América Latina e Pacífico Sul como zona livre de armas nucleares.

Em junho de 2012 a delegação de Tonga à Rio+20 foi chefiada pelo Representante Permanente do país na ONU, Sr. Sonatane Tu'a Taumoepeau Tupou. Na ocasião o chefe da delegação de Tonga não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Cooperação Esportiva

A Embaixadora em Wellington, durante seu encontro com o Primeiro Ministro de Tonga, conversou com o "Communication Adviser to the PM" Ahongalu Fusimalohi, que até recentemente ocupava cargo na FIFA, condição em que visitou o Brasil por duas vezes. Ele se declarou torcedor do Flamengo e disse que, em 2008, aquele clube doara 150 "equipamentos completos de futebol" para meninos de seis a doze anos, que muito popularizaram o futebol em Tonga, por ser o único esporte que as crianças praticam com vestimenta adequada, enquanto exercem os demais com seus uniformes escolares. Acrescentou, ainda, que por duas vezes Tonga se havia beneficiado de visitas de técnicos de futebol brasileiros durante algumas semanas, que haviam ensinado muito aos treinadores e jogadores locais.

Por ocasião da visita da Sra. SGAP-II a Tonga, o Ministro da Juventude, Esportes e Emprego manifestou interesse em receber, mais uma vez, técnicos brasileiros na área de futebol e de enviar tonganeses para apoiar o treinamento de rugby no Brasil. Durante sua visita, a SGAP-II entregou ao Primeiro Ministro de Tonga texto de proposta de Acordo de Cooperação na Área de Esportes.

Cooperação Técnica

Em 2011, o Brasil recebeu cinco representantes de Tonga para participação em cursos em diferentes segmentos de cooperação agrícola, e em 2012 15 tonganeses foram recebidos para participar em cursos organizados pela Agência Brasileira de Cooperação dentro de seu programa de capacitação em segurança alimentar.

O Ministro da Agricultura de Tonga, Lord Vaea, demonstrou grande interesse em ampliar a cooperação na área agrícola, com ênfase no manejo de sementes, correção de solos e controle de pragas, bem como solicitou o apoio do Brasil para a instalação de laboratório de teste de avaliação com vistas ao desenvolvimento da produção agrícola em Tonga.

Durante sua visita, a SGAP-II entregou ao Primeiro Ministro de Tonga texto de proposta de Acordo de Cooperação Técnica.

Educação

Por ocasião da visita da Sra. SGAP-II a Tonga, a Ministra da Educação tonganesa expressou interesse em enviar estudantes para cursos de graduação no Brasil. A Ministra do Meio Ambiente demonstrou o mesmo interesse, com

prioridade para cursos na área de engenharia ambiental, com foco em mudança do clima.

CSNU

Tonga apoia a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em ambas as categorias de membros, defendendo a necessidade da representação regional no órgão. Dessa maneira, o país é a favor de um assento permanente para o continente africano. Além disso, considera que os pequenos estados insulares estão sub-representados no CSNU, sendo necessário garantir um assento rotativo para o grupo. Defende ainda a criação de assento permanente para o Grupo da América Latina e Caribe e a remediação da sub-representação da Ásia.

Comércio bilateral

O intercâmbio comercial entre Brasil e Tonga, é modesto, mas apresenta potencial de crescimento, conforme atestado pelos intercâmbios recordes de 2011 e 2012. Em 2011, a corrente de comércio atingiu a cifra de US\$ 1,368 milhão, um aumento substancial frente aos US\$ 48 mil de 2002. Após a crise financeira, a corrente de comércio reduziu-se em quase 50%, atingindo US\$208 mil em 2009, com lenta recuperação em 2010 e recorde histórico em 2011. Em 2012 a corrente de comércio foi menor que a do ano anterior, no montante de US\$ 736 mil, mas ainda foi o segundo melhor resultado já registrado no intercâmbio comercial.

O recorde no intercâmbio de 2011 foi resultado de um pico de exportações de Tonga (US\$ 912 mil). Em razão desse salto de exportações tonganesas, a tendência de crescimento do saldo comercial a favor do Brasil foi revertida em 2011, quando o Brasil registrou déficit de US\$456 mil no comércio com Tonga. Em 2012 as exportações de Tonga voltaram a níveis reduzidos (apenas US\$ 33 mil), mas as exportações brasileiras continuaram a crescer, registrando recorde histórico de US\$ 702 mil e saldo positivo para o Brasil em US\$ 669 mil.

Os produtos que o Brasil importa de Tonga variam de ano a ano, abrangendo desde conversores elétricos, parafusos, dispositivos de cristais líquidos e partes de motores de explosão a peixes ornamentais e vitaminas. Já as exportações brasileiras consistem, basicamente, em fumo não-manufaturado, açúcar de cana, impressos, enchidos de carne e utensílios de cozinha.

Assuntos Consulares

Não há comunidade brasileira residente em Tonga e o turismo entre ambos os países é praticamente inexistente, portanto não há questões consulares pendentes.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há empréstimos e financiamentos oficiais entre Brasil e Tonga

POLÍTICA INTERNA

Tonga é a única nação da Oceania que nunca perdeu completamente a sua independência. As ilhas que a compõem se uniram no Reino da Polinésia em 1845 e se tornaram uma monarquia constitucional em 1875. Entre 1900 e 1970, esteve sob protetorado britânico e os ingleses preservaram o regime político original da ilha. Em 1970, Tonga retirou-se do protetorado e passou a fazer parte da Commonwealth. Historicamente, o Rei escolhia o Primeiro-Ministro e o Gabinete.

O poder legislativo do Reino de Tonga é unicameral, o Parlamento recebe o nome de Assembléia Legislativa (Fale Alea em língua local) e é composto por 26 parlamentares, 9 dos quais eleitos entre os 29 nobres tonganeses e 17 eleitos pelo voto popular para mandatos de quatro anos. As últimas eleições foram realizadas em 25 de novembro de 2010.

Como resultado de pressões (que se intensificaram a partir de 2006) por maior liberdade e democracia, foram adotadas, em 2009, reformas constitucionais e eleitorais. Nas eleições de novembro de 2010 o número de representantes do povo no Parlamento aumentou de 9 para 17, enquanto o número de representantes da nobreza se manteve (9). Outra mudança fundamental foi a escolha do Primeiro Ministro em votação no Parlamento, e não mais por indicação do monarca.

Após as reformas de 2010 o Primeiro-Ministro escolhe o Gabinete entre os parlamentares. Entre os Ministros que compõem o Gabinete, quatro podem ser escolhidos entre indivíduos da sociedade civil ou do setor privado.

Na primeira eleição democrática de Tonga, ocorrida em 25 de Novembro de 2010, o Human Rights and Democracy Party conquistou 12 das 17 cadeiras de representantes do povo. Entretanto, o líder daquele partido, 'Akilisi Pohiva, não conseguiu ser eleito Primeiro-Ministro já que os outros cinco representantes populares eleitos aliaram-se aos nove representantes da nobreza para eleger Lord Tu'ivakano, o que ocorreu em 21 de dezembro de 2010.

O Conselho Ministerial ("Privy Council") tem poderes superiores aos do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas este deve ser ouvido pelo Rei quando da formulação da política externa de Tonga.

POLÍTICA EXTERNA

Tonga tornou-se membro das Nações Unidas em 1999 e da Organização Mundial do Comércio em 2007. A prioridade de sua política externa é buscar facilitação do comércio e assistência para o desenvolvimento. Como membro do Foro das Ilhas do Pacífico, Tonga tem papel influente em temas regionais como

transporte, pesca e telecomunicações. É também membro da “Commonwealth” Britânica, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, do Secretariado da Comunidade do Pacífico e de várias agências da ONU, sendo que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento possui um escritório em Nuku'alofa. Mantém relações estreitas com a Austrália. Entre 2004 e 2009, as forças armadas de Tonga (chamadas de Tonga Defence Services), enviaram 200 soldados ao Iraque e têm um pelotão disponível para serviço rotativo na Missão de Assistência Regional para as Ilhas Salomão. Desde dezembro de 2010, membros das forças armadas também foram enviados ao Afeganistão, para servir na Província Helmand.

Os últimos anos têm visto o avanço da presença chinesa no país. As lojas da capital, Nuku'alofa, oferecem enorme gama de produtos chineses. Várias obras pela cidade ostentam a indicação “China Aid” e a maioria dos operários que trabalham na construção de estradas é chinesa. Pesquisa recente do Lowy Institute demonstrou que Tonga tem sido um dos maiores beneficiários de aportes financeiros da China no Pacífico Sul, sobretudo na forma de empréstimos. Em 2011 a China emprestou a Tonga USD 54 milhões, que correspondem a cerca de 32% do PIB do país. O Chanceler neozelandês, Murray McCully tem exortado outros países (em especial a China) a substituir empréstimos por doações aos países insulares.

O Reino de Tonga é, juntamente com outros doze Estados da Oceania, parte no Tratado de Rarotonga, que instituiu uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN) no Pacífico Sul em 1985. Preocupados com testes nucleares realizados na região, os treze signatários do Tratado de Rarotonga decidiram estabelecer mais do que zona livre de armas nucleares, assumindo também compromissos contra a presença de rejeitos radioativos e criando mecanismos para controlar o trânsito de material nuclear. O tratado é, contudo, flexível e permite que os Estados Partes mantenham os compromissos assumidos em suas alianças militares com estados nuclearmente armados.

A preocupação de Tonga e dos outros países insulares do Pacífico com os efeitos dos testes nucleares conduzidos na região evidencia-se no apoio dos Estados-membros do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) ao relatório sobre os “efeitos da radiação atômica nas Ilhas Marshall”, preparado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em resposta a solicitação da Assembleia Geral (Res. 65/96). Os Chefes de Estado e de Governo do FIP emitiram declaração conjunta de apoio às Ilhas Marshall, na qual reafirmaram a responsabilidade especial dos EUA pelas populações afetadas pelos testes nucleares. Tonga, contudo, não se encontra nas imediações das regiões tradicionais de testes nucleares, notadamente as Ilhas Marshall e a Polinésia Francesa.

ECONOMIA

A pequena economia de Tonga depende dos aportes financeiros de fundos internacionais e das remessas de tonganeses que vivem no exterior para financiar o imenso déficit de sua Conta Corrente. As atividades econômicas do país são a pesca e a agricultura de frutas, verduras e legumes tropicais, produção que, além de abastecer o mercado local, é exportada, sobretudo, para a Nova Zelândia (país do qual está mais perto - duas horas e meia de vôo de Auckland) e, em menor escala, para a Austrália e o Japão. A pesca, principalmente de atum e peixes de recife, ainda não está totalmente desenvolvida. O país não tem barcos de pesca de atum em número suficiente, mas deseja desenvolver esta especialidade e procura investidores para tanto. Da mesma forma, deseja desenvolver a produção de carne (bovina e suína) e gado leiteiro, pois considera ter potencial para reduzir as importações atualmente necessárias no setor.

As exportações do setor industrial, assaz incipiente, encontram-se, recentemente, estagnadas, consistindo em apenas 7,6% da pauta de exportação, enquanto 90,6% consistem em produtos agrícolas. O turismo é modesto. Em 2011, Hong Kong (China), Nova Zelândia, Estados Unidos, Japão e Samoa foram, respectivamente, os cinco maiores destinos das exportações tonganesas, sendo Hong Kong sozinha responsável pela absorção de 44% das exportações. Por sua vez, as importações em 2011 tiveram origem principalmente na Nova Zelândia, Cingapura, Estados Unidos, Fiji e Austrália que fornecem principalmente manufaturados (44,8%), havendo também expressiva importação de produtos agrícolas (31,3%) e combustíveis e minérios (23,3%). Entre 2009 e 2011 a importância comercial da Austrália para Tonga foi reduzida, sendo que o país deixou de figurar entre os 5 maiores destinos de exportação e caiu da 3ª para a 5ª posição entre as origens de importações, enquanto a Nova Zelândia foi capaz de manter relativamente sua importância comercial, apenas caindo de primeiro para segundo lugar como destino de exportações tonganesas, frente à demanda de Hong Kong.

Energia

Praticamente 100% das necessidades energéticas do país são supridas por petróleo importado. Em 2008, o aumento do preço do petróleo impôs sérias dificuldades a Tonga. Em novembro de 2011, foi inaugurado o primeiro empreendimento de energia renovável do país, a Popua Solar Farm, que começou a gerar eletricidade em agosto de 2012. As expectativas são de que a usina forneça cerca de 4% da demanda da ilha principal de Tongatapu, reduzindo o consumo anual de diesel em aproximadamente 470.000 litros, e de que as emissões de dióxido de carbono sejam reduzidas em 2.000 toneladas por ano, além de diminuir o custo da eletricidade para o consumidor médio. O Alto Comissário da Nova

Zelândia afirmou que o projeto, financiado por seu país, também contribuiria para a economia local, com geração de empregos durante a fase de construção. Ademais, espera-se que o projeto aumente o conhecimento e as habilidades dos fornecedores locais em relação às indústrias de energias renováveis e de painéis solares.

Meio ambiente

O desempenho de alguns indicadores ambientais de Tonga, como acesso à água potável e saneamento, tem sido encorajador. No entanto, uma série de preocupações ambientais tem surgido nos últimos anos. Mais de 30% da população de Tonga é urbana, dos quais 77% está em Nuku'alofa e 12% está em Neiafu. O crescimento da população urbana resultou na subdivisão de lotes agrícolas nos arredores de Nuku'alofa e na ocupação de áreas pantanosas. Conseqüentemente, muitas áreas são mal-drenadas e enfrentam inundações, expondo moradores a riscos à saúde associados a problemas de esgoto. A poluição é um problema em grande parte decorrente da utilização crescente de combustíveis fósseis, da eliminação inadequada de resíduos sólidos, do escoamento de pesticidas e fertilizantes em lençóis freáticos e no mar, e do lixo lançado na água por navios em alto mar.

A falta de sistemas eficientes de coleta de lixo gera graves consequências em Tonga. O problema é agravado pelo fato de que há apenas dois locais designados para despejo de lixo - um na ilha de Tongatapu e outro na de Vava'u. A ausência de um depósito de lixo em Ha'apai e 'Eua é motivo de preocupações ambientais nessas ilhas. A abundância de lixões foi identificada pelos visitantes como uma característica desagradável de Tonga, a conseqüente atração e proliferação de insetos, parasitas e pragas constitui um risco para a saúde, e a poluição e degradação dos esgotos e cursos d'água causa impacto prejudicial sobre a flora, a fauna, e os meios de subsistência da comunidade local.

Pesticidas e fertilizantes são abundantemente utilizados na agricultura, e poluentes orgânicos persistentes e outros produtos químicos são usados em outras indústrias, como alimentação e construção. Os resíduos destes poluentes não são descartados adequadamente, resultando em seu escoamento para o oceano, o que tem efeitos prejudiciais sobre organismos marinhos, ou na infiltração de lençóis freáticos, colocando em perigo a saúde pública. O tráfego de navios é alto em Tonga, com cargueiros que chegam semanalmente e vários ferries inter-ilhas transitando semanalmente ou diariamente. Além disso, cerca de 500 iates chegam no porto de Vava'u a cada ano. Não há uma regulamentação eficaz dos resíduos despejados por essas embarcações. Outras causas de poluição são a queima de lixo, a combustão de combustíveis fósseis e o desmatamento.

ANEXO I – Cronologia histórica

1619	Exploradores holandeses são os primeiros europeus a visitar Tonga
Década de 1820	Missionários metodistas ingleses chegam a Tonga
Década de 1830	Chefe Supremo Taufā'ahau Tupou converte-se metodista e busca a conversão de Tonga ao cristianismo
1875	Taufā'ahau Tupou assume o nome de George Tupou I e estabelece a Monarquia
1900	Tonga torna-se protetorado britânico mas não é formalmente colonizada
1918	Rainha Salote Tupou ascende ao trono de Tonga
1958	Tonga adquire maior autonomia em relação ao Reino Unido
1965	O filho da Rainha Salote Tupou, Taufā'ahau Tupou (nomeado em homenagem ao primeiro Rei de Tonga), ascende ao trono após a morte de sua mãe.
1970	Tonga deixa de ser protetorado e torna-se totalmente independente e parte da Commonwealth britânica
1992	Fundado movimento pró-democracia
1994	Fundação do primeiro partido político de Tonga, Partido Democrático de Tonga, subsequentemente renomeado Partido do Povo.
1999	Movimento democrático realiza convenção para discutir uma nova constituição
2003	Mudanças na constituição dão maiores poderes ao Rei e aumentam o controle sobre a mídia.
2005	Pela primeira vez parlamentares eleitos ingressam no gabinete ministerial, anteriormente o gabinete era formado por membros da família real. Em setembro, diversos protestos na capital demandam reformas democráticas.
2006	Em março, Feleti Sevele torna-se o primeiro plebeu a ocupar o cargo de primeiro-ministro, após renúncia do ocupante anterior, Príncipe 'Ulukalala Lavaka Ata. Em Setembro, o Rei Taufā'ahau Tupou morre e é sucedido pelo Príncipe Tupouto'a, que assume o nome de George Tupou V. Em novembro, a intensificação de protestos pró-democráticos resulta na decretação de estado de emergência.
2007	Tonga torna-se o 151º membro da Organização Mundial do Comércio.
2008	Nas últimas eleições realizadas sob a antiga constituição, candidatos pró-democracia são escolhidos para os nove assentos elegíveis do Parlamento. Em julho o Rei Tupou V declara que irá abdicar dos poderes quase absolutos da monarquia e compromete-se a iniciar reformas democráticas.
2009	Comitê de reforma constitucional recomenda introdução de Parlamento eleito pelo povo e redução do papel do Rei a funções cerimoniais.
2010	Primeira eleição de Parlamento escolhido pelo povo.
2012	Em março o Rei Tupou V morre e é sucedido pelo seu irmão mais novo, que assume o título de Rei George Tupou VI.

ANEXO II – Cronologia das relações bilaterais

2004	A Missão do Brasil junto às Nações Unidas inicia esforços para o estabelecimento de relações diplomáticas com o Reino de Tonga.
2005	Primeira missão do Brasil ao Reino de Tonga, conduzida pelo embaixador Arnaldo Carrilho.
2011	Em dezembro, durante visita da Embaixadora Maria Edileuza Fontenelle Reis à Tonga, são estabelecidas relações diplomáticas entre o Brasil e aquele país.

ANEXO III – Atos Bilaterais

Não há atos bilaterais em vigor ou em tramitação no Congresso Nacional, durante visita da embaixadora Maria Edileuza Fontenelle Reis foram propostos acordos de cooperação técnica e acordo de cooperação esportiva, mas as negociações ainda não foram iniciadas por falta de resposta da parte tonganesa.

ANEXO IV – Dados e Quadros do Comércio Bilateral

TONGA : DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Reino de Tonga
Superfície	748 Km ²
Localização	Oceania
Capital	Nuku'alofa
Principais Ilhas	Tonga'tapu, Vava'u, Há'apai
Idiomas oficiais	Inglês e Tonganês
Moeda	Dólar de Tonga (T\$) ou Pa'anga
População (2012)	106.146 habitantes

Tonga está localizada no Pacífico Sul. É um arquipélago com mais de 170 ilhas, das quais apenas 36 são habitadas, ocupando um território de 748 km². O Reino de Tonga é formado por três grandes grupos de ilhas. Tonga'tapu, a ilha mais ao sul, concentra mais da metade da população do país.

Fonte: CIA World Factbook, 2012. Dados de Integração Comercial com base em dados da ECLAC, Comissão Interamericana de Estatística, Report No. Q/12/011

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2012)	
PIB Nominal	US\$ 400 milhões
Crescimento real do PIB	1,1%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 3.768
PIB PPP	US\$ 786 milhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 7.500
Inflação	1,3%
Reservas Internacionais	US\$ 114,6 milhões
Dívida externa	US\$ 115,8 milhões
Câmbio (T\$ / US\$)	1,73

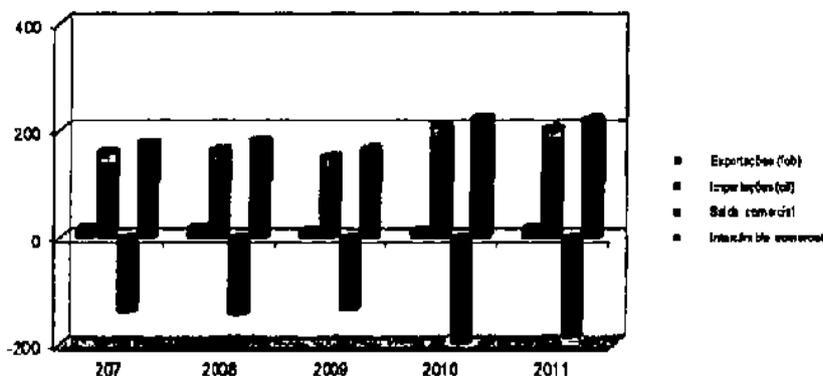
Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 400 milhões e crescimento em torno de 1,1%, Tonga posicionou-se como a 182ª economia do mundo em 2012, segundo estimativas da Economist Intelligence Unit e Fundo Monetário Internacional. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 62,5% do PIB. O setor agrícola contribuiu com 20,9% do PIB, e o Industrial, com 16,6%.

Fonte: CIA World Factbook, 2012. Dados de Integração Comercial com base em dados da ECLAC, Comissão Interamericana de Estatística, Report No. Q/12/011

TONGA : COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ milhões

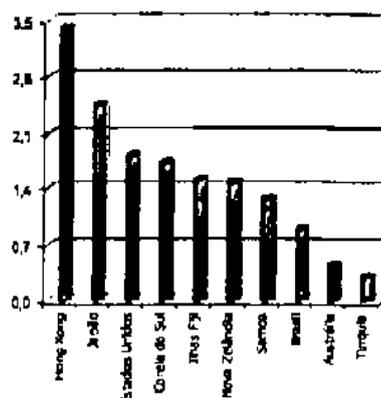
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	18,4	18,4	14,0	13,3	17,3	10,5	9,3
Importações (cif)	157,2	161,7	149,3	209,4	202,2	145,1	163,9
Saldo comercial	-138,8	-143,3	-135,3	-196,1	-184,9	-134,5	-154,7
Intercâmbio comercial	175,6	180,1	163,3	222,8	219,5	155,6	173,2

Elaborado pelo IPEA/IBR - Centro de Informação Econômica, com base em dados da UNCTAD/ITC Trading Partners, 2012



TONGA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Hong Kong	3,4	19,7%	0,2	2,4%
Japão	2,5	14,2%	0,4	4,5%
Estados Unidos	1,8	10,5%	2,1	22,6%
Coreia do Sul	1,7	10,0%	0,7	7,6%
Ilhas Fiji	1,5	8,8%	1,3	14,2%
Nova Zelândia	1,5	8,6%	1,2	13,3%
Samoa	1,3	7,4%	1,0	11,2%
Brasil	0,91	5,3%	0,03	0,3%
Austrália	0,5	2,7%	0,6	6,1%
Turquia	0,3	1,9%	0,0	0,0%
Subtotal	15,4	88,9%	7,6	82,2%
Outros países	1,9	11,1%	1,7	17,8%
Total	17,3	100,0%	9,3	100,0%



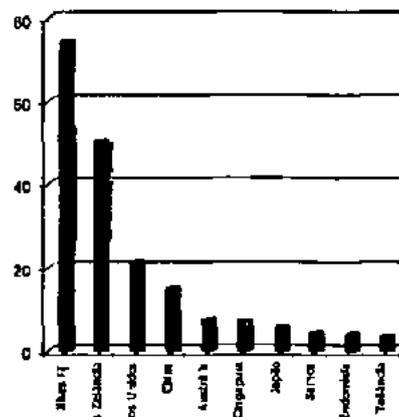
Elaborado pelo IPEA/IBR - Centro de Informação Econômica, com base em dados da UNCTAD/ITC Trading Partners, 2012

Os países de economia avançada foram destino de 68% das vendas de Tonga em 2011. Os países em desenvolvimento compraram 31% da produção do arquipélago. Individualmente, Hong Kong absorveu 19,7% do total, seguido do Japão com 14,2%; e Estados Unidos com 10,5%. O Brasil obteve o 8º lugar entre os principais destinos em 2011, participando com 5,3% do total.

TONGA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Ilhas Fiji	74,2	36,7%	64,0	39,0%
Nova Zelândia	50,3	24,9%	38,9	23,7%
Estados Unidos	21,2	10,5%	16,4	10,0%
China	14,6	7,2%	14,5	8,8%
Austrália	7,4	3,6%	5,5	3,3%
Cingapura	7,0	3,4%	5,9	3,6%
Japão	5,4	2,7%	4,2	2,6%
Samoa	4,1	2,0%	3,5	2,1%
Indonésia	3,8	1,9%	1,9	1,2%
Tailândia	3,4	1,7%	1,5	0,9%
...				
<i>Brasil</i>	<i>0,50</i>	<i>0,2%</i>	<i>0,61</i>	<i>0,4%</i>
Subtotal	191,8	94,8%	156,9	95,7%
Outros países	10,4	5,2%	7,1	4,3%
Total	202,2	100,0%	163,9	100,0%

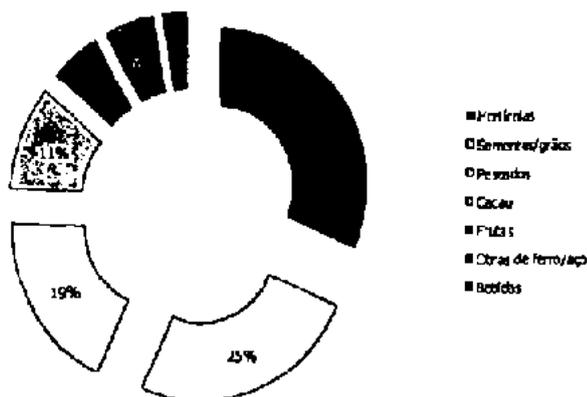


(1) Fonte: UNCTAD/ITC Trade Map - Divisão de Inteligência Comercial (Original consultado em 11/01/2013). Última posição em 14/03/2013.

Os países de economia em desenvolvimento abasteceram 52% nas necessidades de Tonga em 2011 - a maioria deles países em desenvolvimento da Ásia. As economias avançadas forneceram à Tonga 47% do total. Individualmente, Ilhas Fiji participaram com 36,7% do total, seguido da Nova Zelândia com 24,9%; Estados Unidos com 10,5%; e China com 7,2%. O Brasil obteve o 16º lugar, com 0,2% da demanda importadora de Tonga.

TONGA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES⁽¹⁾2011⁽²⁾ - Em %

DESCRIÇÃO	% no total
Hortícolas	24,7%
Sementes/grãos	20,0%
Pescados	14,9%
Cacau	8,5%
Frutas	4,3%
Obras de ferro/aço	4,2%
Bebidas	2,2%
Embarcações flutuantes	2,1%
Ferro e aço	2,0%
Extratos tanantes	1,5%
Subtotal	84,3%
Outros produtos	15,7%
Total	100,0%



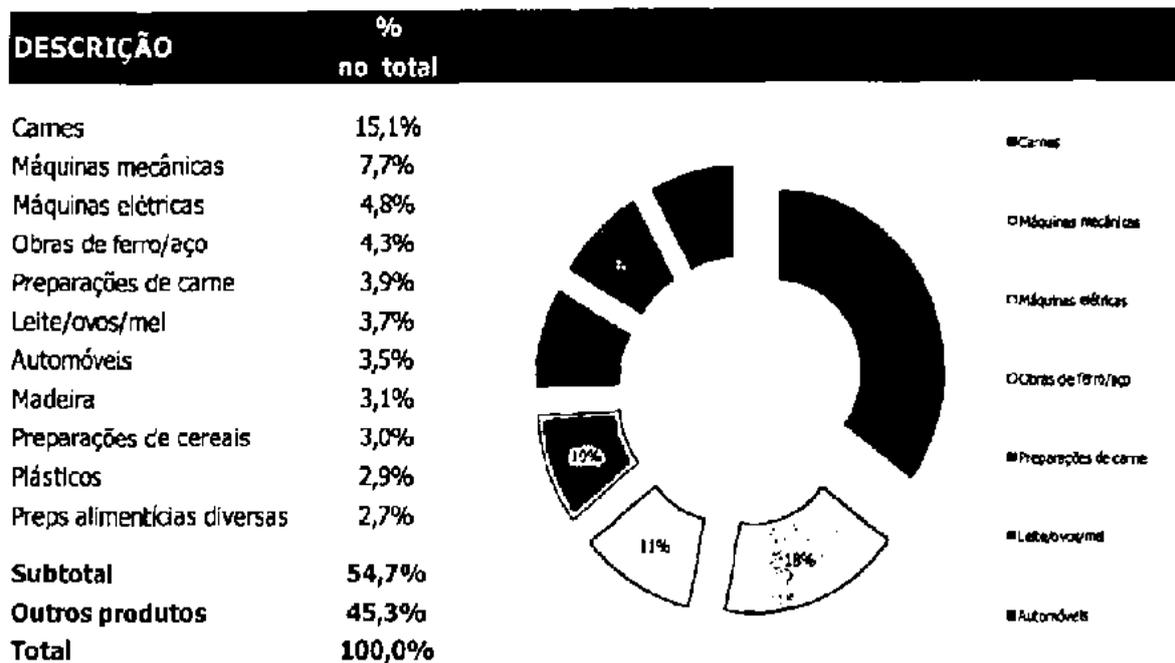
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2013.

(1) O país não informou seus dados comerciais ao banco de dados do ITC/TradeMap. Portanto, os valores foram obtidos por amostragem, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais de Tonga.

(2) Última posição disponível em 14/03/2013.

A pauta de exportação de Tonga é concentrada. Aspargos, aipo, cogumelos e outros produtos hortícolas frescos representaram 1/4 da pauta em 2011. Plantas medicinais representaram 20% do total. Peixes frescos e moluscos representaram 14,9% do total.

TONGA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES⁽¹⁾
2011⁽²⁾ - Em %



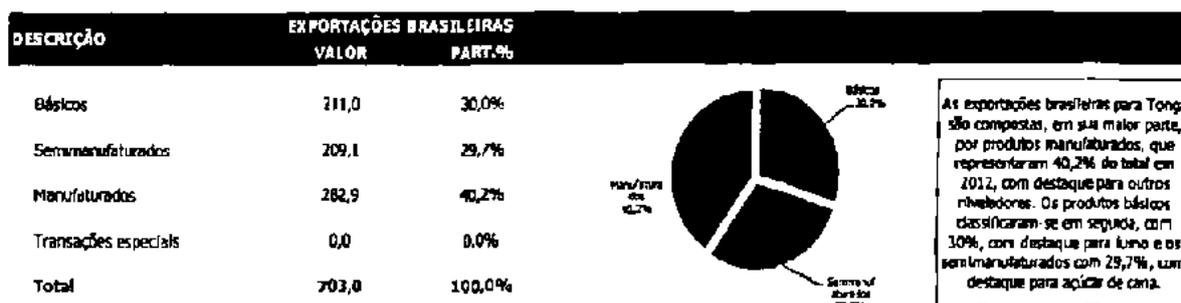
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2013.

(1) O país não informou seus dados comerciais ao banco de dados do ITC/TradeMap. Portanto, os valores foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros comerciais de Tonga.

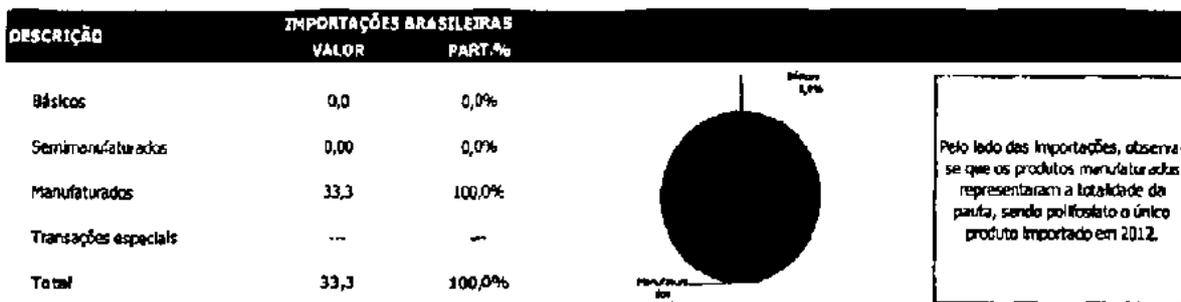
(2) Última postação disponível em 14/03/2013.

A pauta de importação de Tonga é diversificada. Em 2011, carnes congeladas ou frescas de ovinos, caprinos e aves representaram 15,1%. Seguiram-se máquinas mecânicas (7,7%); máquinas elétricas (4,8%); e obras de ferro/aço (4,3%).

BRASIL-TONGA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, FOB - 2 0 1 2



Fonte: MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do ITC/TradeMap, February 2013.



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do ITC/TradeMap, February 2013.

BRASIL-TONGA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Tonga, 2012
			Valor	% no total	
Fumo	81	224	211	30,0%	Fumo  211
Açúcar	0	176	209	29,7%	Açúcar  209
Máquinas mecânicas	0	0	193	27,5%	Máquinas mecânicas  193
Preparações de carne	40	0	39	5,5%	Preparações de carne  39
Livros/jornais/gravuras	23	37	33	4,8%	Livros/jornais/gravuras  33
Obras de ferro/aço	43	19	17	2,4%	Obras de ferro/aço  17
Subtotal	187	456	703	100,0%	
Outros produtos	0	0	0	0,0%	
Total	187	456	703	100,0%	

Elaborado pelo IPEX/INCEX - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do IPEX/INCEX/Alfândega

Em 2012, outros fumos não manufacturados total ou parcialmente destilados foram o principal produto brasileiro exportado para o país, representando 30% do total. Em seguida, outros açúcares de cana, representaram 29,7% do total. O terceiro produto exportado foram outros niveladores (máquinas mecânicas), representando 27,5%.

BRASIL-TONGA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias de Tonga, 2012
			Valor	% no total	
Químicos Inorgânicos	0	0	33	99,8%	Químicos inorgânicos  33
Máquinas elétricas	0	0	0	0,2%	Máquinas elétricas  0
Obras de ferro/aço	0	720	0	0,0%	Obras de ferro/aço  0
Máquinas mecânicas	0	192	0	0,0%	Máquinas mecânicas  0
Combustíveis	88	0	0	0,0%	Combustíveis  0
Subtotal	88	912	33	100,0%	
Outros produtos	0	0	0	0,0%	
Total	88	912	33	100,0%	

Elaborado pelo IPEX/INCEX - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do IPEX/INCEX/Alfândega

Outros polifosfatos foi basicamente o produto da pauta de importação brasileira proveniente de Tonga, representando 99,8% do total, em 2012.

BRASIL-TONGA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan)	2013(jan)		Exportações brasileiras para Tonga em 2013(jan)
		Valor	% no total	

Não houve exportação brasileira para Tonga em janeiro de 2013.

Importações brasileiras originárias de Tonga em 2013(jan)

Não houve importação brasileira originária de Tonga em janeiro de 2013.

Elaborado pelo IPEX/INCEX - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do IPEX/INCEX/Alfândega

Aviso nº 58 - C. Civil.

Em 27 de fevereiro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Tonga.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Alvaro Dias, por inversão com este Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, inicialmente, Senador Paulo Paim, comunicar a V. Ex^a, que já deve estar sabendo, e a todos os interessados que, no próximo dia 12, estará na pauta do Supremo Tribunal Federal o julgamento que interessa aos aposentados e pensionistas do Aerus, referente à defasagem tarifária da Varig. Será o primeiro julgamento do dia 12, já que o Ministro Joaquim Barbosa, que havia solicitado vista, pautou para este dia. Portanto, volta a esperança.

Nós estamos acompanhando há tantos anos – o Senador Paim, a Senadora Ana Amélia, eu e outros Senadores –, certamente há cinco, seis, sete anos, esse calvário vivido pelos aposentados do Aerus, e lamentamos profundamente essa insensibilidade oficial, porque é um drama vivido por centenas de famílias brasileiras. Aliás, centenas de aposentados já faleceram sem que pudessem fazer valer os seus direitos; direitos adquiridos durante tantos anos de trabalho e de sacrifício.

O que nós não compreendemos é a desumanidade. Um governo que empresta generosamente para a construção do Porto de Mariel, em Cuba, que empresta para a construção de aeroporto em Cuba, que empresta para a Venezuela construir metrô em Caracas, etc. não possibilita a aposentados a justiça. Aliás, as promessas são feitas, e descumpridas; os compromissos são assumidos, e desonrados. Esperamos que, com a vitória no Supremo Tribunal Federal – é o que nós desejamos no próximo dia 12 –, os aposentados do Aerus possam voltar a ter esperanças de ver os seus direitos assegurados.

Dito isso, Sr. Presidente, estive, na última sexta-feira, na cidade de Londrina, e me dediquei a ouvir autoridades das três polícias, aquelas autoridades que vivem o dia a dia das dificuldades no enfrentamento do crime organizado, da marginalidade crescente, da corrupção visível na gestão pública, e, naturalmente, assistem à revolta popular crescente, à indignação da sociedade cada vez maior, em razão da ausência de solução para problemas que afligem as famílias brasileiras.

Estive, inicialmente, no Corpo de Bombeiros de Londrina, depois, na Polícia Militar, depois, na Polícia Civil e, finalmente, na Polícia Federal.

Aliás, a propósito de segurança, também na última sexta-feira, concedi entrevista a uma emissora de Foz do Iguaçu, à Rádio 97,7 FM, ocasião em que alertei os paranaenses – não só os paranaenses, mas os moradores da tríplice fronteira – sobre o corte de uma emenda parlamentar de R\$130 milhões, destinada ao aparelhamento da segurança na faixa de fronteira.

A Presidente Dilma, o Ministro Mantega e a Ministra do Planejamento bloquearam, no orçamento, a emenda que toda a Bancada do Paraná apresentou – são trinta Deputados e três Senadores – para garantir a aquisição de equipamentos modernos e sofisticados pelas forças de segurança que iriam melhorar a vigilância na zona de fronteira, nos Municípios compreendidos entre Foz do Iguaçu e Barracão, mais ao sul do Estado, e Foz e Guaíra, mais ao norte do Paraná.

Esses equipamentos modernos que seriam adquiridos iriam ajudar na conjugação de esforços de vários setores da segurança, incluindo as polícias e o Exército, para gerar maior segurança na faixa da tríplice fronteira. O prejuízo na esfera da segurança pública engloba não apenas o Paraná, mas todos os brasileiros.

Nós já discutimos aqui o contingenciamento de mais de R\$3 bilhões do Orçamento da União no ano passado, recursos que foram negados à segurança pública no País. Foram R\$3 bilhões.

Agora, Sr. Presidente, acabo de tomar conhecimento de uma notícia estarrecedora que reforça essa preocupação com o corte da emenda direcionada à segurança de nossas fronteiras e a preocupação com o descaso, de modo geral, do Governo com as forças de segurança, incluindo Polícia Federal e, obviamente, nos Estados, Polícia Militar e Polícia Civil.

O Conselho Internacional de Controle de Narcóticos, entidade ligada às Nações Unidas, acaba de divulgar em seu informe anual que “o consumo de cocaína no Brasil mais que dobrou em menos de dez anos e já é quatro vezes superior à média mundial”. No Brasil, consome-se mais cocaína do que a média mundial!

E, de acordo com dados da ONU, o consumo brasileiro é bem superior à média mundial, de 0,4% da população, bem superior. A média brasileira também supera a da América do Sul, com 1,3%, e é mesmo superior à da América do Norte, com 1,5%. Em 2005, a entidade apontava que 0,7% da população entre 12 e 65 anos consumia cocaína no Brasil. Ao final de 2011, a taxa chegou a 1,75%.

Outro dado alarmante: o Brasil, segundo o informe do Conselho Internacional de Controle de Narcóticos, se consolidou não apenas como rota da cocaína dos Andes para a Europa, como também passou a ser um mercado fundamental.

Nesse contexto, o corte daquela emenda destinada ao aparelhamento da segurança das fronteiras é uma temeridade, já que nós sabemos que por ali passa a droga que vem de fora, vem de outros países e ingressa no Brasil. Demonstra total falta de visão estratégica e descaso com a população brasileira.

A propósito, Sr. Presidente, conversei longamente com os policiais federais em Londrina, na última sexta-feira. Ouvi deles as reivindicações que são veiculadas e o desenho da realidade vivida por essa instituição essencial para o País, especialmente nesse momento em que a população indignada se encontra com tantos escândalos de corrupção, escândalos que tiveram como momento emblemático a condenação dos mensaleiros, que hoje moram na Penitenciária da Papuda, em Brasília.

Imaginem os senhores e as senhoras se nós não tivéssemos uma instituição independente como a Polícia Federal. É verdade que o Poder Executivo, o Governo, trabalha para retirar essa independência da Polícia Federal, quer a polícia a seu serviço e não a serviço do País.

Ressalto mais uma vez que as reivindicações da Polícia Federal transcendem a mera recomposição salarial. Não é apenas a questão de salário e essa não é nem mesmo a questão essencial para os qualificados profissionais que atuam nessa instituição. A categoria exige que o Governo Federal regulamente as funções e as atividades dos agentes, crie um plano de carreira para os servidores e melhore a gestão da Polícia Federal.

Eu já afirmei desta tribuna e volto a repetir: o sucateamento da Polícia Federal é um desserviço à sociedade brasileira, é um prêmio à corrupção, é, sobretudo, a celebração da impunidade. Quando o Governo desvaloriza a Polícia Federal, trabalha a favor do seu sucateamento e desmotiva os seus integrantes, age na sua própria defesa.

Nós somos autorizados, sim, a concluir que o Governo deseja a desvalorização da polícia, a sua desmotivação e o sucateamento da instituição para que a investigação não se faça com a eficácia que se exige hoje, em razão dos escândalos de corrupção que nascem na alma deste Governo.

Ora, o Governo nos autoriza a concluir desta forma: ele não quer uma Polícia Federal valorizada, competente, aparelhada, equipada, eficiente, porque não quer ser investigado.

É evidente que a Polícia Federal tem sido fundamental no combate à corrupção na Administração Pública. Não fosse a Polícia Federal e também o Ministério Público, nós não teríamos a condenação dos mensaleiros.

Nós que atuamos aqui em várias CPIs à época – CPIs que denunciaram e que encaminharam ao Ministério Público e à Polícia Federal as suas conclusões –; nós que acompanhamos as investigações – a investigação política que realiza uma Comissão Parlamentar de Inquérito – pudemos testemunhar a importância da Polícia Federal nesse episódio que concluiu com a prisão de mensaleiros, inclusive contrariando a expectativa, imaginando, da maioria de nosso povo que sempre apostou na impunidade.

Olha, de acordo com uma pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Policiais Federais, com base em dados oficiais do Ministério do Planejamento, mais de 250 agentes federais deixam a Polícia Federal, anualmente, em busca de carreiras mais valorizadas pelo Governo. Segundo outra pesquisa realizada na base de servidores, mais de 85% dos policiais federais se sentem infelizes no trabalho e 30% já se submetem a algum tipo de tratamento psiquiátrico ou psicológico por conta de um ambiente de trabalho com impactos negativos na saúde dos servidores. Mais uma faceta alarmante da segurança pública em nosso País.

Não podemos esquecer que o essencial para as investigações é o servidor, no caso o investigador, cuja carreira tem sido sucateada, nos últimos anos, pelo Governo da Presidente Dilma. Um processo gradativo de congelamento operacional do órgão está em curso e precisa ser revertido.

Um detalhe apenas: por decisão do atual Governo, o investigador, o policial, em diligência, que necessitar de dez dias para a diligência a ser efetuada tem de ter autorização do Ministro da Justiça. Isso não é eficiente. Isso burocratiza. Isso alimenta a desconfiança em relação aos que ocupam cargos de confiança na instituição. Ora, o próprio Governo nomeia, e não confia? Os policiais em serviço, que dependem de dez diárias para uma diligência importante, são obrigados a aguardar uma decisão e uma autorização do Ministro da Justiça. É uma tentativa de algemar a Polícia Federal às pernas do Governo, do Poder Executivo. É uma tentativa de promover a dependência da Polícia Federal. O Governo não quer a polícia independente, com a possibilidade de agir em função dos interesses da investigação, neste caso.

Nesta quarta-feira de cinzas, mais uma coincidência que nos obrigou a priorizar esse tema no dia de hoje: no primeiro dos 40 dias do período da Quaresma, não podemos deixar de registrar aqui que, na tarde desta quarta-feira, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fará a abertura oficial da Campanha da Fraternidade de 2014. Neste ano, o tema é “Fraternidade e Tráfico Humano” e o lema, “É para a liberdade que Cristo nos libertou”.

Portanto, mais um tema que tem uma relação estreita com a ação que desenvolve a Polícia Federal. A CNBB, ao priorizar o tema “Fraternidade e Tráfico Humano”, nos dá a oportunidade de ressaltar, mais uma vez, que a Polícia Federal é uma instituição fundamental para o presente e para o futuro do País. E eu não tenho

nenhuma dúvida, Senador Paim, Senadora Ana Amélia, de que quem defende a Polícia Federal como instituição independente, mais do que defender os policiais federais, defende a sociedade brasileira, defende os interesses nacionais.

O relevante tema despertado pela CNBB envolve, igualmente, a questão crucial da segurança da população. Mulheres e crianças são submetidas ao tráfico sexual no País e no exterior, assim como homens e crianças são aliciados para trabalho forçado no País. São nódoas que ainda nos acompanham.

A Polícia Federal desenvolve esforço descomunal no combate a esses flagelos. Um número significativo de mulheres e crianças brasileiras é explorado para o tráfico sexual no País, e a Polícia Federal reportou índices mais altos da prostituição infantil no Nordeste.

A CNBB deverá expor dados mais atuais, e sua Campanha da Fraternidade é uma contribuição renovada, inestimável à sociedade brasileira. E nós temos que saudar a Campanha da Fraternidade.

Sr. Presidente, as nossas homenagens àqueles que, de forma direta ou indireta, combatem o crime, a violência e a corrupção. E por essa razão as nossas homenagens, sim, a essa instituição essencial para o Brasil, que é a Polícia Federal e que tem que ser independente.

Quero, antes de concluir, Sr. Presidente, fazer um registro que não pode deixar de ser feito. As fanfarras – trompas e clarins do Governo – diante do crescimento de 2,3% do PIB, em 2013: uma sequência de expansão de 1%, em 2012, e de 2,7%, em 2011, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nos três primeiros anos da gestão da Presidente Dilma, o crescimento médio foi de 2%; durante o Governo da Presidente Dilma, a economia brasileira cresceu no menor ritmo desde 1990. Inexplicavelmente, o Governo comemorou o píffio desempenho da economia.

Vale lembrar que, segundo o Professor da Fundação Getúlio Vargas, Dr. Matias Spektor, em sua coluna de hoje, na *Folha de S.Paulo*, afirma que

esta é nossa crise internacional mais grave em muito tempo. Se a economia venezuelana não for reestruturada, as multinacionais brasileiras e o BNDES perderão mais do que mera margem de lucro.

E prossegue o especialista:

Se a violência nas ruas continuar, o chavismo permanecerá dividido, deixando Maduro ainda mais refém dos militares aos quais acaba de entregar o ministério. A escalada autoritária resultante é capaz de paralisar a Unasul e afundar o que resta do Mercosul.

Quem mais tem a perder se a Venezuela desandar de vez é o Brasil.

Estamos literalmente “Contra a Parede”, este é o título da coluna do competente Matias Spektor.

No dia de hoje, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, enquanto a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos se manifesta com preocupação diante da violência que há nas ruas da Venezuela e se anima em propor um voto de repúdio à violência praticada pelo governo chavista, se o Chile, da mesma forma, se manifesta, se ex-presidentes da América Latina, entre eles o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e os demais, se manifestam, o que justifica a posição do Governo brasileiro e da Presidente Dilma? Ao invés de se contrapor à violência que se propaga naquele país, ao caos social que se torna cada dia mais visível, por que o Governo brasileiro há de enviar o Sr. Marco Aurélio Garcia para representá-lo no tributo que se presta a Hugo Chávez no dia de hoje? O Governo brasileiro avaliza a violência na Venezuela, avaliza a farsa democrática que se impõe, avaliza a prepotência, a censura à imprensa, o sangue que jorra nas ruas daquele país, já com mais de 18 mortos.

Ora, o que justifica esse comportamento do nosso Governo? Essa solidariedade, essa aliança permissiva? O que justifica essa postura de conivência com a violência, o crime oficial e o autoritarismo imposto ao povo venezuelano, levando-o ao drama que vive hoje, em um verdadeiro caos social?

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer nesta quarta-feira de cinzas.

Dizem que o ano começa agora. O ano, de fato, começa agora. Que seja, então, um ano em que o exercício da indignação do povo brasileiro possa se dar em liberdade para que se mude este País para melhor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Alvaro Dias, antes de V. Ex^a sair da tribuna, queria cumprimentar V. Ex^a.

De fato, está confirmado que, no dia 12, teremos, então, a votação do Aeros. Tanto eu como V. Ex^a, Senadora Ana Amélia e tantos outros trabalhamos em cima desse tema, falando toda semana da tribuna.

Espero que a decisão do dia 12 atenda os companheiros e companheiras do Aeros, muitos dos quais, lembro, já faleceram. Mas que, pelo menos, os familiares recebam o que eles têm de direito.

Queria convidar V. Ex^a para assumir, porque, em seguida, vai falar a Senadora Ana Amélia. Se a Senadora Ana Amélia quiser assumir, será bem-vinda.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias .Bloco Minoria/PSDB - PR) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, que permutou comigo e é o primeiro orador inscrito.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, falo agora, porque terei que ir ao médico depois. Por isso que havia ajustado com...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Depois teremos a Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... o Senador Alvaro Dias que ele falaria primeiro – abri a sessão –, mas que, se fosse necessário – meu médico ainda é um pouco mais tarde –, eu ficaria aqui para V. Ex^a falar.

Quero começar na mesma linha do Senador Alvaro Dias, falando da importância da votação do Aeros no próximo dia 12.

Senadora Ana Amélia, posso dizer que eu, V. Ex^a, o Senador Alvaro Dias e outros Srs. Senadores, toda semana, daqui da tribuna do Senado, dialogamos e insistimos muito, sempre tentando buscar uma solução para esse tema.

Estivemos lá no dia do julgamento, em que, infelizmente, o Presidente Joaquim Barbosa pediu vista. Felizmente a matéria voltou para a pauta. Então, esperamos que, no próximo dia 12, de uma vez por todas, os homens e as mulheres de cabelos brancos do Aeros, que estão sofrendo há mais de uma década na expectativa de verem os seus direitos reconhecidos, enfim, possam receber o que lhes é de direito, assim como os familiares daqueles que já faleceram.

A expectativa é grande, e, com certeza, a Graziella Baggio, que nos ligou para falar sobre esse tema, vai insistir para que os Senadores estejam lá. Tenho certeza de que, dentro do possível, estaremos lá – tanto eu como o Senador Alvaro Dias, como a Senadora Ana Amélia – para acompanhar o julgamento que deve lhes fazer justiça.

Quero também, Senador Alvaro Dias, como fiz durante todos esses 30 dias, mais uma vez, vir à tribuna para dizer que hoje, dia 5 de março, deveríamos estar aqui no plenário, mediante acordo firmado na última vez, votando a renegociação da dívida dos Estados.

Eu fiz a contagem regressiva, vim praticamente todos os dias à tribuna, dizendo que faltavam quinze dias, dez dias, oito dias, seis dias e cinco dias, como é o caso de hoje. Alguém me dizia: “Paim, o prazo não será cumprido porque vão dizer que o carnaval atrapalhou.”

Bom, eu entendo essa questão do carnaval, que é uma festa popular em que grande parte da população se envolve. Ia até dizer que, lá em Porto Alegre, Senadora Ana Amélia, a Imperadores do Samba ganhou o primeiro lugar. Eu me senti indiretamente contemplado porque, há dois anos, quando fui homenageado com o lema “Um leão [...] que faz o bem sem olhar a quem”, perdemos por um décimo. Um décimo! Na última hora, um dos jurados deu uma nota absurda. Ninguém tinha dado menos que oito, nove e dez para os que estavam disputando, e ele deu uma nota só para não ganharmos por aquele décimo. Foi um jurado do Rio de Janeiro, e eu acho que ele foi desonesto. Não vou entrar no julgamento e não vou citar o nome dele, mas o Rio Grande todo acompanhou aquela polêmica. O importante é que lavamos a alma, e a Imperadores do Samba, neste ano, foi a grande vitoriosa do carnaval de Porto Alegre. Parabéns a Imperadores do Samba!

Eu queria também, mais uma vez, reafirmar que a última proposta, Senador Alvaro Dias, da votação da renegociação da dívida dos Estados ficou assim: neste dia 12, mesmo dia em que se vota o Aeros, o Senador Vital do Rêgo me disse que a Comissão vota, e que, aí, o prazo máximo é até o dia 27 para votar aqui no plenário. A intenção é de que a matéria seja votada e encaminhada à Presidenta. Se houver alguma alteração, é claro que sabemos que ela poderá voltar para a Câmara dos Deputados.

Mas, apesar de todas as idas, vindas e controvérsias, ainda acredito na votação desse projeto, apesar de inúmeros recursos que aconteceram até o momento, que vai resolver, em muito, a situação de diversos Estados, principalmente, na minha ótica, a do Rio Grande do Sul. Por isso a expectativa é muito grande.

Estamos acreditando que o acordo – do acordo, do acordo, do acordo, do acordo – vai ser cumprido. Votaremos, então, a renegociação da dívida, que interessa a inúmeros Estados, no dia 12, na CCJ, e, no máximo até o dia 27, aqui no plenário.

Sr. Presidente, fazendo esses dois registros, que eu entendo importantes, eu quero aproveitar para fazer aqui um pronunciamento que eu queria ter feito na última sexta-feira. Infelizmente, como não havia quórum – eu entendi –, não fiz o pronunciamento. Só fiz, da Presidência, uma homenagem aos Lions pelo trabalho que fazem no Brasil e no mundo.

Quero falar hoje, Sr. Presidente, sobre a mobilidade urbana, tema que envolve muito todos nós, tema que fez com que a grande jornada de junho e de julho levasse às ruas milhões de pessoas. Entre as reivindicações estavam, claro, mais investimentos em saúde, educação, combate à impunidade, à corrupção, mas também a questão da mobilidade urbana.

Se há um consenso incontestável emitido por todos os especialistas sobre a questão da mobilidade urbana, por urbanistas, engenheiros de trânsito, pesquisadores, ecologistas, políticos, representantes da sociedade civil organizada, é o de que não há solução para o trânsito nos grandes centros urbanos se o uso do carro, de forma individual, continuar a ser privilegiado e se as cidades continuarem a ser construídas somente para os automóveis, sem uma visão mais ampla do transporte coletivo, seja metrô, seja ônibus, seja trem.

Enfim, precisamos urgentemente encarar o fato de que o Brasil é um país predominantemente urbano, com mais de 80% da população vivendo nas cidades.

Segundo a Organização das Nações Unidas, no ano de 2030, a tendência é chegarmos a 91% da população urbana, ou seja, quase 100% das pessoas morando nas cidades.

É daqui, a partir deste ponto, que o debate sobre esse tema tão importante, hoje em dia, no topo da agenda nacional, tem que ser discutido e tem que evoluir.

Num exercício de futurologia, e ele tem conhecimento e credibilidade para fazer esse tipo de previsão, o arquiteto e urbanista, Senador Alvaro Dias, Jaime Lerner, lá do seu Estado, três vezes Prefeito de Curitiba e uma vez Governador do Paraná, afirma, palavras dele – abro aspas: “O carro vai ser o cigarro do futuro”. Com isso, o premiado arquiteto quer dizer que, no futuro, o uso do carro particular, individual, nas ruas das grandes cidades, vai ser tão mal visto, socialmente, como é hoje o uso do cigarro em lugares públicos.

A única reação que se possa ter a esse comentário é dizer: “Tomara – tomara – que Jaime Lerner continue dando a sua opinião e no sentido de que a gente tenha respostas a dar à sociedade.”

Eu trago essa afirmação do ex-Governador do Paraná, aqui, na tarde de hoje, porque acho que ela é digna de ser pensada, de ser problematizada, de modo a lançar alguma luz sobre esse tema, a mobilidade urbana, que tem estado no topo da agenda nacional, desde as manifestações de rua ocorridas no ano passado.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, Alvaro Dias, de que a opção a favor do transporte público, e, por consequência, em desfavor do uso cotidiano do carro privado por parte da população de grandes cidades, no fundo, é uma questão cultural.

É por meio da cultura, dos valores, dos símbolos culturais que dão prestígio ou daqueles que desqualificam certas atitudes e certos comportamentos que nós vamos ganhar essa batalha contra o uso só, a valorização do uso, somente, do automóvel individual, privado em detrimento do transporte público. Temos que ganhar, porque, senão, vai chegar o dia, como alguém já disse, por exemplo, São Paulo já tem uma previsão de dia, hora e minuto que vai parar, vai parar 100%, porque vai estar tudo enalhadado.

É evidente, não pode haver encaminhamento de solução cultural nenhuma caso o Poder Público não se empenhe, de fato, em melhorar a qualidade do serviço de transporte público.

Isso é evidente. Jamais vamos convencer o cidadão a deixar seu carro estacionado na garagem quando for deslocar-se para o trabalho – e, em vez disso, a ir de ônibus ou de metrô, ou mesmo pedalar sua bicicleta caso resida muito perto do local de trabalho – se a opção com que lhe acenarmos for viajar espremido dentro de uma lata de sardinhas, esperar tempo excessivo no ponto de embarque e pagar tarifas muito caras. Assim, é claro que se vai usar o carro individual.

Precisamos encarar o fato de que o transporte público no Brasil é ineficiente em sua estruturação de redes multimodais, seus níveis de serviço são baixos e atentam contra o conforto dos usuários, e as tarifas são altas, fazendo com que os usuários se desloquem com o transporte privado.

Aí, vieram as jornadas de junho e de julho, quando, ninguém nega e todo mundo sabe, tudo começou contestando a qualidade do transporte público e o valor da passagem.

Ora, de acordo com recente pesquisa realizada pelo Ibope na cidade de São Paulo, cerca de dois terços dos paulistanos inquiridos que andam de carro diariamente declararam que usariam o transporte público se ele fosse de qualidade.

Então, conclui-se de maneira muito simples: o Poder Público – Governo Federal, Governo estadual e, principalmente, Governo municipal – tem de fazer com que o transporte público seja bom, de qualidade.

Lembro aqui que, graças, principalmente – recorro novamente a ele –, ao trabalho do arquiteto Jaime Lerner e sua equipe, nosso País tem sido, desde 1974, referência mundial em soluções eficientes e criativas para o transporte público, além das nossas fronteiras. Somos referência, mas não aplicamos aqui.

O Brasil tem exportado essas soluções, inspirado soluções semelhantes ao redor do mundo desde então.

Porém, a experiência inovadora de Curitiba, em território nacional, ficou praticamente confinada à capital do Estado do Paraná.

De maneira lenta e paulatina, outras cidades brasileiras passaram a querer copiar, mas de forma muito, muito lenta, principalmente o BRT, que é a sigla, em inglês, de uma dessas soluções, o Bus Rapid Transit, isto é, ônibus articulado que corre em faixa exclusiva e para em estações semelhantes às do metrô, só que na superfície.

Já se disse que as duas primeiras letras da sigla, BR, por justiça, se deve ler como BR de Brasil.

Assim, seja investindo em expansão de linhas de metrô, que é uma solução mais cara, mas às vezes necessária, seja criando faixas exclusivas para ônibus articulados ou ônibus comuns, seja construindo-se carris para serem percorridos por veículos leves sobre trilho (VLT), seja investindo no monotrilho, seja melhorando os trens de subúrbio, seja investindo no chamado transporte público individual, – que é um conceito mais novo, com potencial para ter grande impacto positivo nos próximos anos, e significa o uso de um transporte individual, pode ser bicicleta, podem ser pequenos carros elétricos, que não pertencem ao usuário, mas são de uso público, mediante pagamento de modesta taxa, daí o nome transporte público individual, pega-se o veículo numa estação e pode-se devolvê-lo em outra, repito aqui que estamos falando de bicicletas e de pequenos carros movidos a energia elétrica – sejam, enfim, quais forem as soluções, ou seja qual for a combinação entre elas todas, o Brasil está maduro para experimentar um salto de qualidade no chamado transporte público.

As ruas deram, em meados do ano passado, aos governantes a agenda: transporte público de qualidade e com preço da passagem decente, porque é indecente a passagem, hoje, pela falta de qualidade desse transporte.

Afinal, estamos numa democracia; a vontade do povo deve prevalecer; os governantes sabem disso e estão correndo atrás, em busca de satisfazer as expectativas do cidadão e do eleitor.

Nas duas maiores cidades do País – São Paulo e Rio de Janeiro –, que figuram entre as maiores megalópoles do mundo, os sinais são encorajadores. O Prefeito do Rio, Eduardo Paes, político de capacidade executiva, vem implantando, faz alguns anos, em alguns bairros da Cidade Maravilhosa, corredores exclusivos para ônibus, solução que tem trazido qualidade do transporte público à população.

Tem se voltado para o mesmo caminho o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Em formulação muito feliz e correta, o prefeito Haddad tem declarado, em toda e qualquer oportunidade que tem de falar, que o transporte público agora é prioridade na cidade mais populosa do Brasil.

Pois vemos dois Parlamentares de partidos totalmente diferentes que aqui a gente cita, neste trabalho muito bem articulado pela Consultoria em matéria, trabalhando para melhorar o transporte público. Ambos, o Prefeito do Rio e o de São Paulo, têm repetido que, por décadas e desde sempre, a área desses Municípios tem sido privatizada, mas agora será “publicizada”. É a palavra que se usa.

Por exemplo, São Paulo gosta de dar o exemplo das vias marginais ao Rio Tietê, que, quando foram alargadas e ganharam novas faixas, faz alguns anos, a um custo financeiro e ambiental altíssimo, foram destinadas não ao transporte público, mas aos carros particulares.

Por isso, Haddad vem seguindo uma política firme de criar quilômetros e quilômetros de faixas exclusivas para ônibus e tem obtido o apoio não somente dos usuários de ônibus, mas, também, surpreendentemente, até mesmo da maioria das pessoas que se deslocam diariamente na cidade por meio de automóvel.

Sr. Presidente, é o que demonstram pesquisas de opinião. Até mesmo os usuários do meio do transporte automóvel, que, num primeiro momento, são prejudicados em razão de se retirar espaço para sua circulação, estão a favor da medida! Isso é prova de que os brasileiros evoluíram no que se refere ao entendimento de que, sem dar prioridade ao transporte público, os grandes centros urbanos se tornarão inviáveis.

E existe mais um ponto que merece destaque: o aspecto ligado à questão da mobilidade urbana e a saúde dos brasileiros. Estresse, sedentarismo, dificuldades de visão, má alimentação, doenças respiratórias e cardiovasculares são problemas comuns ao dia a dia de muitas pessoas. Pois bem. A péssima mobilidade urbana que atinge os grandes centros agrava em muito as situações citadas por mim.

Uma pesquisa feita pelo Departamento de Saúde Pública e Meio Ambiente da Organização Mundial da Saúde, apresentada em 2013, mostra números assustadores e preocupantes quando relacionamos a mobilidade urbana com a saúde da população. A falta de qualidade na mobilidade urbana atinge a saúde da população!

Nesse estudo, verifica-se que, no mundo, a cada ano, 3,3 milhões de pessoas perdem suas vidas por problemas decorrentes da poluição atmosférica causada pelo trânsito (68% de todos os poluentes presentes na atmosfera são despejados por automóveis). Além disso, são mais de um milhão de mortes em acidentes de trânsito por ano, com certeza, no mundo.

O Instituto Avante Brasil realizou um levantamento mundial sobre mortes no trânsito em 2010, estruturando um *ranking* comparativo dos dez países mais violentos. Esse levantamento inédito teve por base relatório de 2013 da Organização das Nações Unidas.

O Brasil, em termos absolutos, é o quarto país do mundo com maior número de mortes no trânsito, ficando atrás somente da China, Índia e Nigéria. Nesse levantamento é possível notar que essas mortes estão

intimamente conectadas ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que, por sua vez, tem por base a educação, a longevidade e a renda *per capita*.

Entre os 10 países mais violentos do Planeta, não aparece nenhum do grupo do capitalismo evoluído e distributivo, fundado na educação de qualidade para todos, na difusão da ética e no império da lei e do devido processo legal e proporcional, como, por exemplo, Dinamarca, Suécia, Suíça, Coreia do Sul, Japão, Cingapura, Áustria etc.

Diante disso, é importante retomarmos a idéia de que a batalha em favor do transporte público é, no fundo, uma luta de caráter cultural. Aquela idéia, de Jaime Lerner, de que o carro será o cigarro de amanhã é fato – os dados mostram isso.

Lembro, a esse propósito, a campanha em favor do uso do cinto de segurança. O uso do cinto passou a ser obrigatório no Brasil em 1996. Mas quero crer que o hábito generalizado do uso do cinto de segurança hoje, no Brasil, não se firmou somente em função da obrigação legal, mas sim por meio do convencimento, por meio de campanhas educativas de que o cinto de segurança, de fato, salva vidas, de que ele é importante, é fundamental, de que corremos um risco grande de morte e de acidentes graves, quando não o usamos.

Por isso, grande, grande parte do povo brasileiro, mais de 90%, hoje, usa o cinto. O que é isso? Mudança de valores, mudança de atitudes. Hoje, nós nos sentimos até culpados se, imediatamente ao entrar no carro, não colocamos o cinto.

Outro exemplo inevitável que me surge é o da exitosa campanha de respeito à faixa de pedestre, quando o nosso colega Senador Cristovam Buarque foi governador de Brasília. Ele deu o exemplo para o País da importância da faixa de pedestre. Parabéns, Cristovam Buarque!

Quando saíamos de Brasília para outras cidades, na época de seu governo, ficávamos chocados quando víamos que, na maioria das cidades brasileiras, nas capitais, não se respeitava a faixa de pedestre. Aqui, por uma mudança de cultura que começou no governo de Cristovam Buarque, de fato, respeita-se a faixa de segurança.

Não sei se, em Curitiba, respeita-se a faixa da mesma forma que aqui, mas, em Brasília, respeita-se, graças à estratégia inteligente e eficaz do ex-Governador Cristovam Buarque, no sentido de vincular, por meio de propaganda oficial, a ideia de que quem respeita a faixa de pedestre é um motorista civilizado, moderno, superior, consciente e que merece a admiração de todos.

É isto: respeitar a faixa é nobre, é elevado; não respeitar é uma atitude de gente atrasada. Percebemos o quanto o brasiliense entendeu a mensagem. Ele se orgulha de que, na sua cidade, tal como nas cidades mais civilizadas do mundo, respeita-se a faixa de pedestre e evita-se também a utilização da buzina. Cultura, valor, atitude – símbolos de prestígio social!

O Senador Cristovam gosta de dizer que conseguiu essa proeza por meio de palhaços – sim, palhaços, pessoas vestidas de palhaço, simpáticos e amigos palhaços, que nos fazem sorrir no circo, na rua ou no teatro, de que todos gostam e que a todos enternecem –, que faziam campanhas nas ruas ensinando os motoristas a pararem na faixa quando o pedestre sinalizasse que ia atravessar, ensinando a respeitar o pedestre, entregando-lhes folhetos educativos.

Pois bem. Da mesma forma que priorizar a preferência do pedestre na faixa de travessia, em Brasília, passou a ser entendido socialmente como um valor positivo, priorizar o transporte público em relação ao transporte individual privado também deverá sê-lo.

Quando o automóvel for o cigarro, como disse Jaime Lerner, quando for chique andar de ônibus, um símbolo de *status*, de inteligência, porque demonstra consciência social e ecológica, porque demonstra solidariedade, porque demonstra preocupação com a democratização do espaço público, então, a batalha estará ganha, e não seremos o quarto país do mundo em mortes no trânsito.

Cabe, como disse, ao Poder Público, antes, fazer do transporte público uma opção confortável para o cidadão. Isso é pressuposto básico para ganhar esta guerra.

O cidadão de classe média, que tem o seu carro — e vai continuar a usá-lo para passear e para viajar –, e até os mais pobres – como é bom vê-los com o seu carrinho em frente a casa ou na garagem! – não podem sentir vergonha de ter um carrinho.

Queremos, sim, que todos tenham carro, mas temos de entender que, para podermos usar o carro no momento correto, temos também de melhorar a qualidade do ônibus e usá-lo para o deslocamento diário, por exemplo, da casa para o trabalho, do trabalho para casa; da casa para o local de estudo e vice-versa. Andar de ônibus – eu confio – há de tornar-se símbolo de inteligência e consciência!

E para terminar, quero deixar uma pergunta que tem me acompanhado: o Brasil quis sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Pois bem. Esses eventos estão aí, batendo à nossa porta. Então, que soluções daremos à imobilidade urbana?

É claro que todos sabem – e aqui eu termino, Senador Alvaro Dias – da importância com que o País, neste momento, é visto perante o mundo. Não tenho nenhuma dúvida de que a Copa será um sucesso. Acredito muito na vitória do Felipão e dos nossos atletas.

É claro que vamos ter discordância, todos nós temos. Se houve alguém que usou indevidamente o dinheiro público, que fez obras que estavam além do previsto, isso terá sempre a nossa crítica, mas isso não quer dizer que a maioria do povo brasileiro não gosta de futebol.

Senador Alvaro Dias, vou terminar a minha fala e gostaria que ficasse nos Anais da Casa um documento que recebi do Seminário Nacional do Sistema Confederativo, mas ele está tão bom que acho que não devo deixá-lo como registro. Vou-me dar o direito de, amanhã, então, fazê-lo da tribuna, pois já abusei do seu tempo. V. Ex^a pacientemente não colocou sequer o tempo lá, para deixar que eu concluísse esse meu pronunciamento.

Obrigado, Senador.

Eu farei o outro amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Gostaria de comungar do mesmo otimismo do Senador Paulo Paim em relação à Copa do Mundo. Infelizmente, não posso comungar do mesmo otimismo. De qualquer maneira, parabéns a V. Ex^a. Inclusive por estar hoje presente nesta sessão do Senado Federal, depois do carnaval.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, não é só o Rio Grande que está aqui presente, com o Senador Paim e comigo, mas o Paraná, com V. Ex^a e o Senador Requião, que hoje faz aniversário. Vida longa...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Empatamos.

Parabéns ao Senador Requião!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Senador Requião, vida longa, muita saúde! Um abraço para Maristela também.

É inescapável a referente, hoje, Senador Alvaro Dias... V. Ex^a abriu o seu pronunciamento falando do tema, o Senador Paim falou do tema, e eu também vou falar do tema.

A Graziella não me ligou, Senador Paim, mas não é preciso a Graziella ligar. Não sei, acho que não ligo também para o Senador Alvaro. Não há problema. Graziella Baggio é a líder dos aeronautas e aeroviários e tem liderado um movimento...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Ivan Martins me comunicou.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Faz contatos com o Governo, com o Poder Judiciário, para tratar disso. Então, não há necessidade de Graziella Baggio nos ligar, ela sabe que nós estamos acompanhando esse tema com muita atenção.

Aliás, Senador, a gente está vendo que não é só o problema do Aerus, mas que também é grave o problema do Aerus diante das circunstâncias. Na aposentadoria complementar, cujo sistema foi montado pela Administração Pública, os servidores...

Tenho certeza de que tanto o Senador Paim quanto V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, quando vão embarcar num avião para o Paraná ou para qualquer lugar, vão encontrar um comissário que não pode ir para a casa, contanto com aquela aposentadoria a que tinha direito, porque não a recebeu. Então, ele tem de continuar trabalhando. Ele está na Gol, na Azul, na TAM. E todos eles, invariavelmente, já identificam o Senador Paim, o Senador Alvaro, certamente o Deputado Rubens Bueno, que têm acompanhado esse tema, e comigo não é diferente.

Na terça-feira de carnaval, às sete horas da manhã, fui tomar um café no velho aeroporto Salgado Filho, Senador Paim, e o concessionário do Café do Embarque, que é o nome do café que tem ali, cabelos brancos: “Senadora, desculpe eu lhe fazer uma pergunta a essa hora da manhã. E o Aerus, Senadora?” E eu disse assim: “De fato, é uma pergunta triste essa”. Mas é para ver a angústia dessas pessoas que estão aguardando essa solução. E, invariavelmente, a gente encontra em aviões, trabalhando, sejam comissárias de bordo, sejam comissários de bordo, sejam filhos ou dependentes de aposentados do Fundo Aerus.

E, como eu dizia, e o Senador Paulo Paim também trata disso, não é só o caso Aerus, que é um caso específico, porque eles acreditaram, usaram as suas poupanças no sistema de uma aposentadoria complementar para não dependerem exclusivamente da aposentadoria do INSS. O que eles fizeram? Contribuíram para receber depois essa aposentadoria complementar e hoje nada disso estão recebendo.

Lembro também o caso emblemático, Senadores Requião e Alvaro Dias, do aposentado Orlando Vaz, ocorrido recentemente, no Município de Cascavel, tão conhecido do Brasil até pelo nome do Município, no Paraná, mostrando uma parte trágica e triste do descaso do setor público em relação aos aposentados e pensionistas do nosso País. Cansado de esperar dois anos por uma cirurgia no Sistema Único de Saúde (SUS) – e esse é outro problema –, esse aposentado de 84 anos, que sofria há quatro anos com fortes dores por causa

de uma hérnia, perdeu a paciência e, num momento impensado e de fúria, realizou ele mesmo, no feriado de carnaval, em casa, com o próprio estilete, a cirurgia para a retirada da hérnia, que se pode dizer uma “autocirurgia”. Por aí, se pode imaginar o desespero do Sr. Orlando Vaz.

Trago hoje esse lamentável exemplo para ilustrar até que ponto chega o desespero sentido por muitos aposentados de nosso País. A angústia do Sr. Orlando é a mesma sentida por muitos outros aposentados, inclusive aqueles que contribuíram com o falido fundo de pensão Aerus. No caso dos ex-funcionários do setor aéreo, a espera continua: são mais de 7 anos e 11 meses, sem respostas, sem desdobramentos na Justiça.

Não há, até o momento, por parte do setor público ou das instâncias judiciárias superiores, novos desdobramentos sobre essa verdadeira tragédia social, mesmo após decisão do Juiz Jamil Rosa de Jesus Oliveira, da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, que julgou procedente o pedido de determinar à União que indenize os participantes e dependentes titulares das falidas Varig e Transbrasil. Como mencionaram há pouco os Senadores Alvaro Dias e Paulo Paim, o novo julgamento do caso Aerus deve ocorrer no próximo dia 12 de março. E estaremos lá acompanhando.

Recebo – e esse deve ser o caso também dos Senadores que me antecederam –, diariamente, mensagens de aposentados de todo o Brasil. Em todas as mensagens, é nítida a desgastante espera por soluções reais, sobretudo o caso Aerus, ainda pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Essa decisão e esse julgamento devem prosseguir no dia 12 de março.

Há mais de 280 dias – não são 28 dias, são 280 dias –, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, suspendeu o julgamento do Recurso Extraordinário RE nº 571.969 sobre a indenização à Varig, pela União, por danos sofridos pela empresa em consequência da política, instituída pelo Plano Cruzado, de congelamento de tarifas vigente entre outubro de 1985 e janeiro de 1992.

Mais recentemente, recebi também de Cândido Góes e de Elcion Zingano a imagem de um revoltado aposentado, ex-comandante da Varig, que se negou a dizer o próprio nome. A cena era tão chocante que chamou tanto a atenção. Ele foi fotografado de costas, sem que soubesse, por Francisco Barros. Parabéns, Francisco Barros, por sua sensibilidade de identificar ali uma tragédia humana.

O aposentado estava com as vestimentas de comandante e o uniforme da Varig, solitário, em frente à praia, sentado em cima de uma caixa de madeira. Tinha perdido a casa. Parecia esperar por algo que não chegava. Como disse o fotógrafo, era a “imagem da desesperança”. Mais uma vez: Parabéns, Francisco Barros, por esse gesto de revelar ao Brasil essa tragédia humana e essa imagem da desesperança. Uma atitude de alta sensibilidade humana.

É preciso lembrar que milhões de aposentados e pensionistas também foram às instituições bancárias, com muita dificuldade, às vésperas deste carnaval, para comprovarem que estão vivos perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Isto é importante fazer: a revalidação.

Apesar da prorrogação do prazo, em outubro do ano passado, cerca de 4,7 milhões brasileiros ainda não tinham atualizado a renovação do cadastro junto ao INSS até a semana passada.

Muitos segurados reclamaram da falta de divulgação e de esclarecimento pelo INSS. Acontece, Senador, acho que os bancos, onde muitos aposentados recebem a aposentadoria, deveriam também auxiliar seus clientes e correntistas e dizer quando está na hora de fazer a atualização e o cadastramento. Por que não o fazem? Será que é preciso esperar que apenas o INSS o faça ou que a pessoa tenha a lembrança dessa obrigatoriedade? É importante lembrar, portanto, àqueles que estão nos acompanhando aqui que o prazo para essa atualização de cadastro dos aposentados do INSS terminava na última sexta-feira, dia 28 de fevereiro.

As três unidades da Federação onde há o maior número de pendências nessa atualização cadastral são: Pará (21,83%), Acre (21,07%) e Roraima (20,48%). Aqui, no Distrito Federal, 45.450 pessoas (13,29%) ainda precisavam comparecer à rede bancária para regularizar a situação até a semana passada, porque o prazo, como eu disse, venceu dia 28 de fevereiro.

É lamentável que o desrespeito aos idosos continue. Recentemente, 180 mil beneficiários da Previdência foram prejudicados pela inoperância do sistema do INSS. Cadastrados que saíram cedo de casa para fazer a perícia médica necessária à concessão de benefício deram com a cara na porta dos postos de atendimento aqui na Capital da República, no Distrito Federal. Não foi nos confins do Brasil, mas aqui no Distrito Federal.

Essa é a forma de tratamento aos cidadãos que trabalharam duro e são vítimas da crônica burocracia brasileira, sujeitos a riscos como atendimento precário na saúde pública, má-fé de alguns planos de saúde, que, na verdade, são trambiqueiros – ressalve-se que a maioria são instituições muito sérias e muito responsáveis –; ofensas no transporte coletivo – como referido bem aqui, na mobilidade urbana, no pronunciamento do Senador Paulo Paim – ou no trânsito, violência urbana; e, lamentavelmente, maus-tratos na família. Um calvário de vida, um inferno.

Outro aposentado, Sérgio Dias Marques, 64 anos, morador de Paty do Alferes, no Rio de Janeiro, reclama dos atrasos nos pagamentos das aposentadorias: “Cada dia que o INSS demora para repassar o recurso previdenciário são menos recursos para medicamentos, para moradia ou mesmo para alimentação”.

Os pagamentos para os pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem mais de um salário mínimo vão começar nesta quinta-feira – amanhã, portanto –, dia 06 de março, no nosso Estado do Rio Grande do Sul. O valor, que era pago sempre no primeiro dia útil do mês, desta vez, foi adiado em função do feriado do carnaval. É até compreensível isso.

É preciso, no entanto, destacar também que mais de 21 milhões de aposentados e pensionistas do INSS, de um total de 31,5 milhões, ou seja, a maioria, mais de 70%, recebem o equivalente a apenas um salário mínimo: R\$724,00. O número equivale a 71,6% de todo o universo de aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social.

Em 2005, essa proporção era de 67,8%, com 16,3 milhões de segurados recebendo o piso nacional, segundo dados da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social.

Eu preciso, por uma questão de justiça, Senador Alvaro Dias, fazer um registro do esforço que o Ministro da Previdência Social, o Ministro Garibaldi Alves, que presidiu, já, esta Casa, e o Dr. Eduardo Gabas, que é o Secretário Executivo, realizam no sentido de modernizar os sistemas e atualizar o funcionamento do INSS. Adotaram um moderno processo de gestão na Previdência Social, resolvendo muitas das pendências, mas ainda há um passivo a ser resolvido em relação a um atendimento cada vez melhor e é isso que nós estamos cobrando aqui – como eu disse, resguardando o trabalho que o Ministro Garibaldi Alves e, também, o Sr. Eduardo Gabas vêm realizando, porque já estive com eles e sei. Tenho certeza de que, hoje ou amanhã, o próprio Ministro vai ligar para falar que ouviu o discurso, porque é assim, sempre, que é esse acompanhamento.

Isso é o papel de um bom gestor, mas, sobretudo, o papel de um agente público que tem respeito por esta Casa. Não é o que acontece na regra geral, porque, quando a imprensa fala que esta Casa produz pouco, esquece de dizer que a culpa não é desta Casa, a culpa é do outro lado da praça, porque aqui somos sufocados por medidas provisórias e não é o Poder Legislativo o responsável por essa situação.

Queria dizer também que o poder de compra decorre principalmente dessa política de reajuste dos benefícios com valores acima do mínimo. Basta que seja R\$1,00 acima do mínimo e aí o reajuste que esse aposentado vai receber será aquele definido pelo Governo, que é muito menos do que o percentual dado ao salário mínimo de quem está na ativa.

Com isso, há a tendência de que daqui a pouco não 70%, mas 100% do sistema do Regime Geral de Previdência Social do INSS será pela base do piso de R\$724,00 ou do valor do mínimo que for adotado à época. O aumento desse grupo de segurados tem sido menor do que o do próprio salário mínimo, pelo menos, desde 1998.

Assim, Senador Alvaro Dias, em 2011, eu apresentei o PLS 76, que está agora na CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, aguardando apresentação do relatório que está pronto desde o dia 12 de agosto de 2013, com relatoria do Senador Cyro Miranda, aguardando ser votado, e é favorável.

O que diz esse meu projeto de lei? Todos os aposentados, a partir dos 60 anos, homem ou mulher, passam a não pagar Imposto de Renda, independentemente, homem ou mulher, já recebem tão pouco, e aqueles que devem ter outra renda, então deixam de pagar o imposto. Pode ser pouca coisa, mas esse pouco na mão de um aposentado faz diferença.

Segundo o Presidente da Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap), Warley Martins, projeções feitas pela entidade mostram que, até 2025, nove em cada dez aposentados do INSS estarão ganhando o piso, que é o salário mínimo.

Desde 98, a perda acumulada de quem recebe acima do mínimo é de 77,6%, a perda, por conta dos reajustes inferiores ao do piso dado a quem está trabalhando, a quem está na ativa.

Um aposentado de 76 anos que recebia cerca de três salários mínimos em 2008, hoje recebe o equivalente a apenas um salário e meio e, ainda assim, vai ser reduzido ainda mais. O achatamento o obrigou a cortar o plano de saúde e a voltar a trabalhar.

Enquanto isso, os fundos de previdência complementar, tema que foi debatido amplamente na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, no ano passado, ao meu pedido, conseguiram afrouxar, por um ano, o limite de tolerância para seus déficits, de 10% do patrimônio para 15%, segundo informação publicada na semana passada pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Com isso, os fundos de aposentadoria complementar que registraram perdas no mercado financeiro no ano passado e viram seus ativos derreter terão até 2015 para colocar em ação planos de reequilíbrio financeiro.

A tolerância vale apenas para as perdas em 2013. Segundo pesquisa da consultoria Gama, encomendada pela Abrapp (que reúne os fundos de pensão), dobrou o número de planos de previdência deficitários em

2013. O déficit, somado, até setembro de 2013, chega a R\$18 bilhões, uma situação verdadeiramente complicada. Mais um esqueleto no armário.

Um quarto dos planos de previdência – de fundos de pensão de empresas privadas e, sobretudo, de empresas públicas – registrou déficit acima de 15% do patrimônio (entre 744 planos). O atual cenário econômico encarece, portanto, ainda mais, os custos para aqueles que têm condições de contribuir, mensalmente, para a previdência complementar.

Por isso, a importância desta Casa nos debates que envolveram os gestores dos principais fundos de previdência complementar de estatais – como o fundo de pensão da Petrobras, o Petros; da Previ, que é do Banco do Brasil; do Postalís, que é da ECT; e da Funcef, que é da Caixa Econômica Federal –, por iniciativa minha, nas Comissões de Assuntos Sociais e também na Comissão de Assuntos Econômicos.

É importante lembrar que os aposentados que contam com uma renda complementar, acumulada ao longo de décadas, têm menos risco de passarem por situações tão dramáticas quanto a do aposentado Orlando Vaz, citado no início de meu pronunciamento, morador de Cascavel.

É preciso, por isso, assegurar rentabilidade aos sócios desses fundos, mas, mais do que a rentabilidade, também a segurança aos trabalhadores que aplicam parte de suas rendas nos fundos de previdência complementar, para evitar tragédias sociais como as do Fundo Aerus. Lamentavelmente, por erros de gestão ou uso equivocado dos recursos públicos, aposentados com mais de 80 e 90 anos estão sem receber a integralidade de suas aposentadorias.

Faço questão também, Senador Alvaro Dias – lembrando de quando foi colocado na pauta de votação o agravo, a questão relacionada à defasagem tarifária da Varig, no Supremo Tribunal Federal –, por uma questão de justiça, de fazer uma referência ao voto magistral, muito bem fundamentado, da Ministra Cármen Lúcia. Aquele é um voto que dispensa qualquer análise, porque, com muita clareza, sustentação técnica e competência, a Ministra fez justiça com os aposentados do Fundo Aerus e em relação às responsabilidades da União.

Por isso, a má gestão pública e a realização equivocada de aplicações financeiras sobre os fundos de pensão são, sem dúvida, uma doença que precisa ser combatida na nossa sociedade.

O descaso com a administração severa e minuciosa das finanças desses fundos de pensão, especialmente o das estatais, afetando os aposentados do País é, portanto, fatal, com possibilidades de irreversíveis e irreparáveis danos às vidas de qualquer cidadão.

Por isso que nós aqui, com tanta frequência, abordamos esse tema, porque acreditamos naquela velha máxima: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”.

Espero com isso que, no dia 12 de março, o Ministro Joaquim Barbosa cumpra com aquilo que havia assumido, colocando mesmo em pauta de votação e não adie mais, além desses 280 dias que já passaram, para que esse processo continue o julgamento, iniciado com tanto brilho naquele voto da Ministra Cármen Lúcia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoría/PSDB - PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Nesse caso do Aerus, Senadora, mais do que nunca, temos que afirmar que a justiça tardia não é justiça e, sim, injustiça qualificada. Mas esperamos que, no dia 12, os aposentados do Aerus possam ter a esperança de volta.

Vamos convidar para usar a tribuna o Senador Valdir Raupp, primeiramente, Presidente do PMDB; e, em seguida, o aniversariante, Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoría/PSDB - PR) – Antes, com a permissão do Senador Valdir Raupp, leio requerimento, de minha autoria, que a Mesa dá a destinação regimental:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de repúdio para o governo venezuelano, tendo em vista as violências cometidas contra populares e oposição em repressão às manifestações legítimas que ocorrem em seu território desde o início do ano.

As manifestações iniciadas no início do ano, na Venezuela, contra a situação de extrema insegurança e declínio econômico no país foram apoiadas pela oposição, e, em consequência, o governo venezuelano reprimiu as manifestações de forma excessiva com 17 mortos, 261 feridos até o momento, além da injustificada prisão do líder opositor. Somada à repressão severa com abusos cometidos pelas autoridades, podemos citar a censura aplicada na imprensa venezuelana internacional, com alegações infundadas de manipulação de fatos e fotos.

O que se vê naquele país é um total desrespeito às instituições democráticas e aos direitos humanos, beirando verdadeiramente um estado ditatorial.

A maioria dos países democráticos da região já se manifestou contrariamente à escalada da violência e desrespeito praticados.

Por todo o exposto, requeiro a aprovação do voto de repúdio ao que vem ocorrendo na vizinha Venezuela, reiterando nosso compromisso histórico com os direitos humanos.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2014**Requeiro Voto de Repúdio ao Governo Venezuelano, devido ao seu total e completo descaso em relação aos direitos humanos e a democracia.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de repúdio para o Governo Venezuelano, tendo em vista às violências cometidas contra seus populares e oposição em repressão as manifestações legítimas que ocorrem em seu território desde o início do ano.

As manifestações iniciadas no início do ano na Venezuela contra a situação de extrema insegurança e declínio econômico no país foi apoiada pela oposição, em consequência, o Governo Venezuelano reprimiu as manifestações de forma excessiva com 17 mortos e 261 feridos até o momento, além da injustificada prisão do líder opositor.

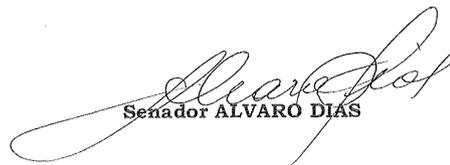
Somada a repressão severa com abusos cometidos pelas autoridades podemos citar a censura aplicada na imprensa venezuelana e internacional com alegações infundadas de manipulação de fatos e fotos.

O que se vê naquele país é o total desrespeito às instituições democráticas e aos direitos humanos, beirando verdadeiramente um Estado ditatorial.

A maioria dos países democráticos da região já se manifestou contrários à escalada da violência e desrespeito praticados.

Por todo o exposto, requeiro a aprovação do voto de repúdio ao que vem ocorrendo na vizinha Venezuela reiterando nosso compromisso histórico com os direitos humanos.

Sala das Sessões, 5 de março de 2014.



Senador ALVARO DIAS



SENADORA ANA AMÉLIA
Membro do PP e Presidente do Senado Milton Campos

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria apor a minha assinatura neste requerimento de V. Exª, cumprimentando-o pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoría/PSDB - PR) – Muito obrigado à Senadora Ana Amélia pelo apoio importante.

A Mesa, portanto, dá a destinação regimental ao requerimento apresentado, que está sendo protocolado, neste momento, junto à Secretaria da Mesa.

O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoría/PSDB - PR) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, eu queria, inicialmente, parabenizar o Senador Roberto Requião por mais um aniversário. Que Deus possa lhe dar vida longa, saúde...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. *Fora do microfone.*) – Já deu.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – E vai dar muito mais ainda, Senador, para que V. Exª possa continuar lutando pelo povo do Estado do Paraná e pelo povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna, mais uma vez, para falar sobre as enchentes em Rondônia. Lamentavelmente, as águas continuam crescendo. De ontem para hoje, foram mais seis centímetros. Em um dia, são nove; em outro, oito, sete, seis, três, dois, mas fato é que há mais de 20 dias as águas não param de subir, deixando 10 mil pessoas desabrigadas só em Porto Velho, mais Nova Mamoré, que deve ter mais de 300 famílias já desabrigadas.

Guajará-Mirim e Nova Mamoré estão completamente ilhadas há mais de três semanas, sem receber combustível, gêneros alimentícios. Há um desvio, uma passagem precária com mais de 80 quilômetros de estrada de chão, por onde, nesse período de chuva e de atoleiros, caminhões pesados não passam, carros pequenos, muitas vezes, têm que ser rebocados, táxis têm dificuldades de passar para transportar passageiros de Guajará-Mirim e Nova Mamoré até Porto Velho e vice-versa. A situação é desesperadora.

Está aqui no plenário a Deputada Federal Marinha Raupp, que foi uma das primeiras a levantar a bandeira de socorro para levar a Rondônia a Defesa Civil Nacional, o Ministério da Integração Nacional, cujo ministro já esteve duas vezes em Rondônia. Boa vontade não está faltando ao Governo Federal, ao Ministério da Integração Nacional, à Defesa Civil Nacional e às Forças Armadas. A Marinha, o Exército, a Aeronáutica estão presentes lá, desde o início, com a Força Nacional, com mais de 45 homens, com helicóptero, com avião, com lanchas, com socorro de colchões, de barracas, de cestas básicas.

É bem verdade que o dinheiro ainda é pouco. Liberaram até agora só R\$500 mil para o socorro, e há R\$15 milhões sendo analisados já há mais de uma semana.

Então, eu peço, neste momento, que essa análise seja mais rápida. Daqui a pouco a enchente vai baixar. Os estragos já foram feitos, as famílias estão sofrendo, e o socorro mais imediato não chega. Depois, vem a fase da reconstrução. Mas essa é outra história. Eu estou pedindo até pela segunda vez – já pedi na semana passada – que a Presidenta da República edite uma medida provisória, que é o caminho mais curto e mais rápido, pois tem força de lei a partir de sua edição. Porque, se for para fazer pedido do Governo estadual e dos municipais de Porto Velho, Guajará, Nova Mamoré, Rolim de Moura, isso pode demorar semanas, e aí o socorro vai chegar tarde demais. A fase da reconstrução pode até demorar um pouquinho mais, mas algumas coisas não esperam muito. Principalmente nesta fase, agora, a coisa tem que ser um pouco mais rápida.

Nós estivemos, na semana passada, na Coordenação da Defesa Civil Nacional, que estava analisando um pedido do Governo do Estado, de R\$15 milhões, para socorrer esses Municípios, e até agora a análise sequer foi concluída.

Então, eu faço agradecimentos, mas faço críticas também. Com relação a essa questão da demora, é uma crítica. E eu peço que as autoridades sejam um pouco mais rápidas, para diminuir o sofrimento dessas pessoas. O Brasil já passou por isto. Santa Catarina, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, enfim, vários outros Estados com catástrofes, como enchentes e outros desastres naturais.

Sr. Presidente, o Governo do Estado, para diminuir o sofrimento das famílias de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, iniciou, através de uma lei da Assembleia Legislativa sancionada pelo Governo, a abertura de um desvio. Antigamente, chamava-se BR- 421, mas não é. A BR-421 vai até Campo Novo. Sai de Ariquemes, Monte Negro, vai até Campo Novo. De Campo Novo para frente, ainda não há. Havia apenas um traçado, que passaria muito longe de onde o Governo do Estado estava abrindo esse desvio, essa estrada entre Burity e Nova Mamoré e Guajará-Mirim, para poder dar uma passagem mais rápida para caminhões com carga, para socorrer aquelas duas cidades.

Fato é que essa rodovia passa próxima de uma reserva indígena, da Reserva Caripuna, e nós entendemos a preocupação do Ministério Público Federal, da Justiça Federal com a proteção dos índios, que nós respeitamos muito. Eu, quando Governador, a Deputada Marinha era Primeira-Dama e Deputada Federal, teve uma participação muito ativa com as comunidades indígenas, firmando convênios, melhorando a qualidade de vida na área da educação, da saúde, na área social das nossas etnias indígenas em Rondônia.

Eu também respeito muito as comunidades indígenas. Mas, nesse caso, lá, os próprios índios, a própria etnia Caripuna está a favor de que esse pedaço de estrada seja aberto. Apenas 11km passam por uma ponta de uma reserva extrativista, uma reserva estadual, não é federal, mas passa, sei lá, a três quilômetros uma ponta e a nove quilômetros, a outra, de uma reserva indígena, e a Justiça Federal entende que não se deve abrir essa estrada.

E eu queria, aqui, fazer um apelo, estou até pedindo. Já estivemos, eu e a Deputada Marinha Raupp, na semana passada, com o Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que fica aqui, em Brasília, ao qual Rondônia está ligada, para pedir clemência, pedir socorro, pedir que flexibilize essa situação lá. O processo está com o Desembargador Kassio, que estava de recesso, não estava lá, naquele momento. Eu espero que, essa semana, a gente possa, ainda, conversar com ele, porque, depois que o Governador entrou com as máquinas, através do Departamento de Estradas e Rodagem, para abrir esses 11km, já houve um embargo agora. A Justiça Federal, de novo, mandou suspender tudo, com a Polícia Federal, e fato é que as máquinas tiveram que parar e está tudo embargado. E, aí, a aflição daquelas populações aumenta, ainda, cada vez mais.

Então, faço aqui um apelo, neste momento, sem desprezar a Justiça, porque nós temos que respeitar e acatar todas as ordens, as decisões judiciais. O que nós estamos pedindo é socorro, é clemência, é flexibilidade nessa questão da abertura desses 11km de estrada. Nós não sabemos ainda quando, daqui a quantas semanas, estará liberada a BR425, de Abunã a Guajará-Mirim.

Eu passei de barco em cima de uma ponte, é uma coisa interessante. Passamos de barco, na sexta-feira passada, em cima de uma ponte que tem sobre ela mais de dois metros de água – mais de dois metros de água em cima de uma ponte, numa rodovia federal!

E as águas continuam subindo.

Está interditado ali entre Jaci-Paraná e Abunã, estrada que vai para o Acre – até o Acre começou a ser desabastecido. Está interditado de Abunã a Guajará-Mirim e Nova Mamoré, que dá passagem, inclusive, para a Bolívia – até a Bolívia está sofrendo, porque muitos produtos alimentícios vão de Guajará-Mirim, através da zona de livre comércio, para as cidades de Guayará, Riberalta e outras cidades, do Departamento do Pando e do Beni.

Então, Sr. Presidente, a situação é catastrófica. Eu achava até que, nestes últimos dias, a água ia começar a retroceder e começar a abaixar. Mas não. A informação que eu tive de ontem para hoje foi muito desalentadora, porque ontem estava em 18,77 metros. A última grande enchente foi em 1997 – eu era Governador à época –, com 17,53 metros. Ontem estava em 18,77 metros. Hoje está com 18,83 metros. E as informações, as estatísticas dão conta de que poderá chegar a 19 metros nos próximos dois, três dias. Aí, a situação começa a ficar ainda mais delicada.

Então, faço aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, este apelo ao Governo Federal: que possa voltar ainda mais os olhos para aquela região. Já há assistência lá? Já, mas temos que reforçá-la. E o socorro dos R\$15 milhões, que seja liberado o mais rápido possível e que já se comece a fazer um planejamento para o pós-enchente. Quando essas enchentes baixarem, vai ter de haver reforço na área da saúde, a Funasa vai ter de estar presente, o Ministério da Saúde, as secretarias municipais de saúde, a secretaria estadual da saúde, todos vão ter de estar presentes lá para poder socorrer nessa questão de endemias, de doenças.

Faço um apelo também, Sr. Presidente, na questão da moradia. São dez mil pessoas desalojadas. Há vilas completamente embaixo d'água. Bairros também completamente alagados, com as famílias todas fora. Então, que o programa Minha Casa, Minha Vida possa planejar rápido, assim que baixarem as águas, a quantidade de residências que terão de ser construídas para fixar essas pessoas em outras áreas, porque quase todos os anos uma quantidade, não essa quantidade de dez mil pessoas, mas uma quantidade de famílias fica desalojada. Então, que se previna antes de remediar, pois as pessoas têm de sair quase todos os anos das suas casas. Que possam ser feitas moradias dignas para essas pessoas em lugares mais altos, onde a enchente não possa alcançar.

Era esse, Sr. Presidente, o apelo que eu queria fazer neste momento. Devo voltar amanhã com mais informações – estou agora igual a um repórter –, e espero que as informações de amanhã sejam melhores do que as de hoje, que as enchentes já possam começar a baixar a partir de hoje, a partir de amanhã.

Peço a Deus, mais uma vez, que possa diminuir a intensidade de chuvas naquela região da Amazônia, da Amazônia peruana, da Amazônia boliviana, e que possa mandar essa chuva para outras regiões do País, para São Paulo, para o Nordeste brasileiro. Todos os Estados do Nordeste têm dificuldade de água com o problema da seca, até o Sudeste está passando dificuldades (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo), assim como o Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul). O Centro-Oeste também está tendo problema, com a falta de chuva, para encher os reservatórios e gerar energia elétrica e para a produção da agricultura e da pecuária.

Eu e a Deputada Marinha – concluindo, Sr. Presidente – estivemos lá nos últimos oito dias. Na quinta-feira passada, ainda falei aqui, da tribuna, que iríamos para Rondônia e que ficaríamos lá o carnaval inteiro. Enquanto muitos estão viajando, com muita justiça, descansando ou festejando, fomos para Rondônia e visitamos Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Seringueiras, São Miguel, Alvorada, Ji-Paraná, Ariquemes, Nova União, Porto Velho. Ficamos percorrendo o Estado, acompanhando, assistindo às famílias que estão lá sofrendo neste momento.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Nossa solidariedade à população de Rondônia. Rondônia é também uma terra de todas as gentes brasileiras, lá estão paranaenses, gaúchos, paulistas. Enfim, brasileiros de todas as partes migraram para Rondônia, um Estado emergente e que vive, neste momento, esse drama das águas.

Nossa solidariedade, nesta hora, ao Senador Valdir Raupp e a toda a população de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Há sobre a mesa o **Requerimento nº 156, de 2014**, do Senador Inácio Arruda, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 12 e 13 de março do corrente ano, a fim de representar a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano em diligência, aprovada por essa Comissão, com administradores, especialistas e parlamentares do Rio Grande do Norte, conforme o **Requerimento nº 9, de 2014-CI/CISPID**, aprovado em 12 de fevereiro de 2014.

A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Com a palavra o Senador aniversariante Roberto Requião, com os cumprimentos da Mesa pelo seu aniversário. *(Pausa.)*

Antes que o Senador Roberto Requião chegue à tribuna, outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Há sobre a mesa o **Requerimento nº 157, de 2014**, do Senador Inácio Arruda, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos

trabalhos da Casa nos dias 13 e 14 de março do corrente ano, a fim de representar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal no Seminário "O Fortalecimento da Sudene no Contexto do Desenvolvimento Regional", em Recife/PE, conforme o **Requerimento nº 47, de 2013-CDR**, aprovado em 20 de novembro de 2013.

A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoría/PSDB - PR) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, Senador Valdir Raupp, em 5 de novembro de 2013, apresentei à Mesa do Senado Federal três requerimentos de informações: um ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a composição das dívidas tributárias e das multas das Organizações Globo; um segundo ao Ministro do Desenvolvimento sobre empréstimos concedidos às Organizações Globo; e um terceiro ao Ministro da Fazenda sobre as razões que levaram o Governo a determinar, por decreto, decreto da Presidenta da República, a elevação do percentual de capital estrangeiro no total do capital social do Banco do Brasil.

Estranhamente, só em 6 de fevereiro, a Mesa deliberou sobre os três requerimentos, e de forma muito estranha.

A página do Senado na internet revela, inicialmente, que os três requerimentos foram aprovados. Li isso na internet, na página do Senado, na página da transparência do Senado da República. Naquela página, consta o seguinte andamento comum a cada um dos três requerimentos: "Em sua primeira reunião do dia 06/02/2014, a Mesa do Senado deferiu o presente requerimento nos termos do relatório. Ao Plenário".

Mandou ao Plenário o requerimento – coisa clara. Retardou muito, mas mandou ao Plenário, para o Plenário decidir o que ia fazer a respeito dos meus pedidos de informações sobre a Globo e a respeito dessa internacionalização de ações do Banco do Brasil, mas, surpreendente e inexplicavelmente, em 13/02/2014, portanto, Senador Valdir Raupp, uma semana depois, a página apresentou alteração no andamento dos requerimentos sobre as dívidas da Globo. Eis o novo andamento, radicalmente diferente do anterior, retificado em 13/02/2014:

Em sua primeira reunião, no dia 6/2/2014, a Mesa do Senado aprovou parecer pelo encaminhamento da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do relatório. Ao Plenário.

Incrível! A matéria dos dois requerimentos teve o seu curso alterado e, ao invés de ser encaminhada ao Plenário, foi procrastinada e encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, a nossa CCJ.

As razões do encaminhamento são rigorosamente absurdas. O novo parecer aprovado na Mesa para fundamentar a oitiva da CCJ veio expresso nos seguintes termos – abro aspas:

"É bem verdade que, em geral, as dívidas e multas fiscais de um grupo empresarial constituem matéria protegida pelo sigilo fiscal. No caso do sigilo fiscal, a obrigação de sua preservação encontra-se expressa no Código Tributário Nacional.

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades."

O dispositivo acima, Senador Alvaro Dias, só admite três exceções. Ou seja, existem três situações em que pode ser quebrado o sigilo fiscal: convênio entre as Secretarias da Fazenda, ordem judicial e Comissão Parlamentar de Inquérito.

Daí conclui o parecer, aprovado, com o seguinte voto – veja que pérola a nossa Mesa produziu para embananar e impedir que um Senador obtivesse, no regime de transparência da República, uma informação:

Sendo assim, opinamos, neste momento prévio, pelo encaminhamento do Requerimento nº 1.279, de 2013, à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, para que, nos termos dispostos na Seção II do Ato da Mesa nº 1, de 2001, se pronuncie quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

Parece uma piada. A Mesa está brincando com o meu mandato e, por extensão, está brincando com o mandato de todos os Senadores.

O incrível novo andamento dado aos requerimentos é rigorosamente absurdo e é evidente o seu propósito meramente procrastinatório, uma vez que o próprio Relator não tinha nenhuma dúvida de que, de fato, eu não havia requerido qualquer informação sigilosa. Tomei este cuidado de deixar claro que não queria informação sigilosa alguma.

Vejam os dois seguintes textos do parecer ofertado ao Requerimento nº 1.279:

No presente requerimento, como se trata de um pedido de informações sobre dívidas e multas fiscais de um grupo empresarial, as informações solicitadas não demarcam nem caracterizam operações ativas e passivas de instituições financeiras. Não constituem, portanto, informação de natureza sigilosa.

Foi o que o Relator da Mesa disse, e, em cima desse relatório, mandou-se ao Plenário, e, depois, veio a mandraquice de encaminhar à CCJ, procrastinando o pedido de informação.

Todavia, o requerimento é explícito em limitar-se à matéria não sigilosa, e, em seus exatos termos, sobre isso é que deve ser acatado.

É o parecer aprovado, no dia 6, pela Mesa, não o mandracamente transformado.

E, de fato, os requerimentos são mesmo explícitos quanto a não se pedir matéria sigilosa, como se extrai do texto dos próprios requerimentos, a exemplo do primeiro deles – abro aspas:

“Saliento que somente estão excluídos do pedido acima as informações e os documentos que, em conformidade com os estritos preceitos legais, estão acobertados pelo sigilo fiscal, casos em que devem ser encaminhados os dados cadastrais dos respectivos processos com as razões legais para a manutenção de seu sigilo.”

Eu acho que eu não podia ser mais claro. Estou fazendo um pedido no estrito limite da lei.

Esse mesmo texto está presente nos dois requerimentos sobre a Globo.

Há uma incoerência intrínseca no parecer aprovado pela Mesa do Senado – se é que esse foi realmente o parecer aprovado –, pois enviou à CCJ para examinar a constitucionalidade do pedido sob a alegação de que a matéria adentraria em sigilo fiscal, ao passo que os próprios requerimentos e o próprio parecer deixam patentes que não se trata de adentrar em matéria sigilosa.

Nem eu pedi quebra de sigilo e muito menos o Relator, que fez a análise do meu pedido, considerou que eu estivesse pedindo quebra de sigilo fiscal.

A leitura que qualquer jejuno faz do fato é que a Mesa se acovardou. É esse o termo, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a que usa termos tão duros?

A Mesa se acovardou. A Mesa se acovardou e se curvou diante da *Rede Globo*, mudou sua decisão para procrastiná-la. Terá sido uma generosidade voluntária ou terá a *Globo* pedido ou ordenado que assim a Mesa procedesse? Terá a *Globo* determinado que a Mesa alterasse sua decisão anterior, que havia sido publicada na página do Senado na Internet? A quem está respondendo a Mesa do Senado Federal? A *Rede Globo* agora comanda a Casa? É a pergunta que deixo ao plenário.

No seu discurso de posse na Presidência do Senado, o Senador Renan Calheiros surpreendeu negativamente a mim e à Nação ao dizer que interditaria o debate sobre a democratização da mídia. Disse, Senador Raupp, claramente, que imporia:

“Um antídoto contra as pretensões que ocorrem em alguns países.”

Disse ainda:

“Temos que nos inspirar, sim, nas brisas de uma primavera democrática e criar uma barreira contra os calafrios provocados pelo inverso andino. Vamos criar uma trincheira sólida, se preciso legal, a fim de impedir, de barrar, a passagem desses ares gélidos e soturnos.”

Palavras do nosso Presidente.

Então, Senador Valdir Raupp, é isso?

Então, Senador Alvaro Dias, é assim?

Os meus requerimentos de informação chocaram-se contra uma Mesa que, ao invés de cumprir o seu dever institucional de fazer andar o processo legislativo, submete-se ao papel humilhante e inconstitucional de trincheira da *Rede Globo* contra as prerrogativas parlamentares de um Senador da República? É assim agora? A Mesa é uma espécie de Joaquim Barbosa, que não atende mais ao imperativo da lei, mas resolve legislar e fixar penas conforme a sua vontade? Não existe mais Regimento Interno, Constituição e Direito nem no Supremo nem aqui, na Mesa do Senado Federal?

São escolhas! E todos somos o resultado de nossas escolhas! As nossas biografias são, enfim, a narrativa das escolhas que fizemos e fazemos. E eu escolho não fazer genuflexão diante de Mamom nem da *Rede Globo*! Eu escolho recorrer ao plenário contra a decisão da Mesa, já que nas duas decisões tomadas a matéria foi destinada “Ao plenário”.

Veremos se há ainda Senadores da República no Brasil ou se o Senado está, como a Mesa, genuflexo diante da influência de uma rede monopolizada de comunicação.

A propósito, quero registrar que, precavendo-me da procrastinação que a decisão poderia ter na Mesa desta Casa e sobre os meus requerimentos, protocolei ofícios pessoais, como cidadão, com fundamento na Lei de Transparência junto ao Ministério da Fazenda e do Desenvolvimento sobre as matérias.

Pasmem, Srs. Senadores. As repostas que chegaram a mim no dia 27 são ainda mais estapafúrdias e furadas.

Quanto ao requerimento sobre as dívidas tributárias da Globo ao Ministério da Fazenda, a resposta foi de que "tais informações estão protegidas pelo sigilo fiscal nos termos art. 198 do Código Tributário Nacional". Ou não sabem ler ou sofreram a mesma pressão da Mesa do Senado da República.

Não é possível admitir-se que falta inteligência a quem deu a resposta para não entender que eu havia literalmente pedido as informações que não estão protegidas pelo sigilo. Não posso acreditar que um néscio, um tolo, um panaca tenha respondido em nome do Ministro da Fazenda.

É pressão. Pressão sobre o Ministério também. Igualmente me parece que se exerceu a pressão sobre a Mesa do Senado. E elas existem? Sim.

A Constituição Federal diz que o processo judicial é público. Movidá, portanto, uma execução fiscal contra quem quer que seja essa informação passa a ser pública. É o caso, por exemplo, das ações que eu cito aqui, em que é promovida uma execução fiscal contra a *TV Globo*, em tramitação na 8ª Vara da Fazenda de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, que desde 21/09/2012 está esperando um despacho do Exmº Juiz Dr. Júlio Emílio Abranches Mansur. Nome bonito ele tem.

Um ano e meio para dar um despacho em uma ação de execução fiscal. Mais um tremendo absurdo! Um ano e meio para dar um despacho numa ação de execução fiscal!

Certo é que existem informações que não estão protegidas pelo sigilo fiscal, e o Ministro da Fazenda simplesmente negou-se a fornecê-las. Esta é a transparência do nosso governo, Presidente Dilma Rousseff? É a pergunta que eu deixo aqui do plenário a Vossa Excelência. Essa é a transparência do nosso governo?

Se se nega a um Senador da República uma informação como a que eu requeri da tribuna e oficialmente, em requerimento à Mesa, o que dizer da hipótese de um cidadão que não detenha cargo político tentar conseguir uma informação dessa natureza?

O segundo requerimento, que tratava de empréstimos concedidos à Globo, foi respondido pelo Ministério do Desenvolvimento de forma lacônica e irresponsável. Perceba só, Senador Alvaro Dias, a resposta que o Ministério da Fazenda me deu:

Só esclarecer que, não obstante ser o BNDES entidade vinculada a este Ministério, tem ele autonomia quanto à custódia das informações que lhe são afetas, não dispondo esta casa Ministerial de acesso direto aos dados requeridos pelo Excelentíssimo Senhor Senador da República.

Ou seja, o Ministério ao qual está vinculado o BNDES simplesmente diz, em outras palavras: "Se quiser peça informações ao BNDES. Eu, Ministro, é que não vou pedir". É o respeito que eles têm ao Senado da República. É o respeito que eles têm à Lei de Transparência. Essa é a transparência deste Governo.

O terceiro requerimento não teve melhor sorte. Nele eu pedi as razões da elevação da participação de estrangeiros no capital do Banco do Brasil. Era de 5,5%; o Presidente Lula subiu para 20%; a Presidente Dilma Rousseff subiu para 30%; mais 10% no mercado interno. Nós temos 40% do Banco do Brasil alienados à mão da iniciativa privada internacional e nacional. Portanto, eles têm assento no Conselho Fiscal e no Conselho Administrativo do banco. O Banco do Brasil, portanto, não é mais um banco público.

O Ministro da Fazenda simplesmente respondeu transferindo ao Banco Central a responsabilidade. Senador Raupp, confira comigo essa resposta:

Esclarecemos que a informação referente à motivação técnica do Decreto que trata da participação estrangeira no capital ordinário do Banco do Brasil é de competência do Banco Central e, portanto, será respondida por esse órgão por meio do protocolo... – E bota o número de protocolo.

Ou seja, nós não temos mais Ministro da Fazenda e Presidente da República. Quem está mandando no Brasil é o Banco Central. É o Banco Central que determina que as ações do Banco do Brasil devem ser privatizadas e que ele deixa de ser um banco público, tendo cerca de 40% das suas ações privatizadas, com direito a assento no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal. E o Ministro da Fazenda me dá essa resposta que eu acabei de ler.

É inacreditável isso! Temos ou não temos governo? A Presidente manda no Brasil ou não manda? Para que serve o raio do Ministro da Fazenda? Qual é seu papel nesta República? Daí posso ter a certeza de que vem mais uma dessas preciosidades, essas pérolas de respostas sobre não transparência.

Onde está o respeito ao direito do cidadão à informação? O povo tem o direito de saber como está sendo administrado seu dinheiro e cobrá-lo de quem deve, seja o devedor um Senador da República ou a poderosa *Rede Globo*. O povo tem direito de saber a quem estão sendo emprestados recursos públicos a preço subsidiado, dentro do País, Senador Alvaro Dias, ou fora do País. Temos o direito de saber por que perdoamos dívidas. Tenho certeza de que muitos desses perdões podem ser justificados, mas têm de ser colocados de forma transparente e aberta.

Que espécie de ditadura nós estamos vivendo em que as informações não passam mais no gabinete do Ministro da Fazenda e da Presidência da República? Temos que dar um basta nessa farsa de conversa mole de transparência ou fazê-la verdadeira e dizer às autoridades que cumprem o papel indigno de muralha da *Rede Globo* que o povo não é bobo.

A Mesa do Senado tem que entender que nós não estamos aqui de brincadeira, que nós viemos respaldados por votos populares para exercer as prerrogativas de Senador, no meu caso, de Senador eleito pelo povo do Paraná. Eu não aceito esse tipo de comportamento! Não é possível que impeçam o exercício do meu mandato e do meu direito-dever de fiscalizar a República!

Senador Alvaro Dias, a minha assessoria me passa um informe, estabelecendo, de forma disciplinada, as informações que suportaram os pedidos e informações que levei à Mesa do Senado e que se suportavam basicamente sobre eventuais falsificações de documentos utilizados na transferência de parte do capital da Rede Globo de São Paulo para as mãos de Roberto Marinho.

Eu não quero fatigar o Plenário e V. Ex^{as} com essa leitura tediosa. Mas peço, e por isso passo às mãos da Mesa esse trabalho de informações, que sejam transcritos em sua integralidade no Diário do Senado e façam parte do meu discurso.

Passo às mãos de V. Ex^a os documentos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO REQUIÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Relatório do Senador Roberto Requião.

Senador,

Segue um resumo dos fatos que ensejaram aquele requerimento de informações apresentado pelo senhor em 25/02/2014, sobre as eventuais falsificações de documentos utilizados na transferência de parte do capital da Globo de São Paulo para as mãos de Roberto Marinho.

1 - De acordo com parecer da Procuradoria Geral da República, é fora de dúvida que a TV Globo de São Paulo, antes conhecida como Rádio Televisão Paulista S/A, e adquirida pelo empresário Roberto Marinho, entre 1964 e 1977, na ocasião, não observou a legislação vigente, vez que o ato de compra não foi previamente comunicado às autoridades como determina o artigo 90 do Decreto no. 52.795, de 31 de outubro de 1963;

2 – Segundo o Ministério Público Federal no parecer no.

1.34.001.001239/2003-12, instaurado em 2003 para apurar a legalidade dessa transação, o ato de compra da concessão, esteado em documentação falsificada estaria eivado de nulidade absoluta e para o que concorreu a administração federal, que no regime militar, tinha o maior interesse em prestigiar essa transferência de controle acionário;

3 – Criada em 1950 e entregue ao controle da família Ortiz Monteiro pelo falecido presidente Getúlio Vargas, a Rádio Televisão Paulista S/A esteve a partir de 1955 sob o controle do empresário Victor Costa, que, veio a falecer em dezembro de 1959, sem ter conseguido transferir para o seu nome 52% do capital social da empresa, que permaneceram nos nomes do então deputado Oswaldo Junqueira Ortiz Monteiro e demais parentes;

4 – Necessitando dispor de uma emissora em São Paulo para competir com as Emissoras Associadas (Tupi), o jornalista Roberto Marinho, mesmo ciente de que as ações da Tv Paulista não estavam no nome de Victor Costa Júnior, único herdeiro de Victor Costa, firmou contrato particular de compra de 52% da Tv Paulista, mais a Rádio Clube de Bauru e o Canal 11 de Recife. Pagou cerca de 2 milhões de dólares para concluir uma transação impossível, já que Victor Costa Junior não detinha as ações da empresa. Esse instrumento particular foi firmado em 9 de novembro de

1964 e nunca foi registrado, assim como nunca foi encaminhado ao Ministério das Comunicações para sua homologação, mesmo porque nem houve pedido de prévia aprovação desse negócio;

5 – Não tendo como levar avante o avençado, Victor Costa Junior e Roberto Marinho promoveram uma Assembleia Geral Extraordinária da TV Paulista no dia 10 de fevereiro de 1965, para, por meio de um simulado aumento de capital, assegurar a entrada do comprador da emissora Roberto Marinho na empresa;

6 – Como Victor Costa não tinha ações para garantir a instalação da AGE, utilizou ele o concurso de seu funcionário de nome Armando Piovesan para, como único acionista presente, anunciar-se como representante da família Ortiz Monteiro, que oficialmente detinha o controle acionário da Tv Paulista. Para tanto, Armando Piovesan fez registrar na ata que estaria representando os acionistas Oswaldo Monteiro, Hernani Junqueira e outros parentes de Oswaldo.

7 – De um total de mais de 600 acionistas, somente um acionista compareceu ao importante ato societário que cederia o controle da empresa a Roberto Marinho. Para tanto e por esquecimento, Armando disse ser procurador do acionista majoritário Hernani Junqueira, que já falecera em meados de 1962 e de outros três acionistas majoritários da mesma família;

8 – Acontece que, posteriormente, chamada a explicar essa operação, a TV Globo exibiu 4 documentos xerocopiados considerados falsos pelo Instituto Del Picchia de Documentoscopia de São Paulo e pelo próprio Ministério Público. Nesses documentos um recibo com data de 5 de dezembro de 1964 constava que Roberto Marinho teria comprado as mesmas ações que seriam de Victor Costa Junior da família Ortiz Monteiro por apenas Cr\$60.396,00 (sessenta mil, trezentos e noventa e seis cruzeiros), ou seja, trinta e cinco dólares.

O documento não era original, tinha valor das ações impróprio e o que é pior foi apontado como anacrônico pela perita do juízo da 41ª. Vara Cível do Rio de Janeiro. Segundo ela, o documento foi datilografado em máquina fabricada em 1971.

Para garantir a lisura da assembleia, foram apresentados também procurações e substabelecimentos em nome do Sr. Roberto Marinho e de seus assessores com datas de 1953, 1964 e nos quais, além das informações falsas, imprecisas constavam também até os CICs dos outorgados, controle esse só em vigor a partir de 1970 (as cópias seguem anexas);

9 – Todas essas falsidades foram apontadas pelo Instituto Del Picchia de Documentoscopia de São Paulo e também reconhecidas pela perita do juízo.

10 – Sintomaticamente, porém, no Ministério das Comunicações não estão registradas as vendas da TV de Victor Costa Junior e nem da família Ortiz Monteiro para Roberto Marinho. Existe sim a cópia da ata daquela AGE de 10 de fevereiro de 1965, instalada com a presença de mortos e de apenas um acionista vivo, duplamente, vivo;

11 – Por meio da Portaria 163/65, o CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações, aprovou de forma condicionada a transferência do controle acionário da TV Paulista para o senhor Roberto Marinho, desde que em 180 dias, ele provasse que o quadro de acionistas da empresa estava regular e O QUE ELE NUNCA PROVOU.

E assim ele dirigiu a Tv Globo de São Paulo por mais de dez anos.

Totalmente à margem da lei e com a omissão das autoridades militares e técnicas;

12 – Convidado em meados de 1975 a cumprir o que deveria ter feito em 1965, o Sr. Roberto Marinho, por meio de um anúncio de 5 centímetros, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, convocou nova AGE para 30 de junho de 1976, ocasião, em que, simplesmente, transferiu para o seu nome as ações da família Ortiz Monteiro (52% do capital social inicial) e os 48% pertencentes a mais de 600 outros acionistas, que nada receberam.

Agravantemente, Roberto Marinho fez constar na ata da AGE que os antigos detentores de 52% do capital majoritário da Tv Paulista também estiveram presentes e aprovaram a transferência a custo zero de todo o capital social inicial da empresa. Compareceram e assinaram o livro de presença ou foram representados, Hernani Junqueira Ortiz Monteiro,

morto em JUNHO DE 1962; MANOEL VICENTE DA COSTA, morto em dezembro de 1964, Manoel Bento da Costa, nunca localizado e Oswaldo J. Ortiz Monteiro, que não compareceu e nem poderia já que em 5 de dezembro de 1964 já tinha vendido todas essas ações a Roberto Marinho por trinta e cinco dólares;

13 – No início de 1977, imaginando poder enterrar de vez esse negócio simulado, o governo revolucionário baixou a portaria 430/77 e legalizou a transferência da concessão da TV Globo de São Paulo para o senhor Roberto Marinho.

14 – Para a Justiça brasileira, apesar das falsidades apontadas pelo Ministério Público, pela perita judicial e pelo Instituto Del Picchia de Documentoscopia é fora de dúvida que Roberto Marinho adquiriu a Rádio Televisão Paulista S/A conforme recibo anacrônico e procurações e substabelecimentos falsos juntados aos autos, isto porque todas as partes concordaram em assim proceder. E ademais, qualquer direito societário dos insatisfeitos mortos ou vivos já estariam prescritos?

O Tribunal de Justiça de São Paulo não pensa assim e destacou que **“não pode ter subsistência um negócio jurídico cujo proprietário da coisa objeto do negócio sequer participou da cogitada alienação. A entender-se de outra forma, estar-se-ia proclamando a legalidade do enriquecimento ilícito e até da própria fraude o que não é possível sancionar-se, irrefutavelmente. A AGE de 30 de junho de 1976 presidida pelo senhor Roberto Marinho não dispunha de poderes para determinar a alienação do que não lhe pertencia”**. Em suma, o senhor Roberto Marinho, sem prévia aprovação do governo tomou a Tv Paulista e não indenizou os seus acionistas fundadores. O tempo nunca apagará essa mácula, não importando a grandeza da organização beneficiária dessa manobra desprezível, ilegal e imoral.

Todos são iguais perante a lei, a moral? E o respeito ao direito de propriedade como fica?

Por último uma pergunta: se em 9 de novembro de 1964 Roberto Marinho pagou dois milhões de dólares por 15.000 ações da Tv Paulista a quem não tinha ação nenhuma, como pôde ele na AGE de 10 de fevereiro de 1965,

aportando apenas 200 mil dólares ter passado a ser titular de 370.000 novas ações? Com um capital 10 vezes menor ganhou 20 vezes mais ações, em prejuízo dos mais de 600 acionistas fundadores e que, afinal, pela AGE de 30 de junho de 1976 foram riscados dos quadros da sociedade.

O Brasil e a sua população têm o direito de saber por que tantas ilicitudes foram praticadas para que de qualquer jeito o vitorioso empresário Roberto Marinho, que já tinha ganho um canal de TV no Rio de Janeiro, assumisse de forma tão irregular o canal 5 de São Paulo, o maior e o mais lucrativo do Brasil?

O Ministério das Comunicações tem a obrigação de esclarecer todas essas ilegalidades, trapalhadas e patifarias, não se sustentando no falso argumento de que todos esses atos ilícitos administrativos ou não já não podem ser investigados pela Administração Pública.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – V. Exª terá o atendimento regimental.

Todos sabem que não pertenço à Mesa. Os membros da Mesa, na sessão de hoje, estão ausentes, mas eu trago esclarecimento que solicita a Secretária da Mesa, a Srª Claudia, informando que o Relator João Vicente Claudino, dos requerimentos de informação do Senador Requião, optou por encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça, por julgar necessário esclarecer se o requerimento atende regimentalmente, ao que está estabelecido em matéria de sigilo fiscal, sigilo financeiro.

Essa é a justificativa, já reportada da tribuna pelo Senador Requião, do Relator da matéria, o Senador João Claudino.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Não foi, Presidente, o relatório que eu li. Esse relatório foi modificado posteriormente.

O relatório do dia 6, publicado na Internet, não tem esses termos, mas, de qualquer forma, o meu requerimento é muito claro. Eu não peço que se quebre sigilo de ninguém.

É uma vergonha o que está acontecendo em relação a esses meus requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Senador Requião, a Secretária Claudia informa que não houve alteração; que houve um erro do funcionário, do servidor que transcreveu na Internet a informação, e transcreveu de forma equivocada.

De qualquer maneira, o Senador Requião tem razão, em tese, quanto ao que ocorre com o Congresso Nacional da parte do Poder Executivo.

Eu próprio, inspirado no discurso do Senador Requião, peço, desde já, à minha assessoria que efetue um levantamento de todos os requerimentos que apresentei nos últimos meses e das respostas eles receberam.

Ocorre que o Poder Executivo vem boicotando a Lei de Acesso à Informação. Nós nos valem, constantemente, da Lei de Acesso à Informação, e recebemos respostas insuficientes, quando recebemos. Especialmente no que diz respeito a empréstimos a países do exterior, sobretudo os chamados, inusitados empréstimos secretos, a alegação do Ministério foi de que a legislação dos outros países impede a divulgação, e o Governo brasileiro prefere respeitar a legislação de outros países a respeitar a nossa legislação.

Essa postura do Poder Executivo compromete a atividade do legislador, que tem como uma das suas prerrogativas básicas fiscalizar o Executivo, investigando-o quando necessário.

Nós estamos, portanto, com uma prerrogativa constitucional comprometida pela ação do Poder Executivo.

No caso dos empréstimos, motivou-me ingressar com um mandado de segurança, que foi protocolado junto ao Ministro Joaquim Barbosa, que designou relator o Ministro Luiz Fux, que já adotou as primeiras providências, submetendo ao Ministério Público para que em dez dias se pronuncie e convocando a Presidente da República, o Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Presidente do BNDES a apresentarem as suas justificativas.

Nós aguardamos que esse mandado de segurança possa ter acolhimento no Supremo Tribunal Federal, para iniciarmos outras providências, por exemplo, em relação aos cartões corporativos da Presidência da República, cujos gastos

permanecem em sigilo, inexplicável sigilo, recursos públicos aplicados, não sabemos se conveniente ou inconvenientemente, porque guardados a sete chaves numa caixa-preta da Presidência da República.

Portanto, em tese, no que diz respeito a requerimentos de informações e respostas ou ausência de respostas do Poder Executivo, nós concordamos com a posição do Senador Roberto Requião, entendendo que o Poder Legislativo tem que fazer valer a prerrogativa constitucional, exigir respeito e, sobretudo, adotar uma postura de independência em relação ao Poder Executivo, sobretudo quando se trata de interesse explicitamente do povo brasileiro.

Concedo a V. Ex^a, Senador Requião, pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, a minha preocupação vai além do que eu expus na tribuna hoje.

Eu e mais quarenta e poucos Senadores pedimos a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre o transporte urbano. A pressão foi enorme, muitos retiraram, mas o número regimental foi satisfeito, e até hoje a Mesa está enrolando com pressão do Governo.

Eu pergunto por quê? Por que o Governo não quer que se abra a caixa-preta dos contratos e das licitações de ônibus no Brasil?

Então, não tem nenhum cabimento isso: “Não, porque é o momento da Copa”. O Brasil está sendo governado pela Copa? Nós não estamos aqui em viagem turística; nós temos um mandato para exercer e prestações de contas aos nossos eleitores.

Eu estou profundamente insatisfeito com o que ocorre nesta Casa.

Outro problema é a distribuição de relatorias. V. Ex^a já percebeu que quatro ou cinco Senadores são os relatores de tudo que tem consistência e tem interesse fundamental nesta Casa? Tenho projetos que dormem há mais de um ano e que não tiveram relator designado ainda. Há uma manipulação total nisso.

Apresentei uma proposta, um projeto de resolução, assinada por 45, 50 Senadores – acredito que quase todos teriam assinado, se eu tivesse insistido –, para estabelecer a distribuição de relatorias por meio de computadores, como fazem os tribunais de Justiça, para evitar esse privilegiamento de algumas pessoas. Todos os Senadores aqui são Senadores igualmente eleitos para cumprir uma função na República. Mas isso foi mandado para uma comissão de mudança do Regimento e fica dormindo; não se vota, não se sabe o que se vai fazer. Há um controle absoluto, conservador, para que nada mude no Senado da República.

O resultado disso é que, um dia, quem vai mudar o Senado da República e a política no Brasil é o povo desesperado na rua, porque o seu grito não chega aqui e, se é ouvido, não surte efeito algum nessa visão conservadora e nessa manipulação intolerável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Respondo não com a palavra de quem, eventualmente, preside a sessão por circunstância – ausência dos membros da Mesa –, mas como um Senador de oposição que avaliza as expressões utilizadas por V. Ex^a.

No que diz respeito à comissão parlamentar de inquérito, trata-se de um instituto fundamental não apenas para assegurar direitos da minoria, mas, sobretudo, para que se cumpra essa prerrogativa do Legislativo de investigar. Não se justifica qualquer boicote à instalação de CPI; não se justifica o amordaçamento de CPIs, como vem ocorrendo. Há uma desmoralização do instituto da CPI, que tem de ser reabilitado em nome do interesse nacional. É um instrumento da maior importância, sobretudo quando se trata de enfrentar a corrupção na administração pública.

Em relação às relatorias, da mesma forma. Isto aqui não pode transformar-se em um clube de amigos em que quatro ou cinco comandam o Congresso Nacional e distribuem relatorias, muitas vezes de forma inusitada. São sempre os mesmos Senadores que relatam as proposições mais importantes da Casa, não porque sejam mais qualificados que os demais, mas porque possuem o privilégio da relação mais próxima com aqueles que administram o Congresso Nacional.

Esta não é uma Casa de poucos, esta tem que ser a Casa de ressonância da opinião pública brasileira.

Já há projeto, inclusive, cujo autor não me lembro, que impõe o sorteio para a designação de relatores nas Comissões ordinárias da Casa. Parece-me que é uma alternativa que eliminaria esse vício de se concentrar nas mãos de poucos os projetos importantes que tramitam no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Não havendo mais oradores inscritos, já que é uma sessão não deliberativa, declaramos encerrada esta sessão, marcando a próxima para amanhã, quinta-feira, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB - PR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 6 minutos)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu* (S)
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/PA
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
------------------------	----

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Atáides Oliveira** (PROS-TO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Ricardo Ferraço (105)</p> <p>Romero Jucá (40,104)</p> <p>Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP</p> <p>Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Wellington Dias - Bloco (24,69,89)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,100)</p> <p>Rodrigo Rollemberg (65,99)</p> <p>Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (116)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Walter Pinheiro (22,27,103)</p> <p>Anibal Diniz (25,94)</p> <p>Paulo Paim (102)</p> <p>Eduardo Suplicy (101)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,100)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (65,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Líder do PCdoB - 2</p> <p>Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB</p> <p>Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Cássio Cunha Lima (77)</p> <p>Alvaro Dias (73)</p> <p>Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>Wilder Moraes (97,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR</p> <p>Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Benedito de Lira</p> <p>Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Jorge Viana</p> <p>Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;">SDD - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>
		<p style="text-align: center;">PROS - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1° de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfê Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Samey, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012-GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfê Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme Of. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme Of. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7.2)	1. VAGO (7.2)
VAGO (7.2)	2.
VAGO (7.2)	3.
VAGO (7.2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8.5)	1. VAGO (8.5)
VAGO (8.5)	2. VAGO (8.5)
VAGO (8.5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayne Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6.4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

- Em 13.03.2013, o Sen. Jayne Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).
- Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
- Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).
- Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
- Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).
- Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
- Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).
- Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ^(1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Anibal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

- Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
- Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Anibal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
- Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
- Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
- Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
- Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
 8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
 9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

- Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)
- Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).
- Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- ** Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
- *****. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.
- *****. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

- Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
- Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
- Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

*** Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

**** Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

***** Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

***** Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

**5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM**

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarajá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

**6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

* Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

***** Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

***** Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

***** Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

***** Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

8) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente n^os 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n^o 37, de 2013.

** Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n^o 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n^os 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n^os 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n^o 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n^o 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(10,9)	3. Anibal Diniz (PT) ^(42,41)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(87,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyrola Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Jayme Campos (DEM) ^(30,88,79,81,85)	5. Wilder Morais (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)
Blairo Maggi (PR) ^(67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,71,72,67,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)

4. VAGO (80,84,67,77,21)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS n°s 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfê Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
- Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
 2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
 3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(17,30,6,23,55,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. VAGO ^(30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(11,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(56,52,50,54)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Gim (PTB) ^(28,29,32,58,47,48,53,51,39,41)	3. VAGO ^(33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG)
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(82,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,89,87)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfê Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Paulo Paim (PT) ^(108,91,93)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. VAGO ^(16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(39,50,109,76,111)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,107,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) ^(76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(71,85,11)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(45,79,81,10)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(66,67,81,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,101,90)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

***** Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013- BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013- GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013- GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013- GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(31,29,37,41,60)	4. VAGO ^(44,41,60,87)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,74,60,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(44,41,75)
Ana Amélia (PP) ^(44,41,60)	6. VAGO ^(20,44,41)
Benedito de Lira (PP) ^(44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(44,41,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(44,41,81,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,66,64)
Gim (PTB) ^(66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
VAGO ^(66,86,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(66,57,73,34,35)
VAGO ^(66,85,58,83,24)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,66,83,65)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Anibal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodrê Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (OF. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014)

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(67,63)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) ^(80,77)	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. VAGO ^(38,47,48,37,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) ^(21,19,10,9,55,75)	6. VAGO ^(27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(54,50)
José Agripino (DEM) ^(24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) ^(65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(42,41,49,65,59,51)	2. VAGO ^(39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (14,5)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).

6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. nº 154/2012-GLPMDB).

12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,22,21)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** . Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(4.7.3.1.15)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(9,12,5)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(4,2)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).

4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(67,75,58)	1. VAGO ^(6,8,32,25,81,75,58)
VAGO ^(27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(30,16,74,58,62,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Lídice da Mata (PSB) ^(74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(35,17,52,43)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) ^(53,45,65,79)
Gim (PTB) ^(42,69,64,65,9)	2. VAGO ^(65,63,80,79)
Eduardo Lopes (PRB) ^(73,65)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o OF. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

** Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(6,4)	3. Gleisi Hoffmann (PT) ^(3,60)
Anibal Diniz (PT) ^(9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(57,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,10,56,59,55,58,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,47,46)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfé Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8.10.9.11.12)
Lindbergh Farias (PT)	2. VAGO (4.2.13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6.5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).
 - Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 - Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 - Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 - Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 - Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. VAGO (9,5,1,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(18,77)	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. VAGO ^(2,25,3,10,75,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(7,4,72,61,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(36,28)	4. Jayme Campos (DEM) ^(37,28,76,68,70,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(45,35,60,57)	2. VAGO ^(60,66)
VAGO ^(34,60,73,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
41. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Acácio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG)

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Oswaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. N°058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
- Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **.. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) ^(57,42)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Eduardo Amorim (PSC) ^(30,62,52,51,55,58,50,61)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(56,54,60,50,53)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(7,8,4,3,5)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO (11,10)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (OF. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(23,22,10,7,80,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,52,35,29,62)
VAGO ^(62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(21,19,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) ^(17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) ^(62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) ^(68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,14,9,60)
Jayme Campos (DEM) ^(79,74,72,77)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*******. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (OF. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo(Of. nº 12/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,10)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(15,13,5,6,43,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(39,16,3)	2. VAGO ^(41,29,42,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.n° 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Luiz Henrique (PMDB) (2)	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) (2)	2.
Ana Amélia (PP) (2)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Cristovam Buarque (PDT) (3)	1. Lídice da Mata (PSB) (3)
Humberto Costa (PT) (3)	2. Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Walter Pinheiro (PT) (8,3)	3. Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1.
Wilder Morais (DEM) (7)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) (4)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (4)	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.

2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).

3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).

4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).

5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).

6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).

7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013

8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

- *. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
 2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.
 3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013
2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
João Durval (BA) ⁽³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT n° 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽³⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁴⁾
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽³⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 21/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 05/11/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.n° 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:**1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾
PTB
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
João Durval (BA) ⁽⁷⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁹⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹⁰⁾
PSDB
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾
DEM
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽³⁾
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PV
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁶⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁸⁾
SDD

Atualização: 18/02/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. GLPR nº 013, datado de 18.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO** ³

Presidente:	Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente:	Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente:	^{8 e 9}
3º Vice-Presidente:	Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸
Relator do PLDO / 2014:	Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014:	Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita:	Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
 4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
 9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
 10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
 11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
 12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
 13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
 14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Afonso Florence (PT/BA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	1
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 29, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Samey Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Syrakis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Syrakis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

- 13-** Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15-** Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16-** Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17-** Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18-** Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19-** Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20-** Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21-** Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22-** Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23-** Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL ²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
 8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
 9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> NILSON LEITÃO (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> MÁRIO COUTO (PSDB-PA) ³
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 13.02.2014)

Notas:

- 1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
- 2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
- 5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 42 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
	1.
	2.
PROS²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado André Vargas

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
 Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
 E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
- 5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Bíffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
 sscn@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador: Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Coordenador: Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA****Coordenador:** Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÉDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁵	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Ex^a aposta no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 476 páginas
(O.S. 10643/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

